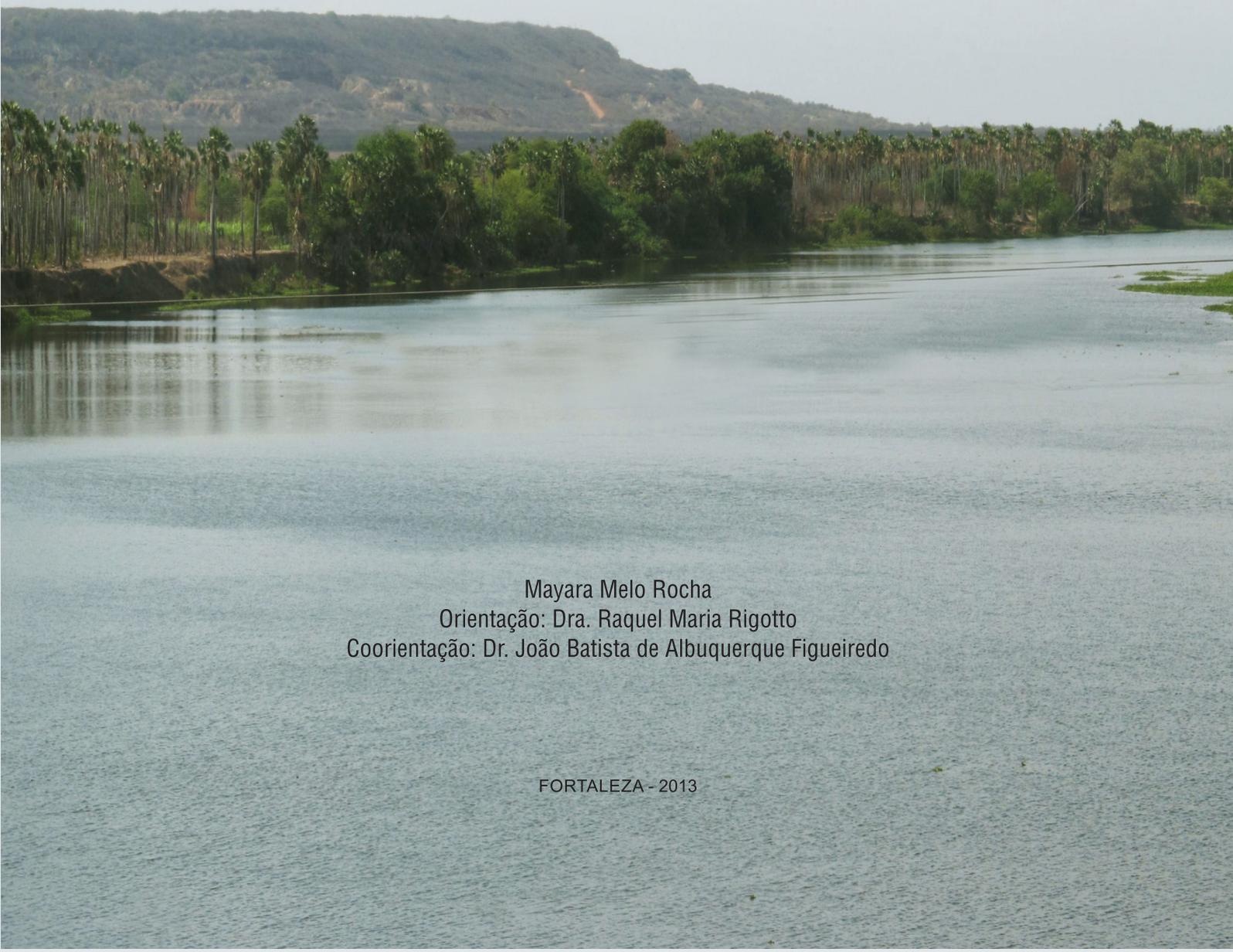




UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Das águas que calam às águas que falam:

opressão e resistência no curso das representações da água na Chapada do Apodi/CE



Mayara Melo Rocha
Orientação: Dra. Raquel Maria Rigotto
Coorientação: Dr. João Batista de Albuquerque Figueiredo

FORTALEZA - 2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

MAYARA MELO ROCHA

**DAS ÁGUAS QUE CALAM ÀS ÁGUAS QUE FALAM:
OPRESSÃO E RESISTÊNCIA NO CURSO DAS REPRESENTAÇÕES DA
ÁGUA NA CHAPADA DO APODI**

FORTALEZA

2013

MAYARA MELO ROCHA

DAS ÁGUAS QUE CALAM ÀS ÁGUAS QUE FALAM:
OPRESSÃO E RESISTÊNCIA NO CURSO DAS REPRESENTAÇÕES DA ÁGUA
NA CHAPADA DO APODI.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadora: Prof^a Dr^a Raquel Maria Rigotto.

Co-orientador: Dr. João Batista de Albuquerque Figueiredo.

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

R574d Rocha, Mayara Melo.
Das águas que calam às águas que falam: Opressão e resistência no curso das representações da água na Chapada do Apodi / Mayara Melo Rocha. – 2013.
230 f.: il. , color. , enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2013.

Área de Concentração: Desenvolvimento e Meio ambiente.

Orientação: Profa. Dra. Raquel Maria Rigotto.

Coorientação: Prof. Dr. João Batista de Albuquerque Figueiredo.

1. Representações sociais. 2. Perímetros irrigados. 3. Recursos hídricos. I. Título.

CDD 363.7

MAYARA MELO ROCHA

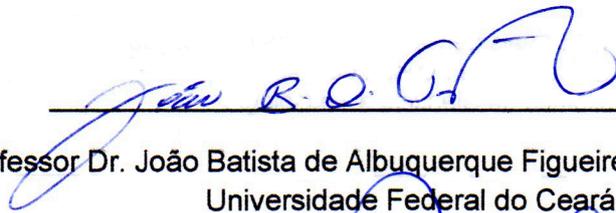
Das águas que calam às águas que falam: opressão e resistência no curso das representações da água na Chapada do Apodi.

Dissertação submetida à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

APROVADA EM 30 / 09 / 2013



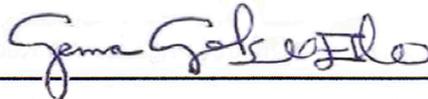
Professora Dra. Raquel Maria Rigotto (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará



Professor Dr. João Batista de Albuquerque Figueiredo (Co-orientador)
Universidade Federal do Ceará



Professora Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho
Universidade Federal do Ceará



Professora Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo
Universidade Federal do Ceará

FORTALEZA, 2013

AGRADECIMENTOS

À vida pela oportunidade de estar entre as pessoas que amo e aos orixás, sobretudo, Iemanjá, por toda a proteção.

Às pessoas queridas da comunidade do Tomé que me acolheram, incentivaram e contribuíram. Sem vocês não faria sentido: Socorro, Jayanne, Gracinha, Neguinho, Dona Maria, Batista, Quinha, Raphaella, Gabriel e Branquinha.

Ao Fernando Leão, meu companheiro de todos os momentos, por nunca ter me deixado sozinha, por sempre me fazer sorrir, por ser o grande amor da minha vida e acreditar em mim até quando eu mesmo duvidei.

À Raquel Rigotto por toda sua amizade, companheirismo, sorrisos, ensinamentos e por confiar em mim, existir e me deixar existir em sua vida.

Ao Ernesto Gomes (e a querida Tia Rosa) por todo o cuidado, amizade e atenção que me dedicou e por garantir que eu vencesse a última etapa dessa caminhada com toda a tranquilidade do mar.

Ao Tiago Costa por segurar a onda em todos os momentos, pelos abraços e a paciência.

À Andréa Camurça por viver comigo os medos e as inseguranças e dividir também todas as risadas que só nós entendemos.

À Maiana Maia pelos ouvidos sempre atentos e pela doçura com a qual sempre me incentivou.

À Lourdes Vicente pelos telefonemas e mensagens carinhosas, pela compreensão e cumplicidade, pelas trocas de ideias e atenção.

Ao João Figueiredo pela inspiração.

À minha família sempre atenta em saber de mim e torcer pelo melhor, especialmente minhas irmãs Thanna Elys e Dayana.

Às minhas três mães, Elizete Melo, Regina Aragão, Mentinha e ao meu pai Francisco das Chagas Rocha.

Aos amigos e amigas que tiveram paciência e me deram muito amor ao longo desses dois anos e meio de caminhada...Uiara Brandão, Luciana Queiroz, Soraya Vanini, Francisca Sena, Natália Amaral, Vanessa Oliveira, Virgínia Miller, Gigi Castro, Mardônio, Lela, Renata Paz, Danielle Cordeiro...

Ao Núcleo Tramas e todas as pessoas queridas que o compõem: Talita Furtado, Ada Pontes, Lara Braga, Bruna Sarkis, Poty, Danielli Costa, João Luís...etc...

Aos companheiros e companheiras do M21: Bernadete, Diego, Pe. Júnior, Osarina, Reginaldo...etc...

Às queridas Alba Pinho e Gema Galgani que aceitaram o convite para participar de minha banca e contribuir com todo seu conhecimento e sensibilidade.

À CAPES pelo apoio financeiro.

“Viver é muito perigoso...Porque aprender a viver é que é o viver mesmo...Travessia perigosa, mas é a da vida. Sertão que se alteia e abaixa...O mais difícil não é um ser bom e proceder honesto, dificultoso mesmo, é um saber definido o que quer, e ter o poder de ir até o rabo da palavra.”
(João Guimarães Rosa - Grande Sertão Veredas)

RESUMO

A pesquisa analisa as representações sociais da água na comunidade do Tomé, Chapada do Apodi (CE), e suas relações com os conflitos socioambientais ocasionados pela implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. Tomando como foco a comunidade do Tomé reconstruíram-se as modificações ocorridas nas formas de uso e acesso à água com o objetivo de identificar a relação entre os processos de apropriação desigual e contaminação por agrotóxicos – decorrentes da implantação do modelo agroexportador na região –, e as interferências no modo de significação e representação da água pelas populações locais. Utilizou-se uma abordagem qualitativa baseada na proposta metodológica da Hermenêutica de Profundidade abrangendo diferentes técnicas de pesquisa como as entrevistas abertas, a formação de um grupo de pesquisa ampliado com membros da comunidade, a realização de trabalho de campo de base etnográfica fazendo uso da observação participante e do diário de campo. O processo analítico-interpretativo do material coletado se deu através da abordagem proposta pela Análise do Discurso. A pesquisa resultou na identificação do processo de modernização agrícola como promotor de rupturas na teia significativa da água modificando suas representações e, conseqüentemente, alterando as práticas coletivas de uso. Revelam-se processos que caminham para o rompimento da representação da água enquanto bem coletivo à medida que as estratégias de defesa e proteção contra os riscos se individualizam. Essa reconfiguração é ocasionada por mecanismos de violência simbólica, exercidos por agentes do poder contra as populações locais, uma vez que o medo de tratar das questões relativas à contaminação e a apropriação privada da água tem provocado o silenciamento da comunidade sobre o tema. Aponta-se para a necessidade de processos de reconstrução simbólica sobre a água, que retomem a perspectiva do direito e do acesso aos bens comuns, para que as ações de resistência sejam fortalecidas.

Palavras-chave: representações sociais, perímetros irrigados, água e recursos hídricos.

ABSTRACT

In this study we analyzed the social representations of water in Tomé, a community in Chapada do Apodi (Northeastern Brazil), and their relation to the socioenvironmental conflicts resulting from the establishment of the Jaguaribe-Apodi irrigation district. Centered on the community in Tomé, we evaluated changes in the use of and access to water in order to identify the relation between, on one side, the processes of private appropriation of water resources and contamination by agrochemicals associated with the adoption of agro-export models, and, on the other side, changes in the local population's perceptions and web of significance of water. The approach was qualitative, based on deep hermeneutics, and comprised an array of techniques, such as open interviews, inclusion of members of the community in research groups, ethnographic field work with participant observation, and field logs. The collected data were interpreted by way of discourse analysis. Agricultural modernization was found to have disrupted the local population's perceptions and web of significance of water, leading to changes in collective water use practices. Processes were identified which tend towards loss of the perception of water as a collective good and the individualization of strategies of defense and protection against risks. These changes have taken hold through mechanisms of symbolic violence perpetrated by power agents against local populations silenced out of fear of discussing issues like contamination and private appropriation of water resources. A symbolic reconstruction of the web of significance of water in light of rights and access to common goods is necessary in order to reinforce local resistance.

Keywords: social representations, irrigation district, water and water resources.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Ceará com destaque para os Agropolos	107
Figura 2 - Localização geográfica do Baixo Jaguaribe	109
Figura 3 - Canal a céu aberto ao lado das plantações	119
Figura 4 - Piscina da quadra IV que abastece a comunidade do Tomé.....	119
Figura 5 - Comunidades cercadas por plantações.....	121
Figura 6 - Mapa elaborado pelas comunidades representando os impactos sobre o território.	122
Figura 7 - Desenho da comunidade do Tomé	123
Figura 8 - Quadrinho da comunidade do Tomé	123
Figura 9 - Capela Nossa Senhora de Fátima	124
Figura 10 - Mapa de cartografia social da comunidade do Tomé	125
Figura 11 - Comunidade do Tomé por satélite	127
Figura 12 - Situação de proximidade entre cultivos e residências.....	127
Figura 13 - Representação da cacimba do Tomé	158
Figura 14 - Representação da roladeira	158
Figura 15 – Localização da lagoa do Tomé	161
Figura 16 - Local onde existia o poço com dessalinizador.....	162
Figura 17 - Registro da mortandade de peixes em 2004	169
Figura 18 - Imagens do Grito dos Excluídos em 2009.....	171
Figura 19 - Placas de advertência na piscina que abastece a comunidade	173
Figura 20 - Linha do Tempo (Um rio chamado tempo)	177
Figura 21 - Depósito de bebidas	213
Gráfico 1 - Vendas de produtos comerciais de todas as classes.....	117
Gráfico 3 - Produtos comercializados no Ceará 2005 - 2009	118
Gráfico 2 - Vendas de ingredientes ativos	118

Tabela 1 - Evolução da potência hidrelétrica instalada.....65

Tabela 2 - Expropriação de Irrigantes do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodí 115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADECE – Agência de Desenvolvimento do Ceará

AIJA – Associação dos Ex-irrigantes do Projeto Jaguaribe-Apodi

ANA – Agência Nacional de Águas

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará

CAIs - Complexos Agroindustriais

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

COELCE – Companhia Elétrica do Ceará

COGERH – Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONERH – Conselho de Recursos Hídricos do Estado do Ceará

CONFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

DIJA – Distrito de Irrigação Jaguaribe-Apodi

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPI – Equipamentos de Proteção Individual

FAFIDAM – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAPIJA – Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

FUNCEME - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos

GPM21 – Grupo de Pesquisa do Movimento 21

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IFCE – Instituto Federal do Ceará

IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra as Secas

IOCS – Inspeção de Obras Contra as Secas

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

M21 – Movimento 21 de abril

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MIN – Ministério da Integração Nacional

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NÚCLEO TRAMAS – Trabalho Meio Ambiente e Saúde

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PERH – Plano Estadual de Recursos Hídricos

PIN – Programa de Integração Nacional

PIS – Programa de Integração Social

PLANERH – Plano Estadual de Recursos Hídricos

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNHR – Política Nacional de Recursos Hídricos

PROÁGUA – Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Hídricos do Semiárido Brasileiro

PRODHAM - Programa-Piloto de Gestão das Micro-Bacias

PROGERIRH – Projeto de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Estado do Ceará

PROMOVALE – Programa de Valorização Rural do Baixo e Médio Jaguaribe

PROURB – Programa de Desenvolvimento Urbano e Gerenciamento de Recursos Hídricos

PROVARZEAS – Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEMACE – Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará

SEMAR – Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SIGERH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos

SINDAG – Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas

SOHIDRA – Superintendência de Obras Hidráulicas

SRH – Secretaria dos Recursos Hídricos

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

APRESENTAÇÃO

“Água da palavra
Água calada, pura
Água da palavra
Água de rosa dura
Proa da palavra (...)

Margem da palavra
Entre as escuras duas
Margens da palavra
Clareira, luz madura
Rosa da palavra”

(A terceira margem do rio - Caetano Veloso)

A terceira margem do rio¹ - busca e inquietações iniciais

Escolhi nomear a apresentação tomando emprestado o título do conto de Guimarães Rosa não apenas por deleite estético, mas por aceitar a provocação implícita na metáfora de que existe uma margem além das duas que a vista facilmente alcança. Isso se deve ao fato deste trabalho ter sido conduzido pelo desejo de captar não só aquilo que fala, mas também o silenciado.

Foram muitos os rios que naveguei para chegar a essa pesquisa e sou composta por todos os organismos vivos, pedrinhas, correntezas, afluentes que encontrei nesse navegar. Nascida no sertão do Ceará, o rio que passava perto da minha casa, o açude onde eu tanto me divertia, as histórias sobre as águas e os lamentos pela sua insistente escassez povoam minha memória. Aprendi ainda cedo que dia bom é aquele “bonito pra chover”. No sertão, comecei a perceber que havia contraste entre as formas de se apropriar das coisas. Embora a água fosse vista como dádiva dos céus, tanto que recordo as novenas para São José, ela vinha sempre de forma desigual e as razões eu ignorava.

O fato é que no sertão aprendi a reconhecer e questionar privilégios e desigualdades, isso acabou marcando minha trajetória de vida. Por paixão e na busca de ampliar minhas compreensões fui estudar comunicação social, acreditava verdadeiramente no poder da ação comunicativa para interferir num contexto social opressor. Foi a partir disso que dediquei minha formação profissional a contribuir

¹ Subtítulo emprestado do conto “*A terceira margem do rio*”, da obra “*Primeiras estórias*”, de Guimarães Rosa que inspirou também a canção de nome homônimo de Caetano Veloso.

com a luta de movimentos e grupos sociais diversos. Os anos de trabalho em organizações ambientalistas me possibilitaram contestar o pensamento hegemônico que diz que todas as pessoas são afetadas da mesma forma pelos impactos ambientais. Compreendi que essa noção desconsidera as dimensões sociológicas dos problemas ambientais e reduz o debate a uma esfera meramente técnica. Desse modo, a discussão sobre a apropriação privada da natureza assentada no modo de produção capitalista, assim como os impactos, que recaem de modo desproporcional sobre determinadas populações e grupos étnicos, provocando injustiças ambientais, são invisibilizados nas reflexões.

Tendo isso em vista, escolhi ingressar no Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pois acredito que as aprendizagens acumuladas enquanto comunicóloga podem contribuir com a interdisciplinaridade do debate ambiental. Além disso, minha inserção no Núcleo Tramas – Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, da Universidade Federal do Ceará, foi fator decisivo para que eu pudesse chegar à construção desse projeto de pesquisa, pois me deu novos e importantes elementos para pensar sobre o fazer científico.

Através do Núcleo Tramas, cheguei à Chapada do Apodi e foi naquele território que as inquietações que se acumularam em mim ao longo do tempo reverberaram formando perguntas que deram origem à presente pesquisa. Saliento que essas perguntas não partiram do zero, mas de um longo processo de análise e reflexão empreendido pelo Núcleo Tramas na Chapada do Apodi.

No período de 2007 a 2010 foi desenvolvida, com a coordenação do Tramas, uma pesquisa intitulada “Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos”, contemplada no edital: MCT-CNPq/MS-SCTIE-DECIT/CT – Saúde - Nº 24/2006. Essa pesquisa resultou numa série de materiais como artigos, dissertações, tese, livro, cordel, almanaque, jogo e outros instrumentos de conhecimento que tentaram articular de forma profunda o conhecimento científico com o saber popular.

Durante o desenvolvimento da pesquisa supracitada, diferentes sujeitos sociais se fizeram parceiros do processo: lideranças e associações comunitárias, sindicatos, movimentos sociais, pastorais, organizações da sociedade civil e pesquisadores de outras universidades. Esse contexto permitiu que, mesmo após a finalização da pesquisa contemplada no Edital citado, persistisse no território um “rebuliço”, um desejo de continuidade dos processos de construção de

conhecimento e luta contra-hegemônica. Desse modo, em 2010, após o assassinato de José Maria Filho (Zé Maria do Tomé) – liderança comunitária da comunidade do Tomé e importante mobilizador da luta em defesa da água – surgiu o Movimento 21 (o nome do movimento é uma alusão ao dia 21 de abril, data em que Zé Maria foi assassinado). Esse movimento teve o potencial de aglutinar várias forças sociais no sentido de dar continuidade às mobilizações por justiça socioambiental na Chapada do Apodi. Um dos desdobramentos desse processo foi a criação do Grupo de Pesquisa do Movimento 21 - GPM21 que integra uma diversidade de pesquisadores do Núcleo Tramas da Universidade Federal do Ceará, da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM/UECE, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, entre outros importantes parceiros, com a perspectiva de se debruçar sobre o território através da multiplicidade de olhares e da interdisciplinaridade com vistas ao desenvolvimento de pesquisas que dialoguem com as necessidades reais das populações locais e comprometidas com a transformação social através do fortalecimento do que Santos (2004) chama de ecologia de saberes. É nesse contexto que a presente pesquisa nasce e é acolhida.

A Chapada do Apodi, localizada na região do Baixo Jaguaribe no Ceará, tornou-se uma zona de expansão agrícola na qual foram implantadas grandes empresas nacionais e multinacionais do ramo da fruticultura voltadas à exportação. Na década de 1980, a Chapada recebeu a instalação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi para garantir infraestrutura necessária ao desenvolvimento de atividades agrícolas. O que assistimos a partir de então foi um violento processo de desterritorialização de várias famílias, que tinham na Chapada seu território de vida, para dar lugar a um modelo agrícola agroexportador que imprimiu as marcas de um modelo de desenvolvimento excludente e ambientalmente danoso.

Foi nesse o contexto que encontramos a contaminação das águas pelo uso intensivo de agrotóxicos se mostrando como um problema grave para a população da Chapada do Apodi. Diante disso, todas as minhas memórias sobre a água entraram em rebuliço e várias perguntas se formaram. Como a água passa a ser percebida como uma ameaça à vida das pessoas? Como pessoas que vivem num ambiente com escassez de água lidam com uma água que chega aos montes através de canais, mas que está contaminada e cerceada? O que está em jogo nos processos de negociação simbólica entre tudo que aprenderam empiricamente sobre a natureza e a chegada de um modelo agrícola mecanicista? Quais os

discursos que se entrecruzam nesse campo de disputas simbólicas? Como as populações assimilam e também resistem ao discurso hegemônico? Como essas populações estão construindo outras formas de se relacionar com o ambiente? Enfim, como a ciência pode contribuir para que os saberes acumulados por essas populações possam emergir? Diante de todas essas inquietações, resolvi me lançar em busca da terceira margem do rio.

Para apresentar nosso navegar ao longo da pesquisa estruturamos o texto de forma a seguir um trajeto muito semelhante àquele que fizemos no caminho de nossas descobertas nesse rio. Desse modo, iniciamos com o capítulo chamado de “As nascentes” que traz não só nossas inquietações iniciais, mas também apresenta nosso lugar de partida que são nossos objetivos e o percurso metodológico escolhido. Em seguida, com o capítulo “Caminho das Águas” navegamos por diferentes formas de representar e interpretar a água em nossa sociedade, o que é também um modo de perceber as diferentes possibilidades de apropriação dos bens ambientais. Em seguida, temos o capítulo chamado “A força das representações” que busca de evidenciar nossos referenciais teóricos e iluminar o capítulo seguinte que trata sobre “A Chapada do Apodi como arena da disputa de sentidos”. Finalmente, navegamos pelos resultados com o capítulo intitulado “As tramas das representações sociais da água na comunidade do Tomé” e desaguamos em nossas considerações finais.

SUMÁRIO

1 AS NASCENTES: UMA INTRODUÇÃO	21
1.1 Objetivos da pesquisa	25
1.1.2 Objetivos específicos	25
1.2 A bússola: o percurso metodológico	26
1.2.1 Desenhando as rotas: pressupostos da pesquisa	26
1.2.2 Escolhendo caminhos	30
1.2.3 Mapa de navegação: método.....	31
1.2.4 Instrumentos de bordo: procedimentos	32
1.2.5 Pra onde segue a correnteza: a análise interpretativa	40
2 CAMINHO DAS ÁGUAS	43
2.1 A centralidade da água	43
2.2 Água – distintas representações.....	46
2.3 Modos de apropriação desigual da água no Brasil	50
2.3.1 Povos indígenas e as águas livres.....	50
2.3.2 Binômio terra e água no Brasil pré-industrial.....	53
2.3.3 Código das Águas – água como força motriz para a industrialização do Brasil	57
2.3.4 O desenvolvimentismo avança na apropriação da natureza.....	62
2.3.5 Política Nacional de Recursos Hídricos.....	67
2.4 Caminho das águas no Ceará.....	69
2.4.1 Atual modelo de gestão dos recursos hídricos no Ceará.....	75
3 A FORÇA DAS REPRESENTAÇÕES	80
3.1 Lançando olhares sobre as representações	80
3.2 Uma perspectiva crítica das representações a partir de Bourdieu	87
3.3 O habitus como mediação reencontrada.....	92
3.4 Linguagem e representações.....	96
4 CHAPADA DO APODI - ARENA DA DISPUTA DE SENTIDOS	99

4.1. De terra castigada à terra prometida – a construção de novas narrativas sobre o Ceará.....	99
4.2 Modernização excludente – os impactos do modelo hegemônico sobre a cultura.....	103
4.3 O Baixo Jaguaribe - novo espaço produtivo para o mercado global?	106
4.4 A tentativa de apropriação da Chapada do Apodi – território de vida ameaçado pelo agronegócio.....	112
4.4.1 A implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi e os impactos negativos sobre as populações locais	114
4.4.2 Água envenenada, vida ameaçada – o envenenamento das águas pelo agronegócio.....	116
4.4.3 A comunidade do Tomé.....	124
5 AS TRAMAS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ÁGUA NA COMUNIDADE DO TOMÉ.....	131
5.1 Que fios tecem a trama da água?	136
5.1.1 A comunidade aponta os nós críticos	137
5.2 O Tomé navega em sua história.....	145
5.2.1 Um rio chamado tempo.....	151
5.3 Flutuando entre a abundância e a escassez	178
5.4 “É tudo pros de fora” – a percepção das injustiças	184
5.5 A contaminação da água por uso de agrotóxicos	189
5.5.1 Intervenções na teia significativa.....	190
5.5.2 A percepção da contaminação	193
5.5.3 A dificuldade de enfrentar o problema	198
5.6 Das águas que calam ou “Quando fala em água todo mundo se cala”	202
5.7 De bem comum à mercadoria	207
6 PARA DESAGUAR OU CONCLUIR: CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	220

1 AS NASCENTES: UMA INTRODUÇÃO

“Queria entender do medo e da coragem,
e da gã que empurra a gente pra fazer tantos atos,
dar corpo ao suceder.”
(Guimarães Rosa)

Embora seja vital para a sobrevivência dos seres humanos, em decorrência de um padrão de desenvolvimento desigual, a água sempre esteve à disposição de poucos no Nordeste brasileiro. Durante muito tempo a responsabilidade por um suposto “atraso” no desenvolvimento econômico da região foi atribuída aos fatores climáticos que limitavam a oferta hídrica para determinadas atividades produtivas. Essa percepção deu origem a uma série de intervenções que se expressaram, sobretudo, na construção de grandes reservatórios de água que, na prática, não resolveram os *problemas* das populações em situação de vulnerabilidade visto que essas águas mantiveram-se concentradas nas mãos de grandes proprietários de terras.

No entanto, a partir da década de 1970 entrou em vigor uma nova fase da exploração capitalista no Nordeste e, sob os auspícios do desenvolvimentismo, iniciou-se a política de implantação de perímetros irrigados. Essa política resultou na criação de “ilhas de prosperidade” encravadas no semiárido nordestino que passaram a se configurar como espaços para a instalação do capital globalizado à custa da desterritorialização das populações locais. De acordo com dados do Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS, entre os anos de 1968 e 1992, o Governo Federal construiu 35 perímetros públicos irrigados no Nordeste, 40% deles apenas no estado do Ceará.

Na década de 1980, a Chapada do Apodi, localizada na região do Baixo Jaguaribe, divisa entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, recebeu em sua porção cearense a instalação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. Com o propósito de garantir oferta hídrica para alavancar a produção agrícola e consolidar o Baixo Jaguaribe como um dos polos de desenvolvimento do Ceará, o perímetro entrou em operação em 1989. Os incentivos fiscais oferecidos pelo governo do estado aliados à ampla oferta hídrica da região, garantida tanto pelo perímetro irrigado quanto pela captação de águas do aquífero Jandaíra, atraíram diversas empresas nacionais e multinacionais do ramo da fruticultura irrigada para a Chapada do Apodi.

O avanço do modelo agroexportador no território em questão tem sido responsável por uma série de impactos socioambientais que afetam diretamente as populações locais. Além da desterritorialização de inúmeras famílias, a inserção do novo modelo agrícola tem provocado alterações significativas no modo de vida e trabalho. Muitos dos pequenos agricultores que foram desapropriados para a implantação do perímetro tiveram que se deslocar para as periferias das cidades próximas, como Limoeiro do Norte e Quixeré e passaram a ser empregados das empresas do agronegócio. Os que permaneceram na Chapada passaram a viver em algumas das comunidades, mas perderam as condições de manter suas atividades agrícolas tradicionais. Além disso, o aumento da migração tem acarretado grandes mudanças na dinâmica de vida local de modo que a população aponta o avanço do consumo de drogas, da exploração sexual e da violência como problemas da região.

O modelo agrícola instalado na Chapada do Apodi se legitima através do discurso modernizador e da geração de emprego e renda. No entanto, tem sido responsável pela proliferação do que há de mais arcaico no que diz respeito às relações trabalhistas, à estrutura fundiária, à manutenção de relações obscuras entre o público e o privado, à negação de direitos das populações locais e ao saque e degradação dos bens ambientais. Por isso, autores como Porto-Gonçalves (2012b) nomeiam esse processo de *modernização agrícola conservadora*.

[...] esse modelo agrário-agrícola que se apresenta como o que há de mais moderno, sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade, atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre as grandes corporações financeiras internacionais, as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes, as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e os grandes latifundiários exportadores de grãos. Esses *latifúndios* produtivos são *mutatis mutandis*, tão modernos como o foram as grandes fazendas de cana-de-açúcar e seus engenhos no Brasil e nas Antilhas dos séculos XVI e XVII. À época, diga-se de passagem, não havia nada de mais moderno. A modernidade bem vale uma missa. (PORTO-GONÇALVES, 2012b, p. 243 e 244, grifos do autor).

Baseado no modo de produção agrícola advindo da chamada “revolução verde” o agronegócio é dependente do uso intensivo de produtos químicos e vem promovendo um acelerado processo de contaminação ambiental e humana. Diversas pesquisas realizadas na região apontaram a contaminação da água que abastece as comunidades da Chapada do Apodi e das águas subterrâneas do aquífero Jandaíra, segunda maior reserva hídrica do Ceará, localizado sob a Chapada.

O conhecimento das populações locais sobre essa realidade fez nascer ações de resistência. Nesse processo, a comunidade do Tomé teve uma atuação fundamental, pois o líder comunitário local, José Maria Filho (Zé Maria do Tomé), junto a outros integrantes da associação comunitária São João, realizou um amplo trabalho de mobilização e denúncia contra os impactos do modelo agrícola sobre a vida das populações locais, sobretudo, no que diz respeito à contaminação das águas e à pulverização aérea. No auge das mobilizações a comunidade teve algumas conquistas a exemplo da Lei Municipal Zé Maria do Tomé que proibia a pulverização aérea de agrotóxicos na Chapada do Apodi. No mesmo período, a justiça determinou que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE garantisse o fornecimento de água potável para a população através de carros-pipa. No entanto, após o assassinato do líder comunitário, em abril de 2010,² houve um arrefecimento da mobilização comunitária e tanto a Lei, que proibia a pulverização, foi derrubada pela Câmara Municipal de Limoeiro do Norte quanto o SAAE interrompeu, sem maiores explicações, o fornecimento de água por carros-pipa à comunidade.

O assassinato de Zé Maria aumentou o clima de insegurança e medo na comunidade do Tomé fazendo com que o problema da água sofresse processos de silenciamento. Além do medo da violência física, a população teme represálias como o corte no abastecimento de água ou processos de demissão em massa contra os trabalhadores. Embora reconheçam a contaminação das águas como uma ameaça à vida e à saúde, tanto que a população é categórica ao afirmar que esse é atualmente o maior problema vivido por eles. O medo imposto pela violência simbólica exercida pelos agentes do poder tem conseguido neutralizar as estratégias coletivas de enfrentamento.

Além da contaminação, a população tem sofrido com os impactos provocados pela exploração das águas do aquífero Jandaíra pelas empresas do agronegócio. Segundo os relatos, o excesso de poços profundos perfurados na região tem causado a redução dos níveis de reserva do aquífero comprometendo o acesso à água pelos pequenos agricultores que se encontram fora da área do

² José Maria Filho foi morto no dia 21 de abril de 2010 num crime com características de pistolagem e execução sumária - 25 perfurações do tórax à cabeça. Em junho de 2012, após a finalização do inquérito policial, o Ministério Público Estadual apresentou denúncia contra quatro pessoas envolvidas com o assassinato, entre elas, são apontados como mandantes do crime o proprietário e o gerente de uma das maiores empresas agrícolas da região. Atualmente, o caso ainda aguarda julgamento.

perímetro e dependem exclusivamente da captação de águas subterrâneas para a produção.

Diante desse contexto, percebemos alterações no modo de uso e significação da água pelas populações locais. Observamos um conflito entre a percepção de mundo que está atrelada à lógica hegemônica do capital, que se impõe e avança sobre os recursos necessários à sobrevivência das comunidades da Chapada, e a afirmação dos modos de vida locais.

Acreditamos que a análise das diferentes formas de uso da água — determinadas pela experiência vivida a partir de apropriações desiguais — e suas distintas significações pode contribuir com uma compreensão ampliada sobre como as comunidades que convivem com a degradação da água em seu território produzem resistência. Assim talvez seja possível lançar perspectivas de enfrentamento à problemática a partir da construção de um conhecimento que parta da intersubjetividade da relação entre sociedade e natureza.

Segundo Guatarri (2001) não é possível responder à crise ecológica sem que se opere uma revolução política, social e cultural que seja capaz de reorientar os objetivos da produção de bens materiais e imateriais; isso, porém, não deverá ocorrer apenas nas relações de forças visíveis em grande escala, mas também nos domínios da sensibilidade e do imaginário, uma vez que as relações estabelecidas com a natureza são também relações culturais.

Portanto, acreditamos que compreender os significados que a água assume para os povos da Chapada do Apodi é fundamental para pensar diferentes modos de uso e gestão que contemplem não apenas os sentidos econômicos forjados dentro de uma sociedade capitalista que atribuiu à água o status de mercadoria, mas também os sentidos simbólicos atribuídos pelos diferentes povos.

1.1 Objetivos da pesquisa

1.1.1 Objetivo geral

Analisar as distintas representações sociais da água na comunidade do Tomé, localizada na Chapada do Apodi (CE), e suas relações com os conflitos socioambientais ocasionados pela implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi na região.

1.1.2 Objetivos específicos

- Construir com a comunidade do Tomé um resgate histórico sobre as formas de acesso e uso da água em seu território identificando as transformações ocorridas no modo de representar e conseqüentemente de se relacionar com a água;
- Compreender como os impactos e as injustiças ambientais decorrentes da instalação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi afetaram as representações sociais da água na comunidade do Tomé;
- Analisar a construção de discursos hegemônicos que tentam legitimar a apropriação da água pelo agronegócio na Chapada do Apodi;
- Analisar as estratégias de resistência tecidas ao longo do tempo pela comunidade do Tomé e os processos de luta pela garantia do acesso à água de qualidade.

1.2 A bússola: o percurso metodológico

1.2.1 *Desenhando as rotas: pressupostos da pesquisa*

Ao longo de nosso processo de pesquisa fomos descobrindo que tão importante quanto conceber um arcabouço teórico e metodológico foi permitirmo-nos vivenciar, praticar, experimentar, deixarmos-nos tocar pelas histórias do passado e do presente que se inter cruzavam sob nosso olhar. Aprendemos que nos entregarmos a um processo de aprendizagem que não ocorre apenas nos espaços institucionais da universidade, mas bem além dele, é fundamental. Passamos a perceber que as opções metodológicas não são apenas um conjunto de métodos e técnicas de pesquisa que elegemos para facilitar o levantamento de dados. Compreendemos que, muito mais que garantir o alcance dos objetivos propostos, a escolha da metodologia nos indicaria o “modo de navegar” ou talvez “modos” seja mais apropriado, pois percebemos também que não existe *uma* maneira de fazer as coisas, mas várias possíveis combinações. No caso de nossa pesquisa, desde o princípio, tivemos a clareza de que o “como” seria tão importante quanto “o que” alcançaríamos com ela.

A relevância do “navegar” se relaciona ao fato de que esta pesquisa não nasce apenas de aspirações pessoais uma vez que integra um esforço maior de compreensão da realidade e construção de conhecimento trans e interdisciplinar no território do Baixo Jaguaribe. Felizmente, esse processo não foi uma construção solitária, pois a escolha da realidade pesquisada, a definição dos objetivos, a inserção no campo, enfim, as fases da pesquisa foram dialogadas tanto com os sujeitos do território onde ela se desenvolveu quanto com os parceiros e parceiras do Núcleo Tramas/UFC³ e do Grupo de Pesquisa do Movimento 21 - GPM21⁴. Aliás, é importante ressaltar que isso explica nossa preferência pelo uso da primeira

³ O Núcleo Tramas/UFC se constitui enquanto um espaço de encontro, formação e práxis de pessoas que comungam o desejo de dedicar-se a processos históricos de emancipação humana e social a partir da Universidade tendo como foco as inter-relações entre Produção, Trabalho, Ambiente e Saúde.

⁴ O GPM21 é o grupo de pesquisa do Movimento 21 (M21) que é uma articulação formada, atualmente, pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, pastorais sociais, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, a CSP-Conlutas, a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM/UECE e o Núcleo Tramas/UFC. O nome do Movimento é uma homenagem ao líder comunitário do Tomé, José Maria Filho, conhecido como Zé Maria do Tomé, assassinado em 21 de abril de 2010.

pessoa do plural ao longo do texto, deixando claro que ela não se manifesta como uma tentativa de distanciamento do “objeto”, mas como reconhecimento de que essa construção se ergue a partir de muitos olhares, reflexões e afetos, ou seja, as vozes aqui presentes se expressam por “nós”.

A inserção em coletivos que ampliaram nossas perspectivas nos faz perceber que nosso navegar se deu por caminhos muito mais amplos do que aquilo que podemos descrever no escopo da metodologia de uma dissertação. Como certa vez observou Bourdieu (2008), a verdade é que as pesquisas publicadas muitas vezes representam um momento privilegiado em uma longa série de trocas que não se restringem aos encontros pontuais, arbitrários e ocasionais delimitados no escopo metodológico registrado. Por isso pontuamos que a maturação das ideias, as teias de relações construídas, as conexões que estabelecemos entre a pesquisa que ora se apresenta e outras pesquisas e ações que se desenrolam no território do Baixo Jaguaribe são também parte dessa trajetória. Afinal, os momentos de aprendizagem coletiva, a participação em atividades de extensão e o envolvimento com os movimentos sociais nos inseriram num circuito que extrapolou as barreiras da Universidade e nos levou a interagir com o campo a partir de uma prática dialógica entre academia, movimentos sociais e sociedade civil.

Foi nessa perspectiva que nos lançamos ao desafio de construir uma pesquisa que tentasse promover um diálogo sincero entre o conhecimento científico e o saber popular pautado na compreensão de que a ciência é mais um modo possível de compreender a realidade e não o único, final e detentor da verdade. (DEMO, 1995). Inclusive, essa é a razão pela qual esta pesquisa não se propõe a encontrar “verdades” factuais, pois entendemos que a realidade a qual nos esforçamos para compreender não se apresenta como um quadro estático pronto para a observação, mas como uma tela em constante movimento que exige de nós o esforço constante de reflexão. Convicção que nos conduziu também ao pensamento de Freire (1990) ao nos alertar para a importância de não reduzir o real a um conjunto de dados materiais ou fatos que se esgotam em si mesmos, mas considerá-lo um todo que une fatos, dados e mais a percepção dos sujeitos envolvidos em sua construção. Sendo a realidade fruto dessa relação dinâmica, entendemos que não é possível reduzir os grupos sociais a objetos de pesquisa.

Simplesmente, não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que, sendo para eles,

um conhecimento do conhecimento anterior (o que se dá ao nível da experiência quotidiana) se torna um novo conhecimento. Se me interessa conhecer os modos de pensar e os níveis de percepção do real dos grupos populares estes grupos não podem ser meras incidências de meu estudo. (FREIRE, 1990, p. 35).

A afinidade com essa perspectiva nos conduziu a uma metodologia de investigação que integrou diferentes sujeitos em seu desenvolvimento. Acreditando na possibilidade de construir conhecimento de forma compartilhada e solidária, nosso percurso metodológico tentou trilhar o caminho proposto por Santos (2005) quando fala em *ecologia de saberes* como uma possibilidade de enfrentamento crítico ao caráter colonialista que a universidade moderna por tanto tempo assumiu. Para Santos (2005) a *ecologia de saberes* exige uma mudança epistemológica no interior da própria academia e atua como uma extensão ao contrário, ou seja, parte da sociedade para dentro da universidade. Desse modo, a *ecologia de saberes* consiste na promoção de um diálogo verdadeiro entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos leigos, populares, tradicionais e outros que circulam na sociedade. É fruto da compreensão de que, ao assumir o conhecimento científico como o único válido, a universidade contribuiu historicamente para a desqualificação dos conhecimentos populares e ocasionou a marginalização de diversos grupos sociais que a ela não possuíam acesso. Santos (2005) sugere que no seio da injustiça social há também uma injustiça cognitiva e para que seja possível quebrar essa barreira faz-se necessário a emergência da *ecologia de saberes* que pode ser descrita como

[...] conjuntos de práticas que promovem uma nova convivência activa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer nesse diálogo. Implica uma vasta gama de acções de valorização, tanto do conhecimento científico, como de outros conhecimentos práticos, considerados úteis, cuja partilha por pesquisadores, estudantes e grupos de cidadãos serve de base à criação de comunidades epistêmicas mais amplas que convertem a universidade num espaço público de interconhecimento onde os cidadãos e os grupos sociais podem intervir sem ser exclusivamente na posição de aprendizes. (SANTOS, 2005, p. 177, 178).

Por acreditarmos nesse caminho, consideramos que nossa metodologia está integrada a um processo maior conduzido coletivamente pelas comunidades epistêmicas que integramos, portanto, não se restringe aos materiais, procedimentos e métodos desenhados para produzir os resultados desta pesquisa, embora façamos aqui o esforço de tentar delimitá-los.

A própria construção do objeto de pesquisa evidencia o modo coletivo de

caminhar sobre o qual estamos falando, pois não foi uma criação individual minha enquanto pesquisadora. Embora minhas afinidades e interesses tenham sido considerados, a escolha da realidade a ser estudada partiu de uma demanda real das comunidades da Chapada do Apodi. Em duas oportunidades, proporcionadas pelas vivências junto ao Grupo de Pesquisa do M21, foi possível dialogar com os sujeitos locais e ouvir as demandas que estes tinham em relação às pesquisas. Nessas ocasiões, a questão da água se colocou como urgente para a população que, através de gestos, olhares e palavras, expressou seus anseios de compreender e interferir na problemática da apropriação e contaminação das águas na Chapada do Apodi. Portanto, a própria escolha do objeto de pesquisa partiu do compromisso que assumimos ao tentar responder a interpelação de Freire (1990):

[...] considero importante, nesta altura da conversa, insistir mais uma vez sobre o caráter político da atividade científica. A quem sirvo com a minha ciência? Esta deve ser uma pergunta constante a ser feita por todos nós. E devemos ser coerentes com a nossa opção, exprimindo a nossa coerência na nossa prática. (FREIRE, 1990, p.36).

Desse modo, não tememos evidenciar nossa escolha ética e política pelas populações vulnerabilizadas, ao contrário, acreditamos que elucidar o “lugar” do qual falamos dentro do campo científico é a forma mais honesta de proceder, pois permite a nós e aos outros o exercício de reflexão sobre nossas práticas. Afinal, quanto maior nossa capacidade de autorreconhecimento maior será também nossa capacidade de autorreflexão e melhores nossas chances de construir processos idôneos. Importante pontuar que, assim como Demo (1995), acreditamos que a objetividade total é uma meta inalcançável uma vez que na realidade social existe um fundo de coincidência entre o sujeito e o objeto de modo que não é possível estudar a realidade de fora como se pudéssemos nos desfazer de nossa própria pele. Sabemos que muitas vezes o conceito de objetividade serviu para cobrir a ciência com um véu de neutralidade o que, entre outras coisas, serviu para atender a interesses velados, difundir conceitos e manter hierarquias arbitrárias.

Diante disso, Demo (1995) propõe uma reflexão não em termos de objetividade, mas de objetivação. Essa perspectiva busca a compreensão de que a análise da realidade precisa partir do reconhecimento de que o sujeito da pesquisa também pertence ao contexto do objeto de estudo, portanto, implica a consideração de que mesmo os pesquisadores são atravessados por ideologias as quais não devem ser ignoradas ou disfarçadas, mas controladas. Controle esse que pode ser

realizado pelo reconhecimento crítico e autocrítico e pela submissão das ideologias ao debate e à discussão. Não se trata de assumir um ponto de vista parcial e com isso produzir uma fantasia com ares de cientificidade, mas de assumir a posição da qual emana nossa fala dentro do campo científico.

1.2.2 Escolhendo caminhos

Refletindo sobre escolhas metodológicas Porto-Gonçalves (2006) faz uma interessante provocação ao questionar como uma ciência que pretende desvendar o desconhecido pode, antes mesmo de entrar em relação com a realidade a ser estudada, definir um método.

Ora, se a ciência caminha em direção ao desconhecido, qual é o caminho - o *método* - que leva até lá? Estranho paradoxo esse o de pretender dominar um método que nos permita desvendar o mistério da natureza das coisas antes de entrar numa relação efetiva com elas. Na verdade, como nos ensina o físico e filósofo Gaston Bachelard, nenhum método pode ser construído a não ser na relação com o objeto. Ou, como dizia Ernesto "Che" Guevara, "El camino se hace al caminar"... Estas observações, sabemos, poderão ser classificadas de "espontaneístas" ou românticas e seremos, talvez, censurados por essa associação pouco usual de Bachelard e Guevara, quando eles se envolviam com preocupações tão diferentes. Todavia, talvez o que autoriza exatamente essa aproximação seja a abertura e a flexibilidade de espírito que esses dois homens conseguiam ter diante de questões tão sérias como a ciência e a política... Seriedade e rigor científico não devem ser, portanto, confundidos com dogmatismo. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.23 e 24, grifos do autor).

Na esteira dessa reflexão, concebemos o método a partir de nossa aproximação com a realidade estudada de modo que ele foi construído, de fato, ao longo do caminhar da pesquisa. Evidente que isso não quer dizer que deixamos de nos munir de referenciais antes de entrar em campo, mas que estivemos o tempo todo em alerta para as necessidades de adequação que se mostrassem necessárias. Nesse sentido, diante de um objeto complexo, nos abrimos para a possibilidade de integrar diferentes abordagens metodológicas seguindo indicações de Bourdieu (2007) ao afirmar que

[...] é preciso desconfiar das recusas sectárias que se escondem por detrás de profissões de fé demasiado exclusivas e tentar, em cada caso, mobilizar todas as técnicas que, dada a definição do objeto, possam parecer pertinentes e que, dadas as condições práticas de recolha dos dados, são praticamente utilizáveis. (BOURDIEU, 2007, p.26).

Como nossos objetivos visam captar representações da água dentro de um contexto permeado por relações assimétricas de poder fortemente marcadas nas

estruturas objetivas do mundo social, pensamos que nossa metodologia deveria enveredar por caminhos que considerassem tanto os elementos objetivos quanto subjetivos.

De acordo com Bourdieu (2007) não há razão para ruptura entre objetividade e subjetividade quando nosso objeto é a realidade social, sobretudo, quando tratamos de suas representações, uma vez que as ideias, visões de mundo e representações são tributárias de suas próprias condições de produção. Essa postura implica em rejeitar reduções objetivistas que neguem a prática dos sujeitos e se limitem as relações de coerção impostas pela estrutura, mas também o subjetivismo que desconsidera a gênese social das ações individuais. Buscamos então compreender a realidade não a partir das explicações, sentimentos e reações particulares dos indivíduos, mas através da estrutura historicizada que se impõe sobre os pensamentos e as ações dos agentes (individuais e coletivos). A relação entre as estruturas objetivas e as representações é, portanto, recíproca e permanente de maneira que “restituir ao mesmo tempo as estruturas objectivas e a relação com essas estruturas [...] é munir-se de um meio de explicar mais completamente a ‘realidade’.” (BOURDIEU, 2007, p.118). Tendo isso em vista, partimos para a construção de um desenho metodológico que nos permitisse usar métodos e técnicas variados para ampliar as possibilidades de investigação e interpretação da realidade pesquisada.

1.2.3 Mapa de navegação: método

Na perspectiva de compreender as estruturas objetivas em relação às quais se conformam as representações da água na Chapada do Apodi, nos esforçamos para resgatar o contexto sócio-histórico que resultou no atual modelo de gestão, apropriação e modos de uso da água no território. Através do estudo de outras pesquisas que se desenvolveram na região, do levantamento histórico dos processos de gestão da água no Brasil e no Ceará e das políticas públicas de irrigação tentamos reconstruir as condições históricas e sociais na qual são produzidas e circulam as representações. Essa é uma etapa que Thompson (2009) identifica na proposta metodológica da Hermenêutica de Profundidade (HP) como *análise sócio-histórica*. Segundo Thompson (2009), as formas simbólicas não são produzidas num vazio, mas construídas, transformadas e repassadas em contextos

estruturais específicos, por isso, a compreensão dessas estruturas nos ajudam a identificar assimetrias, disputas e divisões pulsantes no campo estudado.

De acordo com Bourdieu (2004), metodologicamente, a compreensão das estruturas é fundamental e pode ser considerado o momento objetivista da pesquisa. Isso, porém, não implica em desconsiderar a subjetividade envolvida no processo de construção da realidade, mas compreender que as estruturas objetivas que construímos no momento objetivista são o fundamento das representações subjetivas e pesam como coações estruturais. No entanto, é preciso reconhecer que ao mesmo tempo precisamos atentar para a importância de considerar as representações como conhecimento válido e como tal “devem ser retidas, sobretudo se quisermos explicar as lutas cotidianas, individuais ou coletivas, que visam conservar ou transformar a estrutura.” (BOURDIEU, 2004, p. 152).

Outra etapa fundamental para a metodologia proposta pela Hermenêutica de Profundidade é a *interpretação da doxa*. Conforme Thompson (2009), esse seria o momento da decifração da vida cotidiana com o objetivo de nela identificar o modo pelo qual os sujeitos compreendem a realidade, ou seja, é o momento etnográfico da pesquisa. Para Bourdieu (2004) a *doxa* opera como uma espécie de senso comum e contempla tudo aquilo que é admitido como “sendo assim mesmo”, ou seja, nela operam os sistemas de classificação do mundo social, por isso sua compreensão é fundamental para que tenhamos acesso às representações.

Seguindo a proposta da HP, realizamos também o trabalho de *análise formal ou discursiva* que busca compreender as formas simbólicas em relação ao contexto sócio-histórico utilizando análises formais como a análise do discurso. Finalmente, empreendemos o que Thompson (2009) chama de *reinterpretação* um processo que parte da compreensão de que as formas simbólicas, entre elas as representações, fazem parte de um campo já pré-interpretado pelos próprios sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico, portanto, trata-se de uma explicação interpretativa do fenômeno investigado e funciona como uma síntese que integra o conteúdo das formas simbólicas à análise do contexto de sua produção.

1.2.4 Instrumentos de bordo: procedimentos

Partindo da compreensão da psicologia social e dos estudos sociológicos, discutidos em nosso referencial teórico, concebemos as representações como

formas de compreensão e decodificação do mundo social que se transfiguram em conhecimento prático na medida em que são postas em movimento para que os sujeitos possam agir sobre a realidade, portanto, as representações são práticas e simbólicas ao mesmo tempo. Além disso, as consideramos “sociais”, pois acreditamos que são construídas, transmitidas e assimiladas nas relações estabelecidas no âmbito do mundo social. Essa concepção nos levou a propor métodos investigativos que buscaram captar as representações dos sujeitos dentro da teia de relações em que estão envolvidos. Isso significa dizer que nosso interesse não se centrou nos sujeitos enquanto indivíduos atomizados, mas enquanto portadores de uma historicidade e possuidores de *habitus* incorporados a partir de uma determinada estrutura. Portanto, tentamos compreender a teia de relações estabelecidas no campo pesquisado para que pudéssemos compreender de modo contextualizado os discursos dos sujeitos da pesquisa.

Nossa pesquisa sobre as representações da água na Chapada do Apodi se concentrou na comunidade do Tomé que tem seus limites territoriais divididos entre os municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré e possui uma população estimada em 2.012 pessoas⁵. As razões que nos levaram a optar pelo Tomé, entre as várias comunidades da Chapada, residem no fato dela ter sido o primeiro núcleo populacional da porção cearense da Chapada do Apodi, por ter sido também a primeira comunidade a receber água do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi para o consumo humano e, principalmente, pelo histórico de organização comunitária em defesa da qualidade da água. Esse fato foi fundamental para que houvesse interesse dos membros da comunidade em participar do desenvolvimento da pesquisa.

Na perspectiva de envolver pessoas da própria comunidade no processo de pesquisa trabalhamos com a formação do que passamos a chamar de *grupo de pesquisa ampliado*. O grupo funcionou como um coletivo reflexivo que reuniu a pesquisadora e membros da comunidade tanto para debater a temática da água quanto para balizar o próprio desenvolvimento do processo metodológico. Assim, constituímos um grupo composto por um total de 14 pessoas: 11 membros da comunidade do Tomé, a pesquisadora que ora apresenta esta dissertação, um

⁵ De acordo com informações que nos foram fornecidas por uma agente de saúde da comunidade.

membro da equipe do Núcleo Tramas/UFC⁶ - que acompanhou e contribuiu com todo o trabalho de campo -, e um arte-educador⁷ que contribuiu com a facilitação dos encontros. O processo de trabalho do grupo de pesquisa será detalhado adiante.

Além dos trabalhos junto ao grupo, consideramos essencial a realização de entrevistas individuais, por isso foram realizadas 19 entrevistas em profundidade com membros da comunidade indicados pelo grupo de pesquisa, alguns membros do próprio grupo também foram entrevistados. Os procedimentos das entrevistas serão explicitados mais a frente.

Além das entrevistas e das reuniões de grupo, realizamos um trabalho de campo de base etnográfica, pois consideramos que há uma variedade de fenômenos importantes que não podem ser captados através da análise documental e muitas vezes nem pela aplicação de entrevistas, pois fazem parte do que Malinovski (1997, p. 31) classifica como “os *imponderabilia* da vida real”. Pensamos que esses fenômenos são mais plenamente observáveis quando acessamos a diversidade de interações da vida cotidiana. Para isso, fizemos o uso da observação participante que, segundo Fernandes (2011) pode ser compreendida como um modo de levantamento de dados que pressupõe convívio e compartilhamento de experiências no contexto das relações sociais em que vivem os sujeitos. Nesse sentido, consideramos que a observação participante significa uma possibilidade aberta para a captura das ações e dos discursos no ato e no contexto em que ocorrem.

Para a realização do trabalho de campo, no que diz respeito à etapa propriamente etnográfica da pesquisa, tentamos seguir as orientações de Goldman (2003) para quem o trabalho de campo não deve se limitar a um mero processo de observação de comportamentos, nem a formas de conversão que visam assumir o ponto de vista do outro e nem, muito menos, um processo de transformação substancial na qual o pesquisador tenta ser/parecer um dos membros do grupo. Assim, tentamos compreender o processo etnográfico como um “devir”, tal como proposto pelo conceito deleuziano, ou seja, como um “movimento através do qual um sujeito sai de sua própria condição por meio de uma relação de afetos que

⁶ Francisco Tiago Costa de Castro – Engenheiro de Pesca, mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente e integrante do Núcleo Tramas/UFC.

⁷ Fernando Antônio Fontenele Leão – arte-educador, professor do Curso de Teatro do Instituto Federal de Educação do Ceará - IFCE.

consegue estabelecer com uma condição outra.” (GOLDMAN, 2003, p.464). Esse processo foi desenvolvido ao longo do trabalho de campo que totalizou 06 meses, tendo início em novembro de 2012 e finalizando em abril de 2013.

Nossa perspectiva foi a de conjugar entrevistas em profundidade, observação participante e encontros do grupo de pesquisa formando uma metodologia triangular que nos permitisse caminhar em direção ao que Figueiredo (2007) propõe quando fala de um movimento de “aproximações adequadas e, em ‘zoom’, ir e vir, nos distanciarmos e nos aproximarmos na constituição dessa tessitura da teia, da trama e fios do real interpretado.” (FIGUEIREDO, 2007, p.168).

1.3.4.1 O grupo de pesquisa

O grupo de pesquisa foi formado com o objetivo de debater o tema da água junto aos membros da comunidade. Para compor o grupo, conversamos individualmente com algumas pessoas da comunidade que nos foram apresentadas ainda na fase de visitas exploratórias ao campo por membros do Núcleo Tramas/UFC que já tinham realizado pesquisas anteriores na Chapada do Apodi. As pessoas com as quais conversamos possuíam alguma relação com a associação comunitária local ou estavam integradas a espaços nos quais interagem com muitos membros da comunidade como as escolas ou grupos da igreja católica. Inicialmente explicamos a todas as pessoas a proposta de pesquisa e as convidamos para participar do grupo de modo que a adesão ocorreu de forma espontânea.

Assim, o grupo foi formado por 11 integrantes da comunidade com o seguinte perfil: Machado, 47 anos, agricultor; Joaquina, 35 anos, agricultora; Miriam, 38 anos, agricultora; Tiago, 46 anos, agricultor; Kennedy, 18 anos, estudante; Zilma, 43 anos, agricultora; Alex, 31 anos, agricultor; Mari, 20 anos, estudante; Joana, 57 anos, agricultora; Nicole, 21 anos, estudante e Eulália, 54 anos, agricultora. Observamos que os nomes aqui utilizados, tanto dos integrantes do grupo quanto das pessoas entrevistadas, são fictícios e foram escolhidos pelos próprios sujeitos como forma de proteger suas identidades.

Ao longo da pesquisa de campo esse coletivo se reuniu em quatro encontros com duração média de 04 horas. A seguir apresentamos uma síntese desses momentos.

Encontro 01 – Revelando os nós críticos em relação à água.

O primeiro encontro do grupo foi realizado no dia 16 de dezembro de 2012 e teve como finalidade: apresentar e debater a pesquisa, seus objetivos e metodologia, firmar os acordos coletivos e as datas dos encontros seguintes e fazer um primeiro levantamento sobre os nós críticos em relação à água. Esse momento foi fundamental para que nos situássemos em campo e dele emergiram as questões que nos ajudaram a nortear o processo de observação participante. Além disso, foi o momento de elencarmos juntos as pessoas que seriam convidadas para as entrevistas individuais.

Encontro 02 – Um rio chamado tempo

Realizado no dia 09 de março de 2013, esse encontro teve como objetivo a construção coletiva da linha do tempo da história da água na comunidade do Tomé a qual chamamos de “rio do tempo”. Foi o momento de trazer à tona a trajetória de ações e sentidos em relação à água para a comunidade.

Encontro 03 – As mediações

O terceiro encontro aconteceu no dia 23 de março de 2013. Nos propomos a realizar um debate sobre a problemática da contaminação da água por uso de agrotóxicos na Chapada do Apodi a partir de uma reportagem produzida por um programa de televisão da TV Globo. O objetivo era gerar no grupo um debate sobre o tema a partir do discurso produzido por um meio de comunicação massivo, pois buscávamos identificar as negociações de sentido estabelecidas no ato de recepção e mediação das informações produzidas sobre a realidade vivida pela comunidade.

Encontro 04 – As resistências

O último encontro ocorreu no dia 13 de abril de 2013 e teve como foco o resgate dos processos de mobilização e luta comunitária que os povos da Chapada vêm trilhando ao longo do tempo nas questões relativas à água.

1.3.4.2 As entrevistas

As entrevistas fizeram parte de uma etapa fundamental de nossa metodologia. Com elas objetivamos acessar memórias e discursos que revelassem a teia das representações da água. Optamos pela realização de entrevistas de caráter

livre, pois, assim como Thompson (1992), acreditamos que este é o método mais adequado quando nosso principal objetivo não é buscar informações, evidências ou fatos que falem por si mesmos, mas fazer um registro de como homens e mulheres interpretam a realidade. Nessa perspectiva, a própria maneira de falar das pessoas, as coisas que elas elegem para destacar ou ocultar, as palavras escolhidas são tão importantes que, quanto menos o depoimento dos entrevistados for “moldado pelas perguntas do entrevistador, melhor” (THOMPSON, 1992, p.528). No entanto, o autor salienta que não é possível a existência de uma entrevista completamente livre uma vez que

[...] para começar, já é preciso estabelecer um contexto social, o objetivo deve ser explicado, e pelo menos uma pergunta inicial precisa ser feita; e isso tudo, juntamente com os pressupostos não expressos, cria expectativas que moldam o que vem a seguir. (THOMPSON, 1992, p. 258).

Nesse sentido, as entrevistas foram concebidas como conversas que iniciavam sempre com a explicitação de nossa pesquisa e a escuta sobre as impressões de nossos interlocutores sobre ela. Fizemos isso tentando garantir o estabelecimento do que Bourdieu (2008b) chama de uma “comunicação não violenta” na relação de entrevista. Para o autor, é preciso reconhecer que pode existir uma distância entre a finalidade da entrevista para o entrevistado e para o entrevistador e, para reduzir as distorções que podem derivar dessa dissimetria, é importante explicitar nossos objetivos aos entrevistados e ouvir deles as razões pelas quais se dispõem a estabelecer o diálogo conosco. Só assim, segundo Bourdieu (2008) temos condições de compreender as censuras que os impedem de falar certas coisas e as incitações que os levam a acentuar outras.

Outro fator importante que nos possibilitou o estabelecimento de uma “comunicação não violenta” foi a forma de escolher e acessar os entrevistados. Todos foram elencados e contatados pelos membros do grupo de pesquisa formado pelas próprias pessoas da comunidade. De acordo com Bourdieu (2008b), buscar as pessoas através de outras com as quais elas já possuem relações de confiança nos ajuda a estabelecer familiaridade reduzindo as chances de que a interação entre pesquisador e entrevistado seja permeada pela violência simbólica comum às entrevistas realizadas de modo invasivo e arbitrário.

Assim, o grupo de pesquisa identificou um total de 33 pessoas que poderiam ser entrevistadas. Os critérios de escolha se basearam na proximidade e

no interesse que o grupo achava que essas pessoas tinham pelo tema da água e/ou as posições de referência que, por alguma razão, ocupavam na comunidade. A partir disso, consideramos o critério de diversidade de idade, sexo e ocupação para selecionarmos 20 com as quais começaríamos a dialogar para agendar as entrevistas. O critério relativo à quantidade de pessoas a serem entrevistadas seguiu o que Pereira de Sá (1998) chama de critério de “saturação”, ou seja, chega-se ao número limite, não pré-determinado, quando os argumentos dos entrevistados começam a se repetir, o que indicaria que aumentar o número de entrevistas não acrescentaria substancialmente elementos novos dado que os pontos centrais do conteúdo da representação já teriam aparecido. Desse modo, estabelecemos 20 pessoas inicialmente, mas estávamos dispostas a parar antes do número referencial, caso a “saturação” ocorresse antes ou ampliar o universo, caso fosse necessário. No entanto, acreditamos que chegamos ao ponto de “saturação” por volta da décima quarta entrevista, mesmo assim, fomos um pouco adiante e totalizamos 19 entrevistas.

O universo de entrevistados foi composto por 11 (onze) mulheres e 08 (oito) homens com idades variando entre 20 e 80 anos. Todas as pessoas entrevistadas vivem na comunidade do Tomé sendo que 14 (quatorze) nasceram na própria comunidade, 04 (quatro) vieram de outras comunidades da Chapada do Apodi e apenas 01 (uma) veio de outra cidade. Em relação às ocupações, 12 (doze) se autodenominaram agricultores ou agricultoras, 02 (duas) como estudantes, 02 (duas) como professoras, 01 (uma) como comerciante, 01 (uma) como dona de casa e 01 (uma) como agente de saúde.

As 19 (dezenove) entrevistas foram realizadas durante o período de trabalho de campo nas seguintes datas: 23 e 24 de fevereiro de 2013; 02, 22, 24 e 25 de março de 2013 e, finalmente, 14, 21, 22 e 24 de abril de 2013.

A realização das entrevistas ocorreu dando toda a liberdade aos entrevistados de escolherem o melhor momento e local de modo que ficassem completamente à vontade. A aproximação com cada um dos entrevistados foi feita cuidadosamente sob o intermédio de nossos parceiros do grupo de pesquisa que muitas vezes nos acompanharam nos momentos de apresentação e agendamento.

Embora as entrevistas tenham tido um caráter livre, dois pontos balizaram o processo: a relevância e os significados atribuídos à água e as percepções sobre o modo de uso na comunidade e suas transformações ao longo do tempo,

principalmente, a partir da instalação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. No entanto, muitas vezes não foi preciso elaborar uma pergunta propriamente dita, bastava oferecer a água como tema gerador para que as pessoas fossem desenvolvendo suas reflexões e precisássemos nos limitar a uma escuta atenta e a pequenas intervenções que os estimulassem a aprofundar algumas questões. Mais uma vez, seguimos as orientações de Bourdieu (2008) para quem a entrevista pode ser considerada um “exercício espiritual” no sentido de provocar no entrevistado uma conversão no olhar que favoreça ao “esquecimento de si” o que implica numa

[...] disposição acolhedora que inclina a fazer seus os problemas do pesquisado, a aptidão a aceitá-lo e compreendê-lo tal como ele é, na sua necessidade singular é uma espécie de *amor intelectual* [...] Oferecendo-lhe uma situação de comunicação completamente excepcional, livre dos constrangimentos, principalmente temporais, que pesam sobre a maior parte das trocas cotidianas e abrindo-lhes alternativas que o incitam ou o autorizam a exprimir mal-estares, faltas ou necessidades que ele descobre exprimindo-os, o pesquisador contribui para criar condições de aparecimento de um discurso extraordinário, que poderia nunca ter tido e que, todavia, já estava lá, esperando suas condições de atualização. (BOURDIEU, 2008b, p.704).

Esse procedimento se mostrou extremamente rico, pois percebemos que algumas pessoas aproveitaram a oportunidade para expressar reflexões que muitas vezes pareciam estar reprimidas ou mesmo a chegarem a conclusões que, por vezes, pareciam ter evitado até então. Talvez por isso, Bourdieu (2008b) compare esse procedimento de entrevista com uma *auto-análise provocada e dirigida*.

O material oriundo das entrevistas resultou em pouco mais de 20 horas de áudio que optamos por transcrever pessoalmente. Essa escolha se deu por acreditarmos que o trabalho de transcrição é também um trabalho fundamental para a análise que nos propomos a fazer, uma vez que o processo de análise começa nele.

[...] a transcrição muito literal (a simples pontuação, o lugar de uma vírgula, por exemplo, podem comandar todo o sentido de uma frase) já é uma verdadeira tradução ou até uma interpretação. Com mais razão ainda, a que é aqui proposta: rompendo com a ilusão espontaneísta do discurso que 'fala por si mesmo', a transcrição joga deliberadamente com a pragmática da escrita (principalmente pela introdução de títulos e de subtítulos feitos de frases tomadas da entrevista) para orientar a atenção do leitor para os traços sociologicamente pertinentes que a percepção desarmada ou distraída deixaria escapar. (BOURDIEU, 2008b, p.709).

O cuidado de manter a fidelidade ao que foi transmitido pelos nossos informantes nos fez optar por manter as marcas da oralidade, as pausas,

comentários sobre as expressões ou gestos, o modo de falar, incluindo possíveis faltas de concordância e neologismos. No entanto, em alguns momentos, para facilitar o entendimento daquilo que os informantes pretendiam expressar, decidimos retirar redundâncias e alguns vícios de linguagem, mas todos os cortes foram assinalados, além disso, não trocamos nenhuma palavra ou fizemos inversões de ordem.

1.2.5 Pra onde segue a correnteza: a análise interpretativa

Para a análise do material coletado ao longo da pesquisa de campo, realizamos um estudo das informações produzidas no âmbito dos trabalhos do grupo e das entrevistas. Todo o material coletado foi transcrito por nós mesmos para constituir o *corpus* da análise através de um processo cuidadoso de escuta no qual atentamos em passar para o papel as falas dos sujeitos com o maior nível de detalhamento possível, considerando não só as palavras emitidas, mas também as pausas, interrupções, respirações e outras inferências. Após a transcrição, trabalhamos o conteúdo através de categorizações temáticas estabelecendo diálogo com os referenciais teóricos da pesquisa.

Para a análise do *corpus* construído trabalhamos com a Análise do Discurso (AD), pois acreditamos que esta consiste na mais adequada das formas de análise para o objeto em questão uma vez que não se prende à compreensão e apreensão do conteúdo do texto, mas buscar nele as suas próprias condições de produção.

A AD visa fazer compreender como objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A AD não estaciona na interpretação, trabalha nos seus limites, seus mecanismos, como parte do processo de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma "chave" de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender. (ORLANDI, 2005, p. 26).

A AD tem sido muito utilizada por ter se mostrado adequada para o trabalho com dados qualitativos, principalmente quando se trata de identificação de relações de poder permeadas por mecanismos de dominação ideológicos expressos na linguagem que por ela é compreendida como “[...] constitutiva de realidade e um instrumento para atuarmos sobre o mundo, inclusive sobre nossos semelhantes.”

(GRACIA, 2004, p. 41). Para a AD, a linguagem não está submersa na cabeça dos sujeitos, mas evidente no mundo em toda sua exterioridade. Portanto, não pode ser compreendida apenas como uma descrição de nós mesmos ou da realidade em que vivemos uma vez que ela também a constitui.

Essa compreensão é fundamental para nossa pesquisa uma vez que trabalharemos com os discursos dos sujeitos compreendendo-os não como algo que emana do interior de uma subjetividade atomizada, mas como algo que se articula a partir de um conjunto de condições que permitem as práticas. Compreender o discurso no âmbito da realização de práticas discursivas nos faz entender que o ato de falar não se reduz a exteriorização de um pensamento ou a descrição de uma realidade, pois falar é também uma prática, é fazer algo, ou seja, é também “criar aquilo de que se fala, quando se fala.” (IÑIGUEZ, 2004, p. 95). Portanto, corroborando com Foucault (1972), podemos dizer que o discurso é mais que um conjunto de enunciados, pois ele em si constitui uma prática e, como qualquer outra prática social, é possível definir suas condições de produção.

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que diz: é, ao contrário, um conjunto em que se podem determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade consigo mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos. (FOUCAULT, 1972, p. 70).

O discurso é aqui compreendido como um conjunto de práticas linguísticas capazes de promover e manter relações sociais. Nesse sentido, sua análise consiste em estudar como essas práticas se realizam no presente evidenciando o poder da linguagem como constituinte da realidade social. Todo discurso é produzido dentro de um contexto ao qual Foucault (1972) denomina de *formação discursiva* e que se constitui como uma articulação reguladora dos discursos ao definir a circulação de determinados enunciados em detrimento de outros, em última instância, é ela quem prescreve o que deve ser posto na prática discursiva para que essa se refira a esse ou àquele objeto.

Por sistema de formação, é preciso, pois, compreender um feixe complexo de relações que funcionam como regra: prescreve o que deve ser relacionado, em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que ponha em jogo tal ou qual enunciação, para que utilize tal ou qual conceito, para que organize tal e qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática. (FOUCAULT, 1972, p. 92).

É nesse sentido que nossa perspectiva não é a de compreender os discursos como meros conjuntos de signos, mas como práticas que formam os objetos dos quais falam. Desse modo, nos afastamos da concepção de que os discursos servem apenas como suporte das representações ou se configuram como um simples ponto de vista, pois o compreendemos como um dispositivo de construção de sentido. Por isso, a análise aqui empreendida buscará não se limitar a encontrar as representações que estariam submersas nas teias do discurso, mas identificar as formações discursivas da qual emanam e compreender como as práticas discursivas mobilizam forças e produzem representações capazes não só de falar sobre os objetos, mas também de constituí-los.

2 CAMINHO DAS ÁGUAS

2.1 A centralidade da água

A água possui, enquanto elemento físico, importância fundamental para a manutenção da vida no planeta, pois é componente essencial para o equilíbrio dos mais variados ecossistemas e à própria composição dos seres vivos. Os seres humanos precisam de água para realizar as funções básicas do organismo como a diluição de sólidos, o funcionamento normal dos órgãos, a eliminação de impurezas e a manutenção da temperatura corporal. Entre 70% a 75% do corpo humano é composto de água, a depender de fatores como idade, sexo e estrutura corpórea (REBOUÇAS, 1999).

Além disso, esse elemento cumpre uma função sistêmica no planeta, pois alimenta um fluxo contínuo de energia e matéria. Sendo a substância mais abundante da terra, compõe a hidrosfera, camada que ocupa 77% da superfície terrestre. É possível estimar o montante geral de água no planeta em 1.386 milhões de km³, distribuído na proporção de 97,5% de água salgada e 2,5% de água doce. Esse volume de água se mantém inalterado há pelo menos 500 milhões de anos através de um ciclo complexo e autorregulável que se renova constantemente. O ciclo hidrológico garante que a água circule num processo permanente de transferência entre atmosfera, superfície, subterrâneos, alimentando rios, mares, oceanos e geleiras e retornando para atmosfera num fluxo contínuo de renovação (REBOUÇAS, 1999).

Embora o volume total de água do planeta seja grande, é preciso observar que sua distribuição depende de diversos fatores ambientais, portanto, não é uniforme. Além disso, o montante de água doce, própria para o consumo humano, representa o menor volume disponível e está distribuída da seguinte forma: 68,9% em forma de gelo e neves eternas; 30,8% no solo e subsolo, sendo 29,9% em reservatórios subterrâneos e 0,9% em situações diversas, como umidade dos solos e pântanos; e apenas 0,3% está disponível em rios, lagos e lagoas (TUNDISI, 2003).

A distribuição de água doce depende de fatores tais como: volume de precipitações; velocidade de escoamento superficial; volume dos fluxos de águas subterrâneas; evaporação e evapo-transpiração, por isso, a distribuição espacial de água doce ao redor do mundo acaba sendo irregular. Segundo Rebouças (1999) as

descargas dos rios dos nove países mais abastados em volume de águas doces representa 60% do total global, dando um claro exemplo de como esses fatores afetam a distribuição física igualitária da água entre as diferentes regiões do globo. A distribuição heterogênea por si só já seria um fator relevante a ser considerado na reflexão sobre as diferentes formas de apropriação e utilização da água pelos seres humanos. No entanto, mais do que a importância da água enquanto elemento físico, queremos salientar que a água é também um elemento fundante da organização territorial e cultural das populações humanas.

A abundância ou ausência de água foi historicamente determinante para a formação de territórios, para o surgimento de sociedades e para a organização de atividades produtivas. A manipulação da água também foi fundamental no processo de fixação de populações e surgimento das primeiras sociedades sedentárias, sobretudo, a partir do desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

Os caçadores-coletores utilizavam os bens ambientais de forma coletiva para garantir as condições básicas de sobrevivência, portanto, não havia a necessidade de apropriação privada da natureza. Na medida em que determinados grupos humanos mudaram a forma de produção de suas próprias condições de existência, através da agricultura e da pecuária, a relação com o espaço também mudou. Os grupos passaram a ter necessidade de se fixar em determinados locais pelo menos durante o tempo de produção das plantações. Os locais em que armavam acampamento geralmente ficavam próximos de reservatórios de água, o que facilitava a irrigação das áreas plantadas.

O advento da nova forma de produzir foi então responsável pela formação dos primeiros grandes assentamentos humanos e mudou radicalmente a relação dos seres humanos com a natureza, alterando o modo de utilização de seus elementos, entre eles a água (FIGUEIREDO, 2007).

Lembremos que já na pré-história e, em particular, na transição entre os períodos neolítico e paleolítico, na substituição dos hábitos nômades pelos sedentários, ocorreu o advento das "sociedades hidráulicas". Sociedades que se consolidavam as margens de leitos d'água que lhes serviriam de suporte vital, proporcionando condições essenciais à irrigação do plantio, como suprimento líquido, como higienizador e mesmo para cultos religiosos. Destacam-se a civilização Egípcia com o rio Nilo; a Mesopotâmica entre o Tigre e o Eufrates; a Palestina (Hebraica) com Jordão; a Cretense, às margens do mar, bem como Fenícios, os primeiros grandes navegadores. Ressaltam-se também a milenar China com o rio Amarelo e a Índia com o Ganges. Os Gregos utilizaram eficientemente a água salgada e os Romanos romperam as tradições servindo-se de mecanismos artificiais,

culturais, no uso da água através de aquedutos. (FIGUEIREDO, 2007, pg.28).

A posse das águas e sua manipulação já representavam na antiguidade um elemento de dominação e poder. Rebouças (1999) lembra que, cerca de quatro mil anos a.C, o controle dos rios era praticado como uma forma de dominação dos povos na Mesopotâmia, assim como o controle das inundações do Nilo foi base do poder da civilização Egípcia, 3,4 mil anos a.C. Desse modo, ultrapassando as fronteiras do uso básico para a sobrevivência, a água assume função política a partir do momento que a estrutura sociopolítica de cada sociedade determina as formas de apropriação e uso da mesma.

Na transição da Idade Média para a Moderna, a água tornou-se um elemento fundamental para o crescimento econômico, desse modo, foram desenvolvidas alternativas tecnológicas como a inserção de moinhos que utilizavam a água para geração de energia destinada às atividades industriais.

Nas sociedades modernas industriais, o domínio da água assumiu cada vez mais centralidade nos processos de desenvolvimento econômico, como iremos observar no decorrer desse trabalho. O avanço da tecnociência possibilitou a manipulação de enormes volumes de água para a geração de energia, projetos de irrigação, mineração, transposição de bacias hidrografias, entre outras formas de manipulação para a produção econômica que passaram a provocar a contaminação das fontes, a escassez e um crescente processo de privatização da água.

Nesse cenário a água passa a ser compreendida como bem privado a ser apropriado e comercializado; ou como mais uma mercadoria do sistema de produção. Esse processo dá conta da mudança paradigmática da relação sociedade-natureza instituída pelo projeto de modernidade que tende a manipular o meio natural através da racionalidade técnica e científica. Desse modo, ocorre a produção de novas representações sobre a natureza que vão interferir diretamente na organização social e cultural das sociedades. Nas palavras de Porto-Gonçalves:

Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 23).

No entanto, a construção dos sentidos sobre a natureza não ocorre de forma pacífica visto que interesses conflitantes estão em jogo. No caso específico da

água esses conflitos se tornam alarmantes uma vez que ela se constitui como elemento fundamental para a sobrevivência de todos os seres vivos.

2.2 Água – distintas representações

Na atualidade, os debates e planos de gestão institucionais em torno da água, de modo geral, a tratam como *recurso hídrico*⁸. Desse modo, questões relativas à promoção do uso racional e eficiente da água tornam-se muitas vezes o centro das discussões. Para compreender os fundamentos que norteiam esse tipo de relação com a água, típico das sociedades modernas, é necessário que façamos uma discussão sobre a própria racionalidade envolvida nas relações sociedade-natureza. Resgatar as diferentes concepções dessa relação é fundamental para compreender como avança o pensamento hegemônico ocidental na tentativa de transformar a água e outros bens naturais em mercadoria.

A forma com a qual as diversas sociedades se apropriam, usam e representam a água é moldada por uma complexa teia de relações entre a estrutura social, econômica e cultural com as próprias condições naturais. Isso significa dizer que as condições econômicas e o modo de produção são fundamentais para a compreensão da relação sociedade-natureza, porém, não devem ser a única via de explicação.

Segundo Diegues (2011), existem representações simbólicas e míticas que perpassam as diferentes culturas e cada organização social desenvolve sua própria maneira de representar e agir sobre o ambiente natural. De acordo com essa concepção, nenhuma ação intencional dos seres humanos sobre a natureza ocorre sem a existência de representações que estão para além de meros reflexos das relações de produção.

(...) no coração das relações materiais do homem com a natureza aparece uma parte ideal, não-material, onde se exercem e se entrelaçam as três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações dos homens entre si e deles com a natureza. Torna-se, assim, necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem de seu ambiente, pois é com base nelas que eles agem sobre o meio ambiente. (DIEGUES, 2011, p.63).

Para exemplificar isso, Diegues (2011), apoiado em Godelier (1984), traça comparações sobre distintas formas de representar a floresta. O autor explica que

⁸ Segundo Rebouças (1999) o termo “água” é o elemento natural desvinculado de qualquer forma de uso e “recurso hídrico” se refere à água como um bem econômico e passível de utilização para tais fins.

enquanto para alguns povos a floresta é vista como sagrada, portanto, um ambiente amigo, para outros povos ela representa uma ameaça ou um empecilho para o desenvolvimento da produção, tornando-se um obstáculo a ser vencido. Dessa forma, o autor nos alerta que organizações sociais que possuem sistemas econômicos distintos desenvolvem modos específicos de lidar com os bens ambientais e com o trabalho humano. Portanto, não seriam apenas as condições naturais que determinariam um tipo específico de exploração sobre a floresta, mas também as formas com que se configuram as relações sociais, a racionalidade reinante, objetivos e intenções socioeconômicas.

Segundo Leff (2009), a racionalidade econômica ocidental, que se assenta sobre o núcleo duro da racionalidade moderna, se exprime num modo de produção baseado na exploração e subordinação da natureza. Uma das principais características dessa racionalidade é a crença no progresso através do desenvolvimento da ciência, o que ajuda a explicar a relação de subordinação em que se colocou a natureza. Para a ciência moderna, na qual os métodos usados nas ciências naturais assumiram papel de destaque, a separação entre a natureza e o ser humano foi radical. A natureza passou a ser percebida como objeto passivo de análise, como uma máquina que podia ser facilmente desmembrada para ser compreendida em sua totalidade. De acordo com Araújo (2003), a ciência moderna de Galileu, Newton, Descartes, entre outros, criou uma concepção de natureza matemática, mecânica, e acima de tudo, reduziu a natureza a *recurso natural*. Pensamento convergente com o de Santos (2003) quando descreve que para a ciência moderna:

A natureza é tão-só extensão e movimento; é passiva, eterna e reversível, mecanismo cujos elementos se podem desmontar e depois relacionar sob a forma de leis; não tem qualquer outra qualidade ou dignidade que nos impeça de desvendar os seus mistérios, desvendamento que não é contemplativo, mas antes activo, já que visa conhecer a natureza para a dominar e controlar. Como diz Bacon, a ciência fará da pessoa humana “o senhor e o possuidor da natureza”. (SANTOS, 2003, p. 25).

Dessa forma, um dos pressupostos para a centralidade que a técnica e a ciência assumem na modernidade é a representação da natureza como algo externo à sociedade. Essa representação colabora para uma mudança na relação entre ser humano e natureza o que se traduz na noção de realidade objetiva formulada pela ciência e na oposição entre natureza-história e cultura-barbárie (LATOURETTE, 1994). A construção histórica da exterioridade da natureza foi útil para justificar sua

apropriação e domínio uma vez que os bens naturais passaram a ser vistos como *recursos* à disposição dos seres humanos.

A percepção do mundo científico segundo a qual a natureza se revela em linguagem matemática “encontra seu correspondente no mundo mundano onde cada vez mais a vida de cada um está mediada pela quantificação mercantil” (PORTO-GONÇALVES, 2012a, p. 19). Assim, o autor (2012a) afirma que a emergência da crise ambiental deve nos provocar a refletir sobre a matriz de pensamento hegemônico compreendendo que o debate sobre a relação sociedade-natureza é a um só tempo epistêmico e político.

Santos (1992) lembra que a história dos seres humanos no planeta é uma história de ruptura dos homens com seu entorno, acelerada pelo processo de individualização humana e mecanização do planeta “com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução” (SANTOS, 1992, p. 97). Para o autor, essa evolução atinge seu ápice na economia mundializada, orientada pelo paradigma científico moderno, que expande um modelo técnico único e se impõe sobre a diversidade da natureza e dos seres humanos.

A racionalidade hegemônica moderna esteve direcionada para dominar e domesticar a natureza e dominação representa quase sempre a negação do outro, lógica que vale tanto para a própria natureza, como para categorias de análise social: raça, etnia, gênero, grupos e classe sociais (PORTO-GONÇALVES, 2012a). Essa racionalidade foi extremamente útil para o processo de expansão do capital que, na busca interminável pelo lucro, subjugou a natureza, assim como vários povos ao redor do mundo, deixando em seu rastro a degradação ambiental e processos de “subdesenvolvimento”. Colocamos a palavra “subdesenvolvimento” entre aspas por acreditarmos que esse conceito foi também forjado dentro da dicotomia própria da racionalidade hegemônica moderna, ou seja, o subdesenvolvimento existe em oposição ao desenvolvimento, assim como barbárie/civilização, sociedade/natureza, etc. Nessa lógica, o desenvolvimento deveria se estender pelo mundo como um projeto unificador de domínio da técnica e da ciência sobre a natureza. Um modelo imposto de cima para baixo que, com o advento da globalização, se expande pelos países do Sul sob os ditames dos países do Norte, considerados desenvolvidos.

É nessas condições que a mundialização do Planeta unifica a Natureza. Suas diversas frações são postas ao alcance dos mais diversos capitais,

que as individualizam, hierarquizando-as segundo lógicas com escalas diversas. A uma escala mundial corresponde uma lógica mundial que, nesse nível, guia os investimentos, a circulação das riquezas, a distribuição das mercadorias. (SANTOS, 1992, p.98).

Leff (2009) nos alerta que a apropriação dos bens ambientais dos países do Sul, bem como a exploração do trabalho de populações autóctones, no processo de colonização empreendido pelos países europeus, foi de fundamental importância para a expansão do capital. Leff (2009) reflete que as razões das desigualdades entre países ricos e pobres não se devem a um suposto atraso tecnológico dos países do sul, mas a um processo de transferência de riqueza gerada pela exploração da natureza e do trabalho das populações camponesas e dos povos indígenas. Portanto, as desigualdades não seriam resultantes apenas de uma relação estrutural de dependência no processo de acumulação do capital mundializado, mas também pelo efeito cumulativo dos danos provocados pela expropriação da natureza e destruição de modos de viver e produzir.

Neste sentido, o subdesenvolvimento é o resultado dos processos de degradação ambiental que sofreram os países do Terceiro Mundo devido à sua dependência tecnológica do exterior e à deformação do seu modelo de desenvolvimento, sujeito às condições históricas impostas pela expansão da racionalidade econômica em nível nacional e internacional. (LEFF, 2009, p. 28).

Desse modo, as formas de apropriação da natureza possuem estreita relação com o modo de produção em vigor o que nos leva a entender que a natureza não pode ser compreendida apartada da sociedade. Embora a natureza e suas leis existam independentemente da vontade humana, é no âmbito das relações sociais que ela ganha significado. Entendemos que inserir a natureza dentro do contexto sócio-histórico nos ajuda a romper com o conceito burguês dualista que tende a separar sociedade e natureza. Foi dentro dessa lógica dualista que o modelo de desenvolvimento econômico hegemônico avançou na apropriação da natureza e mercantilizou os bens ambientais, entre eles, a água.

A apropriação da água para atender ao ímpeto pelo crescimento econômico modifica não apenas suas características químicas e biológicas através de processos de degradação, mas também reconfigura a geografia da água criando diferentes e desiguais formas de acesso a esse bem. Dito de outro modo, os modelos de gestão da água – que a consideram como *recurso* fundamental para o aumento da produção – beneficiam uma pequena parcela da população que detém o poder econômico, no entanto, as consequências negativas dessa apropriação e de

sua degradação recaem de forma desproporcional sobre as populações colocadas em situação de vulnerabilidade ocasionando contextos de injustiça ambiental⁹.

2.3 Modos de apropriação desigual da água no Brasil

2.3.1 Povos indígenas e as águas livres

Antes que os portugueses estendessem seus domínios sobre as terras que hoje abrigam o Brasil, vários povos indígenas já viviam nesse território. Com uma enorme diversidade linguística, distintas organizações grupais, ritos, mitos e tecnologias variadas, os povos indígenas que aqui viviam já desenhavam uma história das águas a partir de suas cosmologias e visões de mundo.

Mesmo diante da grande variedade de grupos étnicos existente, do violento genocídio a que foram submetidos e da própria negação dos povos indígenas como sujeitos da história, é possível lançar luz sobre alguns elementos da relação desses povos com a água.

Monteiro (2001) alerta que a quase ausência de fontes textuais e iconográficas produzidas pelos próprios indígenas ocasionou restrições à narrativa da história indígena a partir de seus próprios relatos. Porém, o autor salienta que o maior entrave para o ingresso dos povos indígenas como sujeitos da historiografia brasileira residiu na própria resistência dos historiadores.

O isolamento dos povos indígenas do pensamento brasileiro teria sido proclamado desde os documentos coloniais, mas foi consolidado a partir da elaboração da historiografia nacional na metade do século XIX (Monteiro, 2001). A primeira afirmação registrada veio de Francisco Adolfo de Varnhagen ao escrever a primeira *História Geral do Brasil*, em 1854, quando afirmou “de tais povos na infância não há história: há só etnografia” (Varnhagen, 1980 *apud* Monteiro 2001, p. 02).

Visivelmente essa percepção se assenta sobre o pensamento moderno ocidental para o qual os povos indígenas são percebidos como externos ao processo civilizatório empreendido pelos europeus. Portanto, não poderiam ser mais que objetos de estudo da ciência e por estarem supostamente cristalizados no

⁹ Entendemos por injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. Retirado da Declaração de Princípios da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, disponível em < <http://www.justicaambiental.org.br>>.

tempo não poderiam ser sujeitos de uma história própria. Desse modo, a história oficial do Brasil ignorou os conhecimentos indígenas e enveredou por uma narrativa sob a visão dos colonizadores.

Monteiro (2001) afirma que até a década de 1980 a história dos povos indígenas no Brasil praticamente se resumiu ao relato de sua extinção e isso se deveu basicamente a dois fatores: a exclusão dos índios enquanto sujeitos históricos, para isso contribuiu o fato de grande parte dos povos indígenas serem ágrafos, o que levou os historiadores a considerá-los como detentores de pouca relevância histórica. Além disso, os povos indígenas foram historicamente tratados como populações em vias de desaparecimento.

Esses fatores dificultaram, por um longo período, que fossemos capazes de considerar as perspectivas indígenas nas narrativas históricas. No entanto, podemos detectar, a partir das vivências com os movimentos indígenas que se fortalecem em toda a América Latina que uma nova compreensão acerca da história dos povos indígenas se ergue a partir da década de 1980.

Partindo da compreensão de que os povos indígenas não ficaram estacionados no tempo e que foram capazes de resistir ao processo de genocídio se fazendo sujeitos históricos, podemos dialogar com suas cosmovisões. Na bibliografia etno-histórica da América é crescente a compreensão de que, embora a colonização europeia tenha exterminado diversas populações e civilizações indígenas, o processo de resistência desses povos foi capaz de gerar novas formas de organização social a partir dos choques culturais.

Esse conjunto de choques também produziu novas sociedades e novos *tipos* de sociedade, como bem apontam Stuart Schwartz e Frank Salomon (1999, 2:443). De acordo com Guillaume Boccara (2000), “vêm sendo amplamente reconhecidos o caráter construído das formações sociais e das identidades, assim como o dinamismo das culturas e ‘tradições’”. (MONTEIRO, 2001, pg. 56).

Essa percepção desafia a velha oposição entre povos originários puros *versus* povos contaminados pós-contato e afirma a potência criativa dos povos indígenas de reafirmarem e recriarem suas cosmologias a partir de uma leitura própria do processo de colonização a que foram submetidos.

Fizemos essas pontuações para explicar que, embora tenhamos escolhido começar a traçar um percurso pela história das águas no Brasil através da relação que os povos indígenas estabeleceram com a água, isso de modo algum implica a construção de uma narrativa evolutiva que parte de uma utilização

“primitiva” da água para processos de utilização das sociedades “civilizadas”. Ao contrário, parte da compreensão de que sempre existiram diferentes cosmovisões sobre a água e que os povos indígenas são sujeitos importantes nesse processo permanente de construção e reconstrução simbólica, exemplo disso é que, atualmente, os movimentos indígenas da América Latina encontram-se fortemente engajados nas lutas socioambientais.

Os povos indígenas que povoavam o Brasil pré-colonial possuíam distintas formas de organização social e se espalhavam pelos diferentes biomas do território, por essa razão, seria difícil traçar aqui a trajetória de todos esses povos em sua relação com a água. No entanto, podemos afirmar que, de maneira geral, a organização social desses povos era marcada por tradições, compreendendo tradição não como algo paralisado no tempo, mas corroborando com a definição de comunidades tradicionais proposta por Diegues (1996) segundo a qual populações tradicionais são aquelas que desenvolvem um tipo de relação específica com a natureza por possuírem modos de vida que envolvem uma grande dependência dos ciclos naturais, um conhecimento profundo dos ciclos biológicos, tecnologias patrimoniais, simbologias e mitos condutores dessa relação.

Segundo Diegues (2007) a água é um forte componente cultural e elemento central da reprodução material e simbólica dos povos indígenas. A água está presente nos diversos mitos de criação dessas populações, muitas vezes sendo identificada com divindades, por isso mesmo o desaparecimento das águas poderia determinar o fim da própria sociedade. Não por acaso, grande parte das populações indígenas que habitavam o território brasileiro estavam situadas à beira-mar ou as margens de rios, lagos e igarapés. Como seus modos de vida dependiam fundamentalmente dos ciclos naturais era comum a existência de povos nômades que se deslocavam pelo território de acordo com as mudanças de estação e ciclos de cheias e secas. Outra característica marcante dessas sociedades era a compreensão da água como um bem divino e coletivo, portanto, não havia necessidade de regulação de uso ou de processos de acumulação e/ou retenção de água. Porém, como a água era dádiva de seres divinos poderia haver a necessidade de autorização para entrar no rio ou retirar peixes (DIEGUES, 2007). Cada povo possuía sua própria narrativa sobre as águas, sobre as divindades que controlavam rios e lagoas, assim como mitos fundadores diversos que tinham a água como elemento principal.

O que desejamos mostrar é que as representações da água para essas populações, embora pudessem variar de povo para povo, possuíam similaridades que perduram até hoje em algumas comunidades indígenas contemporâneas. As representações da água para os povos indígenas são marcadas por uma complexa teia simbólica fruto de uma cosmovisão integradora dos seres humanos com a natureza, ou seja, não há tentativas de submeter a natureza aos desígnios humanos e isso, segundo Brandão (1994), ocorre pelo fato de que três princípios orientam o saber indígena: a terra e os seus elementos não são compreendidos como coisas, mas como dom; tudo que é ofertado pela natureza estabelece a compreensão de uma reciprocidade; a terra não é somente um lugar, mas um tempo realizado de símbolos e memórias. Desse modo, ao iniciar o processo de colonização, os portugueses encontraram água em abundância e sem grandes transformações antrópicas.

2.3.2 Binômio terra e água no Brasil pré-industrial

O período colonial brasileiro foi definido pela historiografia como aquele que marca o início do povoamento português, em 1530, se estendendo até a sua elevação a Reino Unido com Portugal, em 1815. Uma característica marcante dessa época reside no fato de que a exploração da natureza se deu de forma mais intensiva e foi acompanhada pela escravização de indígenas e negros para a manutenção dos grandes ciclos de produção como o da cana de açúcar. O território brasileiro era visto pelos exploradores portugueses como uma fonte inesgotável de *recursos naturais* a serem utilizados para o avanço econômico do império em sua expansão mercantil pelo mundo.

A água não chegou a se configurar como elemento específico de disputa, visto que sua exploração estava fortemente atrelada à exploração da terra. A titularidade de um curso d'água não trazia consequências práticas no que tange a sua utilização, pois aquele que tinha a posse da terra poderia dispor livremente de suas águas. Era comum que os conflitos relativos ao uso da água fossem tratados como conflitos de terra (SILVESTRE, 2003).

Até o início do século XIX, a utilização de água praticamente se restringia às atividades domésticas e a dessedentação de animais. De acordo com Costa (1994), as questões relativas ao abastecimento de água e tratamento de dejetos

eram praticamente de responsabilidade individual de modo que o abastecimento era realizado através dos próprios mananciais que não possuíam regulação de uso.

Embora as aglomerações humanas estivessem quase sempre alocadas nas proximidades de mananciais de água, os problemas relacionados à falta de políticas públicas voltadas para o abastecimento se mostravam frequentes e ganhavam expressão mais forte devido à extrema desigualdade social. Exemplo disso era o que acontecia nas cidades de Recife e Olinda que, embora estivessem cercadas por água, viviam problemas crônicos em relação ao abastecimento. A divisão social se evidenciava fortemente no uso da água, pois negros escravizados eram obrigados a carregar enormes tonéis para abastecer as casas dos senhores, assim como também eram obrigados a atravessar a cidade carregando grandes barris repletos de dejetos provenientes das casas para serem lançados nos rios (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2007).

A história do abastecimento de água no Brasil teve início no Rio de Janeiro. Segundo a Agência Nacional de Águas (2007), o primeiro aqueduto construído no Brasil, em 1723, foi o aqueduto do Carioca, que captava água no Alto de Santa Tereza e levava até o local onde atualmente ficam os Arcos da Lapa, lá havia um chafariz do qual os escravizados recolhiam a água e levavam para a casa de “seus” senhores. Esse modelo posteriormente se espalharia por outras cidades.

No entanto, assim como em outras cidades que nasciam no Brasil, a utilização das águas para consumo humano e a destinação dos dejetos ainda eram realizadas sem maiores planejamentos e isso agravava o cenário de desigualdades e ocasionava impactos ambientais como a contaminação das fontes de água.

Quando a corte portuguesa desembarcou no Rio de Janeiro, em 1808, a cidade possuía uma população de 60 mil pessoas das quais 40 mil eram negros e negras submetidos à escravidão. A situação em relação à utilização das águas configurava um problema grave. A água era levada para as casas por negros através de barris semelhantes aos que no fim da tarde carregavam dejetos a serem lançados no mar. Segundo a descrição de uma viajante francesa na época “[...] as margens da baía não passam de um vaso sanitário infecto e as praias que pareciam tão belas do navio, eram o receptáculo das imundícies de toda a cidade.” (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2007, p. 221).

Já sob o Governo Imperial, no ano de 1876, teve início a construção da rede de abastecimento de água domiciliar abolindo os antigos barris. Em 1898,

iniciou-se a instalação de hidrômetros e a regulamentação da arrecadação de taxas de consumo na capital federal. Mais uma vez esse modelo seria expandido para outras cidades do país iniciando a cobrança de fornecimento de água domiciliar.

Em relação ao uso da água para atividades econômicas agrícolas, durante o período colonial, não existiam políticas específicas uma vez que os ciclos econômicos eram regionalizados e se adequavam a disponibilidade hídrica local. A monocultura da cana, por exemplo, se fixou no Recôncavo Baiano e na Zona da Mata, onde havia terras férteis e bom índice pluviométrico. Fato também verificado na cultura do café no vale do Paraíba do Sul (SILVEIRA, 2003).

O mesmo não ocorreu em relação ao ciclo econômico da mineração. Segundo Queiroz (1999), registravam-se graves conflitos pelo domínio dos cursos d'água em Minas Gerais, pois era comum o desvio dos rios ou o estabelecimento de barragens de modo que os mais poderosos se apoderavam das águas e as destinavam para suas lavras enquanto os demais eram forçados a comprá-la a preços altos. Isso resultou numa determinação real denominada de "Regimento das Águas" que concedia ao mineiro o uso da água para o trabalho, mas esclarecia que uma vez que esse se encerrasse a repartição das águas deveria ser de determinação do guarda-mor "[...] por isso o mineiro empossado das águas não as pode dar, nem vender a outrem, nem também mineiro algum pode apropriar-se das águas sem ter concessão delas por escrito do guarda-mor, o que regularmente chamamos provisão d'águas." (SILVEIRA, 1999, p. 680).

Em relação ao semiárido nordestino, Silveira (2003) afirma que a falta de água só se tornaria um fator de conflito no final do século XIX, após a decadência do ciclo da pecuária e a expansão da cultura de subsistência. No entanto, devido ao pequeno peso político e econômico atribuído a região, as primeiras políticas públicas para tratar da questão só começariam a ser desenhadas na metade do século XX.

Verifica-se que os primeiros levantamentos hídricos realizados no Brasil se atrelavam a necessidade de fornecimento de água vinculada a atividade de mineração. A água era compreendida como mais um recurso mineral de pertencimento do proprietário da terra. Fato que ficou expresso na primeira constituição da República, de 1891, que ainda vinculava inequivocamente a propriedade dos minérios à propriedade da terra. No entanto, essa determinação ia de encontro às expectativas da elite brasileira que começava a esboçar o desejo pelo início da industrialização do país. Na medida em que a economia do país se

diversificava crescia a necessidade de desvincular a posse dos minerais, entre eles a água, da propriedade da terra. O ciclo do café garantiu a geração de capital monetário concentrado nas mãos de uma elite social, transformou a força de trabalho em mercadoria e deu bases para a criação de um mercado interno que finalmente propiciou as condições para o nascimento do capital industrial (SILVESTRE, 2003).

A ambição de fazer emergir o processo de industrialização levou a novos levantamentos hidrológicos, pois diferente da produção agrícola, a indústria exigia que o fornecimento de água fosse garantido durante todo o ano. Além disso, aumentava a necessidade de produção de energia através da utilização da força das águas.

Foi então que entre 1890 e 1900 surgiram as primeiras usinas hidrelétricas do país com a finalidade de fornecer energia para iluminação das cidades, industriais e mineração. Em 1920, a hidroeletricidade já produzia 77,8% da energia consumida no país, acompanhando o crescimento das cidades e da indústria. Na década de 1920, a produção hidroelétrica duplicou passando de 370,1 MW para 615, 2 MW em 1930 (SILVEIRA, 1999).

[...] parece claro que são os interesses do setor urbano-industrial que prevalecem neste momento, forçando o Estado a regulamentar a propriedade da água para, ao dissociá-la da propriedade da terra, remover os obstáculos legais que impediam ou restringiam o aproveitamento de seu potencial hidrelétrico e, [...] limitavam a produção da energia necessária à expansão das manufaturas. (LACORTE, 1994, p.24).

Desse modo, percebemos que ainda no Brasil Agrário começava a emergir a percepção de que novas definições legais em relação à água se faziam necessárias para garantir o processo de “modernização” do país. Embora algumas tentativas de preparar uma legislação específica sobre as águas tivessem falhado até o início da década de 1920, a preocupação crescente com o processo de modernização fez com que, em 1926, a Constituição recebesse emendas em relação ao tema. Mesmo mantendo a extensão da propriedade da terra para a propriedade do subsolo, o artigo 72, parágrafo 17 da Constituição passou a determinar que “as minas e jazidas minerais necessárias à segurança e defesa nacionais e as terras onde existirem não podem ser transferidas a estrangeiros” (SILVESTRE, 2003, p. 56). Finalmente, em 1934, através do Decreto 24.643,

entraria em vigor o Código das Águas, elemento fundamental para o surgimento e consolidação da era urbana e industrial do Brasil.

2.3.3 Código das Águas – água como força motriz para a industrialização do Brasil

Se nas três primeiras décadas do século XX a economia brasileira era fundamentalmente agrária e dependente da exportação de produtos como o café, a partir da década de 1930, a oligarquia agrária passa a perder espaço para uma crescente burguesia vinculada ao processo de industrialização do país.

Com a revolução populista de 1930, a oligarquia agrária passa a dar lugar a uma emergente burguesia comercial e industrial (mantendo, todavia, o estilo político autoritário). Em razão da decrescente lucratividade da produção cafeeira, o capital acumulado pela exportação agrícola passou a ser investido na nascente indústria nacional (FURTADO, 1997). A liderança do Estado foi fundamental para garantir altas taxas de crescimento da economia, chegando a 7% ao ano entre 1945-1980 (OECD, 2001). Parte importante do processo de industrialização, a expansão da infra-estrutura hídrica incluiu uma reconfiguração da estrutura legal e administrativa que conduzissem a investimentos contínuos. (IORIS, 2006, p.4).

O Código das Águas, instituído em 1934, fez parte de um conjunto de normas e regulações que foram empreendidos pelo Governo Vargas com o intuito de acelerar o processo de industrialização do país. O que se convencionou chamar de Revolução de 30 ocorreu num momento em que o capital internacional foi gravemente afetado pela crise financeira mundial ocasionada após a quebra da bolsa de Nova York em 1929. O Brasil foi afetado pela crise tendo uma queda brusca nas exportações de café, maior gerador de divisas até então. O Estado brasileiro foi obrigado a comprar o café produzido para evitar a quebra generalizada da economia do país, mas não evitou que houvesse uma forte desvalorização monetária. Toda essa situação fortaleceu as críticas ao modelo agrícola mono-exportador sobre o qual se assentava a economia brasileira e foi mais um impulso ao processo de industrialização capitaneado pelo Estado.

A Constituição de 1934, em seu artigo 118, separou a propriedade de terra da propriedade de outros *recursos naturais* que eram de interesse da indústria abrindo assim o caminho para a mercantilização da natureza na era industrial.

Assumindo um caráter centralizador, nacionalista e intervencionista o Estado Brasileiro criou entre as décadas de 1930 e 1940 uma série de comissões, conselhos, departamentos, instituto e fundações que conduziram a centralização do

poder de gestão dos serviços o que foi extremamente importante para garantir que o Estado fosse o responsável por administrar as obras de infraestrutura de modo a garantir condições de lucratividade privilegiada ao capital nacional através do processo de industrialização do país (MONTE, 2005).

Desse modo, o Código das Águas surgiria como uma ferramenta adequada para os planos intervencionistas e reestruturadores do capital nacional. Conforme a justificativa do Código a utilização das águas no Brasil estava em “desacordo com as necessidades e interesses da coletividade nacional”, portanto, era necessário adequar a legislação para que fosse permitido ao poder público “controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas” (BRASIL, 1934).

É importante perceber que essa “coletividade”, na verdade, dizia respeito à necessidade de fomentar a indústria dentro da lógica desenvolvimentista para a qual o importante era “fazer crescer o bolo para depois reparti-lo”. Desse modo, na perspectiva de “modernizar” o país várias mudanças de cunho intervencionista foram levadas a cabo pelo Governo. O Estado passou a mediar a relação entre capital e trabalho, tendência que não se verificava apenas no Brasil, mas no resto do mundo. O Governo Vargas instituiu uma nova legislação trabalhista assegurando direitos tais como limite de carga horária, férias, descanso semanal remunerado e carteira de trabalho. Além disso, foram estabelecidas regras para criação e funcionamento de sindicatos dos trabalhadores numa perspectiva de subserviência ao poder Estatal. Desse modo, foi garantida a reorganização da força de trabalho (MONTE, 2005).

As mudanças em curso também afetaram a relação de uso dos *recursos naturais* que eram cada vez mais necessários para o crescimento industrial, não por acaso, em 1934 foram decretados o Código das Águas, o Código das Minas e o Código Florestal. Segundo Silvestre (2003), havia duas preocupações básicas: a racionalização no uso dos recursos e a criação de áreas de preservação permanente. Dessa forma, em 1938 foi decretado o Código da Pesca e em 1939 surgiram os primeiros parques nacionais.

Todas essas ações de reestruturação visando o fortalecimento do Estado ficariam claras na Constituição de 1934 que, ao contrário das anteriores, abordava a questão dos *recursos naturais* de forma clara. A Nova Constituição determinava que pertenciam à União os lagos e quaisquer correntes em terrenos de seu domínio, ou que banhassem mais de um Estado, servissem de limite com outros países ou se estendessem a território estrangeiro, assim como as ilhas fluviais e lacustres nas

zonas fronteiriças. Foi delegado à União o direito de legislar sobre águas, energia elétrica, pesca, regime de portos e navegação (BRASIL, 1934).

Foram alteradas também as regras relativas à propriedade dos recursos do subsolo. Segundo o Artigo 118 da Constituição Federal de 1934, "[...] as minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d'água, constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial" (BRASIL, 1934). Já o artigo 119 disciplinava a autorização e concessão federal para a exploração e aproveitamento industrial das águas e energia hidráulica. Diante disso, a água passava a ser compreendida como recurso indispensável para o desenvolvimento econômico e, sobretudo, como fonte de energia elétrica. Desse modo, em seu capítulo II o Código das Águas separa a propriedade da terra da propriedade da água.

Art. 145. As quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica são bens imóveis e tidas como coisas distintas e não integrantes das terras em que se encontrem. Assim a propriedade superficial não abrange a água, o álveo do curso no trecho em que se acha a queda d'água, nem a respectiva energia hidráulica, para o efeito de seu aproveitamento industrial. (BRASIL, 1934).

Fundamental para o processo de expansão capitalista no Brasil, o Estado garantiu a reestruturação legal e administrativa para conduzir investimentos contínuos em infraestrutura hídrica. A partir de então tivemos a ampliação do número de hidrelétricas no Brasil garantindo um salto de potência instalada de 615 MW em 1930 para cerca de 60.000 MW em 1999 (SILVEIRA, 1999).

O Código das Águas priorizou claramente a água como insumo necessário ao desenvolvimento, sobretudo do setor energético, embora não possamos perder de vista que o mesmo também declarou a água como "bem comum". Previu, ainda, a existência de águas públicas, comuns e particulares designando, em seu artigo 34, como "águas comuns de todos" qualquer água, corrente ou nascente, destinada às primeiras necessidades da vida (BRASIL, 1934).

Ainda em vigência nos dias de hoje, o Código das Águas foi considerado um dos mais avançados do mundo por estabelecer uma política hídrica complexa para a época, pois considerava aspectos como aplicação de penalidades em caso de contaminação, domínio, aproveitamento de águas, concessão, outorga, fiscalização, relações com o solo e suas propriedades, desapropriação e o princípio poluidor-pagador. Portanto, mesmo tendo como principal objetivo regulamentar a

apropriação da água para atender as necessidades de geração de energia elétrica, o Código previa mecanismos que tentavam assegurar o acesso público às águas.

A compreensão de que o acesso à água era premissa fundamental para a manutenção da vida está explícita no Código das Águas, desse modo, além das chamadas “águas comuns de todos” é assegurada a gratuidade de uso para as necessidades vitais, bem como a liberdade de acesso.

Art. 34. É assegurado o uso gratuito de qualquer corrente ou nascente de águas, para as primeiras necessidades da vida, se houver caminho público que a torne acessível.

Art. 35. Se não houver este caminho, os proprietários marginais não podem impedir que os seus vizinhos se aproveitem das mesmas para aquele fim, contanto que sejam indenizados do prejuízo que sofrerem com o trânsito pelos seus prédios. (BRASIL, 1934).

Outro ponto relevante é a destinação das águas públicas, pois o art. 36 determina que “É permitido a todos usar de quaisquer águas públicas” e salienta no parágrafo 1º que se o uso depender de derivação será concedida “preferência a derivação para o abastecimento das populações”.

Além disso, o Código também prevê a responsabilização por danos ocasionados a qualidade da água. Porém, ao contrário do que ocorreu com a regulamentação das águas para a geração de energia elétrica, os instrumentos de proteção, regulamentação e conservação das águas não foram imediatamente implementados. No que diz respeito à responsabilização, o Código decretava em seu artigo 109 que “a ninguém é lícito conspurcar ou contaminar as águas que não consome, com prejuízos de terceiros” e no artigo 110 que “os trabalhos para a salubridade das águas serão executados à custa dos infratores, que, além da responsabilidade criminal, se houver, responderão pelas perdas e danos que causarem e pelas multas que lhes forem impostas nos regulamentos administrativos” (BRASIL, 1934).

O tema da responsabilização por danos ambientais retornaria, do ponto de vista da legislação brasileira, tanto na Constituição de 1988, quanto na Lei de Crimes Ambientais. Outro dispositivo do Código das Águas que voltaria a ser utilizado em legislações posteriores foi o princípio “poluidor-pagador” que objetiva impor ao poluidor a recuperação ou a indenização pelos danos causados por sua atividade.

O Código tinha também em seu texto o propósito de garantir a diversificação do uso da água, como observamos no artigo 143.

Art. 143. Em todos os aproveitamentos de energia hidráulica serão satisfeitas exigências acauteladoras dos interesses gerais:

- a) da alimentação e das necessidades das populações ribeirinhas;
- b) da salubridade pública;
- c) da navegação;
- d) da irrigação;
- e) da proteção contra as inundações;
- f) da conservação e livre circulação do peixe;
- g) do escoamento e rejeição das águas.

Ao determinar essas exigências, o Código pretendia conciliar os propósitos de desenvolvimento e a compreensão da água enquanto bem comum. No entanto o setor elétrico, principal beneficiário das políticas Estatais, foi um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento de uma política hídrica que não considerava os múltiplos usos da água previstos no Código e o que se viu desenhado para a expansão do setor foi a apropriação de água desconsiderando a necessidade de grande parte da população. Não por acaso, vários movimentos sociais vão surgir para contestar esse modelo, entre eles, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, em 1970. Na atualidade, vemos outros movimentos surgirem, relacionando os problemas gerados pela construção de hidrelétricas com os direitos das populações ribeirinhas e indígenas, como no caso dos movimentos de resistência as Usinas do Complexo do Rio Madeira ou da Usina de Belo Monte no rio Xingu.

Através do privilégio dado ao setor elétrico, pelo Código das Águas, foi possível atender a demanda de industrialização do país através dos fortes investimentos na produção e distribuição de energia hidrelétrica. O país passou a ser o terceiro maior produtor de energia na década de 1950 quando recebeu grandes somas de empréstimos através do Banco Mundial para a expansão do setor.

Em síntese, na perspectiva de alcançar o desenvolvimento o Estado brasileiro montou as bases para a transformação da água em mercadoria. Embora o Código das Águas tenha tentado conciliar a necessidade de geração de energia com a multiplicidade de usos da água, o setor energético foi e continua sendo um dos maiores centralizadores de água e, a despeito dos múltiplos usos previstos, continua a entrar em conflito com outros setores da sociedade. Além disso, o Estado

brasileiro, buscando garantir o crescimento econômico do país, foi o grande condutor das políticas energéticas colocadas em curso a revelia do que determinava a legislação.

2.3.4 O desenvolvimentismo avança na apropriação da natureza

Após a queda do Estado Novo, em 1945, as forças que moviam a relação entre Estado e economia começam a tomar uma nova orientação. A perspectiva era reduzir a centralidade do Estado para promover um processo de liberalização da economia. O país começava a passar por mudanças nos arranjos institucionais no sentido de reduzir o modelo de planejamento centralizador. Nesse contexto, vários órgãos estatais criados durante o Estado Novo foram eliminados abrindo espaço para a criação de autarquias que ampliassem a autonomia na gestão de serviços.

A década de 1950 ficaria marcada por um novo processo de crescimento da industrialização do país. Com a perspectiva de realizar “cinquenta anos em cinco”, o Governo de Juscelino Kubitschek instalou o chamado Plano de Metas.

Em termos gerais, os componentes do Plano de Metas podem ser divididos em duas grandes linhas de suporte ao processo de industrialização: na primeira estão alinhados os investimentos governamentais em infraestrutura e em energia, executados diretamente pelo governo federal ou através de empresas estatais; e, na segunda, um extenso conjunto de projetos voltados para a instalação, ampliação e modernização do setor secundário, de equipamentos e insumos, que dispunha de vários tipos de incentivos creditícios e cambiais. (DIAS, 1996, pg.50).

O plano se baseava em 30 metas divididas em 05 temas: energia (1 a 5), transportes (6 a 12), alimentação (13 a 18), indústria de base (19 a 29) e educação (30). O objetivo era superar o modelo agroexportador através de uma “revolução” democrático-burguesa baseada no processo acelerado de industrialização. Podemos afirmar que era um projeto nacionalista que enxergava na elite rural um dos maiores empecilhos ao desenvolvimento econômico autossustentado do país. Segundo Moreira (1998), esse pensamento estava fortemente ancorado nas reflexões dos intelectuais nacionalistas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB que defendiam uma revolução democrático-burguesa sustentada pela união entre a burguesia nacional, proletariado, camponeses e a ascendente classe média contra os setores sociais tradicionais representados pelos latifundiários, comércio exportador e classe média tradicional.

Podemos apontar como investimentos estatais a partir do Plano de Metas a ampliação de investimento na Companhia Siderúrgica Nacional, a criação da Embratel, a duplicação dos investimentos na Eletrobrás, a construção de grandes rodovias como a Belém-Brasília e a ampliação do sistema de educação profissionalizante. Desse modo, podemos observar que não havia preocupações relacionadas às questões sociais e muito menos às questões ambientais, o que estava em jogo era acelerar o crescimento industrial com a perspectiva de combater o que era compreendido como subdesenvolvimento. Além disso, o processo de modernização se concentrou nas regiões do centro-oeste, sul e sudeste. Apenas em 1959 seria criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE com o objetivo de minimizar as desigualdades regionais (LESSA, 1983).

Assim o crescimento econômico brasileiro aconteceu sem que se verificasse a redução do fosso das desigualdades sociais. Em relação ao meio ambiente, era difícil pensar em políticas integradas uma vez que predominava a compreensão que o importante era desenvolver o país a qualquer custo e que possíveis impactos poderiam ser posteriormente corrigidos através do desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

No entanto, após 1961, a economia voltou a entrar em declínio o que culminou num período de instabilidade política e no golpe militar de 1964. Com a ascensão dos militares ao poder, um novo ciclo de mudanças institucionais se iniciaria, porém, a determinação em intensificar o processo de modernização econômica do Brasil seguia em frente. Os vários governos militares que se seguiram tinham como premissa o progresso e o modelo desenvolvimentista que chegaria ao seu auge na década de 1970, quando o governo militar priorizou o modelo de planificação integrado e o fortalecimento da tecnoestrutura. Através de reformas institucionais no campo monetário e financeiro que incentivavam a iniciativa privada, a expansão de estatais e a ampliação da infraestrutura, o regime militar preparou o novo ciclo de expansão e acumulação do capital que se expressaria no chamado “milagre econômico”.

Nesse período, grandes obras de infraestrutura foram executadas e na lista de prioridades, assim como em governos anteriores, estava o setor elétrico. Prova disso foi que em 1975 teve início a construção da maior usina hidrelétrica do país, a binacional Itaipú. Em 1972, o país já havia iniciado a construção da primeira usina nuclear, Angra I. Desse modo, o crescimento industrial foi intensificado e o

consumo de energia cresceu 10% ao ano, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2011).

Os números do crescimento econômico eram alardeados pelo Governo e fortaleceram a política desenvolvimentista que exaltava o Brasil como país de riquezas imensas para serem utilizadas pró-progresso. O sentimento nacionalista era fortemente trabalhado pelo regime militar para forjar a ideologia do “Brasil Potência”.

Uma das premissas para o desenvolvimento da “potência”, para os Governos militares era a integração do território. Desse modo, medidas modernizadoras começaram a se espalhar pelo país. Foi nesse contexto que começou a se configurar um processo de expansão do capital pelo Norte e Nordeste do país. Em relação à região Norte, o Programa de Integração Nacional (PIN) direcionou esforços para um processo de ocupação da Amazônia usando terras devolutas da região de modo a fixar as populações que se deslocavam do Nordeste.

Ações com a mesma perspectiva “integradora” também foram implantadas no Nordeste a partir de programas de investimentos em infraestrutura e da instalação de algumas indústrias vistas como estratégicas. Foi uma época de profundas transformações no território com a instalação do Polo Petroquímico da Bahia, Complexo Portuário de Suape, em Pernambuco, instalação de parques cimenteiros do norte de Minas ao Ceará, formação de distritos manufatureiros em Campina Grande e João Pessoa, entre outros centros industriais (SILVESTRE, 2003). Além dos projetos nacionais e dos incentivos fiscais criados especificamente para o Nordeste, o Estado deu início a intensificação da construção de perímetros irrigados na região.

Segundo Silvestre (2003), a partir da década de 1980, a política econômica do país foi conduzida numa combinação da estabilização monetária com superávit primário e um dos caminhos para viabilizar o saldo positivo da balança comercial foi a intensiva exploração do patrimônio ambiental do país via processo de industrialização e, posteriormente, ampliação dos investimentos na agropecuária.

No que diz respeito à água, seu uso para a geração de energia continuou sendo intensificado. O que é demonstrado pelo aumento do volume de capacidade instalada como podemos verificar na (Tabela 1).

Tabela 1 - Evolução da potência hidrelétrica instalada

Ano	Potência Instalada (MW)
1980	25.584,0
1990	44.900,00
1997	54.200,00

Fonte: Adaptado de Silveira *et al* (1999, p. 108)

Além do uso da água para a geração de energia, não podemos deixar de falar do uso intensivo da água para os grandes projetos de irrigação. A Revolução Verde, que transformou o país num dos maiores exportadores de produtos agrícolas, teve a irrigação como base de sustentação. Segundo a Agência Nacional de Águas – ANA (2007), a agropecuária utiliza 80% da água no país (sendo 69% na irrigação e 11% na produção animal), o uso residencial responde por 13% do consumo (11% urbano e 2% rural) e a indústria utiliza 7%. Isso evidencia que para desenvolver o país como um grande agroexportador uma enorme soma de recursos públicos foi investida num setor que hoje é o maior responsável pela privatização, consumo e desperdício de água.

As desigualdades na distribuição da água através de projetos de irrigação são mais evidentes na região do semiárido nordestino, pois mesmo com os investimentos públicos, verificamos que a escassez de água continua sendo uma constante na região. Isso ocorre pelo fato da água ter se concentrado historicamente nas mãos das oligarquias locais. Ainda hoje, os grandes reservatórios de água do Nordeste estão localizados em propriedades privadas, evidenciando que há uma grande indistinção entre público e privado no Brasil.

De acordo com Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), a indiferenciação do público e do privado no Brasil faz com que a coisa pública seja apropriada pelo privado e, mais grave ainda, faz com que as relações políticas sejam percebidas pelas pessoas como extensão das relações privadas. Diante disso, temos uma cultura política que favorece relações personalistas e clientelistas.

Historicamente, a apropriação da água no Brasil serviu aos interesses das elites agroindustriais para a expansão de um modelo de desenvolvimento baseado no uso intensivo e privado da natureza. O que assistimos atualmente é uma repaginação de antigos discursos. Assim como a “indústria da seca” privatizou açudes e mananciais de água no Nordeste, as grandes obras como a transposição

das águas do rio São Francisco, atualmente, servem para garantir, com investimentos públicos, a água concentrada para produção do agronegócio, da aquicultura e de grandes empreendimentos como siderúrgicas e termelétricas instaladas no Nordeste brasileiro, é o chamado hidronegócio.

O Nordeste do Brasil possui um dos maiores índices de açudagem do mundo. De acordo com Rebouças (2013) a açudagem pública responde por aproximadamente 1.500 reservatórios de capacidade superior a 100 mil m³, com cerca de 450 barragens de mais de um milhão m³ e entre 2 e 4 bilhões de m³ em açudes. Paralelo a açudagem pública, observou-se um crescimento espontâneo da pequena açudagem privada, assim, estima-se que o número total de reservatórios e espelhos de água com mais de mil m² seja em torno de 70 mil (REBOUÇAS, 2013).

Segundo a Agência Nacional de Águas (2007), os açudes poderiam suprir a demanda regional de água e para isso bastaria que houvesse uma infraestrutura integrada de acesso a essas águas. No entanto, nenhum desses projetos da chamada “indústria da seca” foram realizados com o objetivo de resolver os problemas sociais decorrentes da falta de acesso à água. A falta de políticas de convivência com o semiárido explica boa parte dos problemas relacionados às secas na região. Para esclarecer que esses problemas nunca estiveram relacionados à falta de obras, mas à utilização privada das mesmas, apresentamos um levantamento de obras iniciadas e/ou inauguradas com a desculpa de “matar a sede do povo nordestino”:

[...] o Canal da Redenção, através do projeto Várzea de Souza, na Paraíba, mostra o descaso com o dinheiro público. Foram investidos R\$ 160 milhões e o projeto está inconcluso. O Canal do Trabalhador no Ceará, construído na gestão do ex-governador Ciro Gomes para abastecer a região metropolitana de Fortaleza, encontra-se praticamente inoperante. A barragem de Sobradinho, a 50Km de Juazeiro-Bahia, submergiu 4 cidades e dezenas de vilarejos, deslocando mais de 70.000 pessoas e destruindo as evidências de sua ancestralidade – os sítios arqueológicos daquele Estado. Mesmo tendo registrado um volume de acumulação de 9.954 milhões de m³, a barragem não acabou com a sede da população que reside na região, pois tem servido para favorecer grandes investidores. (PROCESSO DE ARTICULAÇÃO E DIÁLOGO - PAD, 2009, p.80).

Esses dados servem para demonstrar que as grandes obras que supostamente seriam destinadas a melhoria da segurança hídrica do Nordeste e para desenvolver a região, na verdade, serviram a interesses políticos e apropriação privada da água.

2.3.5 Política Nacional de Recursos Hídricos

A partir da década de 1980, se fez premente a necessidade de uma nova política de gestão das águas no Brasil. Compreendida como elemento fundamental para o desenvolvimento econômico a água passou a ser tratada como *recurso hídrico*. O Ministério das Minas e Energias contribuiu para o estabelecimento de uma Política Nacional de Recursos Hídricos que foi incorporada ao III Plano Nacional de Desenvolvimento – III PND (1980-1985) tendo em vista modernizar a gestão das águas. O III PND reconhecia que o Brasil possuía problemas relacionados ao uso dos *recursos hídricos* e a partir do seu estabelecimento a discussão em torno da gestão das águas começou a tomar corpo no país.

Em 1986, o Ministério das Minas e Energia formou um grupo de trabalho para estudar a questão da água no Brasil. Ao final do processo, esse grupo indicou como proposta a criação de um sistema nacional de gestão dos recursos hídricos, orientação que se expressaria na Constituição de 1988, que em seu artigo 21, inciso XIX, determinou à União a criação do sistema nacional de gerenciamento e a definição de critérios de outorga de direitos de uso (SILVESTRE, 2003). Para dar consequência a essa definição, o Brasil instituiria, em 1997, a Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH através da Lei 9.433¹⁰.

A Lei das Águas, como ficou conhecida, só entrou em vigor mais de dez anos depois das discussões iniciais que apontaram a sua necessidade de formulação. No decorrer desse período o debate foi ampliado a partir de reflexões que foram pautadas no âmbito internacional. Segundo Silvestre (2003), um dos atores que se fez fortemente presente nesses debates foi o Banco Mundial, que, em 1993, decidiu “contribuir” com a formulação da proposta de reforma hídrica do país. Algumas das propostas do Banco, a partir da série de seminários e visitas técnicas que promoveu, estão registradas num documento chamado de “Cobrança pelo Uso da Água Bruta”.

As reflexões que subsidiaram a formulação da PNRH partiram da constatação de que o brasileiro era perdulário em relação à utilização da água, portanto, a água passaria a ser tratada no âmbito de uma nova racionalidade, ou

¹⁰ Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

seja, a ser compreendida como um recurso limitado e escasso que precisava ser gerenciado para garantir sua boa destinação econômica. Desse modo, oficialmente a água deixou de ser considerada um bem livre e gratuito e passou à condição de bem econômico no Brasil.

Compreendemos que essa concepção carrega uma forte carga ideológica de mercantilização da natureza, pois passa a atribuir-lhe preços de mercado via valoração econômica. A PNRH do Brasil está impregnada dessa racionalidade como podemos verificar observando os princípios norteadores e os instrumentos legais criados por essa política para modernizar e racionalizar o uso dos *recursos hídricos* através do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O princípio básico do PNRH, expresso em seu primeiro artigo, é de que a água é um recurso limitado e dotado de valor econômico.

A Lei de 1997, ao contrário do Código de 1934, versa apenas sobre o uso das águas interiores e se limita a organizar os princípios e objetivos gerais e diretrizes para a criação de instrumentos de viabilidade. Entre os principais instrumentos podemos destacar a obrigatoriedade de outorga e cobrança pelo uso da água. Segundo Ioris (2006), esses mecanismos se pautam pelo princípio econômico neoclássico de que os mecanismos de mercado são capazes de promover eficiente alocação e uso de recursos. Na prática, se espera que o consumo de água seja reduzido à medida que a população pague por ela e reconheça seu valor econômico.

Elemento base da Lei 9.433 (BRASIL, 1997), o princípio que atribui à água valor econômico provoca mudança na forma de apropriação da água no Brasil e impulsiona uma nova forma de arrecadação de recursos, além de abrir caminhos para novas possibilidades de investimento e privatização da natureza.

Além disso, a captação de água e lançamento de efluentes passa a ser sujeito à outorga junto aos órgãos reguladores. Nessa lógica, os usuários devem pagar uma taxa proporcional aos custos ambientais oriundos das externalidades provocadas por suas atividades econômicas. Compreendemos que esse princípio, ao dissociar a problemática das águas de uma compreensão histórica sobre a apropriação privada e a degradação ocasionada por um modelo de desenvolvimento neoliberal, joga a possível solução para as mãos do mercado. A insistência no valor econômico da água invisibiliza os reais responsáveis pelo processo de degradação responsabilizando igualmente os diferentes segmentos sociais por esse processo.

A Lei 9.333 estabelece a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos (BRASIL, 1997). Essa mudança altera a geografia da água, supostamente, com o objetivo de permitir a otimização dos usos múltiplos resolvendo conflitos que ocorram mais próximos aos corpos hídricos. A mesma Lei também descentraliza o gerenciamento dos *recursos hídricos* de modo a garantir que os estados possam desenvolver políticas de gestão compatíveis com seus processos de desenvolvimento econômico. No entanto, essa descentralização já vinha ocorrendo antes mesmo da promulgação da Lei de 1997. O Ceará, sob influência do Banco Mundial, ainda em 1992 lançou a Política Estadual de Recursos Hídricos sendo apontado atualmente como um modelo a ser seguido. Ainda em 1994, o estado implantou o sistema de outorga e licenciamento para a realização de obras hídricas e foi pioneiro na cobrança pelo uso de água no país ao estabelecer, no ano de 1996, que usuários industriais e concessionárias de serviço de abastecimento de água potável deveriam pagar pela água bruta.

2.4 Caminho das águas no Ceará

O Ceará é o estado do Nordeste com a maior área de semiárido, cerca de 70% de seu território está dentro do chamado “Polígono das Secas”, no qual a aridez do solo, em maior ou menor grau, é uma constante (CEARÁ, 1992). A predominância da formação geológica cristalina faz com que o Ceará tenha um dos maiores índices de evaporação do mundo, entre 1.500 e 2.000 milímetros contrastando com um índice pluviométrico médio de 750 milímetros. A água sempre se configurou como uma questão vital para o Ceará, não possuindo rios perenizados naturalmente, o reabastecimento de suas bacias hidrográficas dependia basicamente das águas fornecidas pelas chuvas que por serem irregulares e concentradas em determinados períodos do ano, fez com que o histórico da gestão hídrica no Ceará fosse marcado pela construção de açudes e barragens para armazenar água (AMARAL FILHO, 2003).

Historicamente, os baixos índices de desenvolvimento econômico do estado foram atribuídos à seca, as variáveis climáticas foram relacionadas às migrações da população e aos baixos índices de produtividade agrícola. Além disso, os períodos de vulnerabilidade foram compreendidos como responsáveis pelo estabelecimento de políticas estatais paternalistas e pela captura de cargos públicos pelas elites locais que capitalizavam verbas federais destinadas as secas

configurando a chamada “indústria da seca” (TADDEI; BROAD; PFAFF, 2007). Desse modo, as intervenções sobre o uso e destinação da água no Ceará marcam todo o processo histórico do estado e vão se configurar de distintas formas ao longo dos séculos.

Souza Filho (2001) pontua que as ações estatais voltadas para a gestão de águas no Ceará passou por quatro grandes fases que seriam: a voluntarista; a fase DNOCS; a fase SUDENE/DNOCS e por fim a fase de políticas estaduais.

A fase denominada por voluntarista caracterizava-se pela falta de planejamento da ação institucional e desenvolvimento de projetos absolutamente concentrados e localizados. A assistência às populações atingidas pelas secas se configurava através de políticas de mitigação emergencial de pouca repercussão (SOUZA FILHO, 2001).

O fenômeno da seca só receberia atenção política após as consequências desastrosas da seca de 1877 que perdurou até 1879. Nesse período, mais de 500 mil pessoas morreram, 200 mil só no Ceará. Além disso, houve um acelerado processo de êxodo rural que provocou o inchaço das cidades. Só Fortaleza, que na época possuía apenas 25 mil habitantes, recebeu 110 mil refugiados (TADDEI; BROAD; PFAFF, 2007).

A segunda fase ou fase DNOCS teve início com a Inspetoria de Obras Contra a Seca - IOCS, criada em 1909, sediada em Fortaleza, órgão que uma década depois viria a ter seu nome ampliado para Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, e se transformaria posteriormente no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS. Essa fase se caracterizou pela compreensão de que o fenômeno da seca era o grande responsável pelo baixo desenvolvimento regional.

Havia um consenso em relação à forma de lidar com as secas, o que ficou conhecido como solução hidráulica, acreditava-se que a construção de grandes reservatórios de água seria suficiente para assegurar a manutenção das atividades econômicas durante os períodos de estiagem. O que se expressa nas palavras de Epitácio Pessoa que ascendeu à Presidência da República em 1918:

Sabe-se hoje que no Nordeste há irregularidade, mas não faltam chuvas. Tudo está em poder armazenar-se as águas cabidas nos meses chuvosos, para gastá-las na irrigação durante os meses de seca. Construídas as barragens para a formação de açudes e abertos os canais de irrigação, virá por si a colonização das terras por essa gente laboriosa, cuja coragem e

resistência assombram os que não lhe conhecem as virtudes (PESSOA, 2004 *apud* POMPONET, 2009 p. 60).

Solidificava-se assim a crença de que a problemática da seca se resumia a falta de água, portanto, a estratégia primordial para a região era a construção de imensos reservatórios artificiais de água. Diante de uma nova seca, em 1919, uma lei, conhecida como Lei Epiácio, autorizou a construção das obras necessárias à irrigação de terras cultiváveis no Nordeste. Essa foi uma época em que os investimentos saltaram e, segundo Pomponet (2009), em quatro anos os investimentos em obras de combate à seca passaram de 2.326 contos de réis para 145.947. Epiácio Pessoa chegou a destinar 15% das receitas totais do país na aplicação de obras e houve um *boom* “[...] de importação de equipamentos e até cimento para a construção de açudes, estradas e rodovias que cortaram o interior do Nordeste.” (POMPONET, 2009, p. 60).

No entanto, no Governo posterior de Artur Bernardes, os investimentos foram praticamente paralisados. Segundo Monte (2005), orientado por uma política de contenção de despesas, o novo Governo cortou prioritariamente o investimento em obras no Nordeste.

A partir de 1930, Getúlio Vargas assumiu o poder e, inspirado na mesma concepção de Epiácio Pessoa, manteve a lógica de construção de açudes como solução para as secas (POMPONET, 2009). No entanto, a mera construção de armazenamento de água concentrada não se mostraria eficiente para deter os efeitos sociais advindos com as secas, o que ficaria constatado em 1932 quando o Nordeste passou novamente por uma forte estiagem. Pela primeira vez o Estado brasileiro interviria de forma coordenada e centralizada. O Governo de Vargas liberou verbas emergenciais de socorro às vítimas, controlou o mercado para garantir um abastecimento e determinou que a Inspetoria Federal de Obras contra as Secas - IFOCS alistasse sertanejos para trabalhar na construção de obras emergenciais como açudes e estradas (NEVES, 2001).

Além disso, foi instaurado, com apoio da Interventoria Federal do Ceará, um amplo programa de criação de campos de concentração no estado na tentativa de evitar que os retirantes chegassem à Fortaleza. Foram construídos cinco campos de concentração, também chamados pelo povo de “currais do governo”, nas proximidades das principais vias de acesso à capital. Dois campos menores ficavam situados em locais estratégicos com acesso às estações de trem que traziam os

retirantes evitando que circulassem pela cidade. Os refugiados eram obrigados a permanecer nos campos durante todo o período de seca, desse modo, “pretendiam impedir a mobilidade física e política dos retirantes através da concessão de rações diárias e de assistência médica” (NEVES, 2001, p. 109).

No sentido de ampliar a intervenção do poder Federal, a partir da Constituição de 1934, ficou estabelecido que o enfrentamento às secas passaria a ser uma obrigação constitucional do Governo Federal. Além disso, o Art.117 determinava a União como responsável por realizar plano sistemático e permanente para a realização de obras de combate aos efeitos da seca.

Em 1945, através da Lei nº 80486, o IFOCS se transformou em DNOCS, órgão que tinha o objetivo de conduzir a política de águas através da construção de açudes e obras de irrigação.

De acordo com Monte (2005), o DNOCS passou a ser a maior empreiteira da América Latina. O órgão possuía um enorme maquinário e o número de operários e funcionários chegava a mais de 30 mil pessoas ou até 100 mil nos períodos de seca.

No entanto, novas secas ocorridas na década de 1950 colocariam em evidência os problemas do modelo adotado. Embora o Nordeste já possuísse mais de 200 açudes e barragens públicas, concentrando cerca de 6,7 milhões de metros cúbicos de água, o quadro de miséria e êxodo se repetiria novamente durante a seca de 1958 deixando evidente que a acumulação de águas na verdade havia atendido a interesses privados (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1988).

A história do DNOCS, conforme ressaltam Taddei, Broad e Pfaff (2007), se mistura com a própria história política do Ceará. Segundo os autores, as ações do DNOCS foram marcadas pelo clientelismo e patrimonialismo que caracterizavam a política do Estado de modo que as elites locais exerceram historicamente o controle sobre as ações do DNOCS para se beneficiarem com o desenvolvimento das políticas hídricas. Isso fica claro nas palavras de Celso Furtado ao afirmar que:

As máquinas e equipamentos do DNOCS eram utilizados por fazendeiros a seu bel-prazer. Nas terras irrigadas com água dos açudes construídos e mantidos pelo governo federal, produzia-se para o mercado do litoral úmido, e em benefício de alguns fazendeiros que pagavam salários de fome [...] Em síntese, a seca era um grande negócio para muita gente. (FURTADO, 1997, p. 86)

Esse fato se configurou como uma das deturpações mais visíveis da política adotada e resultou na movimentação da “indústria da seca” como se denominou historicamente os desvios de recursos públicos e a obtenção organizada de benefícios econômicos para as oligarquias em nome da política de combate às secas. Após esse período, a compreensão sobre as razões do desenvolvimento desigual do Nordeste começou a mudar. Passou-se a compreender que o flagelo supostamente imposto pelas secas não se devia meramente as circunstâncias climáticas, mas a um conjunto de relações de poder desiguais como a concentração de terras e os latifúndios que abrigavam grande parte das obras executadas pelo DNOCS até então.

A partir disso teve início o que Souza Filho (2001) caracteriza como terceira fase ou fase DNOCS/SUDENE. Os esforços do Governo Federal concentrados na política de combate à seca passam a dar lugar a uma política de desenvolvimento do Nordeste com vistas a reduzir as desigualdades regionais e, em 1959, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Segundo Carvalho (1988) o tempo entre a fundação da SUDENE e o Golpe Militar de 1964 se caracterizou como um período de formulação de propostas de mudanças profundas em termos políticos, econômicos e sociais na perspectiva de ampliar e diversificar a base econômica do Nordeste.

A implantação da SUDENE tinha como principais objetivos: fortalecer a liderança do Governo Federal no processo de desenvolvimento do Nordeste, subordinar as ações coordenadas às linhas do programa regional de desenvolvimento cujas diretrizes seriam formuladas pela SUDENE e reestruturar o aparelho administrativo a fim de capacitá-lo para executar a política prescritiva (MONTE, 2005). Segundo Carvalho (1988), a perspectiva da SUDENE era a de que os impactos provocados pela seca desapareceriam quando o Nordeste passasse a se desenvolver através do processo de industrialização.

No entanto, com o Golpe Militar de 1964 a política de modernização reformista foi substituída por uma política de modernização conservadora que colocaria abaixo as perspectivas abertas com a criação da SUDENE (CARVALHO, 1988).

De acordo com Pomponet (2009) e Carvalho (1988) durante o regime militar as alianças entre as elites locais e o Estado foram reforçadas garantindo

maior poder de intervenção do Governo Federal na região a partir das concessões de privilégios as oligarquias agrárias.

Nesse sentido uma série de Programas foram implementados na década de 1970, mas não resultaram em mudanças reais na distribuição de terra e água. Podemos citar entre eles o Programa de Redistribuição de Terras e de Estimulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA, em 1971, o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE, em 1974 e o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste - Projeto Sertanejo, em 1976 (MONTE, 2005). No entanto, nenhum deles tocava no ponto nevrálgico da problemática que era a histórica e enraizada concentração de terras. Levantamentos da década de 1970 apontam que “[...] em 1972, 4 mil proprietários (2,7% do total) detinham 51% das terras. Outros 350 mil detinham a posse de ínfimos 1,83% das terras da região [...]” (VILLA, 2000 *apud* POMPONET, 2009, p.62).

A ineficácia das políticas vigentes ficaria novamente em evidência com a seca ocorrida entre 1979 e 1983, pois a calamidade instalada repetia as dimensões das secas anteriores. As estimativas do número de mortos no Nordeste variam, conforme Pomponet (2005), entre 700 mil a 3,5 milhões; só a capital do Ceará, Fortaleza, chegou a receber 350 mil refugiados.

Segundo Carvalho (1988), a principal ação do Governo Federal frente aos efeitos da seca de 1979 foi a criação de frentes de serviço que geravam empregos e garantiam força de trabalho, valorizavam as terras dos grandes proprietários e movimentavam a economia regional. Mais uma vez a política servia aos interesses das oligarquias.

Conforme Chacon (2007), na década de 1980, ocorreram mudanças significativas na estratégia de desenvolvimento do Nordeste que permitiram a descentralização das ações públicas. A Constituição de 1988 abriu espaço para que Estados e municípios pudessem utilizar recursos com mais autonomia revertendo o papel centralizador do Governo Federal.

O que podemos perceber é que ao longo da história do Ceará, assim como a do Nordeste, os fatores climáticos e geográficos foram considerados os responsáveis pelo desenvolvimento desigual fazendo persistir a ideia de que a seca era uma anormalidade que deveria ser *combatida*. A perspectiva de convivência com o semiárido era distante e a calamidade social resultante dos períodos de estiagem

justificava uma série de intervenções públicas autoritárias e desconectadas das necessidades reais das populações da região.

A escassez de água foi importante para oligarquias locais que souberam se utilizar dela para garantir lucro econômico e conquistar apoio político. A construção discursiva de um Nordeste *condenado* a sofrer os efeitos da seca foi útil para atrair uma grande soma de recursos financeiros usados para o desenvolvimento de uma diversidade de projetos emergenciais que pouco repercutiram dada a apropriação dos órgãos públicos pelas elites locais.

Ao longo dos séculos de apropriação desigual da água, as reais causas das calamidades ficaram encobertas e desenhou-se no imaginário popular a imagem de um Ceará pobre por condições impostas pela natureza. O povo era visto como alvo das políticas públicas e não como sujeito capaz de apontar caminhos para políticas de convivência e integração. As grandes obras que exigiram investimentos bilionários foram proclamadas como única via possível de “redenção”. O poder desse simbolismo se entranhou de tal maneira no imaginário que, mesmo após mudanças estruturais, obras faraônicas ainda são aceitas como única via, exemplo da transposição das águas do rio São Francisco considerada por muitos a última grande obra da indústria das secas.

2.4.1 Atual modelo de gestão dos recursos hídricos no Ceará

Para que possamos compreender o modelo de gestão das águas – tratada como *recurso hídrico* -, adotado atualmente no Ceará é importante trazer à tona as bases da construção do processo de “modernização” do estado.

Nas duas últimas décadas, tem se acentuado um novo discurso para narrar o Ceará. Em contraposição às antigas associações com a seca e com o subdesenvolvimento se ergue uma noção de “terra de oportunidades”. Essa ruptura simbólica ganha força, sobretudo, a partir de rearranjos na estrutura institucional de poder ocorridas com a ascensão política de um grupo de empresários liderados por Tasso Jereissati que conformaria o auto-proclamado “governo das mudanças”¹¹.

De acordo com Barreira (2002), Tasso Jereissati chegou ao poder

¹¹ No dia 15 de março de 1987 começava um novo momento na história política do Ceará: o dos Governos das Mudanças capitaneados pelos governadores Tasso Jereissati (1987-1990; 1995-1998; 1999-2002) e Ciro Gomes (1991-1994) (BARBALHO, 2007, p. 27).

utilizando um discurso “anti-coronelistas” que evocava mudanças estruturais na forma de lidar com o poder público. Destacam-se transformações no campo da valorização de competências técnicas, formação intelectual e experiência em gestão para fazer frente à política tradicional até então em vigor no estado que era profundamente marcado pelo coronelismo.

O tema das mudanças polarizou-se basicamente na promessa de transplante da racionalidade do moderno empresariado nordestino para o plano político administrativo, erradicando o clientelismo político e substituindo-o pela utilização asséptica e eficiente dos recursos públicos. A imagem ressuscitada nos meios de comunicação de massa foi a do velho e truculento ‘coronel’ defendendo os ‘currais eleitorais’ que as forças modernas se dispunham a romper. (CARVALHO, 1988.p. 204).

Tendo como base esse processo de “novo” modelo de gestão, vários setores institucionais sofreram alterações e políticas voltadas para a modernização foram implementadas em diversos campos, entre eles, a gestão das águas vista como ponto estratégico para o desenvolvimento econômico do estado.

Em 1987, foram feitos os primeiros movimentos no sentido de implementar uma política estadual de recursos hídricos com a criação de aparato estatal no qual se destaca a criação da Secretaria de Recursos Hídricos - SRH e a Superintendência de Obras Hidráulicas do Estado - SOHIDRA, que deveria funcionar como executora dos projetos elaborados no âmbito da SRH. Além disso, a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME passou a ser vinculada ao sistema de recursos hídricos. SRH, FUNCEME, a SOHIDRA passaram então a compor o Sistema de Recursos Hídricos do Estado (MONTE, 2005).

Uma das principais atribuições da SRH foi a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, que definiria as bases políticas para o setor. O PERH envolveu quatro anos de trabalho em torno de um amplo estudo técnico.

Os elementos básicos constituintes do PERH foram sistematizados por Monte (2005, p. 197-198):

- Plano Estadual dos Recursos Hídricos, contendo um estudo detalhado da capacidade e das potencialidades dos recursos hídricos do Estado do Ceará. Este plano foi revisado em 2004.
- Sistema Integrado dos Recursos Hídricos, estrutura institucional que garante a integração e a participação, onde os Comitês de Bacia, as Câmaras Técnicas e o Conselho de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (CONERH), (órgãos colegiados) definem e executam a Política Estadual de Recursos Hídricos.

- Fundo Estadual de Recursos Hídricos, criado em 1992, para dar suporte financeiro à Política Estadual de Recursos Hídricos, que conta com recursos de programas e projetos governamentais e com os recursos que forem oriundos da cobrança pelo uso da água bruta.

A bacia hidrográfica foi mantida como unidade hídrica e o município como unidade político – administrativa. O PERH introduziu o conceito de Unidade de Balanço, que resultou da superposição dos limites municipais com os da bacia hidrográfica. Finalmente, o Plano representou a organização de um aparato jurídico e institucional que promoveu a integração dos órgãos estaduais, federais e municipais ao organizá-los no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos - SIGERH (MONTE, 2005).

Para dar corpo a política de águas desenhada pelo PERH foi instituída, Lei Estadual de Recursos Hídricos nº 11.996 de 24 de julho de 1992 que tinha como objetivos: assegurar o desenvolvimento sustentado compatível com a oferta de água; assegurar a oferta de água em quantidade e qualidade para as gerações atuais e futuras; planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, o uso múltiplo, controle, conservação, proteção e preservação dos Recursos Hídricos.

Entre seus principais instrumentos legais, a Lei determina a *outorga* de direito de uso dos recursos hídricos, o *licenciamento* para obras hídricas e a *cobrança* pelo uso da água bruta. Em seu artigo 2º a Lei institui a Bacia hidrográfica como unidade básica de gerenciamento dos recursos hídricos, mesmo artigo que salienta o valor econômico da água:

c) a água, como recurso limitado que desempenha importante papel no processo de desenvolvimento econômico e social, impõe custos crescentes para sua obtenção, tornando-se um bem econômico de expressivo valor, decorrendo que:

- a cobrança pelo uso da água é entendida como fundamental para a racionalização de seu uso e conservação e instrumento de viabilização da Política Estadual de Recursos Hídricos;

- uso da água para fins de diluição, transporte e assimilação de esgotos urbanos e industriais, por competir com outros usos, deve ser também objeto de cobrança. (LEI Nº 11.996, de 24 de julho de 1992).

Assim, os instrumentos principais de gestão passaram a ser: a outorga concedida pela SRH determinando a quantidade de água a ser retirada de determinada fonte, o período e a finalidade; a licença para obras hídricas também

concedida pela SRH que regula a execução de qualquer obra que afete a qualidade, quantidade ou regime de água do estado e, por fim, a cobrança pelo uso da água compreendida como fundamental para garantir a eficiência do uso e arrecadar recursos para manutenção do setor.

Após a promulgação da Lei N° 11.996, foi criada, em 1993, a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará - COGERH, com a função de gerenciar a oferta de recursos hídricos tanto das fontes d'água superficiais quanto subterrâneas, regulando as questões relativas ao aproveitamento e controle.

Importante de analisar no desenvolvimento da gestão das águas no Ceará foi a parceria entre o Governo do Estado e o Banco Mundial - BM no sentido de conseguir empréstimos para a realização das obras necessárias. Como o estado assumiu uma política de gestão completamente compatível com os princípios definidos pelo BM, sobretudo no que diz respeito à cobrança da água bruta, os empréstimos foram facilitados. Assim, em 1994, foi firmada a parceria para o desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos - PROURB. O PROURB-Hídrico, integrante do PROURB, teve como objetivo ampliar a oferta de água nos centros urbanos e a construção de novos açudes e adutoras. Logo após o início das obras do PROURB, o governo do estado fez uma nova proposta de parceria com o Banco Mundial, dessa vez para implementar o PROGERIRH com a perspectiva de transferência de recursos hídricos das zonas úmidas para as zonas que apresentavam sinais de escassez hídrica (MONTE, 2005).

Ao analisar a localização das obras do PROURB e do PROGERIRH podemos perceber que o modelo de gestão hídrica adotado pelo Governo do Estado do Ceará tem a clara intenção de garantir água para o projeto de desenvolvimento desenhado para o estado no contexto de sua *modernização* no qual a atividade industrial e a agricultura irrigada assumem relevância central.

[...] a seleção dos municípios a serem beneficiados pelo PROURB teve por base principalmente a vinculação à política de desenvolvimento do Estado, especialmente com o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo, indústria e agricultura irrigada, e também na carência do abastecimento d'água para a população das sedes municipais. Para estas cidades também foram direcionadas, a partir de 1995, ações de drenagem, pavimentação, eletrificação, saneamento básico para a população residente nas áreas de risco dentro do PROURB-URBANO, como suporte para a instalação dos

vetores econômicos nas áreas de turismo, agricultura irrigada e indústria. (MONTE, 2005, p.206 e 207).

O PROGERIRH passou então a englobar todo o setor de Recursos Hídricos do Ceará e para isso o desenvolvimento de suas ações se dividiu nas seguintes frentes: a gestão, a ampliação da rede de açudes estratégicos, a integração de bacias, o desenvolvimento do Programa-Piloto de Gestão das Micro-Bacias - PRODHAM e a gestão das águas subterrâneas. Toda a seleção para a localização das obras do PROGERIRH esteve vinculada à política de desenvolvimento do Ceará privilegiando os locais estratégicos para o desenvolvimento da indústria e da agricultura irrigada. Por ocasião de todo esse aparato de grandes obras é que o PROGERIRH passou a ser chamado de "caminho das águas no Ceará", pois representava o aproveitamento máximo dos potenciais hídricos com vistas a atender ao ímpeto de crescimento do estado.

O "caminho das águas" está desenhando uma nova configuração territorial no estado do Ceará, de tal forma que o espaço geográfico está sendo transformado no espaço da racionalidade técnica a serviço de interesses privados, enquadrados no modo de acumulação capitalista, requeridos pela modernidade que se implantou no Ceará [...]. (MONTE, 2005, p.2015).

Conforme analisa a autora (2005), a seca continuou a ser utilizada discursivamente para justificar a acumulação de água, agora não mais para o antigo modelo de latifúndio nas mãos dos tradicionais coronéis, mas para garantir a implantação de mega-projetos que redesenharam a malha hídrica do estado para garantir que o "caminho das águas" beneficiasse a implantação de projetos de desenvolvimento atrelados, sobretudo, a atração de indústrias e o avanço da agricultura irrigada.

3 A FORÇA DAS REPRESENTAÇÕES

“De que valeria o empenho do saber se assegurasse apenas a aquisição de conhecimentos, e não, de certo modo e na medida do possível, o descaminho daquele que conhece?”
(Michel Foucault)

Ao nos lançarmos nesse rio de sentidos em busca das representações da água sabíamos que em nosso percurso encontraríamos momentos de calma, contemplação e compreensão, mas sabíamos que era preciso preparo para o encontro com correntezas e redemoinhos que nos provocariam medos e incertezas. Por isso, precisávamos construir sólida embarcação, não para exorcizar as dúvidas e os perigos, pois compreendemos que as incertezas colocam a ciência em movimento e que “viver é mesmo muito perigoso”, como refletiu Guimarães Rosa, mas para que tivéssemos uma atitude de coragem e responsabilidade diante das intempéries. Pensando nisso, partimos para a construção de um referencial teórico que nos ajudasse a iluminar os caminhos em direção aos objetivos estabelecidos considerando que deveríamos estar abertos à ideia lançada por Foucault de que, na medida do possível, precisamos também nos lançar aos descaminhos. Abraçamos essa ideia na perspectiva de construir um referencial que nos permitisse fazer as leituras e as interpretações necessárias com lentes ampliadas, considerando diferentes correntes de pensamento, testando entrelaçamentos e fugindo de dogmatismos.

3.1 Lançando olhares sobre as representações

O conceito de representação foi trabalhado por distintas correntes do pensamento social. Do ponto de vista sociológico, as representações sociais são categorias de pensamento capazes de explicar, justificar ou questionar a realidade. Durkheim foi o primeiro a trabalhar o conceito com mais profundidade usando o termo *Representações Coletivas* que se configuram como categorias de pensamento que em determinada sociedade servem para expressar a realidade. Segundo o autor, as representações são moldadas pelos contextos, pelas estruturas objetivas do mundo social, por isso, seria na vida coletiva que o indivíduo formaria

sua personalidade, adquiriria consciência moral e pensamento lógico. Assim, as *Representações Coletivas* não seriam expressões da consciência individual e nem categorias universais, uma vez que emergem dos fatos sociais e como tais são construídas pela sociedade e não pelos indivíduos.

As Representações Coletivas traduzem a maneira como o grupo pensa nas suas relações com os objetos que adotam. Para compreender como a sociedade representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. (DURKHEIM, 2007, p.74).

Para o autor, o indivíduo seria o resíduo do elemento coletivo de modo que a explicação da vida social deveria ser buscada na própria natureza da sociedade.

Ora, descartado o indivíduo, resta apenas a sociedade; é, portanto, na natureza da própria sociedade que se deve buscar a explicação da vida social. Como ela supera infinitamente o indivíduo tanto no tempo como no espaço, concebe-se, com efeito, que seja capaz de impor-lhe as maneiras de agir e de pensar que consagrou por sua autoridade. Essa pressão, sinal distintivo dos fatos sociais, é aquela que todos exercem sobre cada um. (DURKHEIM, 2007, p. 104).

Considerando que a sociedade é superior ao indivíduo, Durkheim reduziu a influência da subjetividade na análise sociológica. A problemática apontada nessa concepção é a redução do sujeito a mero executor da estrutura, ou seja, todas as ações do indivíduo passam a ser simples subprodutos de categorias objetivamente programadas externamente. Categorias estas que surgiriam ligadas aos fatos sociais, mas que se transfiguram também em fatos sociais passíveis de observação e interpretação. A visão objetiva de Durkheim seria duramente criticada por reduzir a formulação das representações à execução de normas ou estruturas. Pierre Bourdieu (1983b) apontaria isso ao dizer que o objetivismo constrói uma teoria da prática, mas apenas como subproduto negativo, visto que as representações são consideradas apenas como “estruturas estruturadas” e não como “estruturas estruturantes” deixando de fora da análise a questão dos discursos ideológicos e sua reprodução pelos sujeitos sociais.

Por sua vez, a sociologia compreensiva de Max Weber reintegraria a subjetividade ao campo da análise sociológica, pois considerava a sociedade não mais como totalidade, mas como intersubjetividade que teria sua primeira origem na ação dos sujeitos. Assim sendo, a objetividade do mundo só poderia ser apreendida através das ações individuais. “[...] a sociologia compreensiva (no nosso sentido) trata o indivíduo isolado e a sua ação como unidade última, como seu “átomo”, se

nos é permitido de fazer esta perigosa comparação." (WEBER, 1973, p. 322, grifo do autor).

De acordo com Minayo (2011), Weber concebia as representações sociais usando termos como "ideias", "concepções" e "visões de mundo". Nessa perspectiva, a vida social estaria impregnada de significação cultural que seria dada tanto pela base material quanto pelas ideias numa relação recíproca. Assim, as concepções sobre o real teriam certa autonomia e poderiam apresentar tanta importância quanto às bases materiais.

Weber chama atenção, de um lado, para a importância de se pesquisar as ideias como parte da realidade social e, de outro, para a necessidade de se compreender a que instâncias do social determinado fato deve sua maior dependência. Porém, a base de seu raciocínio é de que, em qualquer caso, a ação humana é significativa, e assim deve ser investigada. (MINAYO, 2011, p. 78).

A sociologia compreensiva retomaria o polo recusado por Durkheim ao definir os fenômenos sociais a partir das condutas individuais fazendo com que o sentido da ação fosse compreendido como o sentido subjetivo comunicado pelo sujeito social (ORTIZ, 1983).

A ação que especificamente tem importância para a sociologia compreensiva é, em particular, um comportamento que: 1) está relacionado ao sentido subjetivo pensado daquele que age com referência ao comportamento de outros; 2) está co-determinado no seu decurso por esta referência significativa e, portanto, 3) pode ser explicado pela compreensão a partir deste sentido mental (subjetivamente)." (WEBER, 1973, p. 315).

Uma terceira linha de pensamento sobre o papel das representações emergiria da dialética marxista. Em suas reflexões, Marx relaciona as ideias com a base material e considera que o modo de produção e as condições materiais de vida são chave para a formação da "consciência" na qual estão contidas as representações, ideias e pensamentos dos indivíduos.

São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias etc., mas os homens reais, atuantes, e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhes corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode Ser mais que o Ser consciente, e o Ser dos homens é o seu processo da vida real... Assim, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente toda aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; serão, antes, os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos deste pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. (MARX; ENGELS, 1976, p. 25).

Dois autores marxistas, Gramsci e Lukács, viriam a se deter mais profundamente sobre a relação dialética entre as representações e as forças materiais. Gramsci (1978) refutaria as críticas dirigidas ao determinismo econômico presentes na obra de Marx e explicitaria mais claramente a relação dialética entre esses elementos.

Recordar a frequente afirmação de Marx sobre a "solidez das crenças populares" como elementos necessários de uma determinada situação. Éle diz mais ou menos isto: "quando esta maneira de conceber tiver a força das crenças populares", etc. Outra afirmação de Marx é a de que uma persuasão popular tem, na maioria dos casos, a mesma energia de uma força material (ou algo semelhantes), o que é muito significativo. A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de "bloco histórico" no qual, justamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma - sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais. (GRAMSCI,1978, p. 63).

Dessa forma, Gramsci (1978) tenta reconciliar o mundo das ideias com o campo das forças materiais. Em sua concepção, o senso comum é moldado sob a influência das forças materiais, inclusive, sem levar isso em consideração, incorreríamos no erro de investigá-las sob a perspectiva subjetivista e especulativa do indivíduo. Gramsci (1978) considera que a individualidade é composta por elementos diversos que seriam: os indivíduos, os outros indivíduos e a natureza, mas afirma que a relação entre esses elementos é imbricada e complexa e não mecânica de modo que

São ativas e conscientes, ou seja, correspondem a um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenha o homem individual. Daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, se modifica, na medida em que transforma e modifica o conjunto de relações do qual éle é o ponto central. [...] Se a própria individualidade é o conjunto destas relações, conquistar uma personalidade significa adquirir consciência destas relações, modificar a própria personalidade significa modificar o conjunto de relações. (GRAMSCI,1978, p. 40).

Nessa compreensão, o indivíduo é o conjunto dessas relações e de sua história e não apenas uma síntese dos elementos constituintes, por isso, pode influir na realidade uma vez que está enredado numa relação constante com seus elementos. Para Gramsci, o "homem" deve ser conceituado em termos de "bloco histórico", logo, composto por "elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa - objetivos ou materiais - com os quais o indivíduo está em relação ativa." (GRAMSCI,1978, p. 47).

Outro teórico marxista que aprofundou a reflexão sobre as representações foi Lukács através da concepção de “visão de mundo”. Para o autor, a “visão de mundo” é fundamental para que se possa acessar de maneira imediata o pensamento dos indivíduos e funcionaria como o aspecto mais concreto da consciência coletiva de classe. Lukács considerava que essa consciência coletiva estava expressa na consciência individual e que era através dela que poderíamos acessar a “visão de mundo” que seria um componente fundamental para a compreensão da função histórica das classes sociais (MINAYO, 2011).

Diante das reflexões sociológicas sobre a formulação das representações ou “visões de mundo” do senso comum, Moscovici retomaria o conceito de Durkheim de representações coletivas, mas situando-o num campo teórico-metodológico distinto que colocaria a psicologia e a sociologia do conhecimento em diálogo redefinindo a psicologia social “como ciência que estuda o indivíduo dentro da rede social na qual se encontra inserido.” (FIGUEIREDO, 2007, p. 92).

Nesse compasso, emerge o conceito de representações sociais que atuam como formas de conhecimento socialmente elaboradas e compartilhadas, sistemas de interpretação que regem a relação dos indivíduos com o mundo. (MOSCOVICI, 2011). Segundo Jodelet (2001), a representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito), as características de ambos nela se manifestam e ela estabelece com seu objeto uma relação de simbolização e de interpretação.

A partir dessas reflexões, Moscovici e outros autores da psicologia social desenvolveriam a chamada Teoria das Representações Sociais. Para essa teoria interessa a análise dos processos de significação relacionando-os à pertença e a participação social, cultural e econômica dos sujeitos. A estrutura social na qual vive um determinado grupo é responsável por definir, em grande parte, o que e como os indivíduos que o integram pensam. Indivíduos que compõem um mesmo grupo social são muito próximos em seus pensamentos e ações, pois compartilham as mesmas experiências sociais e “são similares com respeito aos *habitus* que incorporam, bem como com respeito aos padrões de linguagem e racionalização que compartilham, isto é, com respeito às suas representações sociais.” (WAGNER, 2011, p.139). Por isso, Jodelet (2001) afirma que na elaboração das representações sociais o sujeito não é um indivíduo isolado, mas um sujeito social que integrado

numa determinada coletividade é capaz de informar tendências do seu grupo de pertença. Nesse sentido, as representações são estruturas estruturadas, mas são também expressão da realidade intraindividual que revelam o poder de criação e transformação da realidade social na medida em que são exteriorizações de afeto e integram cognição e comunicação às relações sociais que afetam as próprias representações, por conseguinte, são também estruturas estruturantes (SPINK, 2011).

As representações são, assim, fundamentalmente “intertextuais” e por possuírem caráter tanto de estruturas estruturantes quanto estruturadas não servem simplesmente para representar o mundo como se fossem simulacros, pois mais que simular o mundo, elas engendram processos constantes de recriação e reinterpretção.

De acordo com Moscovici (2011) a absorção e recriação dos conceitos socialmente compartilhados ocorrem através de dois mecanismos processuais: a ancoragem e a objetificação. O processo de ancoragem diz respeito à classificação e nomeação das coisas e serve para “ancorar” ideias desconhecidas, classificando-as e transformando-as em categorias e imagens comuns. Já o segundo mecanismo atua para transformar o abstrato em algo concreto, ou seja, para objetivar as coisas. De acordo com Moscovici (2011) objetivar é desvendar a qualidade icônica de uma ideia materializando o abstrato em imagem. O objetivo final desses dois processos seria transformar o não familiar em familiar, o que equivale a dizer que as representações sociais dependem da memória, pois buscando nesse “arquivo” mental é que vamos encontrar as ideias estocadas que serão associadas às novas garantindo uma leitura constante do mundo a partir das experiências e memórias comuns das quais extraímos a linguagem e as imagens necessárias para que possamos incorporar o não familiar.

Ancoragem e objetificação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para os outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (MOSCOVICI, 2011, p. 78).

As representações sociais também atuam como formas de conhecimento prático, pois a partir das experiências e vivências coletivas os sujeitos vão organizá-

las e colocá-las em movimento para agir sobre o mundo. De acordo com a psicologia social, podemos afirmar que as representações funcionam como pontos de balizamento que fornecem posições a partir das quais indivíduos e grupos sociais vão observar e interpretar os acontecimentos cotidianos, ou seja, elas contribuem para que as pessoas se localizem no mundo, o interpretem e sejam capazes de agir sobre ele. Isso faz com que as representações sociais sejam práticas e simbólicas ao mesmo tempo, como afirma Figueiredo (2007). Elas circulam no universo cotidiano através de falas, gestos e discursos, a maioria das comunicações estabelecidas entre nós está impregnada de representações. Razão pela qual Moscovici (2011) afirma a necessidade de investigarmos os discursos que constituem o senso comum, pois não haveria meio mais privilegiado que o discurso e seus sentidos para identificar os processos pelos quais as pessoas se orientam e constroem significados coletivamente.

Julgamos importante salientar aqui algumas lacunas deixadas pela Teoria das Representações Sociais que já foram apontadas por outros autores. Trazemos essas questões não no sentido de deslegitimar a teoria, mas na tentativa de incorporar reflexões que possam enriquecer sua perspectiva. Entre as críticas dirigidas ao conceito de representações sociais existem duas que gostaríamos de pontuar e dizem respeito à questão dos consensos e do ofuscamento das relações de dominação e exploração existentes na sociedade.

A teoria trabalha com a ideia de que as representações sociais são universos consensuais, ou seja, são pontos de balizamento, mas o desenvolvimento de uma análise que se concentra na função das representações como “organizadoras” da percepção e das relações sociais acaba por privilegiar os consensos e, em contrapartida, incorre no risco de perder de vista os conflitos que também são fundamentais para a compreensão da realidade social e dos esquemas de percepção e elaboração de representações.

Outra lacuna deixada pela abordagem moscoviciana é relativa à questão do poder, pois esse não entra como elemento estruturante na elaboração teórica o que acaba por dificultar a compreensão das formas de pensamento hegemônicas que perpassam as representações.

A teoria das representações sociais de Moscovici oferece uma poderosa alternativa de estudo ao privilegiar os mecanismos sócio-cognitivos que intervêm no processo de produção do conhecimento, mas sua concepção de sociedade e história não explica por que tornam-se hegemônicos os

conhecimentos que favorecem a servidão e a instrumentalização do ser humano, como, por exemplo, idéias que enaltecem o “ter” em detrimento do “ser” e os conhecimentos fundados na superioridade de uma raça, classe ou sexo ou no interesse de um grupo quantitativamente minoritário. (SAWAIA, 1995, p. 77).

O autor evidencia que a teoria moscoviana, ao não aprofundar a análise sobre os mecanismos de dominação, corre o risco de identificar as representações, mas não avançar no debate sobre as formas de significação hegemônicas que por elas se propagam e os impactos sociais disso. De acordo com Viana (2008) esse é um ponto frágil da abordagem visto que invisibiliza processos de dominação engendrados nas interações sociais uma vez que “desconhecer o processo de dominação e exploração na sociedade moderna nos faz perder de vista os elementos fundamentais da constituição e reconstituição dessa mesma sociedade e por isso tal processo deve estar presente na análise das representações [...]” (VIANA, 2008, p. 74).

Tendo em vista essas questões, prosseguiremos a construção do referencial teórico da pesquisa lançando o olhar para conceitos do campo da sociologia que possam nos ajudar a empreender a análise das representações sociais incorporando reflexões que nos ajudem a preencher lacunas teóricas que foram e continuarão sendo pontuadas ao longo deste capítulo.

3.2 Uma perspectiva crítica das representações a partir de Bourdieu

Para aprofundar o debate sobre as representações sociais, nos deteremos sobre as reflexões relativas à construção do pensamento sociológico em torno do conceito de representação e do fazer científico que se propõe a analisá-las. Nessa direção, acompanharemos o pensamento de Bourdieu e sua crítica às interpretações que opõem objetivismo e subjetivismo na análise da realidade. Bourdieu (2004) afirma que se pudesse caracterizar seu trabalho aplicando-lhe um “rótulo”, como muito frequentemente se costuma fazer no campo científico, optaria por chamá-lo de *constructivist structuralism* ou de *structuralist constructivism*. De acordo com o pensamento estruturalista, tal como proposto por Strauss, Bourdieu considera que existem estruturas objetivas que regem o mundo social e o comportamento dos agentes determinando suas práticas e representações, independente da vontade dos mesmos. Ao mesmo tempo, considerando a reflexão proposta pelo construtivismo, Bourdieu acredita que, “[...] por um lado, há uma

gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do *habitus* e, do outro, das estruturas sociais.” (BOURDIEU, 2004, p. 149).

O desenvolvimento de uma linha de investigação social que parte dessa posição coloca em xeque uma discussão que se alongou por demais no campo das ciências sociais, ou seja, a percepção do objetivismo e do subjetivismo como pontos de vista irreconciliáveis. Bourdieu (2004) lança uma crítica contundente a essa oposição ao alertar que a opção unilateral por qualquer das duas posições pode levar o investigador a ocorrência de equívocos na análise, pois se por um lado ao tratar os fatos sociais como coisas - conforme a proposição de Durkheim -, corre-se o risco de negligenciar que os fatos sociais são eles mesmos objetos de conhecimento e de desconhecimento construídos na realidade social, por outro lado, pode-se também incorrer no erro de uma redução do mundo social às representações dos agentes o que “consistiria em produzir uma ‘explicação das explicações’ (*account of the accounts*) produzidas pelos sujeitos sociais.” (BOURDIEU, 2004, p. 150).

Conforme discutido no item anterior, Marx e Durkheim foram os que melhor desenharam a interpretação objetivista de análise da realidade social ao considerarem que existem causas desconhecidas pela consciência que são capazes de determinar a vida social e que, por isso, é importante empreender o uso de procedimentos e instrumentos lógicos para a apreensão da realidade. Já na corrente de pensamento subjetivista, Bourdieu (2004) afirma que é em Schütz (fenomenologia) e nos etnometodólogos que encontraremos sua mais forte expressão. De fato, Schütz promoveu o deslocamento conceitual da análise ao seguir na direção contrária proposta por Durkheim, afirmando que é no sujeito do mundo social, em suas ações e sentimentos, que repousa o fundo de todo o sistema. Assim, a fenomenologia buscaria compreender como, em função dessa ação e desse sentimento, o homem age em relação ao ambiente social.

Ao colocarmos nossas questões desse modo não mais aceitamos ingenuamente o mundo social, nem as idealizações e formalizações correntes dele como prontas, dotadas de um significado acima de qualquer questão, mas nos empenhamos em estudar o processo de idealizar e formalizar em si, a gênese do significado que os fenômenos sociais têm para nós, bem como para os atores, o mecanismo da atividade através da qual os seres humanos compreendem uns aos outros e a si próprios. (SCHÜTZ, 1979, p. 265).

Schütz propõe que a estrutura possui uma relevância específica para os agentes que nela vivem e é através do senso comum que eles apreendem e pré-interpretam o mundo como realidade cotidiana, portanto, seria nessa direção que a investigação social da realidade deveria seguir, ou seja, em busca das concepções do senso comum, vejamos:

Os construtos envolvidos na experiência do senso comum do mundo intersubjetivo na vida diária, que são chamados *Verstehen*, são os construtos de primeiro grau, sobre os quais têm de ser erigidos os construtos de segundo grau das Ciências Sociais [...] Conseqüentemente, se as Ciências Sociais visam, de fato, explicar a realidade social, então os construtos científicos de segundo grau têm também de incluir uma referência ao significado subjetivo que uma ação tem para o ator. (...) O postulado da interpretação subjetiva tem de ser entendido no sentido de que todas as explicações científicas do mundo social *podem* e, para certos propósitos, *têm* de referir-se ao significado subjetivo das ações dos seres humanos, das quais se origina a realidade social [...] (SCHÜTZ, 1979, p. 270, grifos do autor).

Essa afirmação nos leva a compreender que a fenomenologia valida a análise da realidade social a partir do pensamento construído pelo senso comum dos agentes que constroem sua vida cotidiana dentro de dada realidade. Visto isso, podemos observar pontos de aproximação dessa perspectiva com a da Teoria das Representações Sociais explicitada no item anterior. Para efeito de comparação relembremos que o conceito de representação mais largamente utilizado pelos pesquisadores do campo da psicologia social a trata como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.” (JODELET, 2001, p. 22), conceito que nos leva a compreender por que a noção de senso comum é fundamental para essa teoria. A análise proposta pela Teoria das Representações Sociais reestabelece o senso comum como conhecimento válido; segundo Moscovici (2011), o senso comum nos oferece a possibilidade de ter acesso direto às representações sociais “o vasto campo do senso comum, das ciências populares, nos permitem agarrar essas representações ao *vivo*, compreender como elas são geradas, comunicadas e colocadas em ação na vida cotidiana.” (MOSCOVICI, 2011, p. 201). Não se trata aqui de afirmar que a Teoria das Representações Sociais seja fenomenológica, mas de mostrar que sua formulação deve muito a essa corrente de pensamento.

Conforme observamos no item anterior, a Teoria das Representações Sociais se propõe a desmistificar a dicotomia entre subjetivismo e objetivismo ao

considerar que a realidade é socialmente construída e o saber é uma construção do sujeito, mas não desligada de sua inscrição social. Porém, buscando reabilitar o senso comum na análise da realidade social a Teoria das Representações Sociais corre o risco, semelhante ao apontado por Bourdieu em relação à fenomenologia, de tornar o conhecimento científico uma “continuidade do senso comum, já que não passa de uma ‘construção das construções’.” (BOURDIEU, 2004, p. 151).

Por essa razão é importante lidar com o senso comum sob o prisma de um referencial teórico capaz de reconhecer o caráter histórico das representações. Além disso, é importante não se limitar a elas, mas ir além delas ao fazer uma análise crítica sobre seu próprio processo de construção e as relações de dominação aí implicadas evitando o risco de “passar da representação da realidade à realidade da representação.” (BOURDIEU, 2007, p. 118).

O trabalho mais insistente na obra sociológica de Bourdieu foi justamente o de superação da dicotomia entre objetivismo e subjetivismo. Para isso, propõe uma análise da realidade social que envereda tanto pela reconstituição das estruturas que fundamentam as representações subjetivas e constituem as coações estruturais quanto pela retenção das representações resultantes dessa estrutura, pois elas são fundamentais “se quisermos explicar as lutas cotidianas, individuais ou coletivas, que visam transformar ou conservar essas estruturas.” (BOURDIEU, 2004, p. 152). Portanto, ele propõe um modo de análise que implica no estabelecimento de uma relação dialética entre o momento objetivista e subjetivista da pesquisa.

Para que a oposição entre as estruturas e as representações seja realmente superada na análise, Bourdieu (2004) também sugere o rompimento com o pensamento substancialista que levaria a não considerar nenhuma outra realidade que não esteja contemplada no cotidiano dos indivíduos e dos grupos. Para o autor (2004) a maior contribuição do estruturalismo foi justamente considerar o modo de pensar relacional, ou seja, trazer para o campo de análise do real não a substância das coisas, mas suas relações. Sem dúvida, seria mais simples pensar em termos de realidades verificáveis em grupos definidos e classificados através de antagonismos e divisões de classe do que pensá-los no interior de espaços de relações, porém, este seria o melhor caminho para evitar a formação de grupos meramente taxionômicos (BOURDIEU, 2007).

Para compreender como operam as relações é necessário colocar em cena o conceito de espaço social que é, em última instância, a arena na qual as

relações ocorrem. De acordo com Bourdieu (2004) é possível comparar o espaço social com o espaço geográfico de modo que ele seria dividido em regiões e obviamente aqueles grupos que são mais próximos dentro dele possuem características similares.

O espaço social está construído de tal modo que os agentes que ocupam posições semelhantes ou vizinhas estão colocados em condições semelhantes e submetidos a condicionamentos semelhantes, e têm toda a possibilidade de possuírem disposições e interesses semelhantes, logo, de produzirem práticas também semelhantes. (BOURDIEU, 2004, p. 155).

Porém, é importante reconhecer que essas divisões empreendidas no campo teórico no momento objetivista da análise não podem ser consideradas como absolutas, pois essas divisões não coincidem totalmente entre teoria e realidade. Por isso, Bourdieu (2007) alerta que para avançar na compreensão do espaço social é importante romper em alguns pontos com a teoria marxista. “Ruptura com a tendência para privilegiar as substâncias [...] em detrimento das relações e com a ilusão intelectualista que leva a considerar a classe teórica, construída pelo cientista, como uma classe real, um grupo efetivamente mobilizado [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 133). Essa proposta visa que não ocorra uma redução do campo real ao campo da esfera econômica ou das forças materiais perdendo assim de vista as lutas simbólicas que ocorrem no interior dos espaços de relação e nas quais estão em jogo as construções das próprias representações. Por isso, Bourdieu (2004) alerta que devemos tomar cuidado, pois se o subjetivismo pode reduzir as estruturas às interações, “[...] o objetivismo tende a deduzir as ações e interações da estrutura.” (BOURDIEU, 2004, p. 155)

Para evitar qualquer uma dessas armadilhas, o conceito de espaço social se torna importante, pois é nele que podemos observar a movimentação dos grupos e a construção de seus sistemas de classificação ou seja como esse grupos nomeiam e percebem o mundo. É dessa forma que o estudo da realidade social deve considerar como objeto não apenas a realidade estruturada, mas também a percepção dos agentes sobre essa realidade que é definida de acordo com o lugar que os agentes ocupam no espaço social objetivo. Portanto, passamos a compreender que os agentes possuem visões de mundo e representações ativas que os ajudam a agir sobre ele, porém, essas representações são moldadas sob coações da estrutura e é isso que constitui a realidade dóxica, ou seja, as estruturas mentais que os agentes adquirem das estruturas sociais pelas quais apreendem a

realidade. Por isso, o trabalho de análise da construção das representações dos agentes precisa considerar

(...) primeiro, que essa construção não é operada num vazio social, mas está submetida a coações estruturais; segundo, que as estruturas estruturantes, as estruturas cognitivas, também são socialmente estruturadas, porque têm uma gênese social; terceiro, que a construção da realidade social não é somente um empreendimento individual, podendo também tornar-se empreendimento coletivo. (BOURDIEU, 2004, p. 158).

Partindo dessa compreensão, pretendemos empreender a pesquisa aqui apresentada considerando que as representações sociais são estruturas estruturadas e estruturantes, conforme considerado também pela Teoria das Representações Sociais, mas inserindo na análise as forças estruturais que operam para coagir os agentes em seu processo de criação e recriação das representações, conforme propõe Bourdieu, ao introduzirmos na análise a discussão sobre a operação do poder simbólico.

3.3 O habitus como mediação reencontrada

O conceito de *habitus*, tal como definido por Bourdieu (1983), se torna fundamental para nossa análise, pois que é produto da interação dos indivíduos nos espaços sociais ao mesmo tempo em que é gerador de práticas e representações. Ortiz (1983) elucida que Bourdieu reconfigurou o conceito de habitus a partir da proposta da escolástica que concebia o *habitus* como *modos operandi*, ou seja, um dispositivo que opera numa determinada direção através da repetição, logo, possuidor de um caráter histórico. No entanto, para Bourdieu (1983b) o *habitus* não atua como determinante absoluto de aceitação das normas sociais. O desenvolvimento do conceito serve para evitar tanto correntes objetivistas, que supervalorizam a força da coerção social sobre as ações, quanto as correntes subjetivistas, segundo as quais o indivíduo atua de maneira livre e suas ações são produzidas pelo cálculo de chances e ganhos. Desse modo,

Contra ambas as teorias, convém ressaltar que os agentes sociais são dotados de *habitus*, inscritos nos corpos pelas experiências passadas: tais sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático, fundados no mapeamento e no reconhecimento de estímulos condicionais e convencionais a que os agentes estão dispostos a reagir, como também engendrar, sem posição explícita de finalidades nem cálculo racional de meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas, situadas porém nos limites das constrações estruturais de que são o produto e que as definem. (BOURDIEU, 2001, p. 169).

O *habitus* surge como uma disposição, um reflexo do exercício de condicionamento que opera para que possamos adquirir capacidades arbitrárias adquiridas através da interiorização das estruturas sociais, por isso, portador de uma história que é ao mesmo tempo individual e coletiva. Por assumir-se de forma internalizada, passamos a ignorar sua existência e a expressá-lo através de rotinas corporais e mentais inconscientes que nos possibilitam agir sem pensar. O *habitus* é um princípio de conhecimento sem consciência ou de uma “intencionalidade sem intenção.” (BOURDIEU, 2004, p. 22). Produto de uma incorporação objetiva, o *habitus* produz estratégias que não resultam de aspirações conscientes e nem de determinações mecânicas, ele simplesmente contém o conhecimento das “regras do jogo” de determinado campo funcionando como esquema de ação, percepção e reflexão (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Dessa forma, o *habitus* opera como mediação entre as estruturas e as práticas permitindo que a subjetividade seja socialmente construída à medida que o sujeito incorpora as condições sociais sob a forma de princípios inconscientes de ação e reflexão. Assim, o *habitus* funciona como um princípio mediador entre o indivíduo e a sociedade ou, nas palavras de Ortiz (1983, p.14), como “mediação reencontrada”. Assim sendo, o *habitus* é:

Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU, 1983b, p. 61).

Como estrutura estruturada o *habitus* articula a realidade objetiva do meio social e a realidade subjetiva das individualidades. Como estrutura estruturante, ao qual está predisposto a funcionar, o *habitus* opera como gerador de práticas e representações. Nesse sentido, ele tende a orientar a ação, mas também a reproduzir as relações objetivas que lhe configuraram. Para exemplificar essa operação, Ortiz (1983) lembra que quando Bourdieu retoma a afirmativa de Marx “eu não tenho vocação efetiva dos estudos se não tenho dinheiro para realizá-la” ele pretende elucidar uma teoria da prática a partir da compreensão de que embora as ações sejam concretamente realizadas pelos indivíduos, as chances de efetivá-las ou não estão objetivamente inscritas nas estruturas que engendram o *habitus*.

Quando se considera que a prática se traduz por uma estrutura “estruturada predisposta a funcionar como estrutura estruturante”, explicita-se que a noção de *habitus* não somente se aplica à interiorização das normas e dos valores, mas inclui os sistemas de classificações que preexistem (logicamente) às representações sociais. (ORTIZ, 1983, p. 16).

Os sistemas de classificação que são interiorizados pelos indivíduos e norteiam suas práticas tem origem nas estruturas, assim, o “*habitus* se sustenta através de ‘esquemas generativos’ que, por um lado antecedem e orientam a ação e, por outro, estão na origem de outros ‘esquemas generativos’ que presidem a apreensão do mundo enquanto conhecimento.” (ORTIZ, 1983, p. 16). Por conseguinte, podemos afirmar que o *habitus*, produto da interação dos indivíduos nos espaços sociais, se configura como um gerador de práticas e construtor de representações. Nessa direção, corroboramos com a perspectiva de Domingos Sobrinho de que o *habitus* é “[...] uma dimensão fundamental a ser apreendida no processo de construção das representações sociais, sobretudo, quando se trata de compreender as particularidades que envolvem as diferentes ‘leituras’ de objetos socialmente compartilhados.” (DOMINGOS SOBRINHO, 1998, p. 119-120).

É importante considerar que, embora o *habitus* seja também uma manifestação das estruturas inscrita no próprio corpo, ele não opera como uma “camisa de força”. Para Bourdieu não somos seres livres e nem determinados, embora seja possível prever práticas, uma vez que o *habitus* leva os agentes a se portarem de determinada maneira em determinada circunstância, as condutas geradas pelo *habitus* “não têm a bela regularidade das condutas deduzidas de um princípio legislativo: o *habitus* está intimamente ligado com o fluido e o vago.” (BOURDIEU, 2004, p.98, grifos do autor). Isso ocorre porque é no confronto improvisado de situações que são constantemente renovadas que ele opera, dessa forma, o *habitus* se guia por “*uma lógica prática*, a lógica do fluido, do mais-ou-menos, que define a relação cotidiana com o mundo.” (BOURDIEU, 2004, p.98, grifos do autor). Por isso, podemos supor formas de ajustamento e desajustamento entre as estruturas objetivas e subjetivas, pois o *habitus* é produto da história e como tal é permanentemente confrontado por experiências novas que o afetam. Desse modo, o *habitus* não é um tipo de essência a-histórica ou um destino definido, pois é exposto incessantemente à necessidades de adaptação a situações novas e imprevistas que podem operar transformações nele, porém, dentro de determinados limites uma vez que o *habitus* norteia a percepção da própria situação que o

determina.

O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído. Em consequência o *habitus* produz práticas e representações que estão disponíveis para a classificação [...]. (BOURDIEU, 2004, p. 158).

As representações dos agentes variam de acordo com o *habitus* incorporado e este por sua vez é produzido e determinado pelas posições sociais que os agentes ocupam no espaço social e é nele que os agentes realizam as classificações, inclusive a auto-classificação. O juízo classificatório é construído por agentes socializados dotados da capacidade de perceber a relação entre as representações e as posições que ocupam nesse espaço e “assim, através do *habitus*, temos um mundo de senso comum, um mundo social que parece evidente.” (BOURDIEU, 2004, 159). É justamente essa aparência de evidência do mundo social que por vezes mascara classificações arbitrárias que operam as visões e “divisões” do mundo social.

[...] a ordem social deve em parte a sua permanência à imposição de esquemas de classificação que, por se ajustarem às classificações objetivas, acabam produzindo uma forma de reconhecimento desta ordem que implica justamente o desconhecimento da arbitrariedade de seus fundamentos: a correspondência entre as divisões objetivas e os esquemas classificatórios, entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais, está na raiz de um tipo de adesão originária à ordem estabelecida. (BOURDIEU, 2008a, p. 117, 118).

A luta pela classificação é uma luta propriamente simbólica para impor determinadas visões sobre o mundo social através da construção de representações da realidade que visam determinar a própria realidade. Esses esquemas de percepção são produzidos por um trabalho histórico e coletivo a partir das estruturas do mundo social, portanto, “as nossas categorias de pensamento contribuem para produzir o mundo, mas dentro dos limites da sua correspondência com estruturas preexistentes.” (BOURDIEU, 2007, p. 238).

O efeito propriamente simbólico das representações é que ao coincidirem com as estruturas objetivamente estabelecidas garantem que divisões arbitrárias sejam aceitas como naturais. Através da história das lutas do mundo social construímos as categorias de percepção e é com elas que os grupos pensam e representam sua própria realidade, o que contribui para a realidade desse próprio grupo. Por essa razão é que se desejamos operar mudanças reais através de um

trabalho de subversão política devemos operar, sem dúvidas, uma subversão da visão de mundo (BOURDIEU, 2008a).

3.4 Linguagem e representações

Partimos do princípio de que a linguagem não atua apenas como veículo das representações uma vez que é também através dela que os sujeitos criam e transformam as representações. Na ação comunicativa os indivíduos utilizam as palavras para construir enunciados que interpretam, explicam e constroem a realidade o que corresponde a dizer que mais do que representar as coisas as palavras possuem a capacidade de criá-las. Essa perspectiva nos leva a perceber que a linguagem não é apenas algo que liga diretamente a representação à realidade, ou seja, não é um simples suporte. Carvalho (2005) faz uma crítica ao uso da linguagem como objeto, destituída do seu caráter instituinte da realidade, afirmando que essa interpretação congela não só a linguagem como as próprias representações em reflexos do real fazendo-as perder a potência criativa. Desse modo, propomos buscar na linguagem não um espelho das representações, mas um campo de construção e de disputa constante de sentidos no qual os sujeitos participam para definir a “realidade”.

De acordo com Bakhtin (2006) cada palavra é uma “arena” onde se colocam em disputa diferentes valores sociais de orientação muitas vezes contraditórias “[...] a palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais.” (2006, p. 66). Dessa maneira, o autor compreende a língua como algo concreto fruto das interações sociais, valorizando assim os atos de fala. Por isso, o autor desenvolveu uma crítica ao objetivismo abstrato, que tem em Ferdinand Saussure seu maior expoente, que separa a língua da fala como quem separa o social do individual. A língua, na compreensão de Saussure, seria um todo em si e um princípio de classificação, ou seja, um produto que o indivíduo registraria passivamente. Já a fala seria um ato individual existindo enquanto uma combinação que o sujeito falante faz da língua. Por isso, Bakhtin (2006) afirma que a fala, tal como concebida por Saussure, não poderia ser objeto da linguística.

Bakhtin (2006) irá, portanto, integrar a fala ao estudo da linguística ao eleger a enunciação enquanto realidade da linguagem identificando que a matéria linguística é apenas uma parte do enunciado, pois esse seria composto também de uma parte não verbal, ou seja, pelo próprio contexto em que ocorre a comunicação.

Desse modo, o autor amplia a perspectiva do estudo da linguagem como uma forma de interação social na qual os contextos de enunciação são também objetos de estudo. Assim, passa de uma lógica de estudo da língua como sistema abstrato para o estudo da língua como signo dialético, vivo e plurivalente.

Essa concepção nos interessa, pois integra o ato de enunciação individual ao contexto mais amplo das interações sociais elegendo o enunciado como realidade da linguagem. Para Bakhtin (2006) “a consciência individual é um fato sócio-ideológico” (p. 33) de modo que a consciência individual descontextualizada nada poderia explicar, ao contrário, ela própria careceria do meio ideológico e social para ser explicada. É nessa direção que o autor propõe uma reflexão sobre o que chama de “psicologia do corpo social”. Segundo Bakhtin (2006) essa psicologia se constituiria num elo entre a estrutura sociopolítica e a ideologia materializada na interação verbal, portanto, não poderia ser considerada fora do processo comunicativo.

A psicologia do corpo social não se situa em nenhum lugar “interior” (na “alma” dos indivíduos em situação de comunicação); ela é, ao contrário, inteiramente exteriorizada: na palavra, no gesto, no ato. Nada há nela de inexprimível, de interiorizado, tudo está na superfície, tudo está na troca, tudo está no material, principalmente no material verbal. (BAKHTIN, 2006, p. 41)

Ao afirmar o caráter sócio-histórico da fala, Bakhtin a configura como campo de disputa das lutas sociais. Segundo o autor “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” assim como é também “o modo mais puro e sensível de relação social” (BAKHTIN, 2006, p.34). Desse modo, a palavra opera como uma arena da luta de vozes que disputam diferentes formas de significar o mundo a partir das distintas posições que ocupam. Trata-se de reconhecer, portanto, que as trocas linguísticas – que são relações de comunicação – também expressam relações de poder.

Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção. (BRANDÃO, 2004, p. 11).

A linguagem aqui é compreendida como discurso e como tal não se presta apenas ao suporte de representações, visto que é interação social. Desse modo, não pode ser compreendida como neutra ou natural, pois é o palco de manifestações ideológicas no qual se defrontam os sujeitos sociais.

Nesse sentido, Bourdieu (2008) vai também desenvolver uma crítica à linguística, tal como proposta por Saussure, por considerar que este, ao deduzir o conceito de “fala” a partir da noção de “língua”, deixaria de fora da análise as funções do discurso ideológico e os interesses dos sujeitos sociais em sua reprodução, ou seja, transformaria os sujeitos em meros executores da estrutura.

Aceitar o modelo saussuriano e seus pressupostos é o mesmo que tratar o mundo social como um universo de trocas simbólicas e reduzir a ação a um ato de comunicação que, como a fala saussuriana, está destinado a ser decifrado mediante uma cifra ou um código, uma língua ou uma cultura. (BOURDIEU, 2008a, p. 23).

Bourdieu (2008a) segue na direção de reconhecer as trocas linguísticas como relações de comunicação, salientando que nelas se expressam o poder simbólico e as relações de força entre locutores e seus grupos. Assim, Bourdieu (2008a) introduz na análise das relações de interação a questão do poder ao indicar que a comunicação se estabelece num campo já marcado por posições sociais na qual os interlocutores se defrontam numa disputa que reproduz a distribuição desigual de poder localizada na própria estrutura social. Por essa razão, o autor indica que a matéria circulante no “mercado linguístico” não é propriamente a língua, mas os discursos produzidos e estilisticamente caracterizados tanto pelo locutor, que “transforma a língua comum num idioleto” quanto por cada receptor que “[...] contribui para *produzir* a mensagem que ele percebe e aprecia, importando para ela tudo o que constitui sua experiência singular e coletiva.” (BOURDIEU, 2008a, p. 25, grifo do autor). Daí o autor afirmar que não existem palavras inocentes ou neutras, pois o sentido das palavras enunciadas vai depender diretamente das condições de enunciação e recepção.

É nesse ponto que entra em questão a importância da “linguagem autorizada” daqueles que possuem o direito à palavra e se utilizam dela para exercer poder sobre aqueles que tiveram a palavra interdita.

A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não procuramos somente ser compreendidos, mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos. Daí a definição completa de competência como *direito à palavra*, isto é, à linguagem legítima como linguagem autorizada, como linguagem de autoridade. (BOURDIEU, 1983a, p.160 e 161).

Por isso, o que levaremos em consideração para a análise da linguagem não será apenas a sua capacidade de suporte de representações, mas de criação delas mesmas nos contextos de enunciação.

4 CHAPADA DO APODI - ARENA DA DISPUTA DE SENTIDOS

“Digo: o real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente é no meio da Travessia.”
(Guimarães Rosa)

4.1. De terra castigada à terra prometida – a construção de novas narrativas sobre o Ceará

Durante vários séculos, a natureza e os fenômenos climáticos foram apontados como fatores limitantes do desenvolvimento econômico do estado do Ceará, assim como do Nordeste de modo geral. O estado estava imaginariamente atrelado ao fenômeno da seca e à imagem do solo rachado e castigado pelo sol era um forte componente simbólico a apontar as limitações produtivas da terra. No entanto, verificamos atualmente a circulação de um novo discurso sobre a “terra da luz”. O mesmo sol que remetia a um suposto castigo da natureza é resignificado, atualmente, nas campanhas governamentais como benéfico para o desenvolvimento agrícola, conforme podemos verificar em trecho extraído do site da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará - ADECE:

O Ceará tem vocação natural para o agronegócio da fruticultura irrigada. Além do clima (**três mil horas de sol ao ano**, baixa umidade, temperaturas altas e estáveis), o Estado domina a tecnologia de produção e tem reserva hídrica para suportar o aumento da área plantada. (CEARÁ, 2012, grifos nossos).

Para compreender essa significativa mudança de discurso, que contribuiu com a inserção do Ceará no mercado agrícola globalizado, é importante relacioná-la ao contexto nacional de reestruturação do campo provocado pela “revolução verde”.

A partir da década de 1960, avançou sobre o mundo um modelo agrícola baseado em pacotes tecnológicos impostos aos países ditos *subdesenvolvidos* sob o pretexto de garantir a expansão da produção de alimentos. Tal “revolução” foi incentivada e financiada por instituições financeiras internacionais e órgãos governamentais tais como: o Banco Mundial, a Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e a United States Agency for International Development - USAID. Embora o discurso oficial fosse o de acabar com a fome no mundo e garantir o desenvolvimento dos países do sul, o que estava realmente em jogo, conforme nos alerta Porto

Gonçalves (2004), era provocar profundas transformações nas relações de poder no campo por meio da tecnologia com o objetivo de deslocar a atenção das legítimas lutas travadas contra a fome e a miséria. Além disso, era importante garantir lucro para grandes empresas, que haviam investido imensas somas de dinheiro na produção de tecnologia para a guerra, razão pela qual a “revolução verde” se baseou no uso intensivo de produtos químicos.

Os biocidas foram utilizados como arma de guerra, sobretudo pelos Estados Unidos contra a população do Vietnã. Finda a guerra, a indústria percebeu que esses produtos ficariam ociosos, desse modo, tornou-se imperativo construir alternativas que justificassem o investimento tecnológico destinado ao seu desenvolvimento (FERREIRA, 2012).

Promovida pelos países ditos *desenvolvidos*, a revolução verde foi imposta aos países chamados de *subdesenvolvidos* como a grande solução para redução da pobreza e erradicação da fome. Assim, pacotes tecnológicos que incluíam maquinários, sementes modificadas, fertilizantes e agrotóxicos foram introduzidos em vários países do mundo.

O discurso da Revolução Verde estava repleto de uma perspectiva ocidental sobre a ciência, o progresso e a economia, que deviam promover-se (impor-se, se for preciso) nos países do chamado Terceiro Mundo. Em consonância com a teoria da modernização, que era o modelo de desenvolvimento próprio desses anos [...] a Revolução Verde identificava no Terceiro Mundo uma série de carências que deviam ser satisfeitas, à base de aumentar quantitativamente os bens e os serviços. Ao mesmo tempo, essa febre produtivista, que em teoria beneficiaria os países pobres, servia tanto para aumentar a produção de matérias-primas baratas, destinadas às agroindústrias do denominado Primeiro Mundo que as beneficiavam, incrementando seu valor, como para aumentar a produção de maquinário e insumos químicos desses países ricos que vendiam para os países pobres (GÓMEZ, 2006, p. 185).

No Brasil, a introdução dos pacotes tecnológicos marcou o início de uma nova fase produtiva caracterizada pelo surgimento de Complexos Agroindustriais - CAIs que fortaleceram a industrialização da agropecuária, modernizaram a base técnica, alteraram a forma de produzir e causaram impactos ambientais. Essas mudanças ocorridas no campo em função da expansão da “revolução verde” tornou o modelo agrícola brasileiro dependente dos pacotes tecnológicos e aumentou os custos de produção. Desse modo, o que aconteceu no Brasil, sobretudo a partir da década de 1970, foi um processo de *modernização agrícola conservadora*, ou seja, ocorreu um processo de “modernização” tecnológica que não tocou nos elementos

tradicionais da estrutura agrária e fundiária do país (GRAZIANO DA SILVA, 1981). Embora a produção agrícola tenha assimilado elementos modernizantes como os insumos agrícolas, as sementes modificadas, maquinário de ponta etc, a estrutura fundiária e as relações desiguais no campo foram não apenas mantidas, mas também aprofundadas. Esse modelo se legitimou através de um forte componente ideológico de modernização que, segundo Almeida (1997), incorporava quatro elementos principais: a perspectiva de desenvolvimento econômico como oposição ao atraso e estagnação; o solapamento da autonomia devido à abertura técnica, econômica e cultural; a especialização da produção agrícola e de sua dependência ao contexto globalizado e, finalmente, o fortalecimento de uma mentalidade competitiva e contestadora das concepções e valores do modo de produzir tradicional.

Assumindo “ares” de modernidade o agronegócio avançou sobre o território brasileiro introduzindo a racionalidade capitalista nos processos produtivos do campo, alterando profundamente os modos de vida de diversas populações e as relações de trabalho no meio rural. Baseado num modelo de produção técnico-científico, no uso de grandes extensões de terras, na redução de mão de obra, na precarização das relações de trabalho, no predomínio da monocultura e na dependência do mercado para definir o que, como e quando produzir, o agronegócio se consolidou com um discurso de modernização que não se sustentava nas práticas uma vez que estas continuavam a reproduzir e acentuar as formas de dominação mais arcaicas.

No Ceará, esse impulso modernizante começou a se impor mais fortemente no final da década de 1980 quando um grupo de empresários chegou ao poder e instituiu o auto-declarado “governo das mudanças”. Um novo discurso sobre o Ceará começou a ser urdido visando a implementação de um projeto de modernização focado na industrialização, na interiorização dos investimentos e na mecanização do campo. Antigos discursos sobre atraso e miséria relacionados às condições climáticas foram gradativamente substituídos pelo discurso da modernidade e da integração ao mundo globalizado. Havia um forte componente ideológico em torno da capacidade da ciência e da técnica em superar os fatores de ordem natural como a distribuição irregular de chuvas. Sob a égide do capital e da ciência as condições ambientais não seriam limitantes, pois estava sendo montado um cenário no qual a natureza passaria a ser cada vez mais dominada pela técnica.

A elite burguesa agrária-industrial parte da prerrogativa de que o clima não é mais uma força contrária ao desenvolvimento da região, pelo contrário, o sol se tornou um dos principais aliados para a inserção da região no processo de globalização econômica, sendo o turismo, o agronegócio e por último a política de atração de empresas (interiorização da indústria) os três principais vetores de desenvolvimento no processo de modernização da economia cearense. (ARAÚJO; ELIAS, 2005, p. 1128).

A partir de então, o Ceará passou a sofrer transformações territoriais ocasionadas por políticas de investimento capitaneadas pelo governo do estado para garantir a infraestrutura necessária à integração do Ceará ao mercado global. Com a perspectiva de combater o que era considerado atraso, políticas de caráter estruturante foram desenvolvidas como: a requalificação e ampliação de rodovias estaduais, a reforma do Aeroporto Internacional Pinto Martins, a construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, a implantação de grandes projetos hídricos contemplando integração de bacias, entre outros grandes projetos de infraestrutura acompanhados por uma agressiva política de incentivos fiscais.

Havia a necessidade de criar a imagem de um Ceará moderno a ser vendido como espaço produtivo para o capital internacional, discurso que foi se desenhando apoiado sobre a crença na racionalidade técnica e a revelia dos interesses das populações camponesas que viram seus territórios serem redesenhados no contexto da reestruturação socioespacial.

Trazemos abaixo a transcrição de um trecho do vídeo utilizado pelo Governo do Estado para apresentar as vantagens de investimento no Ceará. No vídeo promovido pela Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará - ADECE¹² é interessante observar como toda a infraestrutura do Estado é colocada à disposição do mercado e que em momento algum é feita qualquer menção às populações que vivem nesse território que passa a ser narrado como um espaço livre para a produção:

O Ceará tem potencial para receber grandes investimentos, começando por sua posição geográfica privilegiada, os principais centros mundiais estão muito próximos do Ceará: Europa, América do Norte e África estão a poucas horas de avião. O Estado oferece também toda a estrutura e logística necessária para quem busca realizar investimentos em diferentes setores. São 02 portos internacionais e 01 aeroporto internacional com rota para vários países. A exportação será beneficiada com os projetos de ampliação do Porto do Pecém. Serão novos terminais marítimos, novos ramais ferroviários e aeroporto de cargas, além da expansão do porto com a

¹² Órgão do Governo do Estado do Ceará que executa a política de desenvolvimento econômico, articulando-se com setores produtivos e atraindo investimentos para o Estado.

criação do escoador. O Ceará é também *referência em recursos hídricos*. O Eixão das Águas, canal com 255,9 km de extensão que liga a barragem Castanhão à Fortaleza e também ao Porto do Pecém é prova disso. Para ter ideia, o Castanhão sozinho tem capacidade para irrigar 43 mil hectares, gerar 22,5 megawatts de energia e garantir *oferta de água* durante os próximos 30 anos. Aqui o investidor tem garantia total de fornecimento de energia elétrica, o Estado é líder na produção de energia eólica no país, uma ótima opção por ser limpa e renovável. Nosso litoral reserva também as praias que estão nos roteiros de milhares de turistas. Com uma temperatura alta e constante, bastante luminosidade natural, baixa nebulosidade e baixa umidade do ar o Ceará possui excelentes condições naturais de produção [...] (CEARÁ, 2012, grifos nossos).

Através desse discurso modernizante o Ceará passa a ter sua imagem dissociada da escassez das águas e do castigo do sol inclemente e adquire uma nova face, a de terra prometida para o grande capital.

4.2 Modernização excludente – os impactos do modelo hegemônico sobre a cultura

O ímpeto modernizante que se impõe ao Ceará, na década de 1980, modificando profundamente as estruturas econômicas, políticas e culturais está relacionado a um contexto que engloba não apenas a situação nacional naquele período, mas o contexto da América Latina. Para que possamos conectar os fios que tecem o discurso da modernidade é importante atentar para o fato de que “o discurso não é um mero instrumento passivo na construção de sentido” (MARTIN-BARBERO, 2008, p. 31), mais que isso, ele é o “lugar” no qual as categorias de pensamento são disputadas a todo instante. E para entender melhor essas categorias é fundamental conhecer o processo histórico que lhes origina.

A primeira versão latino-americana de um projeto de modernidade, ocorreu na década de 1930, e teve como foco o estabelecimento do projeto de Nação. No Brasil, esse projeto se desenvolveu sob o regime populista e o discurso nacionalista de Getúlio Vargas. A segunda versão desse projeto começou a ser desenhada no início da década de 1960 e teve como foco a ideia de desenvolvimento.

De acordo do Martin-Barbero (2008) o desenvolvimento é uma versão renovada do conceito de progresso que compreendia o crescimento econômico como um objetivo que precisava ser alcançado para que “naturalmente” se chegasse a uma democracia política. Acreditava-se que o aumento da produção geraria o aquecimento do consumo e a redistribuição de bens fazendo com que o cenário

estivesse preparado para a emergência democrática, ou seja, a democracia seria uma consequência do desenvolvimento. No entanto, a década de 1970 mostraria o fracasso do projeto de modernização geral, via desenvolvimento, através do endurecimento dos regimes ditatoriais em quase todos os países da América Latina.

A década seguinte confirmaria isso através do endividamento generalizado do sub-continente. Além disso, um crescente processo de transnacionalização já estava em curso e havia deslocado o papel do Estado que de encarnação personalista do pacto social estava cada vez mais restrito a executor da agenda do desenvolvimento (MARTIN-BARBERO, 2008). Por isso, o Estado brasileiro seria o grande promotor dos projetos estruturantes que modificariam as relações sociais no campo abrindo as portas para a transnacionalização de sua estrutura econômica.

No contexto histórico de transnacionalização do campo no Ceará, a modernidade foi o discurso que promoveu o modelo de desenvolvimento. Martin-Barbero (2008) nos alerta que na América Latina, de um modo geral, o conceito de modernização que norteou as mudanças no âmbito político e econômico foram pautadas pela *adaptação* econômica e cultural e não pela busca da independência de modo que “desejava-se ser uma Nação a fim de obter-se uma identidade, mas tal obtenção implicava sua *tradução* para o discurso modernizador dos países hegemônicos [...]” (MARTIN-BARBERO, 2008, p. 222). Portanto, só com base nesse discurso era possível avaliar os êxitos desse processo. Desse modo, o processo modernizador na América Latina se deu a partir de uma dependência que se concretizou através de um desenvolvimento desigual criando o que o autor chama de “sociedades encruzilhadas”, ou seja, aquelas que vivem entre um processo de modernização compulsiva e um subdesenvolvimento acelerado (MARTIN-BARBERO, 2008).

De acordo com Canclini (2008) os processos que constituíram a modernidade foram desenhados de maneira a produzir categorias dicotômicas como: moderno *versus* tradicional, culto *versus* popular e hegemônico *versus* subalterno. Essas oposições categóricas contribuíram para o avanço de um processo de negação das diferenças culturais. Em países nos quais existem várias temporalidades e modos de organização social, não é tarefa simples conjugar as diferenças culturais e impor um modelo sem que se coloque em marcha um processo de mudança cultural visando a homogeneização via modernidade. Para

esse intuito, os meios de comunicação se configurariam como fortes aliados do modelo desenvolvimentista.

Diferentemente do que aconteceu durante o populismo, (...) nos “anos do desenvolvimento” o massivo passa a designar os meios de homogeneização e controle das massas. A massificação será dectável mesmo onde não houver massas. E de mediadores, a seu modo, entre o Estado e as massas, entre o rural e o urbano, entre as tradições e a modernidade, os meios tenderão cada vez mais a constituírem-se no lugar de simulação e da desativação dessas relações. (MARTIN-BARBERO, 2008, p. 252)

O discurso modernizador em si não é capaz de fazer desaparecer processos históricos e identidades culturais territorializadas; o que ele pode fazer é prometer uma via de unificação através de uma só temporalidade e racionalidade. A forma de lidar com as diferenças passa a ser a negação delas. Essa negação seria fundamental para a implementação dos planos desenvolvimentistas a partir da instalação de projetos industriais, agroindustriais e turísticos em territórios nos quais viviam comunidades diversas como camponeses, indígenas, pescadores, quilombolas, etc. A fragmentação e desarticulação da sociabilidade dos que ali viviam tinha uma justificativa “nobre”, era em nome da modernidade que estava chegando, inclusive para lhes favorecer.

De acordo com Martin-Barbero (2008) os dois fatos-chave para compreender como o campo da comunicação teve poder de difundir intensivamente as inovações como força motriz do desenvolvimento foram a “hegemonia da televisão” e a “pluralização funcionalizada do rádio”. Segundo o autor, a televisão trouxe um refinamento dos dispositivos ideológicos.

Imagem plena da democratização desenvolvimentista, a televisão “realiza-se” na unificação da demanda, que é a única maneira pela qual pode conseguir a expansão do mercado hegemônico sem que os subalternos se ressintam dessa agressão. Se somos capazes de consumir o mesmo que os desenvolvidos, é porque definitivamente nos desenvolvemos [...] (MARTIN-BARBERO, 2008, p. 252, 253).

Como veículo de massas, a televisão precisa falar para um número enorme e diverso de pessoas e para isso precisa suprimir as diferenças. A televisão opera dois dispositivos para lidar com as diferenças culturais: através da *familiarização* ela explora as semelhanças superficiais e nos convence de que mesmo os povos mais distantes parecem com a gente, basta aproximar bem. E pelo dispositivo de *exotização* ela converte o outro num avesso, numa estranheza absoluta que nos faz perder as possibilidades de identificação.

Por ambos os caminhos, o que se impede é que o diverso nos detenha, nos questione, mine até o nosso mito de desenvolvimento, segundo o qual existe um único modelo de sociedade compatível com o progresso e, portanto, com o futuro. (MARTIN-BARBERO, 2008, p. 254).

O rádio, por sua vez, teve um papel funcional e educativo voltado para a adequação dos modos de trabalho rural visando atender os objetivos do desenvolvimento, além de uma operação ideológica que trabalhou para superar “superstições” religiosas que se configuravam como obstáculo para o avanço tecnológico e para a ampliação do consumo. Dessa maneira, os meios de comunicação atuaram para produzir e transmitir as imagens da modernidade às classes populares de modo a facilitar a aceitação de intervenção nos territórios de vida de várias populações, afinal, era necessário avançar em direção ao progresso.

No âmbito desta pesquisa compreender a influência do discurso da modernidade sobre as populações rurais é fundamental uma vez que é baseada nele que avançam os processos hegemônicos de dominação que, como sabemos, são eficientes justamente por não se limitarem a estratégias de coação, mas por construir também relações de cumplicidade.

4.3 O Baixo Jaguaribe - novo espaço produtivo para o mercado global?

A partir da década de 1980, os investimentos do Governo no Estado do Ceará voltados para a agropecuária se caracterizaram por privilegiar a agricultura empresarial através da aplicação de grandes somas de investimentos na construção de uma sofisticada e dispendiosa política de irrigação em detrimento da agricultura tradicional de sequeiro, desenvolvida historicamente no semiárido nordestino pelas populações locais.

Desse modo, seguiu-se uma política pública, já iniciada na década de 1970, quando foram instalados os primeiros perímetros irrigados do Ceará, voltada para integrar o mercado brasileiro aos mercados globais tendo a modernização do campo como um dos vetores principais. Importante salientar que a construção dos perímetros irrigados estava em consonância com os princípios norteadores do Programa de Integração Nacional - PIN¹³ que tinha entre seus objetivos o aproveitamento racional de recursos de água e solo para a implantação e desenvolvimento da agricultura irrigada.

¹³ Promulgado na forma da Lei nº. 6.662 de 25 de junho de 1979.

Um das estratégias de desenvolvimento da política de irrigação foi a implementação do projeto Agropolos, concebido pela Secretaria de Agricultura Irrigada - SEAGRI, com o objetivo de consolidar o pacto Empresa-Estado estabelecendo seis áreas estratégicas: Baixo Acaraú, Ibiapaba, Centro Sul, Cariri, Metropolitano e Baixo Jaguaribe (FIGURA 1).

Figura 1 - Mapa do Ceará com destaque para os Agropolos



Fonte: SABADIA *et al.* (2006); organizado por FREITAS (2010).

A política de modernização conduzida no Ceará buscou atender a lógica de consumo dos espaços através da fragmentação dos territórios agrícolas via racionalização do planejamento e da inserção de um forte aparato técnico-científico com vistas a garantir a produtividade para o mercado.

De acordo com Santos (2006), a história do meio geográfico poderia ser dividida em três grandes fases da relação sociedade-natureza: meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional. O terceiro período “é a própria cara geográfica da globalização” (SANTOS, 2006, p.160), pois vai possibilitar a racionalização do uso dos espaços que passam a ser fragmentados para atender as demandas do mercado global. Nesse contexto, o grande capital elege áreas nas quais desenvolverá processos de especialização da produção.

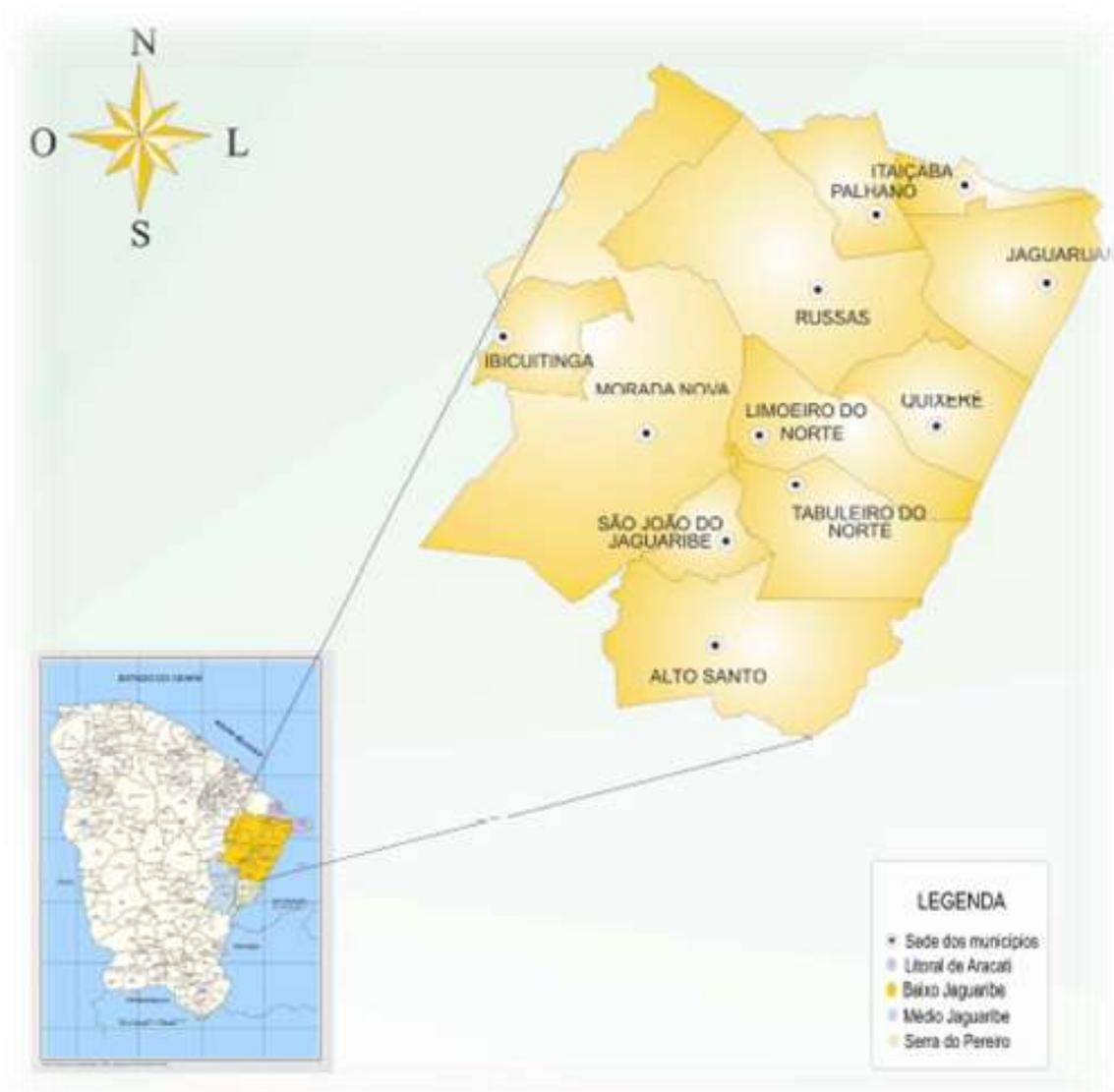
Escolhido como um dos polos de expansão do desenvolvimento agrícola, o Baixo Jaguaribe passaria a sofrer mais intensamente, a partir da década de 1980, intervenções governamentais no sentido da instalação de fixos e fluxos (SANTOS, 2006) que reorganizariam seus espaços produtivos de modo a incorporá-los aos circuitos globalizados.

A bacia hidrográfica do rio Jaguaribe possui 72.645 Km², território no qual estão localizados 80 municípios nos quais reside um terço da população cearense. A bacia é dividida em Alto, Médio e Baixo Jaguaribe, essa última se configura como a menor dentre elas, possuindo cerca de 8.893 Km², se caracterizando como a mais dinâmica do ponto de vista econômico (RIGOTTO *et al*, 2010).

O Baixo Jaguaribe está localizado na parte oriental do estado do Ceará limitando-se ao leste com o estado do Rio Grande do Norte, ao norte com o Oceano Atlântico, ao oeste com as Bacias Metropolitanas e ao sul e sudoeste com as Sub-bacias do Médio Jaguaribe e Banabuiú respectivamente. A região possui um clima tropical semiárido com temperaturas que variam entre 23º C e 29º C. O índice pluviométrico fica entre 720,50 mm a 949 mm e possui um tipo de solo atrativo para as atividades agrícolas irrigáveis (MARINHO, 2010).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2008 *apud* FREITAS, 2010) a microrregião do Baixo Jaguaribe é composta pelos municípios de Jaguaruana, Ibicuitinga, Alto Santo, Morada Nova, Limoeiro do Norte, Russas, Quixeré, Palhano, Tabuleiro do Norte e São João do Jaguaribe (FIGURA 2).

Figura 2 - Localização geográfica do Baixo Jaguaribe



Fonte: Classificação do IBGE (1998); IPLANCE (1998); IPECE (2000); organizado por Freitas (2010).

Historicamente o Baixo Jaguaribe desempenhou papel importante no processo de formação do Ceará. Sua rede hídrica acabou por torná-lo via de acesso preferencial aos sertões da antiga província, além disso, o bom volume de águas e a fertilidade do solo aluvial facilitaram seu povoamento.

A região pode ser classificada por três tipos de unidades geoambientais: a planície aluvial, a Chapada do Apodi e a depressão periférica. De acordo com Sampaio, Lima e Freitas (2011) a planície aluvial se configurou como um espaço valorizado desde o início da ocupação e organização do vale do Jaguaribe. Nos primórdios de sua ocupação, os espaços de várzeas foram utilizados pela pecuária, por garantirem fácil acesso à água para dessedentação dos animais, e para a

produção de alimentos de primeira necessidade para as populações ribeirinhas.

No entanto, só a partir do século XVIII a região passaria por mudanças significativas nos processos produtivos e organizativos da estrutura agrária de sua planície aluvial. Devido à Guerra de Secessão americana (1861-1865), ocorreu uma crise de matérias primas para as indústrias têxteis europeias e as margens ribeirinhas do vale do Jaguaribe passaram a produzir algodão para abastecer o mercado internacional. De acordo com Rigotto *et al.* (2010) esse foi um momento singular vivido pelo semiárido nordestino, pois o capital internacional descobriu a região como propícia para a produção de algodão. Assim, a atividade algodoeira tornou-se fundamental para os proprietários de terras que aumentaram sua produção agrícola e agropecuária. Várias usinas de descaroçar algodão e extrair óleo foram instaladas ao longo do Baixo Jaguaribe criando a nova categoria de trabalho, os operários de fábricas. A produção algodoeira promoveu o surgimento de teares e fábricas de tecidos que reconfiguraram as atividades econômicas desse espaço impulsionando seu crescimento e tornando-o alvo de disputas dos agentes econômicos cada vez mais articulados com o poder do Estado em seus diversos níveis (RIGOTTO *et al.*, 2010).

Já na primeira metade do século XX, a valorização da cera de carnaúba no mercado europeu favoreceria uma segunda fase de especialização produtiva no Baixo Jaguaribe com vistas a integrá-lo ao mercado internacional. Aproveitando-se da extensa área de carnaubal existente na planície aluvial, médios e grandes fazendeiros, que antes estavam envolvidos com a pecuária e a produção de algodão, passaram a se concentrar na exportação da cera de carnaúba. O Baixo Jaguaribe vivenciou um ciclo econômico intenso em torno dessa palmeira que, pela grande importância que assumiu na cultura e na economia local, passou a ser um dos símbolos da região. No entanto, a partir da década de 1960, a região assistiu ao declínio desse ciclo com a desvalorização da cera de carnaúba no mercado internacional ocasionada, entre outros fatores, pela substituição de matéria-prima de origem natural por produtos sintetizados (CEARÁ, 2006).

Foi então que, já sem os carnaubais, devastados durante o apogeu do ciclo, a planície aluvial passou a ser gradativamente ocupada para a produção de frutas. A expansão dos pomares foi possível graças a utilização de cataventos que possibilitavam a irrigação de plantações de banana, laranja e limão e do crescimento dos mercados consumidores das cidades de Fortaleza, Mossoró, Natal e Recife

(CEARÁ, 2006). Porém, a consolidação da fruticultura nas ribeiras só se concretizou a partir da década de 1970 quando a introdução de novas tecnologias de irrigação se materializou na implantação dos perímetros irrigados de Morada Nova e Jaguaruana e em políticas públicas como o Programa de Valorização Rural do Baixo e Médio Jaguaribe - PROMOVALE. Esse Programa buscou incentivar a irrigação dos solos mais férteis da planície aluvial visando à produção agrícola voltada para o mercado sem ameaçar os proprietários de terra através de desapropriações.

Sampaio, Lima e Freitas (2011) salientam que a implantação da política de irrigação do Baixo Jaguaribe acompanhou a estratégia de modernização agrícola no Nordeste proposta pela SUDENE ainda na década de 1950. Para esses autores, a SUDENE expressou em seus planejamentos um projeto de racionalização do uso dos espaços que poderiam ser divididos em duas fases: a primeira, desenhada entre 1959 e 1964, denominada de *modernização com reformas* e a segunda, estabelecida entre 1964 e 1985, denominada de *modernização conservadora*. Durante a segunda fase, foram criados os perímetros irrigados que materializaram a seleção de áreas do Baixo Jaguaribe que passariam por transformações de base técnica e receberiam os pacotes tecnológicos oriundos da “revolução verde”.

Correspondem as principais características dessa modernização conservadora: a mecanização no sistema produtivo; o uso intenso de insumos artificiais e da biotecnologia; emergência de novas relações de trabalho no campo, apesar da manutenção de relações arcaicas de exploração; e a promoção da reconcentração de terras (SAMPAIO; LIMA; FREITAS, 2011, p. 119).

Com o objetivo de racionalizar o uso dos espaços, as intervenções do Estado se direcionaram para a criação de “polos de desenvolvimento” que serviriam para alavancar o projeto de modernização. Foi assim que, a partir da década de 1980, o Baixo Jaguaribe passou a ser requalificado para atender aos interesses dos atores hegemônicos, sobretudo da economia e da política. Investimentos de dinheiro público em infraestrutura foram realizados para atrair a iniciativa privada criando “ilhas de prosperidade” no semiárido nordestino. O espaço passou a ser apresentado como propício para a acumulação do capital e todas as condições para enquadrá-lo no contexto globalizado foram oferecidas pelas mãos do Estado.

Nesse contexto, os investimentos nos perímetros públicos irrigados coadunaram com os investimentos em fixos que cortaram o território, a exemplo de novas estradas construídas para garantir o escoamento da produção e projetos de

infraestrutura hídrica como a construção do açude Castanhão, com capacidade para armazenar 6,7 bilhões de metros cúbicos de água, com vistas a atender a crescente demanda de irrigação. Fatores naturais, como a escassez de água, antes vistos como limitantes para a incorporação de novos espaços aos mercados globais passaram a ser superados pelos investimentos em tecnologia. Assim, construíram-se canais de irrigação capazes de bombear água para outras unidades geoambientais do Baixo Jaguaribe como a Chapada do Apodi. Em 1989, com a instalação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, localizado na Chapada do Apodi, teve início a utilização econômica das áreas não ribeirinhas do Baixo Jaguaribe consolidando a incorporação dessa região ao mercado globalizado.

4.4 A tentativa de apropriação da Chapada do Apodi – território de vida ameaçado pelo agronegócio

Localizada na divisa entre os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, a Chapada do Apodi possui uma área de 2.421,8 km² situada à margem direita do rio Jaguaribe. Segundo Freitas (2010), as populações que vivem na Chapada do Apodi começaram a se fixar nas primeiras décadas do século XX. Antes de 1930, a Chapada possuía poucos habitantes dispersos ao longo de sua extensão. No entanto, entre as décadas 1930 e 1940, moradores da várzea, sobretudo de Quixeré, aproveitaram um bom período de chuvas e subiram a Chapada para plantar algodão, feijão e milho, além de realizarem a extração de madeira. Nesse período, começaram a se formar os primeiros povoados: Tomé, Cabeça Preta e Lagoinha. Freitas (2010) aponta a dificuldade de acesso à água como uma das causas para que o processo de ocupação da Chapada tenha ocorrido mais tardiamente que o das áreas da planície aluvial. De acordo com Pessoa (2011) as enchentes ocorridas nos períodos de cheia influenciaram fortemente a subida da serra pelos moradores da várzea.

Desse modo, observamos que o modo de vida das populações que formavam as primeiras comunidades na Chapada do Apodi possuía grande dependência dos ciclos naturais, pois migravam para lá em períodos de cheia e emigravam nos períodos de seca. Esse trânsito entre a Chapada e a planície foi intenso no começo de sua ocupação e perdurou, embora com menor intensidade, até o início da instalação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. O depoimento a seguir explica essa dinâmica.

Eu nasci em Barreiras, Quixeré [...] Aí eu subi em 1968. Eu morava com a minha avó e ela *subiu a serra pra plantar*, ela *arrendava terra* ali em Cercado do Meio, nós “morava” lá, *alugava* terra lá pra plantar, aí quando ela terminava de colher o que era dela, voltava pra Barreiras pra trabalhar em fazer aqueles balaios secos que ela fazia e eu fui quem herdei essa. Aí, então [...] ela mais meu tio iam pra roça e a gente sobrevivia muito bem, ela era viúva, ficou só criando três filhos. Ficou viúva com 43 anos e nunca deixou de trabalhar na roça. No *inverno trabalhava na roça* e no *verão em tala*, fazia 10, 15 balaio e *descia* pra Flores, Miguel Pereira, Russas e eu atrás a pé, era de pé, mas nunca reclamou e a gente tinha fatura porque ela colhia esse legumezinho do inverno botava numa lata de gás, que ela não tinha “buião”, enchia 8 ou 10 latas de gás de feijão, 5 ou 6 de milho, jerimum...ficava pra nós comer...olha...[estala os dedos pra contar a passagem de tempo] muito tempo! Que não estraga, levava muito tempo e a gente era tão feliz. Hoje nós não temos mais esse gosto, tem mais não, mesmo que plante, mas se não for com veneno não dá, se não tiver o adubo não dá e antes não existia esse tipo de coisa e dava muito bem. (Eulália, 54 anos, agricultora)

Essa narrativa aponta outro elemento que caracteriza o modo de ocupação da Chapada no que diz respeito ao aspecto fundiário. De acordo com Freitas (2011), grande parte das comunidades teve início com a fixação de dois ou três grandes proprietários que, precisando de trabalhadores, arrendavam terras para os camponeses. À medida que as comunidades se expandiam, a posse de terras por pequenos agricultores também foi crescendo, porém, mesmo que o número de pequenos proprietários e posseiros fosse maior que o de latifundiários a terra estava concentrada nas mãos de poucos.

De acordo com Sena (2010) *apud* Freitas (2011), o primeiro núcleo populacional da Chapada surgiu às margens de uma pequena lagoa situada no atual Distrito do Tomé. Um dos primeiros habitantes se chamava Raimundo Galdino Ferreira Lima que fazia parte de uma das famílias que integrava a elite dos “senhores dos carnaubais”. (FREITAS, 2010). À medida que o povoamento do Tomé se acentuava, atividades como agricultura de sequeiro, criação de pequenos animais e extração de madeira tomavam expressão. No mesmo passo as comunidades de Cabeça Preta e Lagoinha também foram se expandido, assim como outros povoados que começaram a se constituir posteriormente como Poço Novo, Consulta, Sucupira, Macacos, Jucás, Ipu, Maracajás, Km 60, Km 68, Km 69, Km 70, Cabeça de Santa Cruz, Lagoa das Carnaúbas, Lagoa da Casca, Cercado do Meio, Baixa Grande, Santa Maria, Santa Fé, entre outras (FREITAS, 2010).

4.4.1 A implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi e os impactos negativos sobre as populações locais

A intervenção de maior impacto sobre a reconfiguração do território da Chapada do Apodi foi a introdução do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, que entrou em operação em 1989, com o propósito de garantir oferta hídrica para alavancar a produção agrícola e consolidar o Baixo Jaguaribe como um dos polos de desenvolvimento do Ceará. Desse modo, o Estado foi o maior agente de transformação do espaço promovendo uma série de intervenções que reconfiguraram o território da Chapada coadunando com a expansão da Política Nacional de Irrigação do Nordeste, já explicitada anteriormente.

Nesse sentido, foram construídas estradas de acesso ao projeto, um aeroporto com pista de pouso, uma estação elevatória para garantir o bombeamento da água da Barragem de Pedrinhas (localizada no rio Quixeré, afluente do rio Jaguaribe) de modo a garantir sua subida para a Chapada, além de canais de irrigação para distribuição da água pelo perímetro irrigado (MARINHO, 2010). Essas ações ocasionaram processos de desapropriação que tiveram como resultado a desterritorialização de diversas comunidades que viviam na Chapada do Apodi e faziam dela seu território de vida. A dinâmica ambiental e social desse espaço foi reconfigurada para atender aos interesses do capital globalizado que constituiria ali uma área de especialização agrícola da fruticultura irrigada para exportação, a despeito dos interesses das populações locais.

Mesmo com os limites impostos pela dificuldade de acesso à água, as populações que se fixaram na Chapada do Apodi transformaram aquele espaço num território. Partimos da compreensão de Raffestin (1993) que diferencia espaço e território ao afirmar que o território se forma a partir do espaço que lhe é anterior, portanto, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143, grifos do autor). Nessa perspectiva, as populações que ocuparam a Chapada do Apodi a transformaram através de suas ações e dos sentidos que passaram a lhe atribuir, ou seja, transformaram a Chapada em território no qual desenharam seus modos de vida. No entanto, esse território foi drasticamente reconfigurado pelo Estado com a implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi provocando um intenso processo de desterritorialização das populações que ali viviam.

De acordo com os dados coletados por Freitas (2011), para que fosse

possível implantar o perímetro irrigado, foi necessário realizar uma série de desapropriações que foram executadas pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS, entre 1985 e 1988, atingindo 320 famílias.

O projeto foi implantado sob a alegação de que era necessário fornecer irrigação para que a produção fosse fortalecida garantindo o progresso para a região. No primeiro momento, foi dito aos agricultores locais desapropriados que após a implantação do perímetro eles retornariam, mas o que ocorreu na prática foi completamente diferente, como evidencia o depoimento de uma agricultora da Chapada do Apodi:

A gente vivia já na Serra há muito tempo, quando veio a parte que eles (DNOS) vinham falando que era pra desapropriar [...] A gente vai desapropriar vocês para haver irrigação. Vocês vão retornar. [...] Cunhado meu morando lá pertinho, muito anos em cima da Serra não voltou...E tinha terra, de herança [...] Aí nessa parte foi diversos que morava, tinha vida em cima da Serra [...] Sei que a gente tinha vida lá pra viver, o tempo mais ruim só era a seca. Já tinha até poço, cacimba cavada com um bocado d'água [...] Antes da gente subir de novo, a gente sofreu, sufoco, sufoco [...] Porque ali nós não tinha terra pra plantar, não tinha nada, foi acabado os bicho, não podia levar, não tinha onde botar [...] (agricultora da Chapada do Apodi, 2006 *in* FREITAS, 2011, p. 144).

O projeto previa a implantação de 13.229,20 ha. Parte dessa área não foi regularizada quanto às desapropriações. A área desapropriada foi dividida da seguinte forma: 7.936,20 ha para sequeiro e 5.393,00 ha irrigável que por sua vez foi dividida em: 1.143,00 ha para o projeto piloto, 1.750,00 ha para 1º etapa e 2.500,00 ha para 2º etapa. Observando que o previsto era que o projeto piloto e a 1º etapa fossem destinados aos pequenos e médios agricultores e a 2º etapa para empresas. Porém, constata-se que dos 316 irrigantes selecionados inicialmente (1991 e 1992) apenas 197 eram ex-posseiros ou ex-proprietários, ou seja, 119 não eram desapropriados (FREITAS, 2011). Além disso, a análise dos documentos do DNOCS mostra que poucos dos irrigantes alocados inicialmente na área do perímetro permaneceram devido a desapropriações ocorridas em 2002 e em 2009 justificadas pelo endividamento dos pequenos irrigantes. Vejamos a seguir (Tabela 2).

Tabela 2 - Expropriação de Irrigantes do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi

Nº de irrigantes da área piloto + 1º etapa (1992)	Nº de irrigantes expropriados em 2009 (área piloto + 1º etapa)	Nº de irrigantes que permanecem em 2009 (área piloto + 1º etapa)	% de expropriações (área piloto + 1º etapa)
316	255	61	81

Fonte: DNOCS (2009) e Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (1992); organizado por Freitas (2010).

Esses dados demonstram que, na realidade, a promessa de garantir melhores condições de vida para a população da Chapada do Apodi se configurou numa falácia para justificar a inserção de grandes empresas naquele território. O projeto de irrigação Jaguaribe-Apodi reconfigurou a face da Chapada garantindo o fornecimento de água suficiente para a irrigação em larga escala, o que viria a favorecer a implantação de grandes empresas agrícolas que produzem para o mercado externo.

O que ocorreu a partir da alocação dessas empresas na Chapada do Apodi foi um intenso processo de desterritorialização de várias famílias que foram obrigadas a se deslocar para a periferia das cidades próximas como Limoeiro do Norte ou Russas, perdendo seus laços e relações de afetividade com o território. O processo também transformou vários pequenos agricultores em trabalhadores assalariados das grandes empresas fazendo com que perdessem a autonomia sobre a forma de produzir e precarizando suas condições de trabalho. Tudo isso foi acompanhado pela introdução de pacotes tecnológicos que induziram a utilização intensiva de venenos agrícolas que passaram a produzir uma série de agravos à saúde da população local, além da contaminação ambiental.

4.4.2 Água envenenada, vida ameaçada – o envenenamento das águas pelo agronegócio

A modernização agrícola se instalou na Chapada do Apodi modificando as relações de produção e interferindo, conseqüentemente, na relação sociedade e natureza através da introdução de processos de mecanização do plantio e da colheita, do uso de sementes geneticamente modificadas e da intensiva utilização de fertilizantes e agrotóxicos.

A introdução de novas tecnologias e insumos agrícolas, antes desconhecidos pelas populações locais, nos provoca a refletir sobre os efeitos gerados pelo desenvolvimento da indústria agroquímica e os riscos socioambientais advindos do uso intensivo de agrotóxicos.

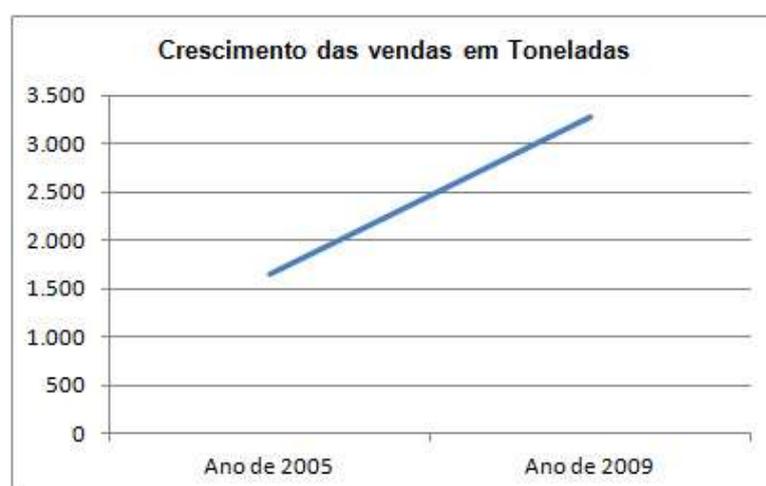
Os dados relativos ao uso de agrotóxicos no Brasil são alarmantes, desde 2008, o país é o principal consumidor de venenos agrícolas do mundo e os números aumentam a cada ano. Em 2008, o país consumiu 725,6 mil toneladas, em 2009, mais 789.974 toneladas e em 2010 o número superou a marca de 1 milhão de toneladas de agrotóxicos vendidos (ROSA; PESSOA; RIGOTTO, 2011). Vale dizer

que esse crescimento vertiginoso ocorreu graças ao estímulo do Estado brasileiro que, já na década de 1970, lançou o Plano Nacional de Desenvolvimento Agrícola tornando obrigatória a compra de agrotóxicos para a concessão de crédito agrícola aos agricultores. O uso intensivo de venenos é um dos pilares do modelo de produção da Revolução Verde que conduziu o país a um modelo de desenvolvimento agrícola que articula a monocultura, a concentração de terras, o uso da biotecnologia e da indústria agroquímica.

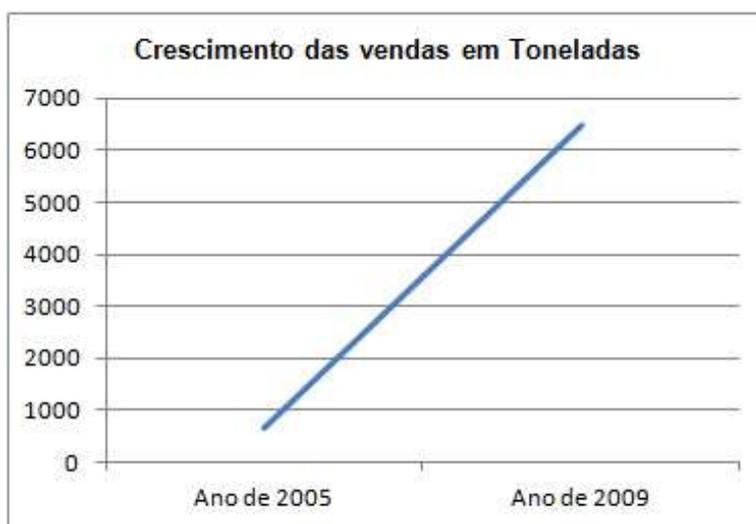
O resultado dessa combinação foi a expansão do setor de produção de venenos agrícolas. Atualmente, existem 20 grandes indústrias de fabricação de agrotóxicos no mundo movimentando ao ano cerca de 20 bilhões de dólares e produzindo cerca de 2,5 milhões de toneladas de agrotóxicos. Essa indústria é extremamente favorecida pelo Estado e pelas unidades da Federação que impulsionam seu uso via incentivos fiscais. Desde 1997, os agrotóxicos possuem no Brasil 60% de isenção sobre o ICMS, além da isenção de IPI, PIS/PASEP e CONFINS (ROSA; PESSOA; RIGOTTO, 2011). Alguns estados brasileiros, no contexto da disputa na atração de investimento, vão além na política de incentivos fiscais. De acordo com Carneiro *et al.* (2011) o Ceará é um dos estados que, através de dispositivos legais, oferecem a maior possibilidade de expansão do setor agroquímico ao isentar em 100% a cobrança de ICMS sobre os agrotóxicos.

Como consequência, o Ceará é o quarto estado do Brasil em número de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos. Entre 2005 e 2009, ocorreu um crescimento de 100% nas vendas desse produto passando de 1.649 toneladas, em 2005, para 3.284 toneladas em 2009 (Gráfico 1 e 2).

Gráfico 1 - Vendas de produtos comerciais de todas as classes

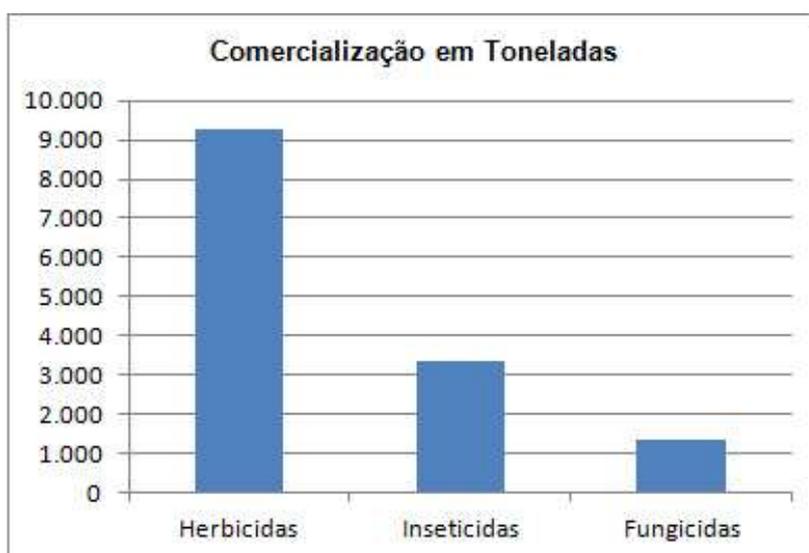


Fonte: Núcleo Tramas (2012); organizado pela autora.

Gráfico 2 - Vendas de ingredientes ativos

Fonte: Núcleo Tramas (2012); organizado pela autora.

Os agrotóxicos mais utilizados no estado foram os herbicidas, fungicidas e inseticidas. Os herbicidas atingiram a ordem de 13.619 toneladas vendidas, os inseticidas estão na segunda colocação, representando 3.339 toneladas vendidas, e os fungicidas representaram uma venda de 1.335 toneladas (Gráfico 3).

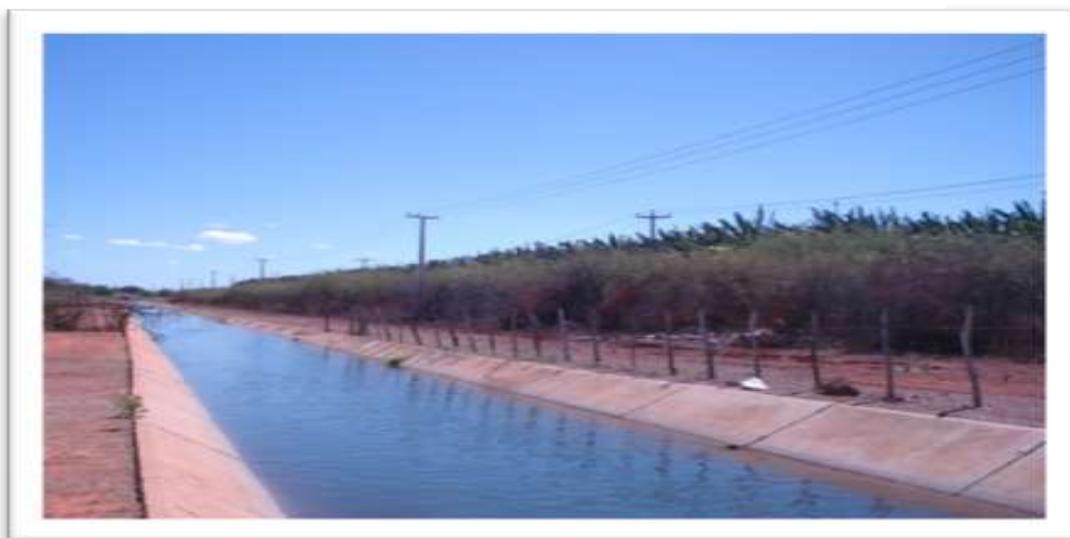
Gráfico 3 - Produtos comercializados no Ceará 2005 - 2009

Fonte: Núcleo Tramas (2012); organizado pela autora.

O crescimento intenso do uso de agrotóxicos se configura, atualmente, como um dos mais graves problemas da Chapada do Apodi, sobretudo no que diz respeito à contaminação das águas. As comunidades da Chapada são abastecidas pela mesma água utilizada na irrigação que chega através dos canais a céu aberto

(14 km no canal principal), à margem das plantações e sujeitos à pulverização aérea (FIGURA 3). Na comunidade do Tomé, por exemplo, a água que vai para a caixa d'água da população é captada de uma piscina localizada na quadra IV (FIGURA 4) no projeto Jaguaribe-Apodi e mesmo estando contaminada é cobrada da população pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Limoeiro do Norte - SAAE.

Figura 3 - Canal a céu aberto ao lado das plantações



Fonte: Arquivo da pesquisa (2013).

Figura 4 - Piscina da quadra IV que abastece a comunidade do Tomé



Fonte: Arquivo da pesquisa (2012).

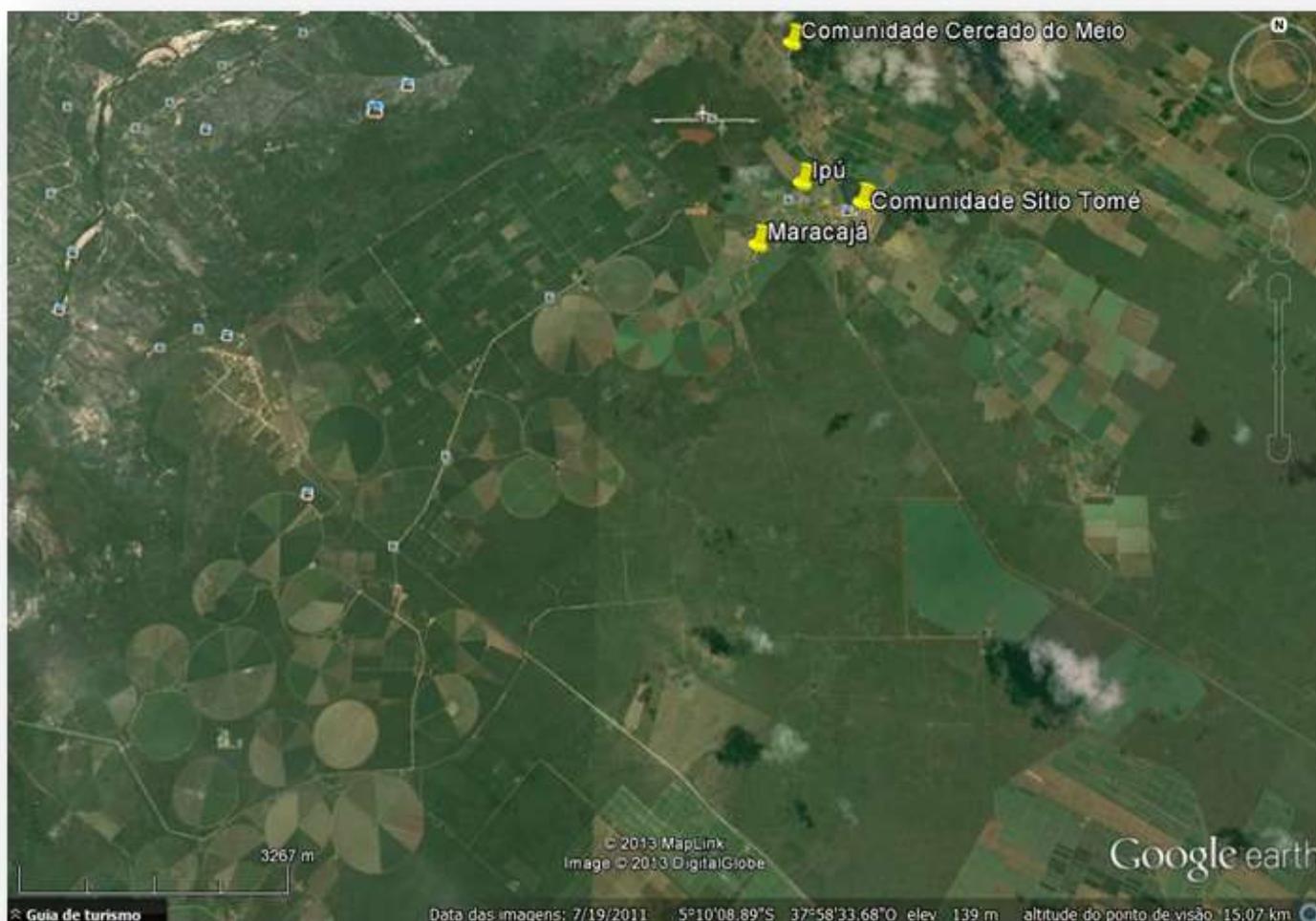
Mesmo diante das denúncias das comunidades, o problema da contaminação das águas da Chapada continua sendo uma realidade. Em 2009, após ação movida pelo Ministério Público, a SEMACE realizou análises de água na

região e constatou que a mesma não era própria para o consumo. Além disso, no mesmo ano, outro importante documento - o Relatório Final do Plano de Gestão Participativa dos Aquíferos da Bacia Potiguar – foi divulgado pela Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará – COGERH indicando a contaminação das águas do aquífero Jandaíra, considerado a segunda maior reserva de água subterrânea do Ceará.

Ainda em 2009, a pesquisa realizada pelo Núcleo Tramas intitulada *Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos* realizou, em parceria com o Laboratório do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Ambientais Avançados da UFMG, uma análise da água consumida pelas comunidades da Chapada. Foram colhidas 24 amostras de águas dos canais de abastecimento das comunidades, das caixas d'água e de poços profundos. Nas 13 amostras colhidas nos canais foram identificados de 3 a 10 princípios ativos de agrotóxicos das mais diferentes classes. No canal que abastece as localidades de Santa Maria e Santa Fé foram identificados 8 princípios ativos. Entre eles o Endossulfan que está em processo de reavaliação toxicológica, sugerido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, por ser altamente tóxico. Num poço profundo do distrito de Tomé foram encontrados 12 princípios ativos. Em três poços da localidade de Lagoa da Casca a quantidade de princípios ativos variou entre 3 e 6. Por fim, em três poços da comunidade de Carnaúbas foram detectados de 6 a 8 princípios ativos. Isso demonstra a alta vulnerabilidade a qual as comunidades locais estão expostas devido ao modelo agroexportador implantado na região.

A pulverização aérea tem sido apontada como a maior ameaça à contaminação ambiental, sobretudo, das águas. Amplamente utilizada nos cultivos de banana para combater a *Sigatoka-amarela*, doença endêmica causada por um fungo que provoca a morte prematura das folhas, a pulverização aérea é defendida pelos produtores como a forma mais barata, rápida e segura para combater o fungo. No entanto, basta observar a localização das comunidades em relação às plantações para verificar a impossibilidade de segurança no processo de pulverização (FIGURA 5).

Figura 5 - Comunidades cercadas por plantações



Fonte: Google Earth (2013); organizado pela autora.

De acordo com Teixeira (2011) são realizadas no mínimo seis pulverizações aéreas durante a quadra invernososa. Em cada uma delas são despejados 66.300 litros de calda tóxica. Isso leva a constatação de que pelo menos 397.800 litros de calda tóxica ou extremamente tóxica são lançados ao ano sobre a região.

As comunidades da Chapada do Apodi identificam a pulverização aérea como um dos mais graves riscos ambientais e à saúde que o modelo agroexportador trouxe para a região. Conforme registrado por Teixeira (2011) representantes de quatro comunidades impactadas pelo agronegócio reuniram-se, em 2009, para a realização da “Oficina de Mapeamento de vulnerabilidades socioambientais e contextos de promoção da saúde ambiental em comunidades rurais da Chapada do Apodi e do Tabuleiro de Russas”. O objetivo da oficina era que os participantes

identificassem os elementos que promoviam e que ameaçavam à vida em seus territórios. A pulverização aérea figurou em todos os mapas produzidos pelas comunidades como o que pode ser visto no exemplo em que aparecem vários aviões sobrevoando as comunidades (FIGURA 6).

Figura 6 - Mapa elaborado pelas comunidades representando os impactos sobre o território.



Fonte: Arquivo Núcleo Tramas/UFC (2010).

A percepção do risco e a preocupação da comunidade em relação à contaminação das águas pelo uso intensivo de agrotóxicos na região é uma questão

que aflora nas mais diferentes linguagens. Além de expressarem na cartografia social, também o fazem através de desenhos (FIGURA 7 e FIGURA 8).

Figura 7 - Desenho da comunidade do Tomé



Fonte: Arquivo Núcleo Tramas/UFC (2012).

Figura 8 - Quadrinho da comunidade do Tomé



Fonte: Produzida por uma jovem integrante do Grupo de pesquisa ampliado (2013).

4.4.3 A comunidade do Tomé

A comunidade do Tomé possui 635 famílias e cerca de 2.012 habitantes. Atualmente, é uma das mais estruturadas da Chapada do Apodi e ocupa a condição de Distrito, singularmente, pertencente a dois municípios – Limoeiro do Norte e Quixeré. A divisão territorial da comunidade é resultado de uma confusão que remonta a época da construção da capela Nossa Senhora de Fátima. (FIGURA 9).

Figura 9 - Capela Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Arquivo da pesquisa (2013).

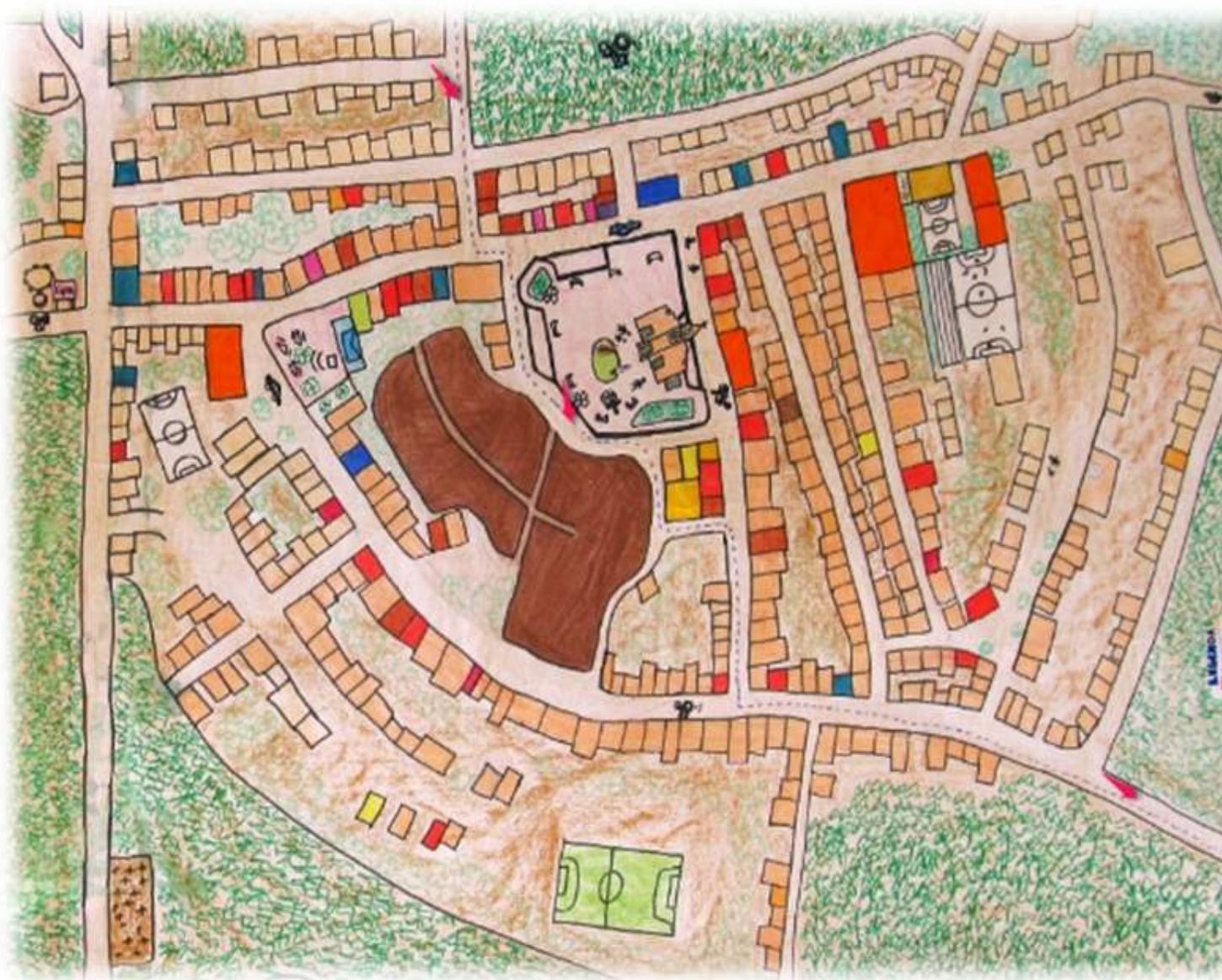
A capela foi inaugurada em 1940 e resultou, segundo a comunidade, de uma promessa feita pelo padre de Quixeré, Monsenhor Oliveira para que uma epidemia de malária, que já havia matado 30 pessoas da comunidade, fosse detida. No entanto, a capela foi equivocadamente construída dentro dos limites de Limoeiro do Norte. O padre então usou de influência junto ao poder público para solicitar que a partir da igreja a comunidade fosse do município de Quixeré e a outra metade continuasse sendo de Limoeiro, assim a comunidade pertence a dois municípios, o que é motivo de grande inconveniente para a população.

Os temas mais abordados aqui na comunidade “é” a água e a divisão territorial entre Limoeiro e Quixeré. A gente sofre muito, principalmente em ano de política, porque é aquela divisão, os políticos do lado de Quixeré não fazem nada aqui no Tomé porque a metade é de Limoeiro e o mesmo caso é de Limoeiro. Como você vê aquela minha rua, o calçamento termina aqui no mercado e começa lá na outra rua e aquele pedaço ali não foi feito porque “aonde” eu moro é Quixeré e a minha vizinha de frente é Limoeiro...então o prefeito de Limoeiro espera pelo de Quixeré e o de Quixeré espera pelo de Limoeiro e não fazem nada. Tínhamos um correio, era do lado de Limoeiro, e só podia entregar carta o pessoal que morava do lado de Limoeiro. O posto policial...pra polícia atender aqui, em Lagoa da

Casca, Carnáubas, os comerciantes “tinha” que arcar com a alimentação deles porque eles “era” exclusivos de Limoeiro, aí a gente sofre muito com isso. Do lado de Quixeré a gente tem médico e dentista quase diariamente, só não tem na quinta, sábado e domingo, mas no resto tem médico direto e o dentista vem três dias na semana, só atende cinco pessoas do lado de Limoeiro e se for caso grave é que o médico atende aqui e se sobrar ficha, não sobrando, só se for emergência pra eles atenderem aqui, e o médico do lado de Limoeiro vem é de três em três meses. (Grupo de pesquisa).

O mapa (FIGURA 10) elaborado pela comunidade mostra os limites da divisão territorial, o lado direito da marca pertence ao município de Quixeré e o esquerdo a Limoeiro do Norte.

Figura 10 - Mapa de cartografia social da comunidade do Tomé



Fonte: Produzido pela juventude da Comunidade do Tomé e cedido à pesquisa (2013).

Antes da implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi a população do Tomé vivia basicamente da agricultura de sequeiro, da criação de pequenos animais e extração de madeira. Durante muitos anos a comunidade viveu praticamente sem acesso aos serviços básicos como escolas, creches, postos de saúde, água encanada e energia.

Na década de 1980, com o início da instalação do perímetro irrigado várias transformações começaram a ocorrer na comunidade como explicita a narrativa abaixo.

Os primeiros empresários foram os pequenos agricultores, chamados de colonos, depois foram seguindo grandes empresas de fora explorando o solo fértil da Chapada e conseqüentemente outros apareceram em seguida, logo, muitos dos pequenos agricultores perderam sua terrinha pela falta de capital para investimento do negócio que tiveram que vender a preços baixíssimos para suprir as necessidades de vida e as dívidas. A chegada das grandes empresas trouxe muito trabalho como a limpeza realizada com enxadas, cultivadores, a pulverização que era aplicada somente nas covas quando necessário para matar pragas e formigas, a apanha de feijão, milho e do algodão e etc. Porém, essas atividades eram realizadas quase que horas corridas e, mesmo com um mero salário recebido pelo trabalho, o projeto Jaguaribe-Apodi estava dando início a um avanço socioeconômico para a população. Mesmo diante a tantas dificuldades, o povo residente próximo ao projeto Jaguaribe-Apodi, da comunidade do Tomé, não queria abandonar sua terra de origem que marcou na população um grande sentimento histórico de amor, pois ali construíram suas identidades, famílias, era gostoso sentir o pó da terra na mão. Porém, mediante as imensas dificuldades enfrentadas, a população sentia-se bem e realizada morando em Tomé. (Relato escrito pela comunidade sobre sua história e gentilmente cedido à pesquisa, 2013).

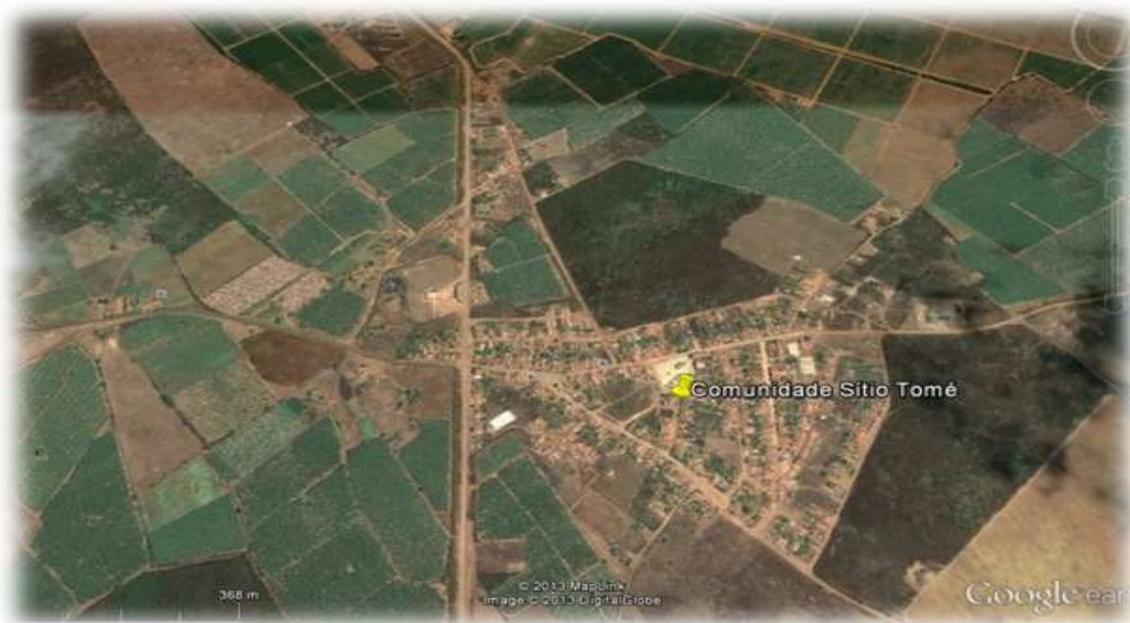
Conforme apresenta o texto, após a instalação do perímetro, ocorreram vários processos de transformação na dinâmica social e no espaço. A comunidade entende que várias dessas mudanças foram positivas e ressaltam algumas: o calçamento das ruas, a chegada da energia e da água para consumo doméstico, o posto de combustível, os 02 postos de saúde, as 02 creches e as 03 escolas, o aumento do número de carros e motos na comunidade que passaram a representar o aumento de renda da população, além disso, o aumento da oferta de empregos na região também é ressaltado como ponto positivo.

No entanto, os riscos advindos do modelo de desenvolvimento instalado na região são percebidos como conseqüências negativas e assim expressos:

Alguns dos pequenos agricultores perderam suas terras. Com o aumento do comércio, as empresas radicalizaram o uso abusivo de agrotóxicos forçando assim o produtor a produzir mais cedo. Esse excesso de veneno causou um grande risco à saúde e à vida da população próxima ao projeto Jaguaribe-Apodi porque as grandes empresas estão visando apenas o crescimento do capitalismo.

A comunidade do Tomé tem sido uma das comunidades mais gravemente impactadas pela inserção do agronegócio na Chapada do Apodi. Como podemos observar tanto no mapa da cartografia da comunidade, apresentado anteriormente, quanto nas imagens de satélite (FIGURA 11) podemos ver que a comunidade está completamente rodeada por plantações que muitas vezes esbarra nos quintais das casas (FIGURA 12).

Figura 11 - Comunidade do Tomé por satélite



Fonte: Google earth (2013); organizado pela autora.

Figura 12 - Situação de proximidade entre cultivos e residências.



Fonte: Arquivos Núcleo Tramas/UFC (2010).

A população aponta a contaminação das águas por uso de agrotóxicos como o maior problema que vivem atualmente, seguido do aumento da violência e do consumo de drogas na região. No entanto, a comunidade tem um histórico de luta contra os impactos negativos do agronegócio. De acordo com Marinho (2010), a organização política do Tomé foi um importante fator para que de lá emergissem processos de resistência.

No final da década de 1990, a comunidade tinha duas Associações Comunitárias, a Associação São José e a Associação Comunitária dos Moradores de São João do Tomé. Por volta do ano 2000 a Associação São José foi extinta, e em 2002 foi fundada a Associação dos Pequenos Produtores Expropriados do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi – AIJA. O objetivo dessa associação era reivindicar, junto ao poder público, o retorno dos pequenos agricultores para a área do perímetro. No entanto, à medida que se ampliaram as dimensões dos problemas advindos do uso de agrotóxicos e da pulverização aérea, as reivindicações se voltaram também contra o uso abusivo de agrotóxicos, pelo fim da pulverização e contra o envenenamento da água. Desse modo, a associação cresceu e se desmembrou em outras associações: Associação dos Desapropriados Trabalhadores Rurais Sem Terra contando com 60 famílias, sob a liderança de José Maria Filho; a Associação dos Agricultores Rurais do KM 60 e a Associação de Cabeça Preta.

Outro importante fator a impulsionar a resistência da comunidade do Tomé foi, segundo Teixeira (2011), a aliança estabelecida com outros sujeitos da sociedade civil organizada como pastorais sociais, movimentos sociais, sindicatos e academia. Listamos a seguir algumas das ações de resistência sistematizadas por Teixeira (2011):

- Em agosto 2008, foi realizado o Seminário “Agrotóxico no Vale: novos ares e desafios para a atuação pública” no qual a pulverização aérea foi amplamente pautada e questionada. Esse momento envolveu uma ampla gama de sujeitos sociais.

- Em agosto 2009, foi realizada a Jornada “Mundo Rural, Agrotóxicos e Saúde”. Nessa Jornada, além da realização da “Oficina de Mapeamento de vulnerabilidades socioambientais e contextos de promoção da saúde ambiental em comunidades rurais da Chapada do Apodi e do Tabuleiro de Russas” foi realizado um evento de troca de saberes na praça do Tomé. Na ocasião, um professor da

Universidade Federal do Mato Grosso apresentou suas pesquisas sobre os impactos do agronegócio naquele estado.

- Em setembro de 2009, foi realizado na região o “Grito dos Excluídos” abordando o tema dos agrotóxicos, pulverização aérea e contaminação das águas, o evento reuniu mais de mil pessoas.

Ainda no ano de 2009, a comunidade do Tomé promoveu um abaixo-assinado enviado ao Ministério Público contra a pulverização aérea. Uma série de denúncias em rádios locais e pressões foram feitas junto à Câmara Municipal de Limoeiro do Norte e resultaram na elaboração e aprovação da Lei nº 1478/2009, também conhecida como Lei Zé Maria do Tomé, que proibiu o uso da pulverização aérea. No entanto, a Lei foi amplamente descumprida e coube às comunidades, diante da negligência dos órgãos públicos, fazer a fiscalização. Essa situação resultou em vários conflitos que repercutiam inclusive em ameaças à vida de lideranças locais. Importante explicitar que uma das lideranças mais perseguidas nesse processo foi José Maria Filho (Zé Maria do Tomé), presidente da Associação Comunitária dos Moradores de São João do Tomé e da Associação dos Desapropriados Trabalhadores Rurais Sem Terra, que se envolveu ativamente nos processos de denúncia e resistência. No dia 21 de abril de 2010, Zé Maria do Tomé foi assassinado com 25 tiros¹⁴. Pouco menos de um mês depois de seu assassinato, em 20 de maio de 2010, mesmo diante de ampla pressão popular, a Câmara Municipal de Limoeiro do Norte revogou a Lei nº 1478/2009.

No entanto, o abuso de poder e a violência não foram capazes de silenciar por completo as formas de resistência. Após o assassinato de Zé Maria, nasceu o Movimento 21 – o nome é uma alusão à data de sua morte – reunindo membros das comunidades da Chapada, a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra - MST, a CSP - Conlutas, a Via Campesina, a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM e o Núcleo Tramas – Trabalho Meio Ambiente e Saúde da Universidade Federal do Ceará - UFC. A cada dia 21 de abril, esse coletivo se reúne para realizar manifestações em memória da luta empreendida contra o agronegócio. Além disso, tem articulado diversas outras ações como a criação de um grupo de pesquisa chamado Grupo de Pesquisa do Movimento 21 - GPM21 que tem com perspectiva o

¹⁴ Até hoje o crime está em julgamento.

desenvolvimento de atividades científicas capazes de olhar para o território de maneira integrada envolvendo pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento visando gerar conhecimentos que subsidiem as lutas das populações locais. A pesquisa que ora apresentamos está inserida nesse contexto.

5 AS TRAMAS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ÁGUA NA COMUNIDADE DO TOMÉ

“O que dá o verdadeiro sentido ao encontro é a busca,
e é preciso andar muito para se alcançar o que está perto.”
(José Saramago)

Ao longo deste capítulo enveredaremos pelos resultados da pesquisa e neste caminho buscaremos aproximações com as representações sociais da água na comunidade do Tomé, Chapada do Apodi, seus processos de criação, reprodução e circulação no cotidiano.

Conforme explicitado no referencial teórico, concebemos as representações como formas de compreensão e decodificação do mundo social, construídas e compartilhadas pelos membros de uma dada coletividade que se transfiguram em conhecimento prático na medida em que são postas em movimento para que os sujeitos possam agir sobre a realidade. De acordo com Bourdieu (2004), as representações atuam como estruturas cognitivas e avaliatórias adquiridas através das experiências acumuladas no espaço social. A interiorização das estruturas do mundo social resulta na aquisição de disposições (*habitus*) que engendram representações que, por sua vez, são responsáveis por fazer com que o mundo social seja reconhecível e percebido como evidente (BOURDIEU, 2004).

A partir dessa compreensão, empreendemos o esforço de reconstituir o contexto social e as estruturas objetivas que influenciam as representações do grupo sujeito de nossa pesquisa ao passo que tentamos enveredar pela teia subjetiva e pelo campo de construção simbólica no qual as representações sociais da água são permanentemente tecidas.

Conforme nosso desenho metodológico, os resultados desta pesquisa foram construídos através do cruzamento de diferentes dados que nos foram revelados através das entrevistas, dos diálogos no âmbito do grupo de pesquisa ampliado, da observação participante, da revisão bibliográfica e dos materiais produzidos e cedidos pelos sujeitos da pesquisa.

É importante salientar que as motivações e os objetivos desta pesquisa foram compartilhados e submetidos ao crivo dos sujeitos nela envolvidos. Este, mais do que partícipes, tornaram-se companheiros de jornada, pois não apenas

forneceram dados para a construção dos resultados como foram responsáveis por muitos *insights* e apontamentos que nos ajudaram a acessar as teias das representações da água em sua comunidade.

Nossa aproximação com a comunidade do Tomé teve início antes do desenvolvimento da fase de construção de dados propriamente dita desta pesquisa. Realizamos várias imersões no contexto cotidiano da comunidade através da participação de momentos promovidos pelo Núcleo Tramas, pelos movimentos ou pela própria comunidade. Esse processo foi fundamental para que pudéssemos conhecer a comunidade, seu cotidiano, sua organização social e, sobretudo, para construir relações de confiança e de afeto com as pessoas que seriam nossos companheiros e companheiras de percurso.

Dessa forma, uma das dimensões mais relevantes para a realização da pesquisa foi a da afetividade. Compreendemos que esta é, sem dúvida, uma dimensão difícil de desenhar no escopo da metodologia de um trabalho científico, pois não há procedimento padrão capaz de garantir que alcançaremos os resultados desejados. No entanto, nos permitimos percorrer esse caminho e nos deixamos tocar pelas pessoas e suas histórias na medida em que fomos intercambiando conhecimentos, percepções e sensações. Muitas das informações que nos ajudaram a construir os resultados foram colhidas em momentos que extrapolaram aqueles das reuniões do grupo ou das entrevistas, pois surgiram, por vezes, na hora de um cafezinho, num passeio pela praça, enquanto estávamos sentados em cadeiras na calçada, assistindo televisão com as famílias, comendo uma galinha caipira, ajudando a lavar louças ou qualquer outra dessas atividades cotidianas que nossos companheiros de pesquisa nos permitiram viver quando nos abriram as portas de suas casas e de suas emoções.

A construção de uma relação de confiança que nos permitisse alguma participação no cotidiano da comunidade não ocorreu instantaneamente. Na verdade, pensávamos que pelo fato de chegar à comunidade através do Núcleo Tramas, com o aporte do M21, a abertura das pessoas para nossa proposta de pesquisa seria facilitada, no entanto, isso ocorreu apenas em parte. De fato, as aproximações iniciais com algumas lideranças comunitárias e educadores das escolas locais ocorreram de forma tranquila, pois foram facilitadas por uma das

pesquisadoras do Núcleo Tramas¹⁵ que já havia construído uma relação de proximidade e confiança com as pessoas. Desse modo, sentimos que fomos agraciadas com uma empatia inicial que ocorreu como extensão da relação anteriormente construída. No entanto, após a fase inicial de aproximação, quando partimos para a apresentação da proposta e a tentativa de formação de um grupo de pesquisa, percebemos com maior clareza os limites que teríamos pela frente.

Percebemos que tocar em assuntos relacionados à água despertava desconfiança das pessoas, pois o histórico de lutas da comunidade contra a contaminação e o assassinato do líder comunitário José Maria Filho – uma das vozes mais ativas nas denúncias sobre o envenenamento da água – causava um forte receio de falar sobre o assunto. Começamos a perceber um bloqueio do tema, embora ele se expressasse muito mais pelas atitudes do que por palavras. Exemplo disso foram os diversos encontros marcados que não aconteceram, pois as pessoas simplesmente esqueciam o acordado anteriormente ou marcavam outras atividades no mesmo horário. Começamos a desconfiar que, silenciosamente, os esquecimentos funcionavam como uma forma de proteção. A primeira reunião do grupo de pesquisa foi remarcada duas vezes e, mesmo assim, só ocorreu na terceira tentativa porque conseguimos reorganizar o horário. Chegamos a nos questionar se a formação de um grupo seria realmente viável quando ouvimos o relato de algumas pessoas presentes na primeira reunião sobre a dificuldade de estarem ali, dificuldades estas que tinham relação com as advertências de membros da comunidade sobre o perigo de participar de reuniões que envolvessem a questão da água. No entanto, após apresentarmos detalhadamente os objetivos da pesquisa o coletivo se mostrou disposto a participar e decidimos prosseguir com os encontros, mesmo contando com um grupo menor do que o estimado inicialmente.

A formação do grupo de pesquisa ocorreu após estabelecermos diálogo com pessoas da comunidade que possuíam de alguma forma aproximação com as lutas empreendidas e/ou integravam espaços nos quais teciam relações mais amplas com os membros da comunidade. Assim, conversamos com membros da associação comunitária, do grupo de leigos da igreja católica, com educadores das escolas locais e com outras pessoas que em determinados momentos participaram

¹⁵ Maiana Maia Teixeira – participou da pesquisa Estudo Epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos.

de atividades comunitárias. Apresentamos a proposta para 15 pessoas das quais 11 formaram efetivamente o grupo de pesquisa. Importante dizer que ao longo das reuniões o grupo variou em número, pois nem todos os membros estiveram presentes em todos os momentos, mas cada um deles participou de pelo menos de dois encontros.

Na primeira reunião realizada com este grupo, apresentamos a proposta de pesquisa e a submetemos à avaliação do coletivo para que o mesmo apresentasse suas impressões sobre a relevância do tema, dos objetivos e pudesse contribuir com o desenho metodológico. Importante dizer que as primeiras reações giraram em torno da dificuldade de ampliação e consolidação do grupo. O coletivo considerou fundamental ampliar a participação da comunidade em nossas reuniões e se dispôs a mobilizar mais pessoas para o encontro seguinte, pois viram na formação do grupo, mesmo que no âmbito específico da pesquisa, a oportunidade de retomada do debate sobre as problemáticas que vivem em relação à água.

É muito importante porque vai ajudar a nós mesmo a esclarecer o que a comunidade em geral pensa sobre a água e vai abrir porta ou ajudar que a gente mova mais pessoas pra isso. (Grupo de pesquisa).

No entanto, eles reconheceram a dificuldade que tínhamos para tanto, fato confirmado na reunião seguinte para a qual tínhamos a confirmação prévia da participação de 33 pessoas, mas novamente apenas o grupo inicial esteve presente. Este foi para nós mais um indicativo de que precisávamos dialogar mais sobre os objetivos da pesquisa e dar segurança às pessoas sobre o que faríamos com os dados recolhidos. Nesse sentido, fizemos no grupo um acordo de sigilo em relação à identidade dos participantes da pesquisa, para tanto, cada um escolheu um nome fictício que será usado ao longo do trabalho, apenas as idades e suas ocupações serão reveladas. O próprio grupo indicou as pessoas que seriam entrevistadas e nos ajudou a dialogar com elas e explicar nossos objetivos.

De acordo com o desenho metodológico, nosso universo de entrevistas foi guiado pelo critério de saturação, no entanto, elencamos com o coletivo um total de 20 pessoas, entre elas alguns participantes do próprio grupo de pesquisa, com as quais realizaríamos as entrevistas. Acreditamos ter chegado ao ponto de saturação já com 14 entrevistas, mesmo assim avançamos um pouco mais e totalizamos 19 entrevistas que nos renderam, juntamente com os trabalhos de grupo, um pouco

mais de 20 horas de áudio. Além dos registros digitais, fizemos várias observações no caderno de notas em momentos nos quais o gravador precisava ser desligado por solicitação dos entrevistados.

Outro procedimento adotado em respeito à comunidade e às pessoas que nos receberam foi o cuidado com os registros visuais. Fizemos várias fotografias das reuniões do grupo, mas nenhuma que possa facilitar a identificação dos participantes será apresentada. Além disso, pontuamos a escassez de imagens do cotidiano e do interior das casas das pessoas entrevistadas, pois em meio ao delicado processo de aproximação, compreendemos que tal procedimento poderia afetar a confiança e a liberdade de fala de nossos interlocutores. Desse modo, o estabelecimento de relações de confiança e respeito mútuo com os entrevistados foi uma premissa absoluta do trabalho de campo. Desde o princípio, deixamos claro que nosso objetivo não era tomá-los individualmente para análise os transformando em objeto, pois compreendíamos que nosso objeto da análise não é a pessoa em sua individualidade, mas a realidade do mundo social e das relações que nele se desenrolam formando e transformando as representações dos sujeitos sociais.

Salientamos também o nosso cuidado em não gerar expectativas que não poderíamos cumprir no âmbito de uma pesquisa de mestrado. Ao longo dos contatos estabelecidos com a comunidade e nos próprios diálogos com o grupo de pesquisa conversamos sobre quais as contribuições reais que uma pesquisa como a nossa poderia oferecer à comunidade. É evidente que nossa pesquisa, estando inserida num campo marcado por disputas ideológicas e relações de poder desiguais, não poderia estar posicionada no âmbito de uma suposta “neutralidade”, pois não queremos confundir objetividade com descompromisso social. No entanto, nosso compromisso social com o desvelar da realidade não pode ser confundido também com falta de rigor científico. Acreditamos que uma das maneiras possíveis de mediar dúvidas sobre nosso fazer científico é a clareza com a qual nos inserimos no campo social em questão. Reconhecendo, inclusive, que nossas construções dependem das posições que ocupamos e que elas precisam estar evidentes e serem elas mesmas objeto de reflexão permanente.

É dizer, uma vez mais, que o tipo de ciência social que se pode fazer depende da relação que se mantém com o mundo social e, portanto, da posição ocupada neste mundo. Mais precisamente, esta relação com o mundo se traduz na função que o pesquisador dá, consciente ou

inconscientemente, a sua prática e que dirige suas estratégias de pesquisa: objetos escolhidos, métodos empregados, etc. (BOURDIEU, 1983c, p.21).

Evidente, pois, que esse modo de proceder, algumas vezes, nos causou dúvidas e inseguranças. Condicionados que fomos pelo paradigma da ciência moderna que enxerga na subjetividade um risco para a construção de conhecimento válido, nos perguntamos várias vezes qual seria o caminho para conseguir mergulhar no campo, nos deixar tocar por suas emoções e representações sem que isso significasse o turvamento de nossas próprias reflexões. Para isso, estar atenta às indicações de Bourdieu (1983c), a respeito da função social da ciência, foi relevante. Segundo o autor, é óbvio que uma ciência que se encarrega de desvendar as relações sociais e os mecanismos de dominação que nela operam não pode se pretender neutra, uma vez que ela mesma faz parte desse universo de relações e cumpre um papel ao tentar compreender o mundo social realizando uma operação que “não é neutra socialmente e que, sem dúvida alguma, preenche uma função social. Entre outras razões porque não existe poder que não deva uma parte – e não a menor delas – de sua eficácia ao desconhecimento dos mecanismos que o fundam.” (Bourdieu, 1983c, p.23). Conscientes disso, o que teceremos neste capítulo são os resultados que trazem à tona a teia das representações sociais da água na comunidade do Tomé dentro do universo de relações e tensões sociais nas quais se desenrolam deixando clara nossa posição política e ética dentro do campo científico e social.

5.1 Que fios tecem a trama da água?

“Quero morar numa cidade onde se sonha com chuva.
Num mundo onde chover é a maior felicidade.
E onde todos chovemos.”
(Mia Couto)

Antes de adentrarmos pormenorizadamente nos enlaces que formam a teia das representações sociais da água na comunidade do Tomé, nos deixaremos molhar pela chuva de reflexões gerada quando da identificação dos nós que compõem essa trama. A primeira reunião realizada com o grupo de pesquisa - além de discutir o próprio tema e sua relevância, os objetivos e a metodologia utilizada -, girou em torno das questões centrais em relação à água e seus pontos críticos para a comunidade. Com essa chuva de ideias sobre o tema gerador da pesquisa

pretendíamos encontrar elementos que nos balizassem em relação à própria condução da metodologia, inclusive para nortear as observações e as entrevistas que seriam realizadas.

Desse modo, apresentaremos aqui um apanhado geral dos elementos centrais que emergiram no desvelar das representações sociais da água. Esses pontos serão aprofundados posteriormente, aliás, eles estruturam a própria composição do presente capítulo, e foram construídos a partir dos debates feitos no grupo, de nossas observações e da análise do material colhido ao longo das entrevistas. Para diferenciar o que foi produzido no âmbito do grupo de pesquisa e o que é resultado das entrevistas, identificaremos com nomes fictícios apenas as falas obtidas através das entrevistas enquanto aquelas que emanam do grupo serão identificadas apenas como “grupo de pesquisa”.

5.1.1 A comunidade aponta os nós críticos

A significação da água se move por uma teia representacional que incorpora sentidos positivos e negativos. Embora exista uma forte associação da água com “vida” e “saúde”, nenhum dos entrevistados deixou de demonstrar medo em relação à “falta” e à “contaminação”, esses elementos aparecem juntos na maioria das falas. A seguinte afirmação mostra que a representação da água está de tal modo associada a “vida” que os dois elementos parecem se fundir no enunciado, vejamos “A vida tá em risco, estou com medo de ficar sem ela, é um bem, é lazer também a água...é vida.” (Taiane, 37 anos, professora). O fato da vida estar em risco, está diretamente associado ao medo de ficar sem água, quando Taiane afirma que está com medo de ficar “sem ela” poderia estar falando tanto de água quanto de vida, assim como quando diz que a vida está em risco, poderia estar falando sobre a água. Há uma dedução lógica em associar água e vida.

Água representa pra mim a vida, representa a vida porque água é sangue e é vida, porque a água é o sangue da terra. É nossa vida porque se a senhorita plantar um legume...se chover ela nasce e se não chover ela não nasce e se criar e se não chover não produz...porque o alimento da terra é a água, tanto é vida pra mim como é vida pra senhorita como é vida pra planta. Se você planta um pé de árvore e se num aguar ele tem vida? Não tem...então água é vida. (João, 80 anos, agricultor aposentado).

Esse enunciado mostra a profunda compreensão da teia em que estão enredados os seres humanos e a natureza ao evidenciar que essa relação de fusão

e unidade tem na água seu elo fundamental. Justamente por compreender a inserção da água em todos os processos que determinam a vida humana é que a água pode receber associações negativas como “perigo” e “veneno”, afinal, se ela está envenenada, nós também estamos.

Água é vida, mas água saudável e de boa qualidade porque se o corpo da gente...dizem que é 80% água, né? 80%...se for água contaminada, tá perdido. (Antônio Sobrinho, 47 anos, agricultor).

A percepção do envenenamento da água pelos agrotóxicos tende a quebrar o sentido de unidade da água e entra em cena uma divisão representativa entre a água que é “vida” e outra que é “coisificada”, ou seja, a água que serve a fins específicos como a produção, a limpeza e a higiene.

A minha água de beber é essa que a gente compra de garrafão e a outra eu uso normal pra roupa, pra cozinhar, pra tomar banho, uso normal pra luta diária mesmo, mas pra beber...não. (Zilma, 43 anos, agricultora).

A maioria da população faz essa divisão, a água que sai das torneiras serve para as atividades cotidianas básicas, mas a água de beber está sendo comprada por grande parte das famílias.

É tipo assim...eu posso tomar banho com ela, posso fazer o feijão, mas pra beber só se for a boa mesmo...que eu não lembro direito qual é a água, acho que é Lajedo, acho que não é a Apodi que a Apodi o povo tem medo pelo nome, dizem logo "aff, Apodi, Deus me livre" fazem essa relação “não, se é Apodi é contaminada também”. (Nicole, 21 anos, estudante)

Percebemos na fala de Nicole que a contaminação por agrotóxicos está comprometendo a designação da própria Chapada do Apodi. Existe a compreensão de que as águas da Chapada, superficiais e subterrâneas, estão todas envenenadas, portanto, a própria palavra “Apodi” passa a ser associada ao risco de envenenamento.

A água de beber a gente compra ninguém gosta de beber essa aí não que é envenenada. A gente sabe porque todo dia a gente andava lá nos beijo do canal e a gente via lá os peixe morrendo, os trator lavando, expurgando e lavando dentro do canal até que um dia morreu meio mundo de peixe, aí quando começa a morrer coisa é que acorda, né? Aí “num” deu em muita coisa não, deu que mataram o Zé Maria...até agora “num” mudou nada, pode até mudar se sair essa adutora que vem pra começar a vim de lá pra cá. (José, 63 anos, agricultor).

A fala de José evidencia que vigora a ideia de que “água boa” é a comprada, essa percepção vai ocasionando rompimentos com a noção de água

enquanto bem comum e direito inalienável. A lógica mercadológica, por uma imposição das condições estruturais, começa a invadir o imaginário da comunidade.

O estabelecimento de relação de consumo, nos moldes do mercado, com a água gera desigualdades que são apontadas pela comunidade como mais um dos grandes problemas decorrentes da contaminação, ou seja, a reprodução das assimetrias de acesso dentro da própria comunidade que passa a se dividir entre aqueles que possuem dinheiro para comprar água engarrafada e os que não possuem.

Eu acho que aqui na Chapada o problema é esse negócio das pessoas que usam a água, mas não tem condições de comprar aquela pra beber ou pra consumir com alimentação fazer um arroz, um café...precisa usar aquela da torneira que a gente sabe muito bem que é contaminada, né? Tem muitas famílias humildes aqui que não tem condição de comprar um galão de água por dia porque uma família de 12, 13 crianças bebe muita água e não tem condições, eu sei que muitos aqui não tem condições de comprar uma água boa [...] o que eu mais penso é nessas “família” que não “pode” porque eu, minha família, minha avó, todos bebem água comprada, mas as famílias que não podem? (Nicole, 21 anos, estudante)

Embora as pessoas entrevistadas pareçam compreender as injustiças geradas pelo processo de degradação das águas, percebemos que há dificuldade de construção de estratégias coletivas de enfrentamento ao problema, tanto que as tentativas de proteção estão ficando cada vez mais restritas às atitudes individuais. A razão dessa dificuldade se mostra vinculada ao medo de falar sobre a questão da água. Como evidencia a fala de José, apresentada anteriormente, há uma percepção de que as mobilizações empreendidas contra a contaminação da água não tiveram muitos resultados positivos, ao contrário, “[...] “num” deu em muita coisa não, deu que mataram o Zé Maria...até agora “num” mudou nada [...]” (José, 63 anos, agricultor). A violência cometida contra o líder comunitário, que tinha na defesa da água uma de suas mais fortes bandeiras de luta, amedrontou a comunidade que, no âmbito cotidiano, evita o assunto. De maneira geral a comunidade interpreta o assassinato de Zé Maria como uma evidência de que é melhor “não mexer com coisa de peixe grande” (grupo de pesquisa).

O grupo de pesquisa nos indicou que a partir de 2010, ano do assassinato de Zé Maria, o movimento comunitário em torno da Associação ficou praticamente paralisado. Após um período sem presidente, pois muitos temiam assumir a posição que antes era de Zé Maria, a Associação voltou a ter representação, no entanto, o atual presidente nos falou que tem sentido uma grande dificuldade de reunir os

associados. Segundo o grupo de pesquisa, a população teme participar de reuniões, principalmente se versarem sobre a questão da água, como podemos ver no trecho do diálogo do grupo de pesquisa sobre a questão:

- Antes do assassinato do Zé Maria já tinha dificuldade de reunir a comunidade, mas era diferente porque a dificuldade era que o povo dizia que reunião não resolve nada...é só besteira...e dizia “Zé Maria vai morrer de fazer reunião e não consegue nada” era o que o pessoal dizia, não era porque eles tinham medo, é porque eles achavam que era uma coisa besta. (Grupo de pesquisa – integrante A).

- Achavam que não ajudava em nada e aí depois do assassinato dele já ficou o medo de acontecer o que aconteceu com ele. (Grupo de pesquisa - integrante B).

- É...antes era o comodismo de achar que não resolvia nada e hoje é o medo. (Grupo de pesquisa – integrante A).

Percebemos que os reflexos da violência cometida contra o líder comunitário repercutiram fortemente sobre a população. Para os participantes do grupo de pesquisa, parece ser inevitável associar a morte de Zé Maria à luta contra a contaminação. Percebemos isso ao longo das entrevistas também, pois, quando falávamos que nosso tema de pesquisa era a água, invariavelmente, nos perguntavam se era pra falar sobre o Zé Maria. Desse modo, a teia simbólica da água foi incorporado o medo, não apenas da possibilidade de envenenamento, mas também da violência física direta. Esse temor tem provocado o silenciamento do assunto

- Eu sinto como maior impedimento pra comunidade participar é o medo de perder emprego, o medo de cortarem a água, o medo de serem “assassinado”. Se você perguntar numa família o que é que acham do caso Zé Maria, eles dizem: nesse assunto aí eu não quero nem ouvir falar. Existe esse medo, é real. (grupo de pesquisa).

Percebemos que a ampliação dos índices de violência na Chapada do Apodi tem contribuído para o aumento da sensação de insegurança agravando o medo de represálias físicas. Durante o trabalho de campo, nos surpreendemos com o número de execuções que vem ocorrendo na região, sobretudo, contra a juventude. Segundo os moradores, há uma forte relação entre o aumento da criminalidade e o consumo de drogas. A falta de segurança e de solução dos crimes faz com que as pessoas evitem falar sobre qualquer assunto que possa provocar atritos e divergências. O crime cometido contra o próprio líder comunitário, Zé Maria

do Tomé, embora tenha sido alvo de grande repercussão permanece aguardando julgamento, mais de três anos depois.

Além do medo da violência física, há processos de silenciamento determinados pelo exercício da violência simbólica. Uma vez que grande parte das famílias foi expropriada de suas terras, trabalhar para o agronegócio passou a ser uma das poucas opções de ocupação disponível. Assim, existe o medo de que processos de denúncia levem as empresas a se retirar da Chapada, como afirmam que muitas vezes os empresários do agronegócio insinuam. Diante da relação de dependência, a perspectiva da saída das empresas lhes parece assustadora.

Olha...eu digo assim...é porque eu sou aposentada e meu marido nós "tem" essa mixaria pra nós "sobreviver", mas mesmo sendo...eu tenho pena...se acabar esse projeto do que é que os "pobre" vão viver?...os mais "pobre" ainda vão viver? Esses que não tem um salário do governo, eu já tenho e aí os que não têm? Se esse projeto se acabar vão ficar sem nada, mas pra mim se ele se acabasse era melhor porque a saúde...eu acredito que quem já tá e se trata era melhor...e quem não tem poderia até nem pegar doenças da água, né?...mas não acaba não...acaba não que os grandes tem poder, né? (Joana, 57 anos, agricultora).

Outro ponto no qual as relações de poder assimétricas influenciam diz respeito à própria manutenção do serviço de água e esgoto. A comunidade teme que as reclamações ocasionem a suspensão do fornecimento de água pelo SAAE. Embora considere a água da rede imprópria para o consumo, a população salienta que a água servida não só facilita a realização das atividades cotidianas como também representa o progresso que tiveram nas últimas décadas em relação aos serviços que passaram a ter acesso. Perder a possibilidade de usar água encanada significaria uma espécie de retrocesso no tempo. Segundo os relatos, conhecendo o receio da população, agentes dos serviços de distribuição chegam a ameaçar a interrupção do serviço quando há qualquer tentativa de cobrança de resolução do problema.

- É o medo de se envolver porque eles dizem assim "Se eu for falar mal do meu patrão eu vou perder meu emprego, se eu for falar mal do SAAE eles podem cortar minha água e eu ficar sem água" porque se o SAAE disser assim "A água tá contaminada? Pois então eu vou cortar a água pra vocês" que foi o que o SAAE falou pra nós na reunião com o promotor, na frente do promotor ele disse assim "Então vocês querem carro pipa? Não tem problema, a gente corta a água, corta o fornecimento pra vocês e fornece água de carro pipa..." (Grupo de pesquisa – integrante A).

- E foi muito alterado...(Grupo de pesquisa – integrante B).

- Foi...bem alterado mesmo que até ele queria fazer uma reunião aqui com a comunidade, mas pelo que entendi ele queria uma reunião só o SAAE e a

comunidade tirando a justiça, o promotor e as pessoas de fora, sem interferência, sem vereador, sem juiz... (participante A – grupo de pesquisa).

- Pra passar uma lábia pra aquelas pessoas que não entendem e que aceitam qualquer tipo de coisa. (participante B – grupo de pesquisa).

Dessa forma, a comunidade fica numa encruzilhada na qual parece não ter direção mais fácil a tomar. Essa é uma das mais violentas expressões do modo de operação do modelo de desenvolvimento hegemônico. Ao perderem as possibilidades de desenvolvimento autônomo, comunidades rurais, indígenas, quilombolas, etc., se veem diante de situações que podemos chamar, conforme Stengers e Pignarre *apud* Lisboa e Mello (2012), de “alternativas infernais”. De acordo com as autoras, essa é uma situação encruzilhada na qual geralmente se encontram aqueles que contestam os mecanismos perversos de dominação. A lógica é expropriar os sujeitos de condições alternativas de modo que os efeitos negativos do modelo de desenvolvimento possam parecer um mal necessário, algo como “ou isso ou nada”. Desse modo, o sistema opera um aniquilamento da política, pois mina as possibilidades dos sujeitos encontrarem referências fora de sua lógica de funcionamento. (LISBOA e MELLO, 2012).

O pessoal da comunidade fica um pouco pavoroso [de falar sobre a água], mas é normal, é normal porque hoje as comunidades nossas ali também já vive em cima daquilo ali trabalhando daquela forma, amanhece o dia e já vai pra uma empresa ou pra outra ou pra um pequeno agricultor ou pra um microempresário trabalhar daquela forma e muitas vezes quando assiste ali [denúncias de contaminação], muitas vezes pode até pensar “vixe, vai fechar, tá errada vai fechar” [a empresa], na situação que “tá” hoje vê mais o emprego que mesmo o que tá se passando, se preocupa muito mais em amanhecer o dia ir “pro” trabalho, voltar de tardezinha ou a noite e no outro dia de novo e no final do mês ter o dinheiro pra pagar sua feira. Aí é um pouco preocupante devido a isso, né? Já hoje...no tempo que estamos hoje...dos poços secando muitos deles “E agora? Se os poços “secar” e não tiver inverno e perder emprego, vamos pra onde?”. É aquela situação...tá ruim do jeito que tá? Mais ruim pode ficar, né? (Francisco, 38 anos, agricultor).

Diante de uma situação difícil de enfrentar, as pessoas parecem buscar alternativas individuais de proteção, como é o caso da compra da água de beber. No entanto, nem todos possuem recurso para isso e percebemos que, entre esse grupo, é mais perceptível a ocorrência de estratégias de negação do problema. Seligmann-Silva (1994), em estudos sobre os mecanismos psicológicos utilizados pelos trabalhadores que enfrentam riscos à integridade física, afirma que a negação e a repressão são estratégias comumente utilizadas para lidar com o medo. De acordo

com a pesquisadora, quando os riscos são muito ameaçadores e os sujeitos se veem sem possibilidade de evitá-lo, o mecanismo de repressão atua para excluir o medo da consciência através de processos de negação. Na comunidade, observamos que isso ocorre principalmente entre as pessoas que possuem menos recursos financeiros, como é o caso de João, ou entre os que trabalham nas empresas, como é o caso de Antônio.

A gente não se preocupa não porque se tem veneno, se a água tá ofendendo alguém, aqui num morreu ninguém com acusamento de veneno ainda não. Apareceu essa morte aqui ainda não que dissesse que era do veneno. (João, 80 anos, agricultor aposentado).

Aqui a gente ainda usa água do projeto pra beber, a gente não compra não. Já ouvi história da contaminação, aí eu comecei a comprar, mas aí "homí vamo deixar isso de mão" (risos) tô comprando não, mas nunca tive medo não. (Antônio, 52 anos, agricultor).

No entanto, a negação não é a estratégia mais utilizada. A maioria dos entrevistados, assim como o grupo de pesquisa, elegeu a contaminação da água como o mais grave problema vivido pela comunidade, comparável apenas ao aumento do consumo de drogas e da violência.

Embora identifiquem a contaminação como o mais grave impacto do modelo agrícola sobre a água, a população apontou outras consequências como a exploração desordenada das águas subterrâneas. Muitas empresas, principalmente as que estão fora da área do perímetro irrigado, realizam a captação de água através de poços profundos. Segundo os moradores, a prática tem provocado a redução drástica do volume de água do aquífero e vem impactando diretamente os pequenos agricultores que não possuem recursos para realizar a perfuração de poços cada vez mais profundos.

Olhe, se não tiver quem tome as providências pra parar de furar poço pra esse pessoal que já tem não querer mais do que já tem, essas empresa grande vai...daqui a poucos anos...tudo que se for fazer é com água comprada porque nós não vamos ter mais não...de jeito nenhum...porque ela vai se acabar...os "inverno"... nós não "tem" mais inverno possante pra segurar de um ano pro outro...aí o pouco que tem no solo eles vão sugando e nós "fica" sem uma gota d'água aqui na Chapada. Antigamente, nas era de 40 de 30 e pouco e 20 pouco não...tinha...tinha porque ainda não tinha sido descoberto, mas que o nosso lençol era muito abençoado...porque em todo canto aonde cavasse você conseguia tirar água, mas aí foi eles chegar...não é a toa que tem projeto aí que tem firmas aí que tem 20 metros de um poço pro outro, 20 ou 30 metros de um pro outro. Você cava aqui e não tem, você cava ali e tem. Por aí você tira o tanto de água que não sai do nosso solo. Aí da onde tira e não bota, né? Aí tem gente que ainda diz que isso não acontece "acontece não" porque quando diz assim "não tem

mais água daqui que dê pra vir pra nós” [imita outra pessoa respondendo] “ah, tem projeto pra vir o São Francisco subir a serra” eu digo Óooh, só se for a imagem de São Francisco lá de Canindé [risos] porque o negócio do São Francisco ai pouco adianta. Porque esse absurdo de água se ela não vai servir pra nós usar? Pode trazer...pode trazer...mas que ela não vai servir pra nós utilizar [sinal negativo com a cabeça] é a mesma coisa [...] (Eulália, 53 anos, agricultora).

Percebemos na fala de Eulália a compreensão de que há injustiça na apropriação de água na Chapada. Sem acesso à água do perímetro, os pequenos agricultores sofrem com a redução da água dos poços. Ao longo de nossa pesquisa de campo, tivemos a informação de que vários poços, que nunca haviam secado antes, tinham chegado ao limite. A maioria dos entrevistados vincula a redução das águas diretamente ao abuso da perfuração de poços pelas empresas.

Embora, de maneira geral, não identifiquem a escassez de água como o maior dos problemas, o medo de ficar sem água no futuro aparece constantemente nas falas. A questão do desperdício de água apareceu como um problema da comunidade na maioria das entrevistas. Segundo nossos informantes, há uma percepção de que, depois da chegada da água encanada, a população passou a usar a água de maneira menos cuidadosa. Muitas pessoas afirmaram que o desperdício de água na comunidade é intenso.

Eu tenho medo assim do futuro porque...assim...hoje em dia é abundância, mas é muita “estruição” aqui na serra por ter em abundância, a vista de muitos lugares por aí...como eu conheço colega minha que mora lá pra banda do Paraíba e diz que é triste a escassez de água, horrível e nessa seca principalmente. Aqui só o que eu vejo é gente aguando calçamento, aguando calçada e “estruindo” água demais [...] Eu gosto da abundância de hoje, mas tenho medo do futuro como muitos vídeos que já assisti e como é que vai ser a água daqui a 30, 40 anos? (Nicole, 21 anos, estudante).

Ainda há desperdício de água, tipo, eu vou aguardar a frente da minha casa, vou lavar a calçada com a minha mangueira ligada. A gente dá as orientações quando dá as palestras sobre essa temática, em sala de aula ou no pátio com os alunos, a gente sugere: “vamos voltar como antes, a gente pegava o baldinho d'água e tomava banho e dava certo, a gente pegava o canequinho e enchia d'água e escovava os dentes e ficava muito bem” [...] A gente trabalha nessa linha porque a gente sabe que por mais que se fale, porque lembro que já se fala na questão do desperdício da água há mais de 14 anos, a gente ainda não despertou pra esse bem tão precioso que, por um lado é uma água contaminada, mas que por outro lado - mesmo essa água contaminada - as pessoas desperdiçam sem preocupação alguma...e os maiores aqui são na lavagem, o consumo desenfreado em casa e outra questão é...como há muita plantação...entra aí a questão do capitalismo, o uso também abusivo da água também. (Taiané, 37 anos, professora).

A atividade que, segundo os entrevistados, mais desperdiça água é a lavagem das calçadas e de algumas ruas. Como vários trechos da comunidade não possuem calçamento, a população reclama muito da poeira que sobe com o movimento intenso das motocicletas que circulam pela comunidade, por isso, muitas pessoas jogam grande quantidade de água nas ruas na tentativa de evitar que a poeira invada as casas. Além disso, são citadas outras atividades domésticas e, algumas vezes, o abuso de água nas plantações, mas normalmente esse desperdício é atribuído aos empresários, como faz Taiane ao afirmar que essa é uma “questão do capitalismo”.

5.2 O Tomé navega em sua história

“Há na memória um rio onde navegam
Os barcos da infância, em arcadas
De ramos inquietos que despregam
Sobre as águas as folhas recurvadas [...]
Há um retrato de água e de quebranto
Que do fundo rompeu desta memória,
E tudo quanto é rio abre no canto
Que conta do retrato a velha história.”
(José Saramago)

Compreendendo que as representações sociais da água existentes na Chapada do Apodi, mais especificamente na comunidade do Tomé, são formuladas dentro de contextos históricos determinados, reconstruímos o percurso vivido pela comunidade em relação aos modos de uso e significação da água ao longo de sua trajetória. Para isso, empreendemos um trabalho com a memória, reconhecendo sua relevância para o aprofundamento das discussões. Entretanto, não perdemos de vista, tal como sugere Portelli (1997), a necessidade de conhecer o contexto em que a memória está inserida para nos situarmos a um “meio termo” no que diz respeito ao trabalho interpretativo sobre fontes orais. Visto que estamos lidando com elementos mutáveis oriundos da subjetividade e da memória, trilhamos um caminho que nos levou a perceber nossa análise dentro de um limiar no qual “da mesma maneira que trabalhamos com a interação do social e do pessoal, trabalhamos com a interação da narrativa e da subjetividade, por um lado e, por outro, com fatos razoavelmente comprovados.” (PORTELLI, 1997, p. 25). Essa perspectiva nos coloca diante do desafio de analisar os fatos que emergem na narrativa

considerando sempre o contexto, os sentimentos e interesses que estão em jogo.

A tarefa não é fácil, porque tudo é interpretação. O sujeito interpreta o mundo em que vive e o pesquisador interpreta o mundo do sujeito ao mesmo tempo em que também interpreta seu próprio mundo. Nesse processo de elaboração e compreensão, faz-se necessário considerar elementos que estão situados nos planos, individual e coletivo. Nesse sentido, a atividade criadora do pesquisador está sempre alicerçada no 'terreno' da pesquisa. [...] Mais importante do que chegar a um produto final harmônico e totalmente 'compreensível', é trazer à tona as discussões sobre o objeto de estudo a partir de um outro 'olhar', ampliando, dessa forma, as perspectivas de análises. (CAVALCANTE, 2010, p. 48, grifos da autora).

A narrativa da comunidade é uma construção repleta de subjetividade e sua constituição é permeada por elementos significativos que contribuem para a elucidação da leitura que os sujeitos fazem sobre os fatos históricos. Desse modo, o ato de contar a própria história facilita uma "avaliação sobre os acontecimentos também para os próprios narradores sendo assim, o esforço de elaboração dos narradores está relacionado aos vários objetivos e desejos que esses possuem." (CAVALCANTE, 2010, p. 50). Uma vez que a construção da narrativa é também um trabalho de memória, devemos considerar, assim como Bosi (1994), que ela tende a ser afetada pelas experiências atuais, pela afetividade com os fatos e pelas negociações de sentido que ocorrem no cotidiano da comunidade.

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. (BOSI, 1994, p.17).

Além disso, Bosi (1994) sugere que, ao relacionar presente e passado, a memória é capaz de interferir no processo atual das representações, pois "pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, "desloca" estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência." (BOSI, 1994, p. 9, grifos da autora). Portanto, as representações do presente são usadas para significar o passado ao tempo em que são também afetadas e deslocadas pela memória.

Acreditando na potencialidade do trabalho com a memória para fazer emergir as representações, propomos ao grupo de pesquisa a construção de uma linha do tempo da história da água na comunidade do Tomé a qual chamamos "rio

do tempo”. Iniciamos sua elaboração com uma sensibilização e, para isso, assim como em outros momentos da pesquisa, contamos com a colaboração de um arte-educador ¹⁶ que facilitou o processo de aguçamento dos sentidos através da arte com o objetivo de possibilitar ao grupo, utilizando a sensibilidade musical e corporal, o reconhecimento de uma trajetória comum. Evidente que cada indivíduo, em sua subjetividade, interpreta a realidade e o contexto histórico de forma particular, mas quando os indivíduos ocupam posições similares no espaço social, as marcas da história comum inscrevem-se não apenas na vida coletiva, mas também na individualidade. A consciência de que os conhecimentos e memórias de todos os integrantes do grupo eram relevantes e conformavam uma teia comum de significação foi fundamental para fazer fluir as lembranças que pouco a pouco escorreram e formaram a correnteza de nosso rio do tempo.

A sensibilização contribuiu para deixar o grupo seguro e consciente de como procederíamos em nosso trabalho de construção coletiva. No entanto, o modo de fazer – ou seja, trazendo à tona os fatos a partir das histórias e memórias coletivas que cruzam o cotidiano de cada um -, já estava inscrito na maneira de narrar própria do grupo. Importante para compreender como se deu essa construção é saber que ela foi desenvolvida por um coletivo que possui uma cultura com fortes componentes de oralidade e que pode ser caracterizada como uma *cultura residualmente oral* (FIGUEIREDO, 2007). Para entendermos no que isso implica em termos de elaboração de pensamento e construção de conhecimento, atentemos para o que Figueiredo (2007), apoiado em Ong (1996) demarca sobre as propriedades de uma cultura oral:

(1) mais aditivos do que subordinativos; (2) redundantes ou copiosos. Essas peculiaridades parecem derivar de uma contingência auditiva que requer uma repetição maior para gravar o que quer memorizar; (3) mais agregativos do que analíticos, aqui se poderia pensar que isto está relacionado com a tendência de remanescentes dessa cultura oral a viver mais próximos uns dos outros, sendo mais empáticos e possuírem tendência a buscar o equilíbrio. Similarmente, fica-se tentado a associar essas características à dificuldade de se distanciar para separar, implicando em uma proximidade que gera propensão agregativa, contrariamente à tendência fragmentária tão comum à cultura escrita, tal como se estabeleceu sob o paradigma da modernidade; (4) conservadores ou tradicionalistas. Nesse caso o conservadorismo resulta da condição básica

¹⁶ Fernando Antônio Fontenele Leão é graduado em artes cênicas, possui também formação em música e já realizou diversos trabalhos no campo da arte-educação. Atualmente, é professor do curso de teatro do Instituto Federal do Ceará – IFCE.

de se manter o que já se construiu diante da dificuldade de se construir o novo, sob o alicerce de uma memória física, concreta [...] (5) próximos ao cotidiano da vida humana. [...] Por ter que limitar o que pode e deve ser arquivado na memória oral, existe uma queda ao 'mundo das vivências imediatas'; (6) de tom agnóstico, pois que representações entusiásticas de luta, violência e de louvor permitem maior facilidade de registro mnemônico; [...] (7) mais empáticos e participativos do que objetivamente distanciados. Para uma cultura oral o ato de conhecer está ligado a entrar em ressonância, identificar-se, deixar-se sintonizar com... [...] (8) homeostáticos [...] O presente impõe sua própria economia sobre o passado e o futuro, visando manter um equilíbrio aceitável em seu contexto de vida. (9) mais situacionais do que abstratos. (FIGUEIREDO, 2007, p. 144 e 145).

Percebemos que muitas dessas características ainda são fortes na comunidade do Tomé, sobretudo no que diz respeito à tendência agregativa e a indivisibilidade dos fatos históricos do universo cotidiano. No grupo de pesquisa, por exemplo, a lembrança de acontecimentos relevantes para a comunidade ocorreu quase sempre através da reconstrução de cenas da vida cotidiana como nascimentos, falecimentos, festas, entre outros. Essas memórias afloravam como numa encenação, na qual os membros do grupo interagiam inserindo novos elementos que traziam de suas experiências cotidianas confirmando o que Martín-Barbero (2004) nos diz sobre esse modo de narrar.

[...] o relato popular se realiza sempre num ato de comunicação, na comunhão de uma memória que funde experiência e modo de contá-la. Porque se trata de uma memória não só dos fatos, mas também dos gestos, e isso da mesma forma que uma piada não é feita só de palavras, mas de tons e de gestos, de pausas e de cumplicidade. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 160)

Outra característica importante é o uso da repetição, o mesmo fato é contado diversas vezes e de diferentes formas, reafirmando que em narrativas populares a qualidade da comunicação se apresenta em ordem inversamente proporcional à quantidade de informação repassada. Isso pode ser compreendido também como uma forma de resistir a se deixar pensar por categorias que não lhes são próprias, como aquelas oriundas da tecnologia da informação e dos textos literários (MARTÍN- BARBERO, 2004). A repetição cumpre então o importante papel de manter a narrativa em movimento.

A repetição convive aqui com a inovação, já que esta é dada sempre pela situação a partir da qual se conta a história, de forma que o relato vive de suas transformações e de sua fidelidade não às palavras, sempre porosas a contexto, mas ao sentido e sua moral. (MARTÍN- BARBERO, 2004, p. 161).

Assim os relatos vão articulando a memória do grupo de um modo que

não se restringe a falar analiticamente sobre as coisas, pois ao dar materialidade a maneiras de fazer, a narrativa também diz sobre as práticas. Alguns desses elementos ficam evidentes na forma que o grupo “puxa” a lembrança de datas, como nos exemplos seguinte.

Quando fizeram o poço ali [apontando], algumas casas já “tinha” água encanada do poço. Isso foi por volta de 1989 a 1990, por aí. É porque, em 1989, eu tive o [...], meu menino, e lembro que já tinha água encanada do poço. Nós ainda “pegava” água na cacimba com roladeira, mas a minha sogra já tinha água encanada do poço em 1989. Era só a torneirinha no chão que ela (a água) não subia. (Grupo de pesquisa).

Quando que a mãe de margarida morreu? [interrogando o grupo] Porque eu lembro que no ano que ela morreu, [pausa] no dia que ela morreu, [outras pessoas comentam o provável ano] a lagoa quase sangrou. Ficou assim [mostrando a altura com as mãos] entrando dentro da casa de Margarida pelo batente da porta. (Grupo de pesquisa).

Existia ainda nesse tempo a lagoa. Eu me lembro que foi até uma vez que morreu um anjinho de tia [...] [várias pessoas comentam de quem seria o “anjinho”] E a água chegava até os pés da porta. Eu me lembro do pessoal ir vendo o anjinho e a água assim [fazendo o movimento da água com as mãos] passando. (Grupo de pesquisa).

Isso foi no ano que eu nasci. Eu sei até que quando foi pra eu nascer, pra levar minha mãe pra dar a luz em Quixeré, veio um trator porque não tinha carro que rodasse e trouxeram minha mãe pelo trator e quando chegou ali pelo Ipú tinha uma correnteza muito grande e ia arrastando o trator. Amarraram esse trator num pé de árvore [risos] quase que não chega em Quixeré pra “mê” dar a luz. (Grupo de pesquisa).

Cada vez que alguém do grupo resgatava memórias como essas, os outros contribuía para a reconstituição do ocorrido, seja complementando, levantando novos elementos ou apontando contradições. Assim, o grupo costurou uma teia que se conforma não apenas de fatos históricos objetivamente inscritos na realidade, mas também pelos sentimentos que marcaram de modo solidário a comunidade, evidenciando que na oralidade “as relações comunitárias se colocam como agentes de coesão, agrupando e fortalecendo.” (FIGUEIREDO, 2007, p. 145).

No entanto, percebemos que a cultura residualmente oral encontra-se miscigenada à oralidade secundária, essa que para Figueiredo (2007) é característica de culturas afetadas pelos meios de comunicação. De acordo com o autor, o advento das tecnologias de comunicação contribuiu para alterar a construção cognitiva própria da oralidade primária, sobretudo no que se refere a pensar o global e o local. Nesse sentido, observamos que formas de pensamento analítico contribuía para provocar rupturas no modo agregativo de produzir

conhecimento e estabelecer comunicação fazendo com que novos elementos para pensar o local deixassem de partir apenas das experiências cotidianas e passassem a ser mediados também por informações e conexões estabelecidas com o global. Assim, podemos afirmar que, nos termos de Canclini (2008), os relatos da comunidade dão conta de revelar a ocorrência de um processo de *hibridização cultural*, portanto, a análise do material oral produzido precisa considerar o que há de permanência e ruptura, continuidade e fragmentação, na produção da narrativa da comunidade sobre sua própria história.

Além do material produzido oralmente, trabalhamos com informações oriundas de um texto sobre a história da comunidade que foi socializado conosco por integrantes do grupo de pesquisa. O texto em questão foi elaborado para encontros de formação da Cáritas Diocesana de Limoeiro no Norte que estava realizando, no mesmo período de nossa pesquisa de campo, reuniões com as comunidades como parte de sua metodologia de atuação. Tivemos a oportunidade de acompanhar dois desses encontros que aconteciam a cada quinze dias numa comunidade diferente da Chapada reunindo representações de outras. Como metodologia dessa fase inicial do processo de formação, foi solicitado que o grupo representante de cada comunidade pesquisasse junto aos mais velhos e escrevesse um texto ressaltando os pontos mais importantes do processo de formação histórica da comunidade, assim como um panorama dos principais pontos positivos e negativos da comunidade na atualidade. Além disso, também foi solicitada a elaboração de mapas, com base na metodologia da cartografia social, das comunidades. Alguns integrantes do nosso grupo de pesquisa estavam envolvidos na formação da Cáritas, por isso, socializaram conosco o texto e o mapa produzido sobre a comunidade do Tomé. Como o trabalho que eles fizeram de pesquisa para a construção do texto foi realizado uma semana antes de nosso encontro de construção da linha do tempo, vários elementos colhidos anteriormente foram aproveitados.

5.2.1 Um rio chamado tempo

*“Linha do tempo...linhas que pulsam, que falam,
que choram, que lutam...linhas paralelas
e linhas que se cruzam...a linha do tempo expressa
o cotidiano das ações humanas, expressa as escolhas
de homens e mulheres que, ao caminhar, fazem história...
e ao fazê-la constroem a sociedade.
A linha do tempo representa, em verdade,
as linhas que expressam a produção da vida!”*

(Inscrição gravada no Memorial dos Povos da Chapada do Apodi,
na Comunidade do Tomé, autoria desconhecida)

Os primeiros núcleos populacionais da Chapada do Apodi começaram a surgir a partir da década de 1930. No entanto, os relatos da comunidade sobre o modo de vida na região chegam a datas anteriores a essas, pois ouviram as histórias contadas pelos pais e avós.

Eu não vivi, não compartilhei essas histórias com o pessoal, mas através de minha avó, dos meus familiares, eu tenho histórias de 1914. (Grupo de Pesquisa).

Como a maior parte do grupo afirmou conhecer histórias desde o começo do século, acordamos em iniciar nossa linha do tempo no ano de 1920 e dividi-la em intervalos de 10 anos para que os acontecimentos que não possuíssem datas exatas fossem alocados por década.

Segundo a comunidade, o povoamento da Chapada do Apodi teve início, assim como nos registros históricos, no começo do século XX de forma dispersa por famílias que foram impulsionadas pelas inundações nas áreas de várzea. Fugindo das cheias, algumas pessoas subiram a serra e aproveitaram a estação chuvosa para fazer pequenos roçados. No entanto, a dificuldade de acessar fontes de água obrigava os primeiros habitantes a manterem um fluxo contínuo entre a Chapada e a várzea. Como quase não havia águas superficiais e nem cacimbas ou poços perfurados, as famílias que começaram a se estabelecer precisavam descer para buscar água no rio Quixeré, afluente do rio Jaguaribe, para beber e utilizar nas atividades domésticas como cozinhar.

A avó de minha sogra [...] morou ali e a casinha era de lasca, coberta de palha, ela e o esposo. Aí, dia de segunda-feira, eles “vinha” com jumento, dois caçoar e quatro “lata” d’água, lata de gás, pra passar a semana [...] cozinhando e bebendo, banho “num” era nem conversa, tinha essa história de banho não [risos]. Quando era na sexta-feira ele descia, só vinha na

segunda de novo [...] Passava pelo rio, enchia essas "lata" e trazia pra cozinha [...].(Grupo de pesquisa).

Nessa época, a Chapada era coberta por mata nativa e praticamente não havia sido desmatada, pois os roçados eram pequenos e, em sua maioria, feitos em meio à mata. Os instrumentos de trabalho eram basicamente a foice e a enxada.

[...] não existia cultivador, "nadica" de nada. Era só na mão mesmo, não tinha essa historia de arrancar tronco, plantava era no meio dos "tronco" mesmo. (Grupo de pesquisa).

A agricultura de sequeiro era praticada apenas no período de chuvas e os alimentos produzidos atendiam basicamente as necessidades domésticas, geralmente toda a família estava envolvida nas atividades agrícolas. A maior parte dessas famílias não possuía terras, por isso trabalhavam no sistema de "arrendamento", ou seja, alugavam alguns hectares de grandes proprietários. Os cultivos eram formados basicamente pelo milho, o feijão, a mandioca e o algodão e serviam principalmente para garantir a própria alimentação da família. Além disso, entregavam uma parte da produção ao proprietário para pagar o aluguel da terra, a quantidade era determinada pelo tipo de cultura, porém, na maioria dos casos vigorava o acordo de quatro por um.

Percebemos que a necessidade de água foi determinante para a movimentação, espacialização e para o lento processo de fixação das primeiras famílias. De acordo com os relatos, a mata fechada dificultava o deslocamento pela Chapada tornando difícil a descoberta de fontes de água. Ao explicar a demora de seus antepassados em se estabelecerem no Tomé, uma das integrantes do grupo de pesquisa explica que eles não transitavam por aquela área, pois a incerteza de encontrarem água fazia com que preferissem não adentrar muito a mata e conclui "[...] nunca andaram pra cá, por quê? Não tinha o que ver. Não sabiam que tinha água, "num" tinha o que ver porque era só mata." (Grupo de pesquisa).

Na década de 1930, algumas famílias começaram a se fixar às margens da lagoa do Tomé dando início ao povoamento. Em relação à origem do nome da comunidade, contam que os primeiros a chegarem ao local encontraram o nome "Tomé" gravado numa pedra no interior da lagoa deixada por um índio que ali viveu nos tempos de cheia e abandonou o local durante uma seca. No entanto, explicitam que existe mais de uma versão para a história.

[...] assim... [gesto para pausa] a gente tem a história em dois versos, né? Porque uns dizem que era um vaqueiro que andava levando o gado e a boiada dele se estouro e ele se perdeu dos outros vaqueiros e estava morrendo de sede e encontrou a lagoa e ele ficou morando por um tempo, até que foi descoberto, né? Outros “diz” que foi um índio forasteiro que se “perdeu-se” e encontrou a lagoa e fez um rancho e quando o vaqueiro passou, guiando uns bois pra Mossoró, encontrou ele e ele acompanhou o vaqueiro. Ninguém sabe qual “dos dois” que é verdadeira [risos]. (Grupo de pesquisa).

Interessante perceber que existem duas histórias correntes na comunidade, porém, quando precisaram escrever o próprio relato, resolveram entrar num consenso sobre qual das versões manteriam e decidiram pela versa do índio, como podemos verificar.

Segundo relatos de antigos moradores que aqui viveram e ainda residem como o senhor Geraldo Galdino e Tati, o primeiro morador que residiu aqui no Tomé foi um índio forasteiro, nos anos de 1935, que permaneceu por muito tempo e que tinha como apelido Tomé (seu nome verdadeiro não se conhece). Ele morava em um rancho de madeira com palhas, onde hoje existe uma padaria Nossa Senhora de Fátima, próximo a uma grande lagoa que guardava água de inverno a inverno. Porém, em um ano de seca, que causou uma grande escassez de água, o índio chamado Tomé foi embora deixando seu nome gravado em uma pedra e enterrou dentro da lagoa com seu nome, a data de sua chegada e da sua partida. Logo chegaram outros moradores que foram: Antônio de Lino de Zezé e Inácio Lixando que chegando à comunidade ainda com a estadia do índio, batizaram a comunidade por Tomé em homenagem a esse índio. (Trecho de relato escrito pela comunidade, em março de 2013, e gentilmente cedido à pesquisa. Grifos nossos).

Indagados sobre as razões que contribuíram para que registrassem no texto a versão de que o primeiro morador era um índio, não souberam responder univocamente. Algumas respostas davam conta de explicar que a repetição dessa versão era mais frequente e outras apresentaram uma explicação mais analítica ao lembrar que a descrição do formato da moradia construída apontava fortemente para uma edificação com características indígenas. Percepção que corrobora com o registro feito por Pessoa (2010) ao indicar que as primeiras residências da Chapada, datadas da década de 1930, foram erguidas com a matéria prima da carnaúba e que a arquitetura delas remetia às construções indígenas. Segundo Pessoa (2010), há vários relatos da presença indígena na Chapada e, em 1880, foram encontrados ranchos de madeira cobertos de palha o que indica que seus primeiros habitantes eram indígenas, embora dispersos e sem fixação por longos períodos, conforme indica o relato da comunidade ao designar o índio como *forasteiro*.

No entanto, não podemos deixar de considerar que essa história passou a funcionar como um mito fundador da comunidade e como tal nos oferece outros elementos pra pensar seus sentidos. De acordo com Hall (2009) os mitos fundadores são, por definição, “transistóricos”, portanto, não se inscrevem dentro da lógica e temporalidade histórica e podem ter seu significado frequentemente transformado. Seu poder de efeito, mais do que relatar o passado é anunciar o porvir, desse modo, “funcionam atribuindo o que predizem à sua descrição do que já aconteceu, do que era no princípio.” (p.29). Com isso queremos dizer que a elaboração de uma narrativa que elege a figura de um índio como fundador da comunidade, através de um gesto tão simbólico como enterrar uma pedra talhada com o nome que designaria o povoado, no fundo de uma lagoa, pode funcionar como elemento agregativo não apenas de um passado comum, mas também da coesão identitária de um presente que aponta para um futuro possível. A reconstrução da organização da vida comunitária, nos primórdios do povoamento do Tomé, demonstra o reconhecimento de que os primeiros habitantes possuíam uma íntima relação com os ciclos da natureza. A exuberância da mata nativa e a diversidade de espécies da fauna e da flora são ressaltadas.

A terra...a mata era tão bem cuidada pela natureza que o “veio”, meu sogro, diz que ali... (apontando) ali que hoje é a Agrícola (empresa)...por ali assim...eles tiravam a macambira aí pra levar pro gado. (Grupo de pesquisa).

A comunidade era coberta de mata e fauna, existiam muitos animais e as casas eram de taipa, distantes uma das outras. (Grupo de pesquisa).

A sobrevivência dependia diretamente da natureza, pois praticavam basicamente a agricultura de sequeiro, a caça de pequenos animais e a extração de madeira. Costumavam trabalhar durante toda a semana e descer para as cidades de Limoeiro do Norte ou de Quixeré aos sábados. As habitações, em sua maioria de taipa, eram distantes umas das outras e o deslocamento entre as comunidades que começavam a se constituir era mínimo. Os meios de locomoção usados eram o “jumento ou carretão, carro de boi não existia e nem carroça ainda.” (Grupo de pesquisa).

A narrativa construída pela comunidade sobre sua própria formação traz elementos estruturantes para compreendermos a relevância da água na organização da vida comunitária. Conforme pontuam, a lagoa do Tomé tinha capacidade para

reter água “de inverno a inverno” possibilitando o estabelecimento durante o período seco, por isso, os primeiros habitantes teriam se fixado em suas margens. Versão que corrobora com a descrição do início do processo de ocupação da Chapada explicitado no capítulo anterior. Chama atenção o fato da lagoa referida ser qualificada pela comunidade como uma “grande lagoa”, pois em registros históricos ela figura como uma “pequena lagoa”. Ocorre que na narrativa da comunidade as cheias e secas da lagoa demarcam os tempos históricos e anunciam mudanças na organização do modo de vida local, portanto, a representação física que a comunidade faz da lagoa do Tomé é visivelmente afetada por sua representação simbólica.

Até a década de 1960, quando foi construída a primeira cacimba, não havia no Tomé outra fonte de água senão a lagoa. De acordo com os relatos, além de armazenar água por um bom período de tempo, havia nela uma depressão que acumulava água mesmo nos tempos de seca. Essa depressão recebeu da comunidade o apelido de “buraco de Derreia” e, quando a lagoa secava, a água concentrada nela era utilizada para as atividades domésticas mais urgentes e para beber. Conforme os relatos, a comunidade cercou esse local para evitar que fosse utilizado para lavagem de roupas, banhos ou dessedentação de animais. Como a água não era suficiente, para todas as atividades cotidianas, várias pessoas continuavam descendo a Chapada aos finais de semana em busca da água do rio. Além disso, recorriam também a uma cacimba localizada na comunidade do Ipú, que fica próxima ao Tomé. A água dessa cacimba era a de melhor qualidade para o consumo humano. No entanto, ela não era pública, por isso era preciso pagar ao proprietário para fazer a retirada e, mesmo diante de pagamento, a quantidade de água retirada por cada família era limitada.

[...] você podia ter dinheiro pra comprar três ou quatro “roladeira”, era no tempo da roladeira já, não levava não, só tinha o direito de levar uma. Era assim...podia ter o dinheiro, mas só levava uma. (Grupo de pesquisa).

No período chuvoso, as possibilidades de obter água eram ampliadas e tanto a compra d'água quanto as descidas para buscá-la no rio diminuían. A comunidade armazenava água da chuva ou recorria a um buraco apelidado de “monteiro” que ficava localizado no sítio Jucá.

[...] quando tinha um inverno bom, aí o monteiro enchia, mas só na época do inverno. Aí quem não tinha vasilhame pra encher da água da chuva pra passar muitos dias, aí ia buscar lá no monteiro. O monteiro foi um buraco que foi cavado pra fazer uma cacimba, mas não terminaram, era tempo de uma “bachiada”, aí ficou esse buraco lá e o povo chamava de monteiro. Isso foi lá por 1960, mas antes da cacimba. (Grupo de pesquisa).

Além da dificuldade de acessar água, a população sofria com a qualidade da água retirada de poços e cacimbas que em geral era salobra, dificultando o consumo humano, razão pela qual era preciso realizar deslocamentos maiores em busca de água “boa como água de rio”. Essa expressão foi usada inúmeras vezes por diferentes interlocutores quando queriam explicar o que era uma água boa de verdade. A água do rio é apontada como a mais pura e saudável das águas e serve como parâmetro para determinar se uma água tem ou não qualidade. Por isso, mesmo depois da construção da cacimba do Tomé, algumas famílias ainda desciam a Chapada para buscar no rio a água de beber.

O período mais crítico vivido pela comunidade em relação à falta d’água foi a década de 1950, quando ocorreu uma estiagem que fez com que a lagoa secasse. A comunidade ficou sem alternativas, pois locais que mantinham água como o “monteiro” e o “buraco de Derreia” também secaram. Além disso, o proprietário do poço do Ipú não vendia água nos períodos mais críticos, pois temia que ele secasse. Diante da escassez de água e de alimentos, muitas famílias tiveram que se dividir para sobreviver.

[...] Teve uma seca tão grande que o pessoal ia pra rodagem, que parece que era em Tabuleiro, e vinham de 15 em 15 dias pra casa e as famílias se alimentavam de macambira, queimavam a macambira, ficavam as esposas e as crianças em casa. Aí seu Tati disse que passava o dia todinho pra fazer o pão da macambira e quando iam comer já era seis horas da tarde. Passava o dia com fome, só comiam de 12 em 12 horas. Era o dia “todim” pra fazer o pão da macambira e ainda era “desgostoso”. (Grupo de pesquisa).

Essa época também marcaria o início da atuação do DNOCS na região. Executando a política de enfrentamento aos efeitos da seca, o órgão operava através da criação de frentes de serviço, chamadas pela comunidade de “emergências”, para a construção de obras de infraestrutura. A estrada de acesso à comunidade foi construída nesse período.

O DNOCS surgiu nos anos de 1950 com o trabalho de emergência que foram as primeiras rodagens (estradas) a serem construídas. Como pagamento pelo trabalho, a classe trabalhadora recebia em mercadoria.

(Trecho de relato escrito pela comunidade, em março de 2013, e gentilmente cedido à pesquisa).

Na década de 1960, conforme os relatos, a prefeitura de Limoeiro do Norte construiu a primeira cacimba no Tomé e a ela estão relacionadas muitas memórias da comunidade. De acordo com o grupo, após sua construção os problemas de escassez de água para as necessidades imediatas não voltaram a ocorrer, pois a cacimba detinha muita água e suportava mesmo períodos prolongados de estiagem. No entanto, a dificuldade de carregar água se mantinha uma constante, pois precisavam retirá-la utilizando baldes e cordas.

Era jogando o balde e segurando aqui óh [fazendo o gesto de segurar nos ombros] se um viesse e empurrasse por trás...adeus.[risos] É, tinha que ter um cuidado medonho. (Grupo de pesquisa).

Era intensa a movimentação em volta da cacimba, muitas pessoas, principalmente mulheres e crianças, transportavam água em latas para abastecer potes e tanques nas moradias. Grandes filas no início da manhã e entre quatro e seis horas da tarde eram frequentes.

Era engraçado que tinha os “horário” pra pegar água porque as vezes tinha fila, de 4 horas até às 6 horas, tinha uma fila enorme pra tirar água da cacimba. (Grupo de pesquisa).

O período da manhã era sempre o mais conturbado, pois havia pressa e disputa para conseguir os primeiros lugares da fila.

Era muita briga porque uns “queria” tomar a frente dos outros no “avexame” de encher mais rápido, né? E no caminho já ia disputando...a briga pra quem chegava primeiro pra encher seus baldes [risos]. (Grupo de pesquisa).

Já no fim da tarde, a movimentação era mais tranquila, pois as atividades domésticas já tinham sido concluídas e as mulheres aproveitavam para conversar, nas palavras de uma das integrantes do grupo “Aí era a hora que botava a conversa nos ferro” de modo que ao redor da cacimba as relações comunitárias também eram tecidas e fortalecidas.

Na década de 1970, o trabalho de retirada de água passou a ser um pouco menos penoso, pois instalaram uma espécie de manivela, chamada pela comunidade de “torcedor”, para que os baldes pudessem ser erguidos com menos esforço físico, conforme a miniatura da cacimba (FIGURA 13) produzida pelo Grupo de pesquisa.

Figura 13 - Representação da cacimba do Tomé



Fonte: Acervo da pesquisa (2013).
Representação da cacimba feita pelo Grupo de pesquisa.

Na mesma década, a comunidade desenvolveu uma nova forma de transportar água: as chamadas “roladeiras” (FIGURA 14). Essas engenhocas funcionavam como uma espécie de barril, acoplado a uma haste, que podia ser empurrado facilmente, pois seu formato arredondado possibilitava o giro e amenizava o trabalho de lida com a água. Por pelo menos duas décadas, essa foi a forma mais comum de transportar água no Tomé. Não por acaso, a lembrança delas, normalmente, é a primeira evocada quando perguntamos as pessoas sobre os modos de uso da água na comunidade.

Figura 14 - Representação da roladeira



Fonte: Acervo da pesquisa (2013).
Representação visual da roladeira feita pelo Grupo de pesquisa.

Essa década também ficaria marcada por uma enchente ocorrida em 1974. Conforme os relatos, a lagoa transbordou e invadiu diversas moradias. Até então, suas águas eram usadas nas atividades domésticas, mas depois da cheia a comunidade passou a considerá-la poluída e seu uso foi restrito a dessedentação de animais.

[...] depois da enchente ela ficou uma água sebosa. Depois da enchente, em 1974, ela não limpou mais. Ela ficou suja. Aí não prestava mais pra beber. Aí ou traziam a água de beber lá de Quixeré, do rio Quixeré, ou “comprava”. (Grupo de pesquisa).

A lagoa começou a ser percebida como um problema para a comunidade que já não usava sua água para beber. Além disso, a crescente população começou a construir casas ao redor da lagoa aumentando o risco de alagamento em caso de cheia. Cada vez mais temerosa de que doenças pudessem ser transmitidas pela água poluída, a população deixou de utilizar a lagoa, inclusive as práticas de lazer, que ali eram realizadas, foram limitadas.

[...] a lagoa que tinha ali não tinha nem condições [...] quando enche é só sujeira, o pessoal já joga lixo lá e quando chove fica horrível. [...] Tem uma cena que eu não esqueço, é que encheu, foi uma chuva muito grande, muito grande mesmo e foi quase até a porta lá de casa, alagou lá atrás e era tão sujo [...] ficou tudo preto quando secou, mas era preto - não era marrom - era preto no chão [...] Ninguém sabia, parecia que tinham jogado tinta, mas ninguém sabia de onde era esse preto. Eu lembro. Nunca esqueço. (Grupo de pesquisa).

A partir desse período, a única fonte de água potável na comunidade era a cacimba e nela foram instalados dois pequenos tanques e quatro torneiras para que as pessoas pudessem lavar roupa, mesmo assim, algumas famílias desciam a Chapada para lavar roupa no rio.

[...] “botava” as roupas no jumento e ia lavar lá no rio. Meu pai ia muito a pé. Botava o saco de roupa em cima do jumento e eu, com 7 anos de idade, ia atrás. (Grupo de pesquisa).

Como a água da cacimba do Ipú era menos salobra, as pessoas que tinham melhores condições financeiras compravam de lá a água de beber e utilizavam a da cacimba local para as outras atividades como cozinhar, limpar a casa e lavar roupas. Outra negociação comum nesse período era a prática da chamada “água de ganho”. Algumas famílias que possuíam menos recursos transportavam água para aquelas que podiam oferecer em troca mantimentos e outros gêneros de primeira necessidade.

Eu coloquei muita água de ganho de roladeira. O ganho que a gente falava na época, não era o ganho dinheiro, era o ganho comida. Infelizmente, era o ganho sabonete, o ganho desodorante...aí eu colocava água de ganho de roladeira, de barril, pra abastecer as pessoas, né? Que tinha muita gente que os filhos “tinha melhor” condições de que o meu pai e eles pagavam pra gente colocar água de barril. (Sônia Oliveira, 37 anos, comerciante).

Na década de 1980, mais precisamente no ano de 1983, foi perfurado o primeiro poço na comunidade, próximo à igreja, e nele instalaram um catavento, dois bebedouros para os animais, um reservatório e um chafariz com torneira. No entanto, a água desse poço era muito salobra e a torneira tinha constantes problemas de obstrução causada pelo excesso de calcário. As casas mais próximas ao poço possuíam encanamento que ligava a caixa d'água do poço aos pequenos reservatórios domésticos, porém, as residências mais afastadas permaneciam usando roladeiras para transportar água.

Em 1985, ocorreu o segundo grande transbordamento da lagoa afetando novamente moradias próximas. De acordo com os relatos, ela transbordava com muita facilidade, bastava uma chuva forte. Por isso, no início da década de 1990, aproveitando um período em que a lagoa ficou completamente seca, a prefeitura de Limoeiro fez uma obra para drenar a água acumulada e evitar novos alagamentos em períodos de chuva.

A drenagem foi feita no tempo que houve uma seca, aí chamou um “pessoal” pra trabalhar nas emergências, que não “tava” na agricultura porque não tinha inverno, aí “chamava” pra trabalhar naqueles “projeto” do governo pra abrir as estradas. Aí trabalhava pra ganhar um dinheirinho até o inverno chegar. Não to lembrado qual foi o ano, mas foi o ano de uma seca. Foi na década de 1990. (Machado, 47 anos, agricultor)

Depois disso, a lagoa não voltou a comportar grande volume de água, pois as novas construções feitas em suas proximidades, a drenagem e o acúmulo de lixo contribuíram para que ela praticamente desaparecesse (FIGURA 15).

Figura 15 – Localização da lagoa do Tomé



Fonte: Acervo da Pesquisa (2013).
Imagem produzida pelo Grupo de Pesquisa.

Em 1997, a comunidade se mobilizou, através da associação São José, para perfuração de mais um poço. A comunidade conseguiu também a instalação de um dessalinizador para tratar a água do novo poço que foi perfurado no local onde hoje está instalada a caixa d'água da comunidade (FIGURA 16). Essa foi considerada a primeira conquista da associação comunitária. De acordo com os relatos, após o processo de dessalinização, a água parecia muito saudável “era o mesmo que você está tomando água de chuva”, porém, o equipamento quebrava constantemente e às vezes demorava muito a ser consertado, por isso, a comunidade continuou utilizando a água da cacimba que era menos salobra que a dos poços.

Sempre teve poço aqui e tinha poço e cacimba, só que a água da cacimba era menos salobra...a da cacimba era melhorzinha, aí depois foi criada a associação São João, aí cavaram outro poço perto da caixa d'água e colocaram um dessalinizador pra tirar o sal da água, só que não dava benção pra comunidade, só vivia no prego e aí o pessoal voltava pra

cacimba. (Miriam, 38 anos, agricultora).

A dificuldade de transportar água continuava existindo, embora sua retirada tenha sido facilitada, pois instalaram um motor que puxava a água para uma cisterna através da qual as roladeiras eram abastecidas.

Figura 16 - Local onde existia o poço com dessalinizador



Fonte: Acervo da pesquisa (2013).
Atualmente é o local da caixa d'água da comunidade.
Imagem produzida pelo Grupo de pesquisa.

A década de 1990 foi identificada como um período de grandes transformações na comunidade. Além da Associação São José, uma nova entidade representativa foi fundada com o nome de Associação São João. Nesse período, segundo relatos, as duas associações foram muito atuantes e conquistaram vários benefícios para a comunidade. Através da Associação São José a comunidade conquistou o dessalinizador, a delegacia, a primeira ambulância e o clube de mães e através da Associação São João conseguiram a instalação de pontos do Correio e da Telemar e um posto de saúde. No final da mesma década, a Associação São João, buscando melhorar o acesso da comunidade à água, começou a reivindicar que as águas que subiam a Chapada para irrigar o perímetro fossem utilizadas

também para o abastecimento humano.

Em 1999, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Limoeiro do Norte - SAAE passou a servir água encanada para a comunidade do Tomé. Depois disso, os dois poços da comunidade foram inutilizados, apenas a cacimba “velha” – como é apelidada pela população – continuou disponível para uso. Até hoje, quando o fornecimento de água é interrompido para a realização de algum serviço na rede hidráulica, as famílias que não possuem caixas d’água recorrem a ela.

A chegada da água encanada significou uma grande conquista para a comunidade que comemorou entusiasticamente sua chegada, afinal, chegava num contexto de grandes transformações na Chapada do Apodi. Segundo os relatos, os primeiros anos de operação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, mesmo com as desapropriações realizadas, representaram anos de esperança para as comunidades da Chapada, afinal, a perspectiva inicial era a de que os pequenos agricultores receberiam áreas dentro do perímetro. Esse cenário fortaleceu o sentimento de otimismo dos moradores e moradoras do Tomé.

No entanto, atualmente, quando falam sobre a chegada da água encanada – principalmente quando lembram que foi resultado de uma mobilização da comunidade -, sempre explicam o desconhecimento que tinham sobre os problemas que poderiam vivenciar a partir de então.

[...] a associação foi e conseguiu trazer [água] do projeto pra cá, que quando começou o projeto [Jaguaribe-Apodi] não vinha, foi que a associação fez o projeto e trouxe a adutora e no tempo que foi feito o pessoal não usava agrotóxico o que usava era aquele veneno que botava na formiga. (Grupo de pesquisa).

Alegria medonha quando essa água chegou nas torneiras, era “pinote” que nem prestava, mas nunca ninguém imaginou o que ela ia causar, ninguém sabia, a gente pensava que ela vinha boa. (Eulália, 53 anos, agricultora).

Conforme o grupo relatou, quando a água dos canais começou a ser destinada para o consumo humano, a comunidade não tinha condições de avaliar os riscos, afinal, as grandes empresas ainda não tinha tomado conta do perímetro e a utilização de produtos químicos ainda era incipiente. Como mostra o diálogo a seguir, realizado durante uma reunião do grupo de pesquisa, o risco de contaminação não fazia parte do imaginário daquela população uma vez que não era uma prática da agricultura local utilizar venenos, no máximo, usavam produtos para eliminar formigas que danificavam as plantações.

- Foi uma alegria muito grande quando a adutora chegou...em 1999...foi um ano de muita alegria... (Grupo de pesquisa. Integrante A).

- Aí foi muita alegria, só depois veio o problema de saber que a água não era boa... (Grupo de pesquisa – Integrante B).

- Ninguém nem imaginava...nem sabia o que era isso... (Grupo de pesquisa – Integrante C).

- Não, a primeira coisa era todo mundo feliz que tinha água...era muito feliz de ter água doce nas “torneira”, né? [sorrindo] Então era todo mundo feliz...só que depois teve esse problema...[fala baixinho, quase sussurrando] (Grupo de pesquisa – Integrante B).

Tanto nos trabalhos do grupo quanto nas entrevistas individuais, quando falam sobre a alegria que tiveram com a chegada da água encanada, as pessoas engatam imediatamente um lamento que expressa a frustração que sentiram quando começaram a reconhecer a possibilidade de contaminação.

Para narrar os acontecimentos que se desenrolam a partir da implantação do perímetro irrigado e da conseqüente chegada da água à Chapada do Apodi, para aguar os cultivos e depois abastecer as comunidades, trabalharemos em diálogo com um cordel produzido por uma das integrantes de nosso Grupo de pesquisa. O que nos interessa aqui, mais do que relatar os acontecimentos detalhadamente é revelar como a comunidade foi construindo suas impressões sobre os processos que ali se desenrolam, trazendo apenas aqueles pontuados como mais relevantes para a memória coletiva que irá se inter cruzando com trechos do cordel.

Acreditamos que por ser um produto cultural genuinamente popular o cordel tem o potencial de revelar as interpretações tecidas no cotidiano. Ao discutir a recuperação da história pelas classes populares, Martin-Barbero (2004), apoiado em E.P. Thompson¹⁷ lembra que em determinado momento do desenvolvimento do capitalismo, sobretudo na Europa, a rebeldia das classes populares foi demarcada pelo uso que fizeram de suas tradições, entre elas o modo próprio de comunicar, afinal, foi precisamente em manifestações como “a cultura dos almanaques, a literatura de cordel, as canções, os espetáculos de feiras [...]” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 132) que encontraram possibilidade de resistir às estratégias de neutralização e silenciamento operadas pelos poderes hegemônicos.

Assim, compreendemos que no contexto de desterritorialização não

¹⁷ E.P. THOMPSON, *Tradicón, revuelta y conciencia de classe*, Critica, Barcelona, 1979, 13-61.

apenas espacial, mas também cultural, em que vivem as populações da Chapada do Apodi, a produção de um cordel para contar a própria trajetória significa também um ato de resistência, uma maneira de falar, com os instrumentos que lhes são possíveis, sobre aquilo que lhes acontece. Evidente, pois que as interpretações presentes no cordel não são as únicas possíveis dentro do grupo, várias leituras se inter-relacionam nas tramas dessa teia interpretativa, mas se tem algo que ele revela claramente é que os sentidos pretendidos pela hegemonia e seu discurso modernizador não atuam gerando apenas cumplicidade, mas também discordâncias e releituras que são construídas no cotidiano da comunidade. É preciso identificar que nessa narração

Há recuperação e deformação, mas também há réplica, cumplicidade mas também resistência, há dominação, embora esta não chegue a destruir a memória de uma identidade que brota precisamente do conflito que a própria dominação mobiliza. O que precisamos pensar, então, é o que fazem as pessoas com aquilo que fazem delas, a não-simetria entre códigos do emissor e o receptor, perfurando permanentemente a hegemonia e desenhando a figura do seu outro. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.136).

Perceberemos que o cordel opera justamente a demarcação da memória dessa identidade que aflora diante do conflito. As nove primeiras estrofes narram o processo de desapropriação de terras ocorrido entre os anos de 1985 e 1988, capitaneado pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS, para a implantação do perímetro irrigado.

I

Jesus Cristo rei dos céus
Daí-me muita inspiração
Pra que possa refletir
O que é destruição

II

Quando deixaram a nossa
Chapada do Apodi
Muitos dos agricultores
Choraram a se despedir

III

Da terra onde cultivam
Tirando o sustento seu
Dali só ficou saudade
De quem tanto ali viveu

IV

Alguns muito revoltados
Não queriam entregar
Mais logo chegou a ordem
Pra casa desocupar

V

Se não saísse às pressas
 Vinha uma equipe conversar
 Querendo ou não querendo
 Tinham que desocupar

VI

Logo as terras ficaram
 Por todos desocupadas
 Logo chegaram várias máquinas
 Pra fazer as derrubadas

VII

Derrubaram toda mata
 Que tinha em nossa Chapada
 Fazendo grandes “aceiros”
 Pra depois fazer queimadas

VIII

Quem morava por ali
 Não queria voltar lá
 Com o deserto do Saara
 Se podia comparar

IX

Aqueles velhos moradores
 Choravam só de olhar
 Vendo suas terras exploradas
 Sem poder nelas plantar

Fica evidente que o impacto sobre a organização social dos povos que ali viviam foi contundente e ocorreu de forma autoritária, afinal, “querendo ou não querendo tinham que desocupar”. Nesse período foram demolidas as casas de taipa de 320 famílias. O valor recebido a título de indenização, conforme relataram nossos informantes, muitas vezes era insuficiente até mesmo para construir uma pequena moradia de modo que, expropriados de suas terras, muitos tiveram que se aposentar ou passaram a trabalhar para terceiros. Além disso, várias famílias tiveram que deixar a Chapada do Apodi e passaram a viver de aluguel na periferia das cidades de Limoeiro do Norte ou Quixeré, enquanto outras buscaram levantar moradia nas demais comunidades da Chapada, inclusive, muitos expropriados se estabeleceram na comunidade do Tomé que passou por um rápido crescimento populacional na década de 1990.

As estrofes seguintes versam sobre as intervenções espaciais que foram realizadas para fazer chegar água do rio Jaguaribe à Chapada do Apodi. Percebemos a compreensão do quanto essa intervenção modificou as práticas agrícolas locais.

X

Começaram os canais
Pra essa água chegar
Do grande açude Orós
Ela veio percorrer

XI

No nosso rio Jaguaribe
Ela veio se acomodar
Subindo nossa chapada
Para o plantio aguardar

XII

Subia pelos pivô
Pra aguardar aquelas quadras
Que antes esperava a chuva
Pra ver as terras molhadas

As duas próximas estrofes tratam do final da década de 1990 quando foi construída a piscina, a caixa d'água e o sistema de encanamento que levaria água dos canais para abastecer à comunidade do Tomé. Esse foi um momento de muita alegria para a população que não podia ainda suportar as dificuldades que viriam pela frente.

XIII

Fizeram uma grande piscina
Pra essa água tratar
E pra nossas torneiras
Podermos então usar

XIV

Todo mundo satisfeito
Com a água em abundância
Não sabíamos do perigo
Sem dar a mínima importância

Logo no começo dos anos 2000 começaram a aparecer os primeiros problemas relativos ao novo sistema de abastecimento. Segundo os relatos, o encanamento tinha sido feito com um material inadequado que frequentemente enferrujava e furava. Por isso, em 2003, a Associação São João, da qual o líder comunitário era José Maria Filho – mais conhecido como Zé Maria do Tomé –, começou a reivindicar providências ao SAAE.

O Zé Maria começou a trabalhar porque ele via os canos de ferro enferrujado, eu acho que em 2003, ele que via os canos de ferro que só viviam furando porque enferrujavam...então ele começou uma batalha pra começar um poço profundo aqui na comunidade, como não deu certo cavar

esse poço, ele pegou o dinheiro que ele conseguiu, ele foi pra fora do país, foi pra Brasília, foi pra muitos cantos e conseguiu uma verba pra ajeitar essa encanação e ele mudou de cano de ferro pra PVC. (Grupo de pesquisa).

Na época, a primeira proposta da Associação foi a perfuração de um novo poço equipado com dessalinizador, dessa vez em maior profundidade do que o perfurado em 1997 que, por ser relativamente raso, acabou secando rapidamente. No entanto, a Associação foi convencida de que seria mais adequado investir recursos para trocar a tubulação do que numa nova perfuração, assim, no ano de 2004 o material começou a ser substituído. Esse foi o mesmo ano em que José Maria começou a perceber o risco que a comunidade corria ao consumir a água que chegava através dos canais.

[...] quando ele [Zé Maria] “tava” mudando os canos ele descobriu...que foi mesmo no dia que derramaram...como que a gente diz?... Era um trator que enchia já a máquina e derramou dentro da piscina, inclusive ele tirou foto lá do monte de peixe morto. Aí foi que ele descobriu que a água que nós estávamos bebendo também era contaminada porque enchia ali no beijo do canal, as máquinas enchiam lá as bombas de botar nas costas enchiam lá e muitas vezes derramavam dentro, as vezes jogavam os frascos dentro do canal mesmo, as embalagens [de agrotóxico] e ele começou a fazer reunião na associação. As pessoas não acreditavam nele e no começo ele não chamava muito a atenção das pessoas, ele falava na rádio e tudo, mas as pessoas não ligavam. (Grupo de pesquisa).

Durante a troca da tubulação, o líder comunitário começou a observar que a água que chegava a piscina da quadra IV e depois seguia para a caixa d'água vinha pelos canais expostos a céu aberto e, portanto, estava sujeita a diversos tipos de contaminação no percurso. Em 2004, houve um acidente no qual uma grande quantidade de veneno vazou causando a mortandade de peixes no canal (FIGURA 17). José Maria alertou a população, através da rádio, para que não consumissem a água das torneiras e o fornecimento foi suspenso para que a piscina fosse esvaziada e limpa. A população passou vários dias consumindo água apenas das caixas que estavam cheias e quem não tinha caixa recorreu à cacimba velha como nos conta Dona Eulália.

Quem alertou “nois” foi Zé Maria, foi a única pessoa que alertou “nois” porque “nois bebia” dessa água, mas ninguém visitava o canal. A gente ia ali na piscina, que é bem ali, mas o canal mestre que trazia a água pra piscina poucas pessoas visitavam...então...quando ele resolveu dar um alerta ao pessoal foi quando ele descobriu que lá nesse canal tinha cachorro morto, jumento morto, vaca, o que você imaginar de “seboseira” tinha nesse canal. Aí ele começou a falar e aí quando ele se centralizou pra dizer assim “agora vou tomar as providências de verdade” foi quando ouve

um vazamento do veneno...que foram encher o tambor do veneno, que botava lá nas “plantação”, a mangueira escapuliu aí “coisou” o canal todinho... derramou o veneno no canal. Passamos um horror de dias sem utilizar água fazendo limpeza no canal. Zé Maria foi pra rádio e avisou pedindo até pelo amor de Deus, desesperado, que ninguém utilizasse água do canal que ela tava envenenada, não falou contaminada, falou envenenada e contou a situação que tinha sido. Aí, de fato, morreu muito peixe, muito mesmo, aí passou horror de tempo sem água porque foi preciso esvaziar todinha e fazer limpeza nesse canal. Nessa época, a cacimba ainda tava funcionando bem e a gente tirava de lá. Eu não comprei...não queria comprar água não, mas quem podia comprar comprava pra não beber água salgada, mas nós tirava da cacimba, pegava uma roça e botava “buião” de 200 litros e ia buscar água na cacimba e aí dava a um vizinho duas latas, três latas pra lavar roupa do mesmo jeito, foi muito dias pra ajeitar essa canal pra botar água de novo. (Eulália, 53 anos, agricultora).

Figura 17 - Registro da mortandade de peixes em 2004



Fonte: Acervo Núcleo Tramas (2004).
Registro da mortandade de peixes realizado por José Maria Filho (Zé Maria do Tomé) após derramamento de agrotóxicos nas águas do canal.

Prosseguindo no compasso do cordel, a partir da mortandade dos peixes, a Associação Comunitária São João começou a apontar os riscos de contaminação da água consumida pela comunidade, no entanto, segundo os relatos, as denúncias ainda ressoavam pouco entre a população do Tomé, como indica a próxima estrofe.

Quando a história surgiu
 Que a água estava contaminada
 Alguém dali já dizia
 Isso aí não vale nada

No entanto, as denúncias foram se intensificando e a Associação, através da figura de seu presidente, José Maria, começou a debater a questão com outras pessoas, entidades e movimentos que passaram a apoiar a luta.

As pessoas não acreditavam nele [Zé Maria] então ele me procurou porque como eu trabalho na igreja ele achou que eu tinha mais autoridade com as pessoas...aí foi que quando eu comecei as pessoas começaram a frequentar e o padre Almir, ele tava como diácono aqui, e ele foi e convidou o padre Almir e aí ele conversou com o pessoal da Cáritas [Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte]. Aí veio a Cáritas, quando veio o pessoal de Limoeiro a comunidade começou a acreditar porque tinha gente de fora envolvido não era só "o besta do Zé Maria", como muita gente chamava. Aí foi que começou a comunidade a participar das reuniões e começou a acreditar. (Grupo de pesquisa).

Em 2007, a Associação apresentou uma denúncia contra a pulverização aérea que estava preocupando a comunidade.

[...] aí ele [Zé Maria] pelejou, pelejou [...] ele via a situação de pessoas expurgando, coisa também que ele lutou e conseguiu quando ele fez uma revolução medonha pra acabar com o expurgo aéreo que aqui nessa casa [...] quando esse avião vinha, porque ele fazia um retorno aqui no Tomé todinho, então ele vinha era tanto veneno que ficava bem molhadinha a telha, ficava aquela neblinzinha bem fininha que, se você saísse pra fora, caía em você também. Ele passava derramando aquele negócio e aí ia pra lá e voltava de novo passava um monte de vezes em cima da casa da gente e muita gente adoecendo. (Eulália, 53 anos, agricultora).

As denúncias continuaram e mais entidades foram se aproximando da luta. A comunidade pontua a relevância da atuação conjunta das pastorais sociais, do Núcleo Tramas/UFC, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. Foi então, que o Ministério Público começou a realizar visitas à Chapada para verificar as irregularidades que estavam sendo denunciadas.

Os relatos indicam o ano de 2009 como decisivo para que a comunidade passasse a compreender o que significava a contaminação por agrotóxicos e comesse a participar mais ativamente dos debates que tratavam sobre o assunto. Segundo o grupo de pesquisa, o divisor de águas em relação ao reconhecimento do risco de contaminação foi o Grito dos Excluídos realizado em setembro de 2009 (FIGURA 18).

Acho que foi com o Grito dos Excluídos de 2009 que o pessoal começou a

saber que a água tinha problema...foi...foi sim...foi nele que a Doutora Bianca, promotora de justiça, veio e fez uma reunião aqui nesse próprio salão [salão paroquial cedido para a construção do Memorial Zé Maria do Tomé], com o superintendente do SAAE [...] e os vereadores da câmara de Limoeiro e três da câmara de Quixeré e o padre...só não veio o padre...mas tinha advogado, tinha a doutora Bianca, tinha o grupo Tramas, tinha muita gente ajudando nesse processo. A Doutora Raquel Rigotto ela fez uma pesquisa na água, ela fez a coleta da água e levou pra ser examinada e ela veio aqui dar o laudo na água...o que tinha na água...em 2009. A gente fez uma pesquisa de casa em casa, das doenças que tinham na comunidade, se as pessoas achavam que tinha alguma coisa a ver com a água. Tudo isso a gente fez em 2009 pro Grito dos Excluídos...a gente já divulgava o tanto de câncer que tinha na comunidade, a gente fez a pesquisa de casa em casa, foi quando algumas pessoas começaram a ter consciência que a água realmente era contaminada. (Grupo de pesquisa).

Figura 18 - Imagens do Grito dos Excluídos em 2009



Fonte: Acervo Núcleo Tramas (2009).
Imagens do Grito dos Excluídos realizado na Chapada do Apodi.

O Grito dos Excluídos foi um momento singular para a população, pois uma série de ações que estavam sendo realizadas pela comunidade e as parcerias estabelecidas, inclusive contando com o engajamento das escolas que prepararam matérias para levar para o Grito, foram evidenciadas. Além disso, em 2009, a

comunidade teve acesso a três importantes resultados de análises de água.

Neste ano, o Núcleo Tramas – no contexto da pesquisa *Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos* – encomendou ao Laboratório do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Ambientais Avançados da UFMG a análise de 24 amostras de água dos canais que abastecem as comunidades da Chapada, das caixas d'água e de poços profundos. Os resultados das análises laboratoriais revelaram a presença de princípios ativos de agrotóxicos em todas as amostras. Na amostra com maior índice de contaminação foram encontrados 12 princípios ativos e as que tinham menos possuíam pelo menos 03 deles.

Além disso, em outubro de 2009, após ação do Ministério Público, a SEMACE realizou análises, com base na Portaria N° 518/2004 do Ministério da Saúde, e constatou que a água que estava sendo destinada às comunidades da Chapada era, de fato, imprópria para o consumo humano.

No mesmo período, veio a público o documento sobre as águas subterrâneas da região do baixo Jaguaribe divulgado pela Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará – COGERH que, para realizar o Relatório Final do Plano de Gestão Participativa dos Aquíferos da Bacia Potiguar, monitorou o Aquífero Jandaíra. Embora a análise de resíduos de agrotóxicos nas águas subterrâneas tenha sido modesto, pois foram analisadas apenas 10 amostras de água de poços, foram encontrados princípios ativos de agrotóxicos em 5 das amostras colhidas em período chuvoso e em 01 amostra colhida em período seco. No entanto, com base nos parâmetros estabelecidos pela Portaria 396 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, os níveis de agrotóxicos identificados foram definidos como dentro dos “limites permitidos por lei”.

Foi dentro desse contexto que a comunidade passou a fazer forte associação entre a água e os agrotóxicos. Nos tópicos posteriores discutiremos com mais profundidade como a assimilação desses conhecimentos conformaram a teia de significações sobre a água, por ora, apresentamos mais um trecho do cordel que trata da percepção que a comunidade em relação à água a partir dos acontecimentos descritos.

XVI
Já é tanto agrotóxico
Que a população ingeriu

E pedimos providência
Pra quem tanto nos feriu

XVII
Com ela contaminada
Sem prestar pra beber
Sem poço e sem cacimba
O que vai acontecer?

XVIII
Muitos não têm condições
De comprar água indaiá
Só tem ela pra beber
O jeito é mesmo usar

A percepção da contaminação começava a alterar as práticas e modos de uso da água na comunidade. Dois acontecimentos contribuíram para dar corporeidade ao problema. O primeiro foi que por ordem judicial, a administração do perímetro teve que instalar placas de advertência na piscina que acumulava a água destinada à comunidade (FIGURA 19).

Figura 19 - Placas de advertência na piscina que abastece a comunidade



Fonte: Acervo Núcleo Tramas (2010).
Placas instaladas na piscina da quadra IV

Além disso, diante da confirmação da contaminação da água, a Justiça de Limoeiro do Norte exigiu que o SAAE fornecesse água potável para a comunidade

do Tomé. Como medida emergencial, carros-pipa passaram a realizar o abastecimento local. No entanto, o abastecimento ocorria de forma irregular, segundo o Grupo de pesquisa, às vezes o carro-pipa demorava até um mês para retornar. Além disso, os relatos contam que a comunidade também não confiava na água fornecida, pois afirmam que o caminhão que a transportava não apresentava boas condições de higiene. Desse modo, muitas pessoas passaram a comprar água engarrafada para consumo direto.

Em 2010, foram instaladas 10 caixas d'água na comunidade para receberem a água transportada pelos carros-pipa. No entanto, atualmente, todas se encontram desativadas, pois o serviço parou de ser fornecido sem maiores explicações do SAAE. Ainda no mesmo ano, dois acontecimentos impactaram a comunidade. O primeiro foi o assassinato do presidente da Associação Comunitária, José Maria Filho. No dia 21 de abril o líder comunitário foi brutalmente alvejado por 25 tiros numa das estradas de acesso ao perímetro irrigado. Pouco tempo depois de seu assassinato, a Câmara de Vereadores de Limoeiro do Norte revogou a Lei Zé Maria do Tomé que havia proibido a pulverização aérea na região, conforme nos relata o Grupo de pesquisa.

Em 2010 [novembro de 2009]...acho que em janeiro...ele [Zé Maria] botou o projeto pra ser extinto a pulverização aérea e ele ganhou, até deram o nome a lei de Zé Maria do Tomé, em janeiro de 2010, mas quando foi em abril [maio] eles revogaram a lei, aí o próprio prefeito botou um projeto ambiental na câmara e no meio tinha lá...bem escondidinho...revogando a lei da pulverização aérea que até o Zé Maria fez uma mobilização levando um ônibus juntando gente de todas as comunidades, levou um ônibus cheio de gente e a gente ocupou a câmara...ele chamou o pessoal na rádio pra gente ir pra câmara, só que, no dia que a gente foi, eles não colocaram a questão em pauta e quando ele morreu...foi que um mês que ele morreu...é que foi aprovada a derrubada da lei, pelos mesmos vereadores que tinham aprovado a lei Zé Maria. Hoje não pode pulverizar, mas a lei foi pelo Estado, não foi pelo municipal, a 2 mil metros da população não pode ter pulverização aérea. (Grupo de pesquisa).

Para o Grupo de pesquisa, esses acontecimentos representaram uma tentativa de silenciamento aos protestos realizados pelas comunidades da Chapada em defesa de seus direitos. A partir disso, o medo de falar sobre os problemas que envolvem a água se intensificou, afinal, como eles dizem “é impossível falar em água e não falar do Zé Maria”.

Calaram sua voz
Pra ele não mais falar

XX

Eu falo de Zé Maria
Que tanto nos defendeu
Gritou por justiça
Mas o poder lhe venceu

XXI

Venceu tirando sua vida
Mas a luta aí está
Tenho fé em Deus que um dia
Tudo isso vai mudar

XXII

Sei que ele está feliz
Ao lado do criador
Pois estão continuando
O que ele iniciou

XXIII

Que Jesus Cristo ilumine
Esse povo nessa luta
É uma batalha suada
Precisamos de ajuda

(Cordel produzido por uma moradora da comunidade do Tomé/Chapada do Apodi/CE e integrante do Grupo de pesquisa que gentilmente o cedeu para compor esta pesquisa, 2013).

O Grupo de pesquisa identifica que após 2010 houve um arrefecimento do movimento comunitário. A população pouco tem participado das reuniões da Associação Comunitária, principalmente se o tema a ser debatido for a água. É perceptível o silenciamento coletivo provocado pelo medo e pela insegurança em que vive a população.

Em relação ao uso da água, se intensificou a venda de água engarrafada na comunidade, principalmente após o fim do fornecimento realizado através de carros-pipa. A última ação da Associação Comunitária São João foi realizada em 2013, pois foi convocada pela justiça para comparecer às audiências de negociação com o SAAE que deveria pagar uma multa pela interrupção do fornecimento de água à comunidade.

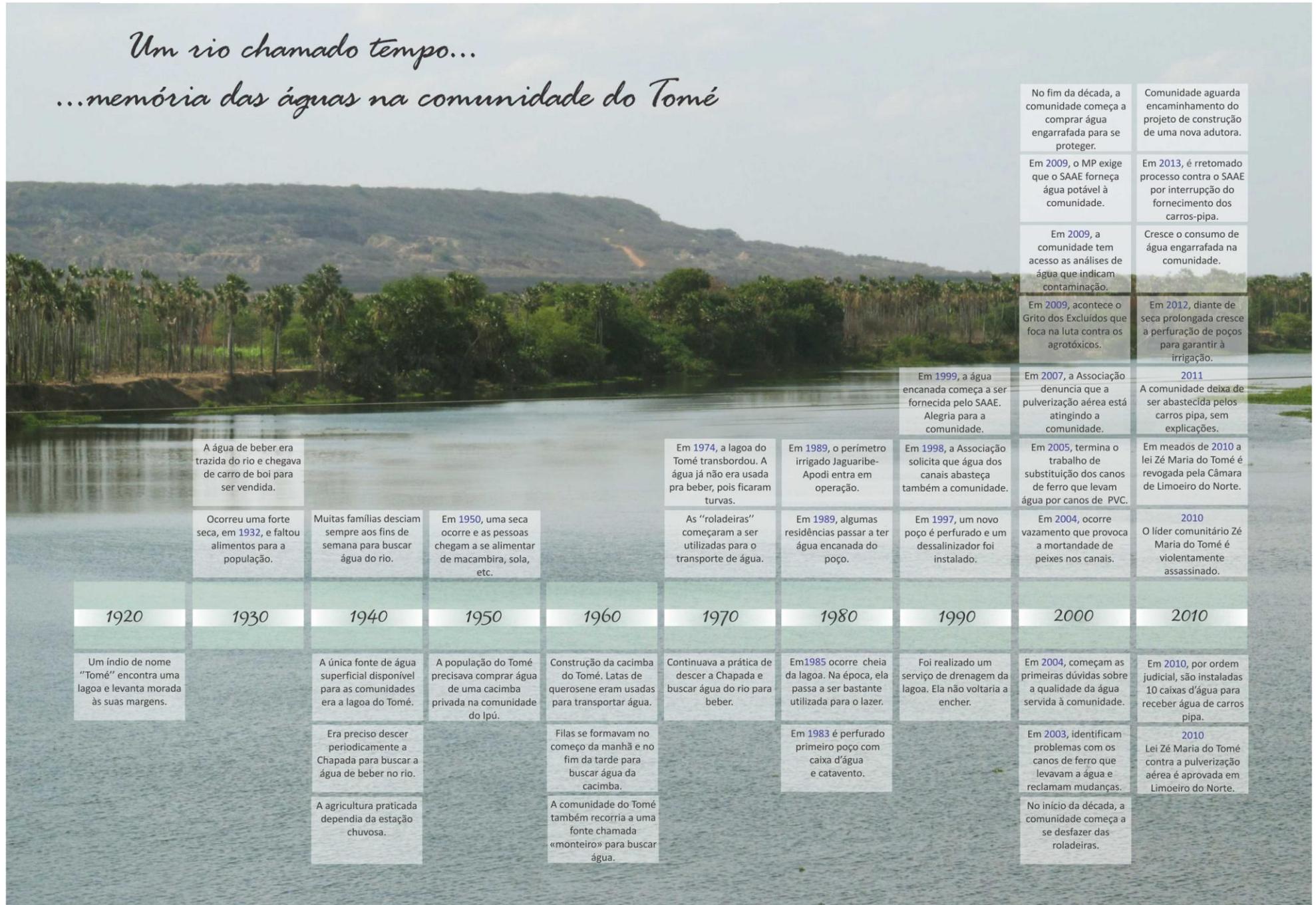
Atualmente, é na rede de relações construídas pelo ex-presidente da Associação Comunitária, José Maria Filho (Zé Maria do Tomé), que os participantes da pesquisa identificam a possibilidade de continuidade da luta contra o envenenamento das águas e outros impactos provocados pela instalação do modelo agroexportador na Chapada do Apodi.

[...] Tinha mais gente contribuindo, mas que pra falar, pra gritar e pra ir atrás só ele [Zé Maria], viu. Não tinha quem “tinha” coragem não porque o pessoal dizia assim “Zé Maria você é muito é doido o que vai acontecer é que qualquer dia desses você pode perder sua vida”, “Você é maluco de ir bulir com peixe grande” esse tipo de coisa conversavam pra ele, mas tinha jeito não ele dizia “Se eu morrer na luta eu morro satisfeito, Deus sabe porque é que tô a frente desse trabalho, se eu morrer lutando eu morro satisfeito” como foi o que aconteceu. Então, por sorte, ele foi muito abençoado de ter essas pessoas que seguissem que continuassem o trabalho dele porque através desses “grupo”, que ele era muito bem aceito quando ele andava, ele ia pra Brasília, ele não queria saber pra onde ele ia não, ele ia mesmo ia e contava a situação que tava acontecendo. Aí, eu não sei como, mas ele se uniu aí a esse grupo de pessoas que ajudaram muito a ele a desvendar um bocado de coisa só que ele não teve sorte de ver o que aconteceu, mas acho que sim, acho que ele tá vendo lá de onde ele tiver, ele tá vendo. (Eulália, 53 anos, agricultora),

Após a morte de José Maria, uma articulação formada por representações das comunidades da Chapada, pelas pastorais sociais, a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, a FAFIDAM/UECE, O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, a CSP-Conlutas, a Comissão Pastoral da Terra – CPT e o Núcleo Tramas da UFC formaram o Movimento 21 de abril – M21, em alusão a data em que o líder comunitário foi assassinado. Além de reuniões mensais, esse coletivo organiza anualmente, na semana do dia 21 de abril, uma série de mobilizações como forma de fortalecer as lutas empreendidas contra o avanço do agronegócio na região. Embora a população ainda demonstre pouco conhecimento sobre os objetivos do movimento, constatam que a cada ano tem crescido a adesão comunitária aos eventos realizados ao longo da semana do dia 21 de abril. Segundo o Grupo de pesquisa, a sensação de que não ficaram sozinhos na luta tem feito com que aos poucos a comunidade venha enfrentando o medo de participar das mobilizações.

A representação gráfica de toda essa narrativa histórica construída pelo grupo de pesquisa está expressa na linha tempo, chamada de rio do tempo, que pode ser observado na página seguinte (FIGURA 20).

*Um rio chamado tempo...
...memória das águas na comunidade do Tomé*



5.3 Flutuando entre a abundância e a escassez

Entre os fios que tecem a teia das representações sociais da água na comunidade do Tomé, chama atenção àqueles que versam sobre a visibilidade e a invisibilidade de sua falta. Quando tratamos do processo de ocupação da Chapada do Apodi evidenciamos que as condições climáticas, características de regiões semiáridas, e a ausência de águas superficiais contribuíram para seu povoamento tardio. Antes da construção das primeiras cacimbas e poços públicos, a população dependia quase que exclusivamente dos períodos chuvosos para plantar seus roçados e armazenar água para o consumo doméstico. Era necessário realizar grandes deslocamentos em busca de água e, em períodos de estiagem prolongada, muitas famílias precisavam mesmo migrar para outras regiões, retornando apenas na próxima estação chuvosa.

Em relação à comunidade do Tomé, apenas na década de 1960 foi construída a primeira cacimba, ainda assim, a necessidade de deslocamento para buscar água continuava constante, pois a alta concentração de calcário das águas subterrâneas - característica da formação Jandaíra – tornava a água salobra limitando seu consumo. Muito tempo depois, já na década de 1980, foi construído o primeiro poço na comunidade e apenas na década de 1990 seria instalado o primeiro dessalinizador. A água encanada só chegou à comunidade após a instalação do perímetro irrigado e, mesmo assim, não ocorreu de forma imediata, pois o projeto previa a destinação das águas apenas para irrigação, foi preciso mobilização da comunidade para garantir que ela fosse destinada também para o consumo humano, o que só ocorreu no final da década de 1990.

Esse cenário, que formava um quadro evidente de dificuldade de acesso à água, nos fazia supor que a lembrança da escassez de água se configuraria como um núcleo determinante para a compreensão do processo de formação das representações. No entanto, nossas suposições foram chacoalhadas quando percebemos que, embora a escassez fosse importante para a compreensão, ela precisava ser considerada no âmbito de uma íntima relação com o que pensávamos ser seu avesso, ou seja, a abundância.

Quando construímos o “rio do tempo” da história da água na comunidade, o grupo de pesquisa apontou os períodos de seca e descreveu as dificuldades

enfrentadas pela população. No entanto, essa memória parecia sofrer apagamentos, pois quase sempre remetia a uma lembrança do outro, ou seja, a histórias que foram apreendidas, mas não necessariamente vividas. Esse fato nos intrigou, uma vez que quase todos os integrantes do grupo, mesmo os mais jovens, lembravam perfeitamente do esforço que faziam para transportar e armazenar água.

Começamos a nos perguntar se isso poderia ser resultado de uma ruptura reflexiva feita para diferenciar escassez de água do que podia ser simplesmente dificuldade de acesso e distribuição. Começamos a perceber que havia uma valorização das estratégias desenvolvidas pela população para lidar com a problemática do acesso. Não por acaso, a roladeira – identificada como uma tecnologia própria – figurava como motivo de orgulho pela superação criativa que representava. Parecia-nos que negar a escassez era uma forma de afirmar as possibilidades de modos de fazer e viver que foram construídos ali.

Visto que o discurso produzido sobre a água na comunidade é constituído também pela memória, que desloca representações do presente para o passado, torna-se importante identificar os elementos que determinam no hoje o apagamento das lembranças da escassez. Buscar esses elementos é fundamental para não cometermos o equívoco de desconsiderar o saber da população local sobre seu próprio território e a história que nele se inscreve. Dessa forma, não nos interessa negar ou confirmar os sentidos atribuídos à escassez de água, mas compreender que função eles assumem no discurso da comunidade.

De acordo com Pêcheux (2012), os registros do cotidiano integram espaços discursivos não estabilizados logicamente. Para compreendê-los é preciso ir além da esfera individual do sujeito psicológico, pois esses registros são construídos em contextos sócio-históricos que modelam a memória. O que é dito e o que não é dito não deriva apenas de operações lógicas internas ao sujeito, mas remete sempre ao já dito, ao dito em outro lugar.

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. (ORLANDI, 2005, p. 31).

A formulação do discurso que nega a escassez é determinada pela

relação estabelecida com a memória, que é possuidora de uma historicidade. Assim, os discursos se localizam na confluência de dois eixos: o da memória que opera a sua constituição e o da atualidade que opera sua formulação.

Quando iniciamos a realização das entrevistas em profundidade tentamos não conduzir o ponto de partida do diálogo que iríamos estabelecer, pois queríamos que os entrevistados determinassem qual a questão mais significativa para dar início às reflexões sobre a água. Conforme poderíamos supor, o tema da contaminação por agrotóxicos aparecia como a questão mais urgente e a associação da água com veneno era imediata. Na tentativa de não ficarmos retidos nesse eixo representacional, solicitávamos que as pessoas navegassem em suas memórias para fazer emergir os modos de utilização da água na comunidade antes da instalação da água encanada. Da mesma forma que no grupo, as lembranças das roladeiras, da cacimba, dos poços e da lagoa vinham facilmente à tona, assim como toda a dinâmica social envolvida em seus modos de uso. No entanto, a lembrança das secas e da falta de água só acontecia quando era invocada por perguntas diretas e mesmo assim, na maioria das vezes, as respostas negavam ou minimizavam sua ocorrência.

Antes do projeto [Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi] não faltava água não, a água era suficiente pra tirar, pra regar, pra onde a gente pendesse pra uma cacimba ou poço tinha água. O problema que vem faltando água é que vem faltando desde ano passado pra cá...que vem baixando as águas dessa seca grande [...] mas aqui não faltava água não, nunca faltou. (João, 80 anos, agricultor aposentado).

O senhor João subiu a Chapada em 1955 para trabalhar na colheita de algodão, entre idas e vindas, estabeleceu moradia em 1962, nas proximidades do Tomé. Passou muito tempo trabalhando em terras arrendadas no sistema de divisão de quatro por um. Em 1972, ergueu uma casa na comunidade do Ipú, bem próxima ao Tomé, e passou a trabalhar apenas em seu quintal. No entanto, assim como muitos outros moradores daquela região, teve suas terras desapropriadas para a instalação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. Com o valor recebido, João comprou um pequeno terreno no Tomé onde ergueria uma casa. Assim como outros agricultores, ele recebeu uma área dentro do perímetro irrigado, mas não teve condições de manter a produção, por isso, entregou suas terras a um preço módico, suficiente apenas para terminar a construção de sua casa no Tomé onde passou a sobreviver cortando lenha e apanhando feijão até a aposentadoria. Trazemos esse

breve resumo da trajetória de João, pois ela é a mesma que marca a maioria das pessoas com as quais conversamos, mesmo as mais jovens uma vez que essa foi à história de seus pais. Ao nos oferecer seu relato, João evidenciou o profundo respeito que mantém em relação aquela terra, ele conta dos bons invernos que trouxeram fartura e o ajudaram a sustentar a família. Quando questionado sobre a falta d'água repete várias vezes que ali *nunca* faltou, pois a água dos poços e cacimbas era suficiente para as atividades e, em determinado momento, demarca que “antes do projeto não faltava água não”, lembrando que atualmente as águas subterrâneas começaram a rarear. Essa percepção de que o problema da falta d'água não é de *antes* é corroborada pelos demais entrevistados.

Nunca faltou água antes, na cacimba sempre tinha água. Aguava 10 mil pés de banana e era puxando, que nesse tempo não tinha pra gente aguar com as mangueiras, era só por gravidade mesmo, ligava a bomba e saia fazendo um reguinho. (José, 63 anos, agricultor).

[...] tinha uma cacimba aqui que o prefeito de Quixeré cavou e ela nunca faltou água, inclusive, ouvi dizer que nesse ano ela baixou [...] mas essa cacimba nunca faltou água, a gente sempre ia pegar lá e antes disso, antes de cavarem essa cacimba, tinha outra cacimba lá no Ipú [...] a gente ia pegar lá com pote e com lata na cabeça, mas foi pouco tempo, não foi coisa da gente se estressar. (Joana, 57 anos, agricultora).

Quando lembravam alguma situação de falta de água, era como uma ocorrência ocasional. Segundo os relatos, a água só faltava por períodos curtos e o problema geralmente era resultado de questões técnicas como a quebra de um motor que demorava a ser consertado, por exemplo.

Quando era poço aqui não faltava água não, certo? De poços não faltava não, mas eu não estou lembrada, era muito difícil, mas de vez enquanto era [pausa] num era de faltar com facilidade, mas de vez enquanto tinha um dia que faltava. (Lohana, 40 anos, professora).

Só [faltava] quando o problema era no bombeamento, né...no motor dela, até porque o consumo se tornava menos, aquelas residências próximas “era” as ligações que “tinha”, né, mesmo com dificuldade devido ao calcário e as residências mais longe colhiam água através dos reservatórios, né, da roladeira. (Francisco, 38 anos, agricultor).

Foi surpreendente perceber que as lembranças das secas não se revelavam facilmente e, às vezes, era necessário perguntar diretamente sobre o assunto o que geralmente resultava em respostas que desafiavam a obviedade.

Agora não tinha falta d'água, era a dificuldade de carregar de transportar de lá pra casa que era diferente, que hoje as coisas “é” tudo fácil e antes não

era. A dificuldade era trazer, mas faltava não que a cacimba não secava. No período de seca, que ninguém ouvia falar de seca, que tinha inverno bem direitinho, os invernos começaram a faltar de uns tempos pra cá que antes tinha, pois meu pai só vivia da agricultura que naquele tempo ele plantava algodão, muito feijão que tinha inverno porque não tinha irrigação naquele tempo, ninguém sabia nem o que era isso. (Paula, 47 anos, agente de saúde).

Paula, assim como outras pessoas entrevistadas, pontua que havia dificuldade no acesso e o compara aos tempos atuais onde existe a facilidade da água encanada. No entanto, nega a escassez justificando novamente que a água da cacimba nunca esgotava. Sobre a seca, ela inicia a reflexão trabalhando com a pressuposição da pergunta feita ao dizer que “no período de seca”, mas imediatamente a corrige ao enfatizar que “ninguém ouvia falar de seca”. Desse modo, se evidencia o esmaecimento das memórias relativas às secas.

Resgatando as reflexões sobre o modo de operação da memória, lembramos que ela é uma construção social produzida pelos indivíduos a partir de suas redes de relações, valores e experiências, portanto, é afetada à medida que o tempo passa e a história dos indivíduos assume novos rumos.

Assim, pode-se dizer que a memória não é apenas um registro histórico de fatos, mas uma combinação de construções sociais passadas, com fatores significantes da vida social do presente, sendo permanentemente reconstruída. (MORIGI, VIEIRA DA ROCHA e SEMENSATTO, 2012, p. 184).

Nesse exercício de reconstrução, acreditamos que as memórias relacionadas à água são afetadas pelas mudanças no seu modo de uso oriundas dos processos de intervenção do agronegócio na região. Parece que as dificuldades vividas outrora, quando comparadas às problemáticas atuais, sofrem apagamentos. Talvez isso se deva ao fato de que antes da instalação do perímetro irrigado, mesmo com a dificuldade de acesso à água, as pessoas que ali viviam tinham encontrado estratégias de convivência com o ambiente. A chegada da irrigação, ao contrário do que prometia, não ampliou o acesso à água para que as populações locais pudessem produzir, ao contrário, várias famílias foram expropriadas de suas terras e perderam a possibilidade de manter os cultivos que antes asseguravam a alimentação de suas famílias. Além disso, viram tanto a água dos canais de irrigação quanto aquela de poços e cacimbas ser apropriada por empresas ou, como eles chamam, “pelos de fora”. O depoimento de Eulália é bem evidente ao mostrar a associação feita entre a chegada do novo modelo agrícola e as limitações de água

na atualidade.

[...] essas cacimbas, esses poços que estão cavando foi o que acabou com nossa chapada foi esses poços profundos porque por nós aqui só nossa comunidade, como era antigamente [...] às vezes o cidadão descobria que tinha uma veia d'água no cercado dele e tinha um criação de bode ou de gado, o que fosse...“eu vou cavar uma cacimba”...ninguém chamava nem poço...“vou cavar uma cacimba” e colocava um catavento...certo...aí plantava uma banana, um capim pro bicho, um feijão, mas tudo aquelas coisinhas pouca que o pobre podia cuidar...aí...isso nós não temos [ergue a voz]...ninguém pode mais hoje, nós não temos esse gosto mais porque só deu pros ricos... “pros” ricos não... “pros” de fora porque nem os ricos daqui...que graças a deus aqui não tinha ninguém rico. Aí chegaram os ricos de fora e tomaram de conta e pronto. Até isso nós “fiquemos” sem, porque quem podia cavava uma cacimbazinha e botava um catavento e aquele que não podia esperava pelo inverno, como o desmatamento foi tão grande...que por isso mesmo que nós não temos mais inverno...por causa disso aí...aí faz o que? Só sofrer, chorar porque ninguém tem como plantar. [...] ele é assim...nosso inverno agora tá sendo...você espera...ele chegou 19 de março...era a última esperança do pobre, chegou, mas que é todo tempo sobressaltado porque a qualquer momento ele pode faltar...faltar de nem pingar mais, como vem acontecendo aí, pro pobre é esse sofrimento. E a nossa queixa é que quem tem coragem de falar, quem tem coragem de dizer e não tem vergonha e nem deve a essas pessoas que vieram de fora? Foi só eles que destruíram porque, enquanto era nós aqui, todo mundo sobrevivia com o que colhia na época do verão porque ossos invernos eram bons, era inverno de cheia, tinha inverno de ninguém colher nada com tanta água, era tanta chuva que nós perdia a plantação. Aí hoje ninguém tem mais esse gosto, se você planta um saco de feijão dificilmente você colhe meio. Antigamente você plantava uma cuia de feijão e você tirava 50, 60 sacos de feijão e sem veneno, sem adubo e sem nada, só com a graça de Deus e o trabalho do homem. Aí a diferença que eu acho é em termos da água, eu digo sim que ficou diferente depois que esse pessoal chegou. (Eulália, 53 anos, agricultora).

O discurso construído por Eulália tenta percorrer um caminho argumentativo de comparação entre o vivido antes da intervenção do agronegócio na região com o presente. Ao classificar os agentes dessa intervenção como “ricos” e auto-classificar a si mesma e seus pares como “pobres”, ela evidencia a compreensão que tem sobre as tensões do espaço social em que vive. Na série de enunciados utilizada para compor seu argumento, podemos identificar alguns pontos sobre os quais ela se apoia para refletir a realidade de desequilíbrio no modo de vida e na relação com a natureza ocasionada pelas mudanças decorrentes do processo de implantação de empresas agrícolas na região. O primeiro elemento elencado em sua formulação é o excesso de poços profundos perfurados na Chapada, em seu raciocínio isso antes não era necessário, afinal, a produção local era pequena, pois era aquilo “que o pobre podia cuidar”, mostrando a compreensão da diferença de escala produtiva e conseqüente aumento da exploração da natureza exigida pelo

novo modelo produtivo. Na sequência, ela parte para uma associação entre a falta de chuvas e o grande desmatamento que foi realizado na Chapada, tentando mostrar que a falta de água para o plantio dos pequenos é fruto de uma intervenção externa, pois em seguida argumenta que antes havia fartura, inclusive, chegavam a perder plantações por excesso de chuvas. Depois Eulália pontua que “foi só eles que destruíram” demarcando mais uma vez a diferença na maneira de se relacionar com a natureza mantida pelas populações locais em relação aos “de fora”.

Percebemos que os elementos trazidos na argumentação são baseados nas experiências vividas atualmente e parecem deslocar as memórias passadas de modo que as lembranças selecionadas são principalmente aquelas de acontecimentos que se contrapõem ao discurso da escassez, o mesmo utilizado por sucessivos governos para justificar intervenções no semiárido. Pareceu-nos que essa poderia ser uma forma de expressar contraponto aos discursos que proclamam que, sem as intervenções voltadas para a “modernização” do campo, a vida das populações do semiárido seria inviável.

Desse modo, os discursos sobre a água vão se articulando dentro de uma teia que revela representações flutuantes entre a escassez atual, vivida pelos pequenos agricultores e agricultoras diante de uma seca prolongada e a abundância da água que sobe a Chapada para irrigar as áreas do perímetro.

5.4 “É tudo pros de fora” – a percepção das injustiças

Com a implantação do perímetro e a oferta de infraestrutura na Chapada do Apodi várias empresas instalaram-se não apenas dentro da área do projeto, mas também em suas proximidades e passaram a realizar a captação de águas subterrâneas para irrigação. A Chapada do Apodi possui a segunda maior reserva de águas subterrâneas do Ceará. O sistema aquífero Apodi é constituído de duas unidades: um aquífero livre superior (Formação Jandaíra) e um aquífero inferior confinado (Formação Açú). No entanto, 95% dos maiores usuários de água subterrânea captam águas do aquífero Jandaíra (ANA, 2010). A perfuração de poços no aquífero tem sido realizada intensivamente pelas empresas do ramo da fruticultura irrigada.

Em 2008, estudo realizado pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará - COGERH já apontava que o volume de água extraído do aquífero Jandaíra era superior a sua capacidade de recarga e estimava um déficit de 4 milhões de metros cúbicos ao ano. Dados da Agência Nacional de Águas – ANA (2010) indicam que, em apenas 7 anos (2002 a 2009), houve um aumento de 70% no número de poços existentes na Chapada. O aumento foi ainda mais significativo em relação à participação do setor privado na propriedade dos poços que saltou em 88% no mesmo período. Considerando apenas o aquífero Jandaíra verifica-se que dentre 1.398 poços cadastrados, 84% (1.174 poços) se encontram em terrenos particulares e apenas 16% (224 poços) em terrenos públicos. Assim, observa-se uma sobrecarga na exploração da água do aquífero utilizada, principalmente, para a fruticultura irrigada ampliando o quadro de injustiças relativas ao acesso à água.

No caso do aquífero Jandaíra, apenas (01) uma empresa do ramo da fruticultura possuía, na época do cadastramento realizado pela CORGERH, 44 poços com capacidade instalada de 4720 m³/h e vazão média por poço, de 107 m³/h. Além dessa empresa, outros 14 (quatorze) usuários exerciam a mesma atividade. Conjuntamente os 15 usuários de água subterrânea para a irrigação de frutas tropicais, utilizam 162 poços com uma produção horária de 12113 m³ o que faz com que 69% das águas exploradas do aquífero Jandaíra sejam destinadas a fruticultura irrigada. (ANA, 2010).

Cada vez é maior o saque aos aquíferos e, deste modo, introduz-se um componente novo na injustiça ambiental generalizada no mundo e em cada país com a expansão da racionalidade econômico-mercantil engendrada pelo capitalismo. Afinal, a captação de água à superfície era, de certa forma, mais democrática na medida em que a água estava ao alcance de todos, literal e materialmente. Com a captação de águas nos subterrâneos, os meios de produção, as bombas a *diesel*, se tornam *sine qua non conditio*, e como nem todos dispõem desses meios a injustiça ambiental ganha novos contornos por meio do desigual acesso aos recursos hídricos. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.424)

Conforme salienta Porto Gonçalves (2012), a captação de águas subterrâneas amplia a desigualdade de acesso, pois exige recursos financeiros e tecnológicos dos quais pequenos agricultores não dispõem. Além disso, as empresas passam a concorrer diretamente com os pequenos produtores pelo uso das águas do aquíferos uma vez que possuem capacidade de perfuração de poços mais profundos e utilizam um volume de água indescritivelmente maior. Essa

desigualdade vem sendo sentida fortemente pelos pequenos agricultores da Chapada do Apodi e se expressa de forma mais impactante em períodos de seca como a que o Nordeste vem enfrentando, desde 2011, e que vêm sendo considerada a maior dos últimos 50 anos.

Ao longo de nossa pesquisa, algumas comunidades viram seus poços secarem completamente pela primeira vez, como é o caso da comunidade de Carnaúbas, próxima ao Distrito de Tomé. Em visita realizada, em março de 2013, a comunidade nos relatou que o poço profundo perfurado em 1994, que abastecia 59 famílias havia secado. Relatos semelhantes foram ouvidos de dezenas de pequenos agricultores que viram seus poços secarem e não possuem recursos para a escavação de poços mais profundos. De acordo com a ANA (2010) a profundidade dos poços da formação Jandaíra varia de 3 a 450 m, com média de 88 m. Com a redução do volume de água armazenada, apenas as empresas conseguem perfurar poços numa profundidade capaz de alcançar água.

A quantia de poço que secou daqui pra “acolá”, muito mais de 200 poços “tá seco”. Conheço cara que tem quatro, cinco “poço” que cavou pra aguar 30, 40 hectares e não tem mais nenhum pingão, tá tudo morto lá. Tem muito daqui pra baixo, não é pouco não. E não têm de onde “tire” porque às vezes o cara não tem nem condições de cavar um poço profundo que nem a [empresa X] cavou um agora ali de 300 metros. Aí disse que tem muita água, mas é a [empresa X]. É o [Proprietário da empresa Y] cavou ali 200 metros...dá muita água...eles tem condições, né? Mas nós “vai” cavar 50 metro, né? Aí é aquela água do inverno e quando acaba, num é uma água do verão é uma água do inverno, acabou...acabou. A [empresa W] cavou mais de mil “poço” daqui pro Km 60 [comunidade]. É bem pertinho daqui pra “acolá” e eles cavaram mais ou menos de 150 a 200 poços daqui pra lá. Acaba... acaba com água aí... [empresa W]. Não é brincadeira não, as “bomba” grande lá que eles botam lá puxando pra aguar 200 hectares, 300 hectares. A [empresa J] do mesmo jeito. E essa água eles pagam a quem? (agricultor, 65 anos, comunidade do Tomé).

Conforme verificamos nas falas dos entrevistados, a dominação da água na Chapada do Apodi pelas empresas tem se ampliado. Com o advento da seca, os poços públicos usados pelas comunidades secaram, a exemplo da comunidade de Carnaúbas, Cercado do Meio e Tomé. Os poços dos pequenos agricultores também estão quase todos secando e alguns têm tentado realizar empréstimos junto aos bancos para cavar poços mais profundos. A reclamação da falta de apoio governamental para facilitar os empréstimos para a captação de água é recorrente.

Está muito difícil pra quem não recebe água do perímetro, pra quem depende dos poços, está numa época muito difícil, tá numa época em que estão secando os poços, alguns colegas, alguns produtores perderam seu sítio, os poços secaram. Um poço que era público pra população em carnaúbas, por exemplo, secou o poço público que abastece a população, sorte que lá já chega essa água do Tomé, mas pra plantio não, pra plantação não tem como não...Deus mesmo é que vai recuperar isso aí. [...] Se existisse um incentivo do governo, uma ajuda, uns exames técnicos, estudos técnicos de geologia e visse se tinha possibilidade de esses poços “ser aprofundado” pra 80 metros, né? Com esses estudos ver se tinha possibilidade e o governo incentivar...sei lá...a “cavação” desses poços porque uma área de 3 ou 4 hectares ela com poço profundo funcionando bastante produzindo bastante ela dá emprego a uma família e mais outra famílias, né? Seria um incentivo muito bom se o governo pudesse...tivesse a compreensão de dar esse incentivo que tava dando emprego a muitas famílias. (Francisco, 38 anos, agricultor).

Ao pensar sobre a realidade dos pequenos agricultores que estão fora da área do perímetro irrigado Francisco afirma que só quem pode resolver é Deus e depois salienta que o governo poderia contribuir, mas demonstrando uma descrença nessa possibilidade, fala em termos de “ajuda”. Percebemos que a comunidade muitas vezes remete as soluções do problema às divindades, pois o longo histórico de descaso do poder público para com essas populações gera a sensação de abandono que muitas vezes só é suprida pela crença no divino. Além disso, há a compreensão de que o governo e os donos do capital estão do mesmo lado, portanto, percebem-se numa solução limite da qual pouco veem possibilidade de escapar sem a intervenção divina, como demonstra a fala de Eulália a seguir.

[...] A quem a gente deve reclamar? A quem é que nós “deve” pedir socorro? A quem se o próprio governo tá fazendo isso com “nós”? A gente deve recorrer a quem? Eu acho que é uma coisa que ela não tem parada e nem você pode parar e nem você pode seguir em frente e você fica rodando todo tempo só naquele círculo porque não tem saída, pra pobre não tem saída não. Se é fácil, como é que pode quem é que pode fazer um projeto pra ir a fundo reivindicar do presidente pedindo pro governo acabar com esse tipo de coisa que tá acabando com a população? Acho que nem tem serventia, vai ouvir não. Os pequenos não...os pequenos é sempre o mais sofredor. É rezar e pedir a Deus, mas que esperança de coisas boa pro pobre não...pior...se fosse pelo menos pro povo daqui, mas é que é pro povo de fora...é tudo pros de fora é nem dos outros estados é dos outros país. Eu acho que quando terminar ele vai vender é fácil, vender nosso Brasil pra eles tomarem de conta. Pronto...”vocês se quiserem vão catar coquinho e acabou-se porque isso aqui tudo é meu”. Porque a única pessoa que podia tomar providências era nosso governo, mas eu acho que ele que traz, né? Acho que ele que traz, aí pronto não tem como, não tem saída pra pobre, não tem saída de jeito nenhum. [...] Não tem de jeito nenhum porque se é ele [o governo] que traz as grandes empresas, ele próprio compra a nossa terra pra vender pra empresas de fora, nós “tamos” ganhando o que? Nada, plantar ninguém pode. (Eulália, 53 anos, agricultora).

Essa sensação de impotência diante da situação apareceu na fala de todos os entrevistados. Geralmente eles lembravam o governo como um potencial mediador do conflito, porém, depois de algumas auto-reflexões chegavam à constatação que estavam entregues a própria sorte, pois acabavam concluindo que o próprio governo tem contribuído com a situação e finalizavam recorrendo a Deus como única possibilidade de transcender a crise.

5.5 A contaminação da água por uso de agrotóxicos

- Eu acho que agora o problema da água acalmou mais. (Grupo de pesquisa – integrante A).

- Não, “tá” do mesmo jeito! É porque a gente só fala quando tem reuniões, quando tem reunião é que a gente fala desse problema da água que “tá” do mesmo jeito... “tá” continuando com o canal a céu aberto e o prefeito trouxe o pessoal pra fazer o projeto e não fizeram nada, só falam e não “faz” nada e continua a água do perímetro irrigado vindo a céu aberto e aquelas “plantação” ainda tem muito veneno, a vida inteira! O que mudou lá foi que o avião não entra mais e o veneno, que antigamente jogava em todo lugar, de uns “tempo” atrás, por causa dessas reuniões, mudou também e esse negócio de jogar vasilhame sem ser lugar certo diminuiu também, mas a céu aberto o canal continua e dia pode “tá” contaminado e tem dia que pode não “tá” também, e na época do inverno pode mais porque a água da chuva leva tudo. (Grupo de pesquisa – integrante B).

- E a gente continua tomando veneno no copo. (Grupo de pesquisa – integrante C).

- É, continua. (Grupo de pesquisa – integrante B).

A contaminação por uso de agrotóxicos aparece como o ponto mais dilemático da teia das representações da água na comunidade. Como evidenciado no diálogo acima, há uma associação direta entre água e contaminação chegando ao ponto de provocar uma fusão de significados como na afirmação de que a população está “tomando veneno no copo”. A interferência nos signos linguísticos utilizados pela população para construir enunciados sobre a água atesta uma alteração significativa na teia das representações. Exemplo disso foram as associações realizadas pelos entrevistados quando questionados sobre o significado da água em suas vidas, palavras com núcleos de sentido oposto como “vida” e “morte”, “saúde” e “doença” emergiam na mesma formulação frasal.

Percebemos que as representações da água navegam por sentidos não estabilizados que emergem de um cotidiano e memória comuns constantemente afetados por um modelo de desenvolvimento que ameaça à vida. Desse modo, a indignação com a situação imposta convive com o medo e o silêncio na mesma teia discursiva. Isso é importante de ser observado para não nos perdermos nas contradições presentes no discurso e incorreremos no equívoco de forçar uma homogeneidade inexistente. Os elementos que constroem a discursividade, da qual emergem representações da água, são frutos de uma formação discursiva que não se configura como um bloco compacto, mas como uma realidade “heterogênea por

si mesma” (MAINGUENEAU, 1997, p.112).

Uma formação discursiva é fundamentalmente instável e não pode ser traçada de um modo definitivo separando um interior de um exterior, pois ela é sempre construída na interdiscursividade compreendida aqui como

[...] um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos. (MAINGUENEAU, 1997, p. 113).

As formações discursivas se constituem no campo de domínio do interdiscurso, caracteristicamente aberto e instável, portanto, as representações que nela se revelam não emergem de indivíduos possuidores de uma “visão de mundo” estabilizada, mas de redes discursivas, por vezes antagônicas, que circulam na realidade social em que os indivíduos estão imersos.

5.5.1 Intervenções na teia significativa

A percepção da contaminação por uso de agrotóxicos vem interferindo na formulação das representações da água de modo que tem sido inviável desvincular um significante do outro. Mesmo aqueles que negam a existência do risco de contaminação partem de seu pressuposto para falar sobre a água. A crença na contaminação tem provocado rupturas na teia significativa da água e tudo que ouvirem ou aprenderam em relação a ela é colocado em questão. A fala de Mari explicita essa situação

Assim...se for falar do Tomé, ali da Chapada, a primeira coisa que eu penso é veneno...não tem como não pensar, mas água em geral é o bem mais precioso que a gente tem, em geral, mas se for Tomé a primeira coisa que vem a cabeça é veneno, agrotóxico. (Mari, 20 anos, estudante).

A palavra veneno é a primeira que lhe ocorre quando pensa na água que serve a população da Chapada e imediatamente faz uso do conectivo “mas” para formular seu argumento. Esse conectivo é de longe o mais trabalhado pela Análise do Discurso, visto sua importância para relacionar o que está implícito na construção discursiva. Mari o utiliza para conectar e reconectar dois núcleos de sentido dentro do mesmo enunciado. Depois de associar água a veneno, ela recorre ao “mas” para lembrar que existem outras compreensões e utiliza uma sentença que funciona

quase como slogan para resumi-las “é o bem mais precioso que a gente tem”. No entanto, ela utiliza novamente o “mas” – agora como refutação – da afirmação genérica que fez. De acordo com Maingueneau (1997), o “mas” de refutação pode servir como forma de negligenciar um enunciado, no caso, Mari enfraquece o significado genérico ao afirmar que existe outro sentido além dele que, inclusive, pode confrontá-lo. A mesma ocorrência pode ser verificada na fala de Eulália que utiliza em sua argumentação sentidos positivos associados à água como “vida” e “higiene” para em seguida refutar, com o uso do “mas”, possíveis generalizações.

A água é vida, sem água ninguém vive, mas quando você tem uma água que nos ofende é doença. Água é higiene, mas quando a gente toma banho com ela contaminada dá problema, dá coceira, alergia e é isso que acontece. “Teve” uns dias aí que a gente tomava banho, se enxaguava e saía e quando com pouco tempo tava parecia que você tinha pegado Jussara [...]. (Eulália, 53 anos, agricultora).

As sentenças que explicitam a associação da água com o veneno costumam ser seguidas por sentenças confirmativas que atestam a primeira através da argumentação. É interessante observar que essa argumentação tem geralmente duas formas básicas de funcionamento, a primeira profundamente relacionada ao modo de construir conhecimento numa cultura oral, ou seja, através de exemplos práticos que utilizam registros da experiência cotidiana, a segunda trabalha com a evocação de enunciados reconhecidos como verdadeiros, em geral, calcados na tradução de discursos científicos.

Francisco e Raimundo partem das experiências vividas, sensoriais para sustentar a evidência de suas constatações.

É...a qualidade dessa água...não é uma coisa que a gente possa esconder porque é visível. A água vem a um canal aberto, canal a céu aberto, né, aproximadamente 14 ou 15 Km ou até mais, esse canal dividindo ao meio o projeto de irrigação Jaguaribe-Apodi, um projeto que se utiliza agrotóxicos, né, bastante agrotóxico e não deixa de ter o risco de contaminação, tá, não deixa de num ter o risco de contaminação, que é a céu aberto, tá ali..qualquer contaminação. Tá ali de qualquer contaminação que vem percorrendo o canal a céu aberto. Ali também alguns animais podem até entrar dentro dos canais, né, no período invernos, que tem as chuvas, pode muito bem transbordar muita coisa pra dentro do canal. Quando vem a chuva, né (fisuu..som de assobio) arrasta muita coisa pra dentro do canal. Tudo que tiver em cima da terra ali, a água...fiuu (som de assobio)...leva mesmo, né? [...] (Francisco, 38 anos, agricultor).

Nós “prefere” uma água boa que não seja sebosa que não tenha tanto veneno que não seja com tanta seboseira que tem no canal, acontece de cachorro morrer ali no canal e ficar cheio de bicho. Isso eu já “tive de ver”, já tive de ver (apontando para os olhos) no canal a bomba expurgar e botar

uma mangueira numa piscina daquela e puxar água e quando desliga o motor da bomba o veneno recua pra trás pra dentro d'água [...] (Raimundo, 65 anos, agricultor).

Paula e Alex, por sua vez, recorrem a uma tradução do discurso científico para comprovar a gravidade da situação.

A água é significado de vida, de fartura...é como chama...é o solvente universal, é tudo na vida. Se não existisse água, não existia nada na terra, né? [...] eu digo assim, a água é uma célula que a terra tem pra progredir a vida, imagino assim. Agora é um problema que inverte a história da vida, infelizmente, é um problema sério e grande mesmo se a pessoa imaginar a água contaminada, até porque os médicos dizem que é 70% ou 80% das doenças está relacionado à contaminação de água porque o nosso corpo é 90% de água ou 80%...e então...se esses 80% “tiver” contaminada é um problema sério mesmo. (Alex, 32 anos, agricultor).

O corpo da gente dizem que é 80% água, né? 80% se for água contaminada, né? Tá perdido. (Paula, 47 anos, agente de saúde).

Ao conversar com a população do Tomé fica claro que há convicção de que a água que consomem possui um alto índice de contaminação por agrotóxicos. Essa constatação tem provocado rupturas profundas na rede semântica e na construção dos discursos sobre a água. As palavras utilizadas para se referir à água apontam para um corte com a relação antes estabelecida pela comunidade com a natureza. Relação que obviamente não foi modificada por completo, mas que passou a figurar dentro de um universo de sentidos contraditórios que compõem uma teia repleta de referências que se chocam.

Para exemplificar como essa ruptura atinge o universo referencial, podemos citar a mudança no modo de se referir à chuva. Para a população do Tomé, assim como para vários outros povos do sertão, a chuva é considerada uma “benção”, sinônimo de prosperidade, e por ela se pede a interseção divina. No entanto, ao universo semântico associado à chuva foram incorporadas palavras com sentido negativo, pois as chuvas agora representam também “perigo de aumentar o tanto de veneno na água”. A associação constante da palavra “perigo” para se referir à chuva evidencia a gravidade das consequências em jogo na transfiguração do repertório lexical usado para designar e representar as coisas. Bourdieu (2004) nos diz que a importância das palavras que usamos para classificar e nomear as coisas deve “sua gravidade – e às vezes sua violência – ao fato de que as palavras fazem as coisas [...] mudar as palavras e, em termos gerais, as representações [...], já é

mudar as coisas.” (p.72).

5.5.2 A percepção da contaminação

Mais que identificar as representações que se revelam na teia discursiva sobre a água interessa-nos compreender como se conformaram. De acordo com Foucault (1972), a análise do campo discursivo busca entender o enunciado na singularidade de seu acontecimento e determinar as condições de sua existência relacionando-o aos outros enunciados com os quais pode se vincular. Nesse sentido, é importante revelar porque o discurso analisado “não poderia ser outro [...] como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar.” (FOUCAULT, 1972, p. 39 e 40).

Com base nessa compreensão, reconstituiremos os acontecimentos que delimitaram o contexto no qual foram formulados os enunciados sobre a contaminação da água. Conforme elucidamos na reconstrução histórica, o abastecimento da comunidade é feito com a mesma água que sobe a Chapada pelos canais construídos para o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. A água é captada do rio Jaguaribe através de seu afluente - o rio Quixeré -, no qual foi instalada uma estação elevatória para permitir sua subida. Uma grande infraestrutura foi montada para garantir a oferta permanente de água na Chapada, no entanto, o poder público não considerou no projeto a destinação das águas para o abastecimento humano. Desse modo, o perímetro entrou em operação em 1989, dispondo de uma considerável oferta hídrica enquanto as comunidades da Chapada permaneciam com limitações de acesso à água, pois ainda dependiam exclusivamente de poucos poços e cacimbas.

Diante disso, a comunidade do Tomé, através da Associação Comunitária São João, reivindicou a instalação de uma rede hidráulica que atendesse as famílias da região, como nos mostra o relato de Joana.

Aí foi uma alegria medonha, foi muito bom...a gente pediu...a associação botou um projeto e o governo aceitou [...] A gente pediu pra vir encanar na rua...quando chegou aí no projeto, a gente pensava que ia ser muito bom pros “projeto” e pra nós dentro de casa a água ligada [...] A gente ligou a água, através da associação veio a água, no início era bom mesmo, era uma beleza, mas esse negócio do veneno foi que atrapalhou, se os produtores não “tivesse” usado essas “química” pesadas...esses “produto”...esse veneno, então ela era muito boa. (Joana, 57 anos, agricultora).

A água encanada chegou à comunidade do Tomé, cerca de 10 anos

depois da implantação do perímetro irrigado, num período marcado por intensas mudanças sociais e econômicas na região. A conjuntura daquele momento gerou na população um sentimento comum de esperança em melhores condições de vida.

Eu lembro que a gente teve muita alegria...eu “mesmo” fiquei muito feliz quando chegou água, lembro até que a primeira água era tão barrenta...tão suja [risos], mas mesmo assim a gente era tão feliz porque a gente não tinha água em torneira, então aquilo pra nós era uma riqueza. (Zilma, 43 anos, agricultora).

Quando chegou [a água encanada] foram só aplausos. Alegriaaa!! [batendo palmas]. Temos água agora encanada em nossas casas. Eram muitos motivos de alegria mesmo. Foi só alegria. (Taiané, 37 anos, professora).

O abastecimento alterou os modos de uso da água reduzindo a dificuldade de acesso doméstico, além disso, a população passou a consumir água doce proveniente do rio, o que representava uma grande melhoria em relação à água salobra que era utilizada antes. Outro fator importante para a valorização do novo sistema é que o fornecimento de água encanada significava a conquista de um benefício que tirava a comunidade de um suposto “atraso” em relação às zonas urbanas, uma vez que essa mudança foi percebida como uma das marcas do processo de modernização que se consolidava a partir da implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi.

Conforme podemos observar no trecho do relato escrito pela comunidade, o abastecimento de água, assim como várias outras transformações que começaram a ocorrer no território, foi identificado como um benefício.

Com a transformação do projeto Jaguaribe-Apodi, em 1988, que trouxe benefícios para a população como: eletricidade e água abundante, para uso do comércio e para consumo humano e animal, surgiram novas estradas e novos comércios, a construção do aeroporto, a Associação DIJA que hoje se chama FAPIJA, uma associação que trabalha representando o projeto Jaguaribe-Apodi na manutenção de loto bombas, roteamento de energia e buscando melhorias e inovação para o projeto Jaguaribe-Apodi. A aguação do projeto era realizada “de primeiro” via pivô e depois por “mix” aspersão, houve grande desmatamento para o uso da exploração da terra para o plantio e com isso a fauna foi ficando um pouco extinta ao longo do tempo. O projeto foi se modernizando e hoje dispõe de máquinas para virar a terra (cortar a terra), colher os frutos, pulverização aérea, etc. (Trecho de relato escrito pela comunidade, em março de 2013, e gentilmente cedido à pesquisa. Grifos nossos).

Verificamos nesse texto, assim como em diversos enunciados presentes no *corpus* da análise, um discurso marcado pelas contradições. Ao tempo em que se anunciam os benefícios, listam também práticas que degradam o ambiente e

ameaçam seus modos de vida no mesmo enunciado, a exemplo da pulverização aérea. Esse é um indício de que o modelo de modernização imposto a essa população fraturou seu sistema de valores e desfigurou seu “hábitat cultural” de tal forma que as referências utilizadas para classificar as coisas passaram a se confundir. Conforme evidencia Martin-Barbero (2004), isso ocorre porque “as pessoas podem com certa facilidade assimilar os instrumentos tecnológicos e as imagens de modernização, mas só muito lenta e dolorosamente podem recompor seu sistema de valores” (p. 355). A incerteza e a insegurança provocada pela velocidade das mudanças, sobretudo em comunidades rurais e indígenas, alteram os mapas cognitivos provocando a perda das categorias de interpretação que ajudam a compreender os impactos das transformações vividas. (MARTIN-BARBERO, 2004). Talvez por isso o processo de significação dos impactos provocados pela implantação do perímetro irrigado seja tão conflituoso para a comunidade. Entre os impactos mais difíceis de mensurar está a contaminação da água. Diante da possibilidade de envenenamento, as pessoas assumem posturas que vão da certeza à negação.

Recompondo os contextos nos quais a percepção sobre a água foi se delineando, observamos que nas posições assumidas pela população o que está em jogo não é simplesmente o ato de negar ou acreditar no risco de contaminação, mas as próprias relações de sentido construídas pela comunidade. Desse modo, os discursos assumidos sobre a água chegam a interferir inclusive nas relações afetivas e no auto-reconhecimento da população enquanto grupo. Não por acaso o tema da água passou a ser motivo de conflito não apenas entre a comunidade e os outros, mas no seio da própria comunidade.

O primeiro alerta de que a água servida poderia ser imprópria para o consumo humano veio em 2003. À época, a população começou a perceber que a água estava saindo das torneiras com cor, sabor e odor alterados. A descrição é de que “parecia que tinha ferrugem” na água, foi então que o presidente da Associação Comunitária São João, Zé Maria do Tomé, começou a observar que os encanamentos foram construídos com material impróprio, o que fazia com que fossem danificados com facilidade. Assim, a Associação entrou com a solicitação de mudança da estrutura e os canos que eram de material metálico foram substituídos. Porém, nesse tramite, ocorreu um acidente com uma máquina no momento em que

esta captava água do canal e uma grande quantidade de veneno foi lançada provocando a mortandade de peixes. De acordo com os relatos, o fornecimento de água foi suspenso por vários dias para que a piscina de armazenamento fosse completamente limpa. A partir de então, o líder comunitário começou a chamar as pessoas para conhecerem o estado em que se encontravam os canais que transportavam a água que estavam consumindo.

[...] o Zé Maria saiu nas casas pedindo pra gente não beber porque viu os peixes morrendo e a gente foi lá e a gente pesquisou também e a gente sentiu nojo. Aí a gente sentiu que não dava pra consumir ela pra beber, pra outras coisas a gente ainda achava que dava pra fazer, mas pra beber nós aqui não estamos achando que é de acordo. Ainda tem gente que bebe, é errado, tem muita poluição. (Joana, 57 anos, agricultora).

As entrevistas confirmam que foi a partir desse momento que uma parte da população passou a temer a água que abastecia suas residências, porém, uma grande parte da comunidade minimizava o problema, afinal, estavam recebendo água encanada há pouco tempo e ela representava para a comunidade um enorme benefício. Desse modo, os relatos dão conta de que a princípio houve um processo de negação coletiva sobre a possibilidade de contaminação. Muitos afirmavam que o líder comunitário estava querendo se promover ou “arrumar confusão a toa”.

Não está com muito tempo que eu fiquei sabendo da contaminação da água, foi pouco antes do Zé Maria morrer, eu lembro que no mês de maio, [...] no Tomé tem tipo umas procissãozinhas que as pessoas saem das casas, umas cinco horas da manhã, que passa as estações e tem um cara levando a cruz, enfim, aí teve uma que foi do lado da casa de Zé Maria e aí Zé Maria colocou uma mesa pra fora e umas três garrafas d'água, todas podres de sujo, com areia, com alga e colocou uma plaquinha, escrita que essa era a água que a gente consumia, alguma coisa assim, nesse dia, lembro que eu achei "rapaz, esse cara é maluco". Eu lembro que a primeira coisa que eu achei era que ele era doido, aí depois eu procurei me informar porque pensei "porque ele está fazendo isso?" Não tem lógica, né? Aí o pessoal disse que ele tava em busca da qualidade da água que não é boa e só. Daí parou. Pronto, não procurei mais saber e nem escutei nada não, depois que ele morreu foi que eu fui entrando mais nesse assunto, por isso que não sei tanto assim. Eu não ouvia as pessoas falarem, só ele. Eu nunca tinha reparado nada estranho, só às vezes vem com um cheiro esquisito [a água], mas nunca tinha parado pra pensar nisso...nunca...nunca...nunca tinha percebido isso não. Aí eu fui entrando nessas coisas, tentando ajudar vocês, aí eu fui aprendendo, lia uma coisa aqui, lia outra coisa ali, eu também escutei muitas vezes a madrinha falar, ela sabe bastante coisa, aí depois disso eu fui aprendendo muitas coisas e vendo que realmente era o que estava acontecendo, foi caindo a ficha, só depois. Então hoje eu acredito que a água está contaminada. (Mari, 20 anos, estudante).

A fala de Mari evidencia que o reconhecimento do risco de contaminação

não foi instantâneo na comunidade. Na verdade, foi resultado de um processo de diálogo nascido das denúncias realizadas pelo líder comunitário, do conhecimento empírico de alguns moradores e moradoras que começaram a ir até os canais para verificar o que estava acontecendo e dos resultados das pesquisas e das articulações que a Associação Comunitária começou a construir com outras entidades e com a academia. Segundo os entrevistados, a maioria da população só começou a se aproximar da questão quando a repercussão pública do assunto começou a se ampliar e o Ministério Público Estadual – MPE moveu as primeiras ações contra o SAAE.

No ano de 2009, baseado nas pesquisas que indicavam a contaminação da água servida à comunidade o MPE obrigou o SAAE a fornecer água potável para a comunidade através do abastecimento por carros-pipa. Foram instaladas 10 caixas d'água para receber a água que era distribuída entre a população. No entanto, muitos relatos dão conta que vários moradores não se interessavam em buscar a água dos carros-pipa. Pelos relatos percebemos que isso ocorria por uma série de fatores que vão além do fato de acreditarem ou não na contaminação. O primeiro deles diz respeito à descrença de que aquela água seria melhor do que a que saía das torneiras, alguns afirmaram duvidar das condições de higiene do carro que fazia o transporte e outros afirmaram que ela poderia vir do mesmo lugar que a outra e não ia fazer diferença. Outros informantes disseram que muitas pessoas ficaram constrangidas em receber a água dos carros-pipa que só eram direcionados para a comunidade do Tomé enquanto as comunidades vizinhas continuavam consumindo água envenenada, portanto, afirmaram que algumas vezes a recusa se dava como gesto de solidariedade. Finalmente, percebemos que algumas pessoas se sentiram incomodadas com a situação que lembrava um passado de escassez.

Pra mim foi muito marcante o negócio do carro pipa que passou uns dias aí pegando água de carro pipa. Eu nem lembro porque foi isso, mas assim...foi marcante, eu acho que tinha uns 18 anos, 19, sei lá. Não sei, depois de muito tempo assim, era só ligar o chuveiro e não precisava pegar água, não pra tomar banho, mas pra cozinhar, beber, aí marcou aquilo ali pra mim... era como se eu tivesse vivendo no tempo das minhas irmãs, antigamente que precisava pegar água de roladeira, essas coisas, a gente via as carroças com um monte de balde em cima pra levar pras casas mais distantes, aí me senti assim um pouco mal em ver aquela situação. (Mari, 20 anos, estudante).

Acreditamos que isso talvez seja uma pista para entender as razões pelas

quais a comunidade não insistiu em manter a continuidade desse tipo de fornecimento. Após o assassinato de Zé Maria, os carros-pipa passaram a aparecer com cada vez menos frequência, até que pararam por total. Mais recentemente, em 2013, o Ministério Público cobrou esclarecimentos do SAAE que legalmente deveria pagar uma multa pela interrupção do fornecimento. A Associação Comunitária participou da audiência com o SAAE, mas até o momento nenhuma providência concreta foi encaminhada.

Percebemos, no entanto, que o momento definidor para que a maior parte da comunidade passasse a considerar o risco real envolvido na contaminação da água foi a partir do assassinato de Zé Maria. Talvez pelo fato de associarem o crime a tentativa de silenciamento das questões que envolviam o uso de agrotóxicos ou pela grande repercussão midiática e social que o caso tomou, muitas pessoas, que antes desconfiavam da dimensão e da veracidade das contestações feitas pelo líder comunitário, se convenceram que o problema era real.

Infelizmente, a gente passou a perceber [a contaminação], vou falar como pessoa, como pessoa, como eu comecei a sentir, comecei a sentir a falta dos pássaros, eu comecei a acordar - eu tenho 12 anos que eu moro aqui nessa casa - mas eu sentia a falta de pássaros aqui, teve um tempo que eu cheguei a comentar não, não tem mais. Só que a gente via rolinhas, andorinhas, onde tinha água e um pouquinho de verde eles vinham... aí a gente passou a perceber que eles não estavam vindo mais. Morreu alguns animais sem ver de que morria. Aí a gente começou a...algumas pessoas começaram a abrir os olhos da gente que era através da água que isso tava acontecendo só que aquela lentidão da gente perceber, tem um ditado que fala que o brasileiro fecha a porta depois que é roubado, né? Aí é mais ou menos assim... a gente abriu o olho mesmo depois que algumas pessoas tiveram que fechar, né? Pra você abrir o seu olho, infelizmente, teve alguns que fecharam para sempre, mas não foi tarde, não foi tarde não porque se a gente tiver consciência do que a gente tá passando, cada um de nós, com certeza ainda tem como. (Sônia de Oliveira, 37 anos, comerciante).

Identificamos na fala de Sônia a demonstração de uma aprendizagem sobre o problema construída na experiência vivida e na observação dos acontecimentos. O assassinato do líder comunitário, a quem ela se refere sem citar o nome, serve como constatação, um fecho para uma formulação que já vinha se desenhando entre a população.

5.5.3 A dificuldade de enfrentar o problema

A teia, na qual a neutralização dos processos de resistência é urdida, é extensa e complexa, mas identificamos duas questões, além do medo da violência,

que são fundamentais para a conformação dessa trama.

O primeiro elemento diz respeito ao medo de perder aquilo que identificam como benefícios acarretados pela instalação do perímetro, todos os entrevistados, além do grupo de pesquisa, identificam pontos positivos e negativos decorrentes do processo. O discurso da geração de emprego e renda e a ampliação do consumo gerada pelos salários recebidos faz com que as pessoas tenham se pronunciar sobre as injustiças cometidas em nome desse modelo. É como se fossem convencidas de que os impactos socioambientais são os custos pagos para acessar determinados benefícios.

[...] as práticas, e entre elas as discursivas, são aquilo em que a história se faz e se desfaz, avança ou retrocede, embora o discurso se entreteça à história, sobretudo, fazendo-a aceitável. E isso acontece, de modo especial, nos tempos de 'crise' como o nosso, quando os discursos participam massivamente dessa forma de controle profundo que consiste em fazer que os povos aceitem como respirável o que lhes asfixia. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.72).

Ao suprimir a história dos processos de dominação, o discurso desenvolvimentista reprime o imaginário dos sujeitos limitando a percepção de outras possibilidades de produzir e existir. As imagens do passado passam a sofrer apagamentos ou a serem categorizadas como “atrasadas” e “pobres”.

O perímetro trouxe benefício bastante, pode ser considerado isso. Até porque, na década de 80, assim que iniciou o projeto, aqui não existia nada, todo mundo aqui tinha dificuldade de tudo. Aí, quando existiu o projeto, todo mundo teve suas condições de se alimentar bem, de consumir frutas, porque o perímetro já foi estipulado pra isso: frutas, verduras e cereais [...] (Alex, 32 anos, agricultor).

Antes do perímetro era uma comunidade pobre, bem mais pobre, a gente trabalhava na roça, era se plantava era só pelo inverno, passava o verão colhia algodão e no finalzinho do verão arrumava a terra pra quando chegar o inverno plantar. Todo mundo tinha seu pedacinho de terra, por pequeno que fosse, mas plantava seu feijão, plantava seu milho, sempre tinha em casa. Aí depois foi desapropriando terra, os grande foram tomando de conta e quem tinha seu pedacinho de terra foi trabalhar de empregado. O que trouxe de bom foi muito emprego...emprego pra todo mundo e o que trouxe de não tão bom foi a contaminação da água...é veneno...essas coisas que, realmente, devagarzinho tá acabando com nós. (Zilma, 43 anos, agricultora).

As duas falas destacam que, antes da instalação do perímetro, a comunidade era pobre e que lá “não existia nada”. No entanto, é interessante perceber que Zilma acentua que não faltavam alimentos e que as pessoas tinham seu “pedacinho de terra”. Ela apresenta a mudança de perda de autonomia dos

agricultores que passaram a ser empregados do agronegócio ao mesmo tempo em que afirma o emprego como um benefício trazido pelo perímetro. Desse modo, percebemos que o enunciado é construído por mais de um enunciador. Observamos formações discursivas distintas na mesma composição, uma delas mais conectada com a história da comunidade afirmando que todos tinham condições de produzir, antes do perímetro e outra diretamente relacionada à ideia de geração de emprego e renda. Assim, fomos percebendo o emaranhado significativo que compõe os discursos da comunidade sobre o perímetro. É uma constante em todas as falas a presença de mais de um enunciador no mesmo texto. Ao mesmo tempo em que isso indica a forte penetração do discurso desenvolvimentista na rede semântica do grupo, serve também para percebermos que por mais fortes que sejam as construções discursivas desse modelo ainda não foram capazes de apagar completamente a conexão desse grupo social com sua história. É verdade que, num primeiro momento, o discurso do desenvolvimento parece prevalecer, no entanto, à medida que as pessoas começam a lembrar, a narrar à história da comunidade elas vão também realizando conexão e análises e algumas percepções que pareciam estar adormecidas começam a aflorar.

Era muito bom se voltasse o passado. Eles dizem que o tempo é muito bom, pra nós...não é não. Pra mim que já “to” numa idade não é bom. Bom era nosso tempo, nós “sofria” precisão porque não tinha dinheiro e a gente trabalhava muito plantando feijão, algodão, mas pelo menos vivia uma vida tranquila e saudável na comida e tranquila na bandidagem. Eu ia daqui pra Quixeré de bicicleta e ainda levava minhas amigas mais eu...ia pedalando e levando. Saia daqui 5 horas da manhã e quando era 10 horas do dia nós já “tava” de volta e ninguém tinha um pinga de medo e hoje em dia...me abalar daqui pra Quixeré de bicicleta? Vou não que tenho medo, vou de moto e é com medo que é rápido, né? Imagine de bicicleta. [...] tempo bom era o outro que a gente trabalhava, mas vivia uma vida tranquila, hoje ninguém tem mais tranquilidade não. Além da comida, a água, olha que a gente sentar pra comer uma comida e achar que ali é uma comida saudável, né? Aí então se era mais tranquilo e hoje a gente senta pra comer e pensa: Oh, meu deus, será que isso aqui foi muito banhado? A gente só come uma siriguela, uma goiaba aqui no quintal e acha que é saudável porque não tem químico aqui, não tem veneno e não tem nada, mas até o tempo que o avião passava [risos] tinha medo, né? Mas é isso mesmo...o que a gente pode fazer, né? (Joana, 57 anos, agricultora).

A fala de Joana apresenta a desestruturação do modo de vida da comunidade e os impactos sobre a saúde, segurança e autonomia. No entanto, ao final de seu raciocínio ela expressa mais um elemento determinante para a neutralização da resistência que é a sensação de impotência. Na fala das pessoas

entrevistadas, é perceptível a incorporação dos sistemas de classificação que separam os “grandes” dos “pequenos”. Ao corroborarem com essa categoria de divisão do mundo, sentem-se obrigados a aceitar a realidade da *doxa* como inevitável ou a esperar que terceiros resolvam o problema, como podemos perceber nas falas a seguir.

Eu acho que as autoridades poderiam solucionar esse problema porque nós somos pequenos, né? A gente faz a parte da gente, não ficar calada porque quando você se cala você não sabe o que está acontecendo, mas eu acho que todos já sabem o que está acontecendo, se não foi solucionado o que devemos fazer? (Lohana, 40 anos, professora).

A própria Rede Globo filmou sobre a Chapada aqui e exatamente falando sobre agrotóxicos, contaminação de água e da terra. A gente tem experiência que alguém vai falar pela gente e resolver. A experiência que a gente tem é essa. A esperança que a gente tem é que alguém vai resolver. [pergunto quem seria] Eu não sei [pausa] Aí é que tá...aí é que tá... “é” os poderes públicos...imagino assim...acho que “é” os únicos que podem intervir...é o poder público...desde que eles queiram. (Alex, 32 anos, agricultor).

Às vezes, algumas pessoas citam o governo como o único agente capaz de resolver a situação, porém, ao longo do desenrolar do próprio raciocínio quase sempre chegam à conclusão de que existe uma aliança entre o governo e os grupos econômicos e acabam recaindo no discurso da impossibilidade.

Sem dúvida nenhuma, o governo é o poder e eu costumo achar que a gente tem o poder porque a gente colocou o governo lá, sem dúvida, mas o poder do governo é um poder de momentos e se ele quiser, nesse momento...agora...ele pode, nós já não podemos. Uma sociedade pra se organizar e vir combater um governo é chão e um governo se organizando pra combater uma sociedade é minutos porque ele tá com poder no momento. Aí eu acho que o governo só teria que ter mais um pouquinho de consciência e nós cobrarmos dele porque se ninguém for atrás, se ninguém gritar, se ninguém tomar essa água aí, como é que ele vai entender enxergar que tá errado? ...assim...enxerga ele enxergar, mas se todo mundo fica de braço cruzado, logicamente que ele não vai, né?...quem cala consente...se a sociedade se manifestasse [...] só que a comunidade se acomoda e o governo acha bom que a comunidade se acomode que pra ele o interessante é esse: que todo mundo fique quietinho tomando o veneninho diário e pronto. Aí alguns...no caso de alguns empresários que vivem esse agronegócio deles...já que já é até de família...são mais aliados do governo do que nós. A realidade é essa...como eles são aliados do governo, no caso alguns pequenos que batalham pra poder crescer são cobrados pelo nosso governo absurdos, outros os que tão lá já cresceram que tão só mantendo o que tem ou muitas vezes só tirando dos pequenos...a diferença é grande em questão de cobrança do governo, aí é difícil. O pequeno desanima em saber que pra ele não existe pra onde ele correr e o que buscar, mas não existe o incentivo, existe é o medo...existe é digamos que ...[gagueja ..solta um longo suspiro e retoma] ...aquela questão que a gente fica sabendo que tem que fazer, mas não pode. (Sônia de Oliveira, 37 anos, comerciante).

A fala de Sônia é emblemática da situação de “beco sem saída” na qual a população sente estar. Ela começa refletindo sobre o poder de mobilização do povo para influenciar o governo e diz que o problema é o fato da comunidade ser muito acomodada. Porém, na medida em que o raciocínio se desenvolve, Sônia constata que talvez isso não resolvesse o problema, afinal, haveria uma relação de cumplicidade entre os empresários e o governo. Ao chegar a essa conclusão, Sônia fica sem palavras, prende a respiração e finaliza dizendo que sabe o que tem que fazer, “mas não pode”.

5.6 Das águas que calam ou “Quando fala em água todo mundo se cala”

- Só tem um detalhe...um problema...é muito difícil conseguir reunir gente da comunidade - a não ser que seja assim na igreja -, mas juntar gente pra vir pra cá [reuniões do grupo] é difícil, viu...pense. (Grupo de pesquisa – integrante A)

- É por que...justamente...a comunidade... (Grupo de pesquisa – integrante B)

- Você não percebeu que é difícil? [se dirigindo ao integrante B] É por que você não vive como nós, como eu, como Miriam...é!...naquela realidade...desde o início, vamos botar assim...como o Zé Maria...pronto...desde o início, que o Zé Maria era vivo, que gente vem nessas reuniões na comunidade [...] Aí o pessoal...eu não entendo o pessoal...”acham” que é besteira essas reuniões e que não chega a lugar nenhum, eu imagino dessa forma, é difícil, né não? [procurando apoio do grupo] (Grupo de pesquisa – integrante A)

- É uma realidade que a gente vai enfrentar, é isso aí, as pessoas não estão nem aí... (Grupo de pesquisa – integrante B)

- Não é que as pessoas não estejam nem aí é porque as pessoas têm medo! (Grupo de pesquisa – integrante C)

O debate acima ocorreu durante a primeira reunião do grupo de pesquisa quando alguns integrantes sugeriram a ampliação do coletivo e fomos alertados para a dificuldade que teríamos em agregar outras pessoas ao grupo. Desde o início, fomos avisadas de que a água seria um tema difícil de tratar, pois é um assunto, de modo geral, silenciado. Segundo nossos informantes, a água não é um tema presente nos espaços cotidianos, embora a população conviva com o medo da contaminação, entre eles, esse não é um assunto para conversas nas calçadas ou para a hora de um café. Desse modo, a água só entra em questão nos espaços institucionalizados para isso, como as reuniões da associação que, por sinal, ocorrem com cada vez menos frequência e adesão.

Ao longo da pesquisa de campo, constatamos que falar da água envolve uma série de problemas sobre os quais a comunidade teme se posicionar. Inúmeras vezes, ao longo das entrevistas, nos solicitaram o desligamento do gravador, isso geralmente ocorria quando as pessoas queriam dar um depoimento mais contundente. Também ocorreram fatos como a proibição dos pais de um dos integrantes do grupo de prosseguir participando de nossas reuniões ou a interrupção de uma entrevista pelo filho de uma de nossas informantes que questionou se ela seria publicada em algum jornal de grande circulação, pois caso fosse deveria ser interrompida imediatamente, entre outras situações que deixaram claro que há um bloqueio promotor de silenciamentos.

A fala, que também se constitui como dispositivo de elaboração de pensamento, produtor e veículo de representações, passou a sofrer censuras que evidenciam as armadilhas de um campo marcado por relações de poder desiguais. A imposição do silêncio não ocorre necessariamente de fora para dentro, pelo menos não de maneira ostensiva, é resultado da internalização de normas tacitamente aceitas diante da violência simbólica à qual populações vulnerabilizadas estão expostas. De acordo com Bourdieu (2008a), a censura tem menor necessidade de se manifestar como uma proibição explícita ou imposta por alguma autoridade, quanto mais fortes são os mecanismos que atuam para fazer com que os agentes incorporem através do *habitus*, inclusive linguístico, as estruturas objetivas do campo social.

[...] A censura alcança seu mais alto grau de perfeição e invisibilidade quando cada agente não tem mais nada a dizer além daquilo que está objetivamente autorizado a dizer: sequer precisa ser, neste caso, seu próprio censor, pois já se encontra de uma vez por todas censurado, através das formas de percepção e de expressão por ele interiorizadas, e que impõem sua forma a todas as suas expressões. (BOURDIEU, 2008a, p. 132 e 133).

O *habitus* tende a orientar as ações dos sujeitos na medida em que se configura como um produto das relações sociais objetivamente impostas, assegurando assim a reprodução das próprias relações que o engendraram. Diante disso, a capacidade de reagir à violência simbólica é amortecida, pois a incorporação das estruturas faz com que os sujeitos deixem de perceber a arbitrariedade envolta nas interdições sociais às quais são submetidos. Isso implica a formulação de categorias de percepção geradoras do sentido de posição que

assumem dentro do campo social e determinam o que pode e o que não pode ser dito implicando numa

[...] aceitação tácita da posição, um sentido dos limites ('isso não é para nós') ou, o que é a mesma coisa, um sentido de distância, a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar - e isto, sem dúvida, de modo tanto mais firme quanto mais rigorosas são as condições de existência e quanto mais rigorosa é a imposição do princípio de realidade (daí o profundo realismo que caracteriza frequentemente a visão do mundo dos dominados [...] funcionando como uma espécie de instinto de conservação socialmente construído. (BOURDIEU, 2007, p.141, grifos do autor).

Diante de um campo social que os coloca em situação de vulnerabilidade frente aos poderes arbitrariamente estabelecidos, dos quais acreditam depender para manter suas condições de vida e, inclusive, a própria vida, uma vez que a violência imposta se expressa também via força física, a conservação e a preservação da ordem se impõem, conforme explicita uma de nossas informantes ao elencar os principais motivos de bloqueio da ação dos sujeitos.

As pessoas têm medo de perder o emprego, as pessoas têm medo de ficarem sem água, as pessoas tem medo de serem mortas, porque quando fala em água todo mundo se cala. Já vem logo a memória, "Ah, a [empresa A] desempregou 4 mil pessoas porque Zé Maria começou esse movimento". A gente sabe que não foi, mas eles botaram na cabeça que foi isso porque a própria [empresa A] criou boatos pra que as pessoas acreditassem nisso...aí...então...o que as pessoas têm medo é de perder emprego, de ficarem sem água, do SAAE cortar a água e não terem mais condições de terem água e as pessoas tem medo de morrer, dizem:

- "Eu vou me meter nisso? Olha o que aconteceu com o Zé Maria" "É" as três coisas que as pessoas mais têm medo. (Grupo de pesquisa).

Essa fala evidencia as posições que marcam o campo social no qual se movem os sujeitos da pesquisa. Dois agentes de poder estão demarcados nesse argumento representando claramente as formas de domínio exercidas sobre a população. As empresas, que se apoderaram do espaço da Chapada, representam a força do poder econômico e utilizam da chantagem do emprego para amortecer contestações. O medo da perda do emprego faz com que as comunidades silenciem diante das arbitrariedades impostas. Já o SAAE é percebido como um agente público que concede, ocasionalmente, benefícios à população, mas investido do poder de retirá-los conforme a necessidade de manipulação. Um terceiro elemento – o medo da violência física - surge como resultado da vulnerabilidade da população frente à opressão do poder econômico e a inoperância do poder público em garantir direitos e proteção. O assassinato da liderança comunitária, exemplificado no grupo

de pesquisa, foi um ato de violência física que passou a operar também como violência simbólica impondo o agravamento do medo e da insegurança;

[...] depois que o Zé Maria morreu as pessoas evitam procurar saber ou então estou conversando sobre isso [água] "não, vamos mudar de assunto" sabe uma coisa assim? As pessoas têm muito medo e mesmo...e talvez ...talvez até quando as pessoas pararem pra pensar, pra raciocinar um pouquinho elas vão ver "ah, pelo menos ele morreu, mas alguma coisa está sendo feita", assim, por cima, né, mas eu não acho que as pessoas vão dizer "ah, conquista grande" e não sei o que, vão ter noção daquilo. Eu particularmente não acho. A morte do Zé Maria deixou as pessoas com muito medo, de não querer falar no assunto. Eu não fiquei com medo, não com medo porque ninguém vai fazer depois da morte dele, difícil alguém que vá fazer coisas na escala que ele fazia, né, denúncias e tal, mas sempre há um receio, sempre há. (Mari, 20 anos, estudante).

Mari evidencia as consequências operadas pela violência cometida contra a liderança comunitária ao afirmar que não tem medo, pois - depois do ocorrido -, ninguém mais vai voltar a se pronunciar da mesma forma, portanto, não haverá mais perigo de sanções físicas, a interdição simbólica já é suficiente para provocar o silenciamento. Nesse cenário, é importante considerar que o silêncio também faz parte do discurso e, segundo Bourdieu (1983a), para conseguir compreender o que ele nos diz é preciso conhecer a constituição do grupo do qual o silêncio emerge e revelar as condições ocultas que são determinantes para compreender o que pode e o que não pode ser dito. A fala de uma de nossas entrevistadas é reveladora nesse sentido.

O pessoal não gosta de falar disso não que o pessoal tem medo, eu também não falo não [o problema da água contaminada]. Eu tenho medo! É por causa do Zé Maria, eu mesmo nem falo...quando às vezes tinha reunião pra ir eu nem ia, você vê que eu nem vou, nem eu e nem a outra agente de saúde, nós mesmo já dissemos, não vamos não se meter nisso. Pra sobrar pra nós? É que o povo "vão se" embora e nós ficamos aqui. Nós "pensa" aqui que quem vem fazer a reunião faz e vai embora e nós "fica" aqui dia a dia. Não! Nós "tem" medo de morrer porque aqui foi não foi matam um. A gente tem medo de morrer, foi num foi morre uma pessoa e ninguém nunca descobre a pessoa não sabe nem quem foi, tem morrido muita gente aqui, por isso a gente tem medo. Nós "tem" tanto medo de falar dessas coisas que nós só "faz" nosso trabalho mesmo, o básico, só o que é pra fazer mesmo, outra coisa não. Eu nunca fui em reunião aqui nem pra essas caminhadas que tem [se referindo a Semana Zé Maria]. Eu não, porque eles ficam olhando visando a gente e a gente fica todo dia aqui nas casas, né. Eu nasci e me criei aqui. Eu vou me meter em nada de ninguém? Eu einh! Pode vir quem vir, faço de conta que não estou nem vendo, sempre eu não vou resolver. Nós não fala nas coisas, nem nós e nem ninguém do posto ali, nem o próprio médico e a enfermeira. Isso é assunto que, diz que nem o ditado, não interessa a nós! Não...por causa disso, "to" por fora disso. (Paula, 47 anos, agente de saúde).

Paula demonstra alguns aspectos constitutivos do grupo como, por

exemplo, a internalização de que são despossuídos do poder de modificar a própria realidade. Essa percepção revela a chave de uma categoria de pensamento usada para a auto-classificação do grupo. De acordo com Bourdieu (2008a) nada é mais revelador de um grupo do que as categorias pelas quais ele se pensa. A percepção de que “isso não é para nós”, “não podemos fazer nada”, “nós não temos força” é reflexo da internalização de uma estrutura que bloqueia a potência transformadora relegando-os ao lugar de dominados dentro do campo social. Por isso, a subversão política exige uma subversão cognitiva que só pode ser realizada com a construção de novas categorias de pensamento que explorem “a possibilidade de mudar o mundo social modificando a representação desse mundo que contribui para sua realidade [...]” (BOURDIEU, 2008a, p. 118).

Antes mesmo do assassinato de Zé Maria do Tomé, a comunidade temia participar de movimentos de contestação da ordem estabelecida, tanto que várias falas evidenciaram o número de alertas que foram dados ao líder comunitário.

[...] o pessoal dizia assim "Zé Maria você é muito é doido o que vai acontecer é que, qualquer dia desses, você pode perder sua vida", "Você é maluco de ir bulir com peixe grande" esse tipo de coisa conversavam pra ele [...] (Eulália, 53 anos, agricultora).

Ao romper com a *doxa* estabelecida, assumindo um *discurso herético*, as atitudes do líder comunitário provocavam estranhamento na comunidade. Além do medo, concorria para isso o fato de que Zé Maria era integrante desse grupo, um grupo que não se reconhecia como possuidor de poder de fala, portanto, era difícil o reconhecimento da legitimidade de seu discurso, conforme evidencia a fala de outra informante.

As pessoas não acreditavam nele e no começo ele não chamava muito a atenção das pessoas, ele falava na rádio e tudo, mas as pessoas não ligavam, então ele me procurou porque como eu trabalho na igreja ele achou que eu tinha mais autoridade com as pessoas, aí foi que quando eu comecei as pessoas começaram a frequentar e o padre Almir, ele tava como diácono aqui, e ele foi e convidou o padre Almir e aí ele conversou com o pessoal da Cáritas. Aí veio a Cáritas, quando veio o pessoal de Limoeiro a comunidade começou a acreditar porque tinha gente de fora envolvido não era só "o besta do Zé Maria", como muita gente chamava. Aí foi que começou a comunidade a participar das reuniões e começou a acreditar. Depois que ele fez isso, o Ministério começou a fiscalizar as empresas [...] depois desse trabalho do Zé Maria... muita gente chamava ele de besta, mas ele conseguiu várias conquistas. Ele tinha um grupo de pessoas...hummm...assim...pra reunião mesmo daqui só ia eu e ele, a doutora Bianca sempre dizia "Zé Maria, você tem que trazer mais gente". (Miriam, 38 anos, agricultora).

Conforme Miriam reflete, só houve uma preocupação maior da comunidade com o tema quando “gente de fora” começou a contribuir com a discussão. Esse fato é permanentemente lembrado pelos nossos informantes que sempre atestam a dificuldade de realização de diálogo da comunidade entre si e a necessidade de agentes externos para que uma reunião receba adesão é sempre demarcada. Compreendemos isso como um reflexo direto dessa destituição de poder de fala que o *habitus* incorporado impõe. Por isso, Bourdieu (2008a) propõe que o *discurso herético* contribua

[...] não somente para romper com a adesão ao mundo do senso comum, professando publicamente a ruptura com a ordem ordinária, mas também produzindo um novo senso comum e nele introduzir as práticas e experiências até então tácitas ou recalçadas de todo um grupo, agora investidas de legitimidade conferida pela manifestação pública e pelo reconhecimento coletivo. (BOURDIEU, 2008a, p. 119).

Essa é, entre outras, a importância de construir novas categorias e representações para pensar o mundo social.

5.7 De bem comum à mercadoria

“Água representa pra mim a vida,
representa a vida porque água é sangue e é vida,
porque a água é o sangue da terra.”
(João, 80 anos, agricultor)

A mercantilização da água é provavelmente uma das maiores expressões da lógica da apropriação da natureza para a geração de lucro. Para que o avanço da produção e consumo capitalista se invistam de legitimidade e continuem avançando sobre os bens comuns é necessário operar mudanças de ordem cognitiva capazes de alterar o sentido das relações estabelecidas entre as diferentes sociedades com a natureza. Conforme discutimos anteriormente, a racionalidade moderna provocou rupturas entre a sociedade e a natureza colocando a segunda como algo externo ao campo das relações socioculturais. Com o advento da mundialização da economia, essa ruptura se faz ainda mais necessária para que fosse possível bloquear ações de resistência, empreendidas por grupos humanos que possuem formas de significar a natureza que não coadunam ou se restringem às relações mercantis e aos processos de mercantilização dos bens ambientais.

De acordo com Figueiredo (2007), no semiárido brasileiro a água e a terra foram historicamente apropriadas por elites econômicas oligárquicas e usadas por poderes políticos para a manipulação de grupos sociais. No entanto, Figueiredo (2007) afirma que, mesmo diante desse cenário, transparece uma recusa popular em aceitar a propriedade privada da água, o que poderia ser verificado nos atos de subversão da ordem, a exemplo da retirada clandestina de água de açudes privados, entre outras estratégias. Além disso, a própria construção simbólica dos sertanejos sobre a água, fortemente pautada pela relação com o divino, aponta uma maneira de significá-la que recusa a possibilidade de domínio humano. A água tende a ser percebida como uma “benção” ou dádiva que, antes do controle humano, estaria sujeita aos desígnios das divindades, pois, como acentuou um de nossos informantes “É Deus primeiro e abaixo dele o governo porque se Deus quiser ele manda o inverno e é tudo favorável”.

No entanto, essa compreensão vem sendo alterada pela modificação das relações sociais em torno da utilização da água. Porto-Gonçalves (2012) aponta em sua reflexão sobre o tema que as velhas oligarquias latifundiárias regionais e políticos populistas, antigos protagonistas do jogo de intermediação entre “secas e bicas”, estão sendo substituídos por novos agentes de poder que se articulam não mais em escala regional, mas planetária. De acordo com Porto-Gonçalves (2012) a base ideológica para o avanço desses novos agentes está na propagação do *discurso da escassez* usado para legitimar intervenções que, assentadas sobre um discurso técnico e científico, supostamente resolveriam os conflitos estabelecidos diante da crise da água. Porém, o discurso da escassez é questionável uma vez que a água doce disponível no planeta “[...] é, pelo menos desde o recuo da última glaciação entre 12.000 e 18.000 anos atrás, a mesma desde então até os nossos dias [...] Se maior não é a quantidade de água potável é porque, na verdade, maior não pode ser [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 415). De modo que a raiz dos problemas relativos à água não está em sua falta, mas em sua desigualdade distributiva e, mais recentemente, nos desequilíbrios ecológicos globais que afetam de maneira desigual as populações humanas.

A água não pode ser tratada de forma isolada, como pretende a razão instrumental, uma vez que sua circulação não ocorre de maneira abstrata como nos típicos esquemas que representam o “ciclo da água”. Abstrato porque o ciclo da

água em sua dimensão real precisa considerar também sua circulação social, afinal, todos nós individualmente e socialmente dele participamos. Tudo o que produzimos e consumimos necessita de água para existir, por isso, sua apropriação e dominação é tão relevante para a manutenção da lógica capitalista. Segundo Porto-Gonçalves (2012) “[...] como a água se infiltra em tudo – no ar, na terra, na agricultura, na indústria, na nossa casa, em nosso corpo -, revela nossas contradições socioambientais talvez melhor do que qualquer outro tema.” (p.428).

Com o advento da globalização econômica, a espacialização da produção mundial tem favorecido a ampliação do desenvolvimento desigual e combinado entre os países e a aceleração do que Harvey (2004) chama de *acumulação por espoliação* ou seja:

[...] a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade - comum, coletiva, estatal, etc. - em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativo tráfico de escravos; e a usura, a dívida pública e, finalmente o sistema de crédito. O estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, desempenha um papel crucial ao respaldar e promover estes processos. (HARVEY, 2004, p.109).

Esses processos têm sido responsáveis pela apropriação privada e pela pilhagem dos bens ambientais dos países nos quais se instalam grandes conglomerados econômicos que visam à produção de mercadorias (sejam elas industriais ou *commodities* agrícolas) para os países centrais. Sendo a agricultura a atividade econômica que mais consome água no mundo, países como o Brasil, que possuem terras cultiváveis e água em abundância, passam a servir de produtores de *commodities* exportando com eles um imenso volume de água e energia.

Basta se multiplicar por mil os milhões de toneladas de grãos de milho, de soja, de girassol para sabermos a quantidade de água que está sendo importada pelos países para onde as relações sociais e de poder dirigem o fluxo das matérias. O mesmo raciocínio pode ser feito com o alumínio, o papel e a celulose. As indústrias e plantações altamente consumidoras de água, ou que nela lançam muitos rejeitos, [...] vêm transferindo, desde 1970, para os países ricos – energia, minerais, solos, sol, água –, exportando proveitos e deixando rejeitos. A ideologia do desenvolvimento abençoa essa lógica, para o que muito vem contribuindo os organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial e OMC) com suas políticas de ajuste, fomento, ajuda e apoio. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 426).

Não por acaso, a formulação da proposta de reforma hídrica brasileira, com início na década de 1990, teve a “colaboração” do Banco Mundial. Contando

com o aval dos governos locais e sob a pressão do grande capital e dos países do Norte, o Brasil empreendeu uma série de reformas estruturais que resultaram na instauração de avançados sistemas de planejamento e controle da oferta hídrica, na privatização de serviços de abastecimento e na transformação da água bruta em mercadoria. No caso do Ceará, o Banco Mundial firmou parceria com o governo do estado, em 1994, com o objetivo de consolidar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, inclusive resultando na criação da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos - COGERH, e o início da cobrança pelo uso da água. Além disso, o Banco financiou vários projetos de infraestrutura hidráulica que garantiram a oferta de água para a atração de empresas agrícolas e indústrias diversas.

Todo esse debate sobre novas formas de gestão política da água, que se legitima pelo discurso de enfrentamento à escassez tem, na verdade, a finalidade de atender aos interesses de determinados setores econômicos. De outro modo, não se justificariam os altos investimentos em políticas de irrigação e mega obras hidráulicas, como a transposição das águas do rio São Francisco.

Desse modo, embora o discurso legitimador de todo o aparato gerencial e tecnológico instaurado para lidar com a água seja baseado no enfrentamento à escassez, o que ocorre na prática é a destinação de volumes cada vez maiores de água para atender a crescente demanda do capital internacional que se aloca em regiões como a Chapada do Apodi visando à produção de *commodities* para exportação à custa da expropriação dos bens ambientais das populações locais.

A implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi não apenas não garantiu água para que os povos da região pudessem desenvolver suas atividades agrícolas tradicionais de maneira independente como também limitou a realização dessas atividades ao promover violentos processos de desterritorialização. Não bastasse isso, como é próprio dos mecanismos de dominação econômica do capital, tem desestabilizado os sistemas culturais e os modos de vida que determinam a relação dessas populações com a natureza.

Visando extrair recursos naturais, o capitalismo necessariamente inclui novos espaços [...] Mas, ao serem modificadas as relações espaciais, as relações temporais também se alteram, dado que os espaços recém-incorporados deixam de ser governados pelo tempo de reprodução da natureza. O capitalismo solicita novos territórios, acelerando os tempos de produção econômico que se comporta segundo uma ordenação temporal calcada na rapidez imposta pela circulação de capital, assim como por meio de uma taxa de juros, e um tempo geoquímico e biológico controlado pelos

ritmos da natureza expressa-se então na destruição irreparável da natureza e das culturas que valoravam de um modo diferente seus recursos naturais. (ALIER, 2007, p. 290).

A relação com a água, então, passa a ser mediada também pelo seu valor de mercado provocando ressignificações na teia das representações. No caso das comunidades da Chapada do Apodi, como a comunidade do Tomé, uma das faces do avassalador processo de apropriação da água é a contaminação por uso de agrotóxicos. O medo do envenenamento provocou a criação de um novo mercado de águas na região representado pelo crescimento do consumo de água engarrafada. A comunidade passou a ter sua relação com a água – que antes, mesmo com as dificuldades de acesso, era gratuita -, mediada por uma conta cobrada pela água que sai das torneiras e pela conta aberta nos mercadinhos locais para a compra da água de beber.

Assim, há que concretamente se apropriar da água nos lugares onde ela está e onde soem estar as populações com outros usos da água para a vida. Assim como as guerras não se ganham com bombardeios, embora gerem pânico e horror, há que se fazer presente no território de onde a água não pode ser abstraída, porque ela atravessa toda a sociedade e seus lugares. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.444).

Como as representações não servem apenas para falar sobre o mundo, mas também para agir sobre ele, as reconfigurações representacionais da água acabam modificando também seus modos de uso. Ao analisar as falas da população do Tomé sobre a utilização da água é possível identificar a presença de representações oriundas de diferentes formações discursivas que vão compondo uma teia na qual os laços de uma compreensão da água enquanto bem comum começam a se romper dando lugar a percepções mais individualistas e mediadas pelo valor econômico.

Nas falas captadas através das entrevistas, nossos informantes pontuaram a percepção de que o estabelecimento da conta de água gerou comportamentos de menor cuidado uma vez que passou a imperar a lógica da propriedade sobre ela, ou seja, “se eu pago pela água, uso como eu quiser”.

As pessoas desperdiçam muita água, é uma coisa que eu fico horrorizada quando passo ali e vejo e logo tem muitos poços secando e as pessoas não se dão conta de que tá acabando [...] desperdiçam muita água, muita água [...] 4 horas da tarde as pessoas estão aguando o terreiro, não sei se você viu, né? Porque geralmente essas coisas são assim, a gente passa o mês inteiro vendo aí vai falar "Olha, tá acontecendo isso", aí você chega e não acontece, mas é um desperdício grande aguando, por causa da poeira que

é muita...aguando a pista. [...] Eu acho que é porque o povo pensa "não, eu tô pagando" ...acham que...não...já há muito tempo que tem água encanada "não, isso não acaba mais não, tô pagando" essas coisas de gente ignorante. (Mari, 20 anos, estudante).

Contrariando a lógica vigorante nas modernas políticas de gestão de recursos hídricos que supõe seu melhor aproveitamento a partir do pagamento de tarifas, percebemos que a mudança cultural instituída provocou o efeito contrário. Antes do advento da rede de abastecimento, a água consumida no Tomé pertencia à coletividade, seu uso não era mediado pelo valor da conta, mas pelas regras de utilização definidas no âmbito das relações comunitárias. No momento em que se estabeleceu o pagamento de tarifas, a noção da responsabilidade coletiva sobre a água foi minimizada, pois o consumo passou a ser percebido de uma forma mais individualizada. Com isso, não pretendemos afirmar que a população não deveria ser beneficiada por melhorias no sistema de abastecimento de água, mas que esses sistemas deveriam ser pensados contemplando os padrões de uso e as formas de gestão coletiva da água já existentes nas comunidades de modo a não impor um modelo que ao alterar as relações de uso corresse também as relações de significação, pois o resultado desse processo é que “diferentes culturas e, com elas, diferentes modos de se relacionar com a natureza também vão sendo extintos e, com eles, todo um enorme acervo de conhecimentos diversos de como lidar com as dinâmicas naturais.” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.417).

O processo de rompimento com a noção de bem coletivo acaba se refletindo também sobre os discursos que envolvem os cuidados com a água. Percebemos a assimilação de discursos afinados com a lógica do capital, a exemplo daqueles que versam sobre a importância dos atos individuais.

Na minha parte eu tento economizar água, mas numa casa que tem 7 pessoas aqui...[expressão de dificuldade e suspiro] Eu regulamento, né? [apontando para si mesmo] banho simples, sem “estruição” de água. Tem gente que vai tomar banho quando vai passar sabonete o chuveiro é ligado direto, se vai escovar os dente a torneira ligada direta, tem gente que vai lavar uma roupa e a água é derramando e ali fechar sua torneira, enquanto ela tá enxaguando sua roupa, a torneira tá ligada ali do lado da pia com um “estruimento” d’água, já eu não, se “to” fazendo alguma coisa, minha torneirinha aqui do lado tá fechada. Eu tô fazendo minha parte, né? Já uns não fazem. Se todos fizessem sua parte economizava bastante água, né? (Nicolau, 24 anos, agricultor).

Se ela [água] vem lá de cima de mãozinha dada feito chuva...amém...se ela seja sugada aqui através de uma bomba...amém também...que ela venha através de canal com agrotóxico ou não...amém. O mais interessante, na minha opinião, que a gente deveria fazer hoje era preservar, se

conscientizar e começar a economizar, a respeitar. Aí sim, depois, se infelizmente a gente chegar a não ter mais água, é perigoso você não ter água, quando você abrir os olhos você não tem mais água nem boa e nem ruim. Quer dizer, se cada um fizer sua parte hoje, quem sabe se a gente não vai ter um futuro melhor em relação à água? (Sônia de Oliveira, 37 anos, comerciante).

A incidência constante de enunciados que remetem a slogans de campanhas publicitárias “educativas” a exemplo de “se cada um fizer sua parte” revela a formação discursiva que está por trás dos discursos que restringem as soluções dos problemas ambientais à esfera individual. Isso talvez nos aponte mais um elemento a se considerar na reflexão sobre o bloqueio da capacidade de articulação coletiva que a comunidade vem apresentando para enfrentar os problemas relativos à água.

Além da alteração do modo de uso decorrente da instalação de um novo sistema de abastecimento, a percepção do risco de contaminação da água por uso de agrotóxicos provocou outras mudanças nos hábitos de consumo. Com medo do envenenamento, várias famílias deixaram de beber a água que sai de suas torneiras e passaram a restringir seu uso às atividades nas quais não há ingestão direta. Dessa maneira, a compra de água engarrafada – até então praticamente inexistente na comunidade -, cresceu rapidamente.

Visitamos todos os mercadinhos que comercializam água engarrafada na comunidade, 15 no total, e mais um depósito de bebidas que é o principal fornecedor da região (FIGURA 21), para tentar identificar a quantidade vendida semanalmente.

Figura 21 - Depósito de bebidas



Fonte: Acervo da pesquisa (2013).
Imagem produzida pelo Grupo de pesquisa.

De acordo com o levantamento, estimamos que entre 500 e 550 galões d'água de 20 litros sejam consumidos por semana o que significaria, pelo menor número, que cerca de 80% das unidades familiares comprem pelo menos um galão por semana, confirmando o que já tinha sido indicado pelas entrevistas.

Eu participei de uma reunião há pouco tempo, uns dois meses atrás, eu participei de uma reunião lá no SAAE e até falei da problemática dessa água...que o pessoal “era” suspeito...até eu falei que 80% da população não usava essa água pro consumo, pra beber. Tanto que eu falei lá que “carradas” e “carradas” de água subiam a Chapada [...] (Francisco, 38 anos, agricultor).

Diante de tudo que a gente já tem conhecimento, eu acho que não só eu como quase 75% da população consome a água pra que?...pra lavar roupa, pra lavar casa, pra aguar as plantas, mas não pra tomar, não pra beber. A gente vê que todos os comércios tem água naqueles potinhos. Antes a gente chamava de água Indaiá hoje em dia tem vários sobrenomes é Apodi, é Santa Clara, Santa Luzia, as pessoas por mais que não tenha assim a coragem de dizer, mas eles têm a consciência que a nossa água não é límpida, não é pura, não é potável pra ser consumida como deveria. (Taiane, 37 anos, professora).

As pessoas têm medo. A maioria do pessoal aqui, eu tenho dizer que 60 a 80% aqui toma água mineral, é difícil, contado nos dedos a pessoa que não toma água mineral, água tratada. Aqui a gente usa ela. A maioria do povo aqui é assim, agora pro consumo, pra lavar é da outra, agora, pelo menos é menos, porque mais perigoso é você tomar de minuto em minuto um copo d'água e de instante em instante você não tá comendo comida cozida, né? (Paula, agente de saúde, 47 anos).

A compra de água foi a forma encontrada pela população para tentar se proteger dos riscos da contaminação, mesmo diante do impacto provocado pela medida sobre a economia doméstica, pois o custo de um galão varia entre R\$ 2,50 a R\$ 6,00. Considerando que nem todas as famílias possuem recursos disponíveis para garantir a compra constante, essa situação tem causado desconforto na comunidade pela desigualdade que gera.

Eu acho que aqui na Chapada o problema é esse negócio das pessoas que usam a água, mas não tem condições de comprar aquela pra beber ou pra consumir com alimentação fazer um arroz, um café precisar usar aquela da torneira que a gente sabe muito bem que é contaminada, né. Tem muitas famílias humildes aqui que não tem condição de comprar um galão de água [...] o que eu mais penso é nessas famílias que não pode porque eu, minha

família, minha avó, todos “bebem” água comprada, mas as famílias que não podem? É tipo assim...eu posso tomar banho com ela, posso fazer o feijão, mas pra beber só se for a boa mesmo. (Nicole, 21 anos, estudante).

Como exposto na fala de Nicole, a comunidade compreende que a utilização da água engarrafada é uma alternativa que não resolve o problema da coletividade. Nem mesmo resolve de fato o problema individual uma vez que, ao falar sobre a utilização da água engarrafada, quase sempre concluem que essa medida no máximo reduziria a ingestão de água contaminada uma vez que não podem comprar água para atender a todas as necessidades.

Eu mesma, eu posso beber que eu não vou dizer assim "ai que não bebo dessa água nunca na minha vida"...posso beber...se faltar água Indaiá e não tiver em canto nenhum pra comprar, mas eu corro é léguas pra “mim” comprar pra “mim” beber. Agora pro trivial...[pausa prolongada] acho...eu acho que é a mesma coisa porque a gente cozinha com ela, toma banho com ela, eu acho que tem poucas serventia a gente comprar da Indaiá só pra beber, né? Eu acho...não sei...a água mineral aqui tá com uma venda medonha é R\$ 4,00 “real” um bujão e mesmo assim muita gente compra...é caro...era pra gente não pagar...era pra gente ter água saudável pra tudo. (Joana, 57 anos, agricultora).

Joana explicita o medo de consumir a água do sistema de abastecimento para beber, afirma que só faria isso em caso de extrema necessidade e completa dizendo que não importaria a distância que tivesse que percorrer para buscar a água de beber, pois ainda sim iria. Porém, logo depois, Joana mostra uma compreensão de que essa pode ser uma medida paliativa ou simplesmente ilusória, pois se dá conta de que acaba ingerindo a água comum por outros meios. Esse momento de inflexão aconteceu em praticamente todas as entrevistas realizadas com pessoas que consomem água engarrafada. Em geral, elas começam demarcando a importância de não consumir a água que sai das torneiras para ingestão direta, mas no desenrolar das próprias reflexões acabam concluindo que essa talvez não seja a melhor saída. No entanto, acreditam que é a única forma imediata de minimizar os males que porventura possam ser provocados pela contaminação.

Mesmo entre aqueles que não consomem água engarrafada, o valor monetário se faz presente, pois alguns só não compram por realmente não possuírem recursos para tal.

A água num tem higiene porque faz o tratamento aí, mas ninguém sabe lá. Na minha casa eu bebo dela mesmo porque eu não tenho condições de comprar porque eu já pago água cara da torneira e se eu comprar água mineral meu aposento não dá. (Raimundo, 65 anos agricultor).

Dessa forma, a monetarização da água tem provocado também uma distinção entre os que podem e os que não podem pagar por ela. Uma das entrevistas nos deu a pista de que esse pode ser mais um elemento a considerarmos para compreender o esforço que muitos fazem para garantir a compra da água de beber. Um dos jovens entrevistados nos contou que em sua casa era consumida água engarrafada, mas que ele não era de acordo, pois achava uma “ilusão” e “muita riqueza”. Quando perguntei a razão do uso desses termos, ele respondeu:

Como explicar... [pausa pra pensar] Por que o pessoal quer se achar, tem alguns que “quer” se achar é [imitando uma fala com tom arrogante] “não, na minha casa só toma água mineral, projeto não tem...tal...tem sapo dentro, tem aquilo.” (Nicolau, 24 anos, agricultor).

O elemento que Nicolau aporta é importante de ser considerado quando observamos que as pessoas que consomem água engarrafada normalmente classificam aquelas que não compram de uma das seguintes formas: ou são pessoas, nos termos utilizados pelos entrevistados, “ignorantes” ou são pessoas “muito humildes”. Desse modo, o consumo de água comprada também pode estar atuando como signo de distinção dentro da própria comunidade.

6 PARA DESAGUAR OU CONCLUIR: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na verdade, sabe-se que a ordem social deve em parte sua permanência à imposição de esquemas de classificação que, por se ajustarem às classificações objetivas, acabam produzindo uma forma de reconhecimento desta ordem que implica justamente o desconhecimento da arbitrariedade de seus fundamentos: a correspondência entre as divisões objetivas e os esquemas classificatórios, entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais, está na raiz de um tipo de adesão ordinária à ordem estabelecida. A rigor, a política começa com a denúncia deste contrato tácito de adesão à ordem estabelecida que define a *doxa* originária. Em outros termos, a subversão política pressupõe uma subversão cognitiva, uma conversão da 'visão de mundo'. (BOURDIEU, 2008a, p.117,118)

Assim como o desaguar de um rio não significa seu fim, pois suas águas, nutrientes e sementes de vida adentram as águas de outros rios e mares gerando infindáveis possibilidades de continuidade, desejamos que o olhar que lançamos sobre as representações da água na Chapada do Apodi possa se somar a outras pesquisas e lutas que sigam adiante fortalecendo as ações de resistência que nascem nesse território.

A foz do nosso rio se assentou sobre o desejo de compreender como os processos de modernização agrícola que avançaram sobre o Nordeste brasileiro, e em especial na Chapada do Apodi, modificaram não só os modos de uso e apropriação da água, mas também suas representações pelas comunidades locais.

Adentramos a realidade da Chapada através da comunidade do Tomé na qual encontramos processos de vulnerabilização provocados por um modelo de modernização do campo que gera rupturas não apenas na dinâmica territorial, mas também temporal e cultural. A expansão do agronegócio na região, concretizada mais fortemente a partir da implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi na década de 1980, vem provocando a desterritorialização, a privatização e contaminação da água e do solo por agrotóxicos, o adoecimento de trabalhadores e trabalhadoras e o crescimento de um contexto de vulnerabilização social, processos que vão sendo legitimados pelo discurso da geração de emprego e renda.

Em nome de um suposto progresso, as populações locais são levadas a conviver com a perda de condições de desenvolvimento autônomo; o que recebem em troca são empregos precários nas empresas agrícolas pelos quais recebem

baixos salários que lhes possibilitam, senão uma vida digna, acesso aos bens de consumo que antes não possuíam.

A instalação do perímetro irrigado, ao contrário do que anunciava, não concretizou a ampliação da oferta hídrica para as populações locais. O que vemos hoje é a concentração da água, que sobe a Chapada do Apodi através dos canais de irrigação do perímetro, nas mãos de empresas nacionais e internacionais da fruticultura. Além disso, o aumento da demanda hídrica para esse tipo de produção tem sobrecarregado o aquífero Jandaíra – localizado sob o solo da Chapada – acelerando o processo de stress hídrico, atingindo diretamente os pequenos agricultores da região. As comunidades são atingidas também pela contaminação das águas superficiais e subterrâneas ocasionada pelo uso intensivo de agrotóxicos.

De maneira geral a população identifica os impactos negativos provocados pela instalação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi – percebendo na degradação das águas e sua privatização um dos mais alarmantes -, no entanto, ressaltam que a chegada das empresas aumentou a oferta de empregos, a ampliação de serviços públicos básicos e a dinamização da economia local. É compreensível que uma população que começou a acessar bens e serviços antes inexistentes, como água encanada, identifique ganhos nesse processo que lhes impõe riscos. No entanto, é justamente nessa lógica que reside uma das maiores perversidades de um processo de desenvolvimento que se apresenta às populações vulnerabilizadas pela via da “inclusão” por subordinação.

A lógica desenvolvimentista mina outras possibilidades de produzir, outros modos de viver e se de relacionar com a natureza indicando a modernização agrícola como única via possível. Uma modernização que, contamina, expropria e privatiza água e solo, mas que acena com a promessa de emprego e renda colocando as populações vulnerabilizadas numa situação encruzilhada. Esse contexto é permeado por relações de poder que impõe medo e silenciamento às populações e acabam por reprimir e dificultar estratégias de resistência ao avanço de um desenvolvimento nessas bases. Compreendemos que, em parte, isso ocorre porque todo projeto de hegemonia só se consolida quando consegue mobilizar forças que atuem para gerar determinados níveis de cumplicidade entre aqueles que busca subordinar. Cumplicidade esta que é conquistada pelo uso de estratégias que

bloqueiam as possibilidades de resistência através do trabalho constante de mecanismos ideológicos.

Nesse contexto, investigar o papel das representações assume relevância fundamental, uma vez que elas não servem apenas para representar o mundo tal como um simulacro, mas também para estruturá-lo à medida que são capazes de fazer existir na realidade do mundo social aquilo que enunciam. Tanto mais fácil se torna garantir o silêncio dos grupos sociais vulnerabilizados quanto mais eficiente são os processos de legitimação das categorias que dividem aqueles que podem daqueles que não podem falar. Tanto mais fácil será empurrar a degradação ambiental para determinadas populações quanto maior for a capacidade de romper as relações de unidade entre seres humanos e natureza. O sistema de dominação hegemônico se reproduz mais eficientemente na medida em que consegue fazer coincidir a realidade objetiva do mundo com a realidade subjetiva. Portanto, assim como Bourdieu (2008a) propõe, acreditamos que as transformações sociais precisam considerar a necessidade de desconstrução dos discursos produzidos pela hegemonia através da criação de novas categorias para pensar o mundo.

Deter o avanço da degradação e apropriação privada da água na Chapada do Apodi não nos parece estar relacionado à simples soluções técnicas e gerenciais. Compreendemos que há a necessidade de contribuir com a emergência de novas representações da água que rompam com sua redução a “recurso hídrico” disponível para a produção e reprodução do capital.

Aprendemos com Bourdieu (2008a) que não há poder que não deva a maior parte de sua força ao desconhecimento dos mecanismos que o fundam e das estratégias com os quais opera as divisões arbitrárias do mundo e a própria forma de interpretar a realidade. Desse modo, esperamos que este trabalho possa contribuir, em alguma medida, com o desvelamento das estratégias de dominação que interferem nas representações e provocam silenciamento. Desejamos que a própria história da comunidade, aqui reconstruída a partir da sua relação com a água, possa contribuir para iluminar caminhos de resignificação autônoma das representações da água na Chapada do Apodi. Quem sabe assim seja possível fortalecer as estratégias e ações de enfrentamento aos processos de degradação e privatização provocadas pelo modelo agrícola que ora se impõe sobre esse território.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In*: _____ . **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2004. p. 13 – 35.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A. D.; BEZERRA, G. N. D. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, v. 1, 2009.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ. ADECE. Disponível em: <<http://www.adece.ce.gov.br/index.php/br/agronegocio>>. Acesso em: 20 agosto 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA. **A História do Uso da Água no Brasil. Do Descobrimento ao Século XX**. Brasília: [s.n.], 2007.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. **Avaliação dos Recursos Hídricos Subterrâneos e Proposição de Modelo de Gestão Compartilhada para os Aquíferos da Chapada do Apodi, entre os Estados do Rio Grande do Norte e Ceará**. Brasília: [s.n.], v. III, 2010.

ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. *In*: BECKER, D. F. **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

ALVAREZ, E. S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. *In*: SÔNIA E. ALVAREZ, E. D. A. E. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Cap. I.

AMARAL FILHO, J. D. **Reformas estruturais e economia política dos recursos hídricos no Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2003.

APOINME – ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO NORDESTE. MINAS GERAIS E ESPIRITO SANTO. **Relatório de denúncia - Povos indígenas do Nordeste impactados com a transposição do rio São Francisco**. [S.l.], p. 64. 2010.

ARAÚJO, I. L. **Introdução à Filosofia da ciência**. 3º edição. ed. Curitiba: UFPR, 2003.

ARAÚJO, S.; ELIAS, D. **GLOBALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO CAMPO CEARENSE**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2005. p. 1121-1136.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARREIRA, Y. A. F. Pensamentos, palavras e ações. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

BARTHES, R. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. *In*: ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983a. p. 156-184.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. Compreender. *In*: BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008b. p. 693-733.

BOURDIEU, P. Efeitos do lugar. *In*: BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008c. p. 159-166.

BOURDIEU, P. Esboço da teoria da prática. *In*: ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**: sociologia. 2. ed. São Paulo: Ática, 1983b. p. 46-81.

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. Uma ciência que perturba. *In*: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983c. p. 16-29. Entrevista concedida a Pierre Thuillier.

BRANDÃO, C. R. **Somos as águas puras**. Campinas: Papyrus, 1994.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 11 set. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1934. Decreta o Código das Águas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm>. Acesso em: 13 fev. 2013.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

CARVALHO, J. E. C. D. As representações sócias e o conhecimento do cotidiano: uma crítica metodológica a partir da filosofia da linguagem. **Revista neurociências**, v. 13, p. 145-151, jul/set 2005.

CARVALHO, O. D. **A economia política do Nordeste: seca, irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CAVALCANTE, G. B. **A natureza encantada que encanta: histórias de seres dos mangues, rios e lagoas narradas por índios Tapeba**. Universidade Federal do Ceará. Tese(Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Fortaleza. 2010.

CEARÁ. Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE. **Por que investir no Ceará** (vídeo). Disponível em: <
<http://www.adece.ce.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/videos>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Lei Nº 11.996 de 24 de julho de 1992. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – SIGERH e dá outras providências. Disponível em: <
<http://portal.cogerh.com.br/categoria3/legislacao-estadual/leis/lei-no-11-996-de-24-de-julho-de-1992/view>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

CEARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional – SDLR. **Baixo Jaguaribe – Plano de Desenvolvimento Regional** (2006). Disponível em:
http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/sdlr/desenv_regional/gerados/pdr_baixojagaribe.pdf. Acesso em: 17 fev. 2013.

CEARÁ. SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ. **A nova política de águas do Ceará**. SRH. Fortaleza. 1992.

CHACON, S. S. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

- COSTA, A. M. **Análise histórica do saneamento no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública - Escola Nacional de Saúde Pública -. Rio de Janeiro. 1994.
- DEMO, P. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- DIAS, J. L. **BNDE e o Plano de Metas — 1956/61**. BNDES. Rio de Janeiro. 1996.
- DIEGUES, A. C. **Água e cultura nas populações tradicionais brasileira**. I Encontro Internacional: Governança da Água. São Paulo. 2007.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- DIEGUES, A. **Ilhas e Mares, simbolismo e imaginário**. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2011.
- DOMINGOS SOBRINHO, M. Habitus e representações sociais: questões para o estudo de identidades. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. D. **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998. p. 117-130.
- DOMINGOS SOBRINHO, M. Habitus, campo educacional e a construção do ser professor da educação básica. **Revista Inter-legere**, Natal, jun/jul 2011. ISSN 19821662.
- DURKHEIM, E. **As Regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ELIAS, D. A modernização da produção agropecuária. In: ELIAS, D.; ROCHA, A. M. **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe - CE**. Fortaleza: FUNECE, 2002. p. 281-349.
- FERNANDES, F. M. B. Considerações Metodológicas sobre a Técnica da Observação Participante. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**. [S.l.]: Online: disponível em www.ims.uerj.br/ccaps, 2011. p. 262-274.
- FERREIRA, M. J. M. **Contribuições epistemológica/metodológicas para o Fortalecimento de uma (cons)ciência emancipadora**. [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2012.
- FIGUEIREDO, J. B. A. **Educação Ambiental Dialógica - as contribuições de Paulo Freire e a cultura sertaneja nordestina**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FREITAS, B. M. C. D. **Marcas da modernização da agricultura no território do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará**. [Dissertação de mestrado em Geografia] Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, p. 181. 2010.

FREITAS, B. M. C. Marcas do agronegócio no território da Chapada do Apodi. In: RIGOTTO, R. M. **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 144-165.

FURTADO, C. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 46, p. 445-476, 2003.

GRACIA, T. I. O "giro linguístico". In: IÑIGUEZ, L. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 19-49.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1978.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

GUARESCHI, P. A. "Sem dinheiro não há salvação": ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUATARRI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papius, 2001. Disponível em: <www.tupykurumin.wd2.net>. Acesso em: 10 outubro 2010.

HARVEY, D. O "novo" imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist register**, p. 98-125, 2004.

IÑIGUEZ, L. A linguagem nas ciências sociais: fundamentos, conceitos e modelos. In: IÑIGUEZ, L. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 50-104.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Atlas de Saneamento 2011 – Saúde e Meio Ambiente**. IBGE. [S.I.]. 2011.

IORIS, A. A. R. **ÁGUA, EXCLUSÃO, MERCADO E COBRANÇA: Um Debate Necessário**. I Simpósio de Recursos Hídricos Sul-Sudeste. Curitiba: [s.n.]. 2006. p. 20.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

LACORTE, A. C. **Gestão de recursos hídricos e planejamento territorial: as experiências brasileiras no gerenciamento de bacias hidrográficas**. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Territorial - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ. Rio de Janeiro. 1994.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: ed. 34, 1994.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura: A Territorialização da Racionalidade Ambiental**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

LESSA, C. **Quinze Anos de Política Econômica**. 4a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LISBOA, M. V.; MELLO, C. C. D. A. **Relatoria de direito humano ao meio ambiente da plataforma DHESCA: limites e possibilidades**. 36º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia, p. 21. 2012.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MALINOVSKI, B. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. *In*: _____. **Ethnologia**. Nova Série: 6-8, 1997. p. 17-37.

MARINHO, A. M. C. P. **Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe- Ce: o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente**. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2010.

MARINHO, A. M. P.; CARNEIRO, F. F.; ALMEIDA, E. V. Dimensão socioambiental em área de agronegócio: a complexa teia de riscos, incertezas e vulnerabilidades. *In*: RIGOTTO, R. M. **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola do Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 166-216.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício do cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, v. 2, 1976.

MEDEIROS FILHO, J.; SOUZA, I. D. **A seca no Nordeste: um falso problema - A política de combate às secas antes e depois da SUDENE**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MINAYO, M. C. D. S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em Representações Sociais**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 73-92.

MONTE, F. S. D. S. **O uso e controle das águas no processo de modernização do estado do Ceará : o caso da Barragem do Castanhão**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – UFRJ. Rio de Janeiro. 2005.

MONTEIRO, J. M. **TUPIS, TAPUIAS E HISTORIADORES Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Departamento de Antropologia - IFCH-Unicamp Campinas. Campinas. 2001.

MOREIRA, V. M. L. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, 1998. ISSN 1806-9347.

MORIGI, V. J.; VIEIRA DA ROCHA, C. P.; SEMENSATTO, S. Memória, representações sociais e cultura imaterial. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, p. 182-191, 2012. ISSN 1676-2924.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

NEVES, F. D. C. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, 2001.

NÚCLEO TRAMAS. **Almanaque do Baixo Jaguaribe ou tramas para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2012.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

ORLANDI, E. P. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

PÊCHEUX, M. **Análise de discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PEREIRA, J. M. O processo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia - A implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 34, abri/jun 1997.

PESSOA, V. M. **Abordagem do território na construção da integralidade em saúde ambiental e do trabalhador na atenção primária à saúde em Quixeré.** [Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública] Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 295. 2010.

POMPONET, A. S. 100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas. **Conj. & Planej.**, Salvador, v. 162, p. 58-65, jan/mar 2009.

PORTELLI, A. Tentando Aprender um Pouquinho. In: _____ **Projeto História Nº15. Ética e História Oral.** São Paulo: PUC, 1997.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A ECOLOGIA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA E REINVENÇÃO DOS TERRITÓRIOS. **Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v. 9, p. 16-50, Jan/Jul 2012a.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012b.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PROCESSO DE ARTICULAÇÃO E DIÁLOGO – PAD. **O impacto dos grandes projetos e a violação dos dhescas estudos de caso PAD Brasil.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Kelps, 2009.

PROCESSO DE ARTICULAÇÃO E DIÁLOGO – PAD. **O impacto dos grandes projetos e a violação dos DHESCA estudos de caso PAD Brasil.** 1º ed. Rio de Janeiro: Editora Kelps, 2009.

QUEIROZ, R. D. S. Caminhos que andam: os rios e a cultura brasileira. In: REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação.** São Paulo: Escrituras Editora, 1999.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática S.A, 1993.

REBOUCAS, A. C. **Água na região Nordeste: desperdício e escassez.** Estud. av. [online]. 1997, vol.11, n.29, pp. 127-154. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141997000100007>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

REBOUÇAS, A. D. C. Águas doces no mundo e no Brasil. In: REBOUÇAS, A. D. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação.** São Paulo: Escrituras Editora, 1999.

RIGOTTO, R. et al. **Dossiê Abrasco – Parte 3 - Agrotóxicos, conhecimento científico e popular: construindo a ecologia de saberes.** Abrasco. Porto Alegre. 2012.

RIGOTTO, R. M. **Desenvolvimento, ambiente e saúde - implicações da (des)localização industrial**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

RIGOTTO, R. M. et al. Da primavera silenciosa às primaveras silenciadas. Conflitos socioambientais no agronegócio da fruticultura e agrotóxicos no Baixo Jaguaribe. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 148-174.

RIGOTTO, R. M. Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico. **Revista Pegada**, v. 12, p. 123-140, junho 2011.

ROSA, I. F.; PESSOA, V. M.; RIGOTTO, R. Agrotóxicos, Saúde Humana e os caminhos do estudo epidemiológico. In: RIGOTTO, R. **Agrotóxicos, trabalho e saúde - vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: UFC, 2011. Cap. 6, p. 217-256.

SAMPAIO, J. L. F.; LIMA, A. E. F.; FREITAS, B. M. C. As bases geo-históricas do Baixo Jaguaribe. In: RIGOTTO, R. M. **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: UFC, 2011. p. 111-143.

SANTOS, B. D. S. A UNIVERSIDADE NO SÉCULO XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 23, p. 137-202, 2005.

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Porto: Afrontamento, 2003.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. A redescoberta da natureza. **Estudos Avançados**, p. 95-106, 1992.

SAWAIA, B. B. Representações e ideologia - o encontro desfetichizador. In: SPINK, M. J. **O conhecimento no cotidiano. As representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHÜTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SELIGMANN-SILVA, E. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

SILVEIRA, C. A. C. et al. Água e energia elétrica. In: FREITAS, M. A. V. (Org). **O estado das águas no Brasil**. Brasília: ANEEL,SIH; MMA, SRH; MME, 1999.

- SILVESTRE, M. E. D. **Água doce no Brasil: razões de uma nova política.** Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Fortaleza. 2003.
- SOUSA FILHO, F. D. A. Notas sobre o planejamento de recursos hídricos no Ceará. In: ALVES, R. F. F.; CARVALHO, G. B. B. **Experiência de gestão em recursos hídricos.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.
- SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em Representações Sociais.** 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- TADDEI, R.; BROAD, K.; PFAFF, A. **Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos com Incorporação da Previsão Climática: da Informação e Previsão Climática à Redução das Vulnerabilidades às Secas no Semi-Árido Cearense.** IRI/FUNCEME. Fortaleza. 2007.
- TEIXEIRA, M. M. "Por Deus que parece que fizeram por aí algum rebuliço:" experiências de combate à pulverização aérea na Chapada do Apodi, Ceará. In: RIGOTTO, R. **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE.** Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 524-548.
- TEIXEIRA, M. M. **“A criação do conflito foi que mostrou pra sociedade o quê que estava acontecendo ali”:** agronegócio, vida e trabalho no baixo Jaguaribe, CE. Universidade Federal do Ceará - UFC. Fortaleza. 2010.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- THOMPSON, P. **A voz do passado:** história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TUNDISI, J. G. **Água no século XXI:** enfrentando a escassez. São Carlos: RiMa Artes e Textos, 2003.
- VASCONCELOS, T. S. L. **Reestruturação socioespacial do Ceará: os desdobramentos da modernização da agricultura no território do perímetro irrigado Baixo Acaraú.** (Dissertação) Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza. 2010.
- VIANA, N. **Senso comum, representações sociais e representações cotidianas.** Bauru: EDUSC, 2008.
- WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: JOVCHELOVITCH, S.; GUARESCHI, P. A. **Textos em Representações Sociais.** 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**. 2^o ed. São Paulo: Cortez Editora, v. 2, 1973.

XAVIER, R. Representações sociais e ideologia: conceitos intercambiáveis? **Psicologia e Sociedade**, p. 18-47, jul/dez 2002.